

# PRÁTICAS DA HISTÓRIA

---

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,  
AND USES OF THE PAST

---

Vol 1 (2) - 2016





# PRÁTICAS DA HISTÓRIA

---

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,  
AND USES OF THE PAST

---

Vol 1 (2) - 2016

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)



# Índice

<b>Nota editorial/Editorial note</b>	<b>7</b>
<b>Artigos</b>	
Collective Memory and Historical Time <i>Jeffrey Andrew Barash</i>	11
The Disciplined Historian: “Epistemic Virtue”, “Scholarly Persona”, and practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography <i>João Rodolfo Munhoz Ohara</i>	39
A historiografia portuguesa em tempos de “política do espírito”: o caso da revista <i>Brasília</i> , do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949) <i>Marcello Felisberto Moraes de Assunção</i>	57
Humanidades Digitais e Investigação Histórica em Portugal: perspectiva e discurso (1979-2015) <i>Daniel Alves</i>	89
O modelo narrativo das histórias da polícia na perspectiva da segurança pública: um olhar sobre três exemplos paradigmáticos de uma historiografia diacrónica <i>Tomás Vallera</i>	117

## **Ensaio**

Documento e discurso: sobre os inquéritos (à fotografia e ao território) 153

*Lais Pereira*

## **Entrevista**

«I'm going back to Tolstoy»: writing, memory and the new materialism 177

Interview with *Patrick Joyce*, by *Elisa Lopes da Silva*

## **Testemunho**

Fazer a História do Estado Novo 203

Uma conversa com *Fernando Rosas*, conduzida por *Luís Trindade*

## **Recensões**

Maria José Lobo Antunes. *Regressos quase Perfeitos. Memórias da Guerra em Angola* 225

*Miguel Cardina*

Sílvia Correia, *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)* 231

*Ana Catarina Pinto*

## Nota Editorial

## Editorial Note

O segundo número da revista *Práticas da História: Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* aprofunda e diversifica as questões exploradas no número anterior, abrangendo novas áreas temáticas e metodológicas de modo a alargar o exercício de discussão a que nos propusemos.

Neste sentido, secção de artigos abre com um texto de Jeffrey Barash sobre a noção de ‘memória colectiva’, no qual o autor procura discutir a relação entre tempo, memória e passado histórico. Segue-se uma análise da historiografia profissional brasileira, elaborada por João Ohara a partir dos conceitos de ‘virtude epistémica’ e ‘persona académica’ propostos por Herman Paul. O terceiro artigo, de Marcello de Assunção, aborda a confluência entre a produção historiográfica portuguesa dos anos quarenta do século XX e o discurso salazarista sobre a unidade histórica entre Brasil e Portugal, com enfoque na revista *Brasília*. Em seguida, Daniel Alves examina o discurso sobre tecnologias digitais no campo das Humanidades, questionando a dimensão inovadora desse discurso bem como o contexto em que este se tem desenvolvido. Esta secção conclui com um artigo de Tomás Valleria sobre os pressupostos implícitos em estudos portugueses sobre a história da polícia.

Para além destes artigos, a revista conta ainda com cinco outros textos. Lais Pereira contribui com um ensaio que, partindo de uma análise da exposição *Os Inquéritos [à Fotografia e ao Território]: Paisagem e povoamento*, reflecte sobre a história das práticas fotográficas no Portugal contemporâneo. Na secção *Testemunho*, Fernando Rosas revisita o seu percurso historiográfico desde os anos setenta, em conversa com Luís Trindade. Publicamos ainda uma entrevista conduzida por Elisa Lopes da Silva ao historiador britânico Patrick Joyce, abordando

questões como o impacto da dimensão de classe ou das suas origens irlandesas no trabalho que tem realizado. Por fim, este número contém uma recensão de Miguel Cardina ao livro *Regressos Quase Perfeitos. Memórias da Guerra em Angola* (de Maria José Lobo Antunes) e uma recensão de Ana Catarina Pinto ao livro *Entre a Morte e o Mito: Políticas da memória da I Guerra Mundial (1918-1933)* (de Sílvia Correia).

\*\*\*

#### EDITORIAL NOTE

The second issue of *Práticas da História: Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* deepens and diversifies the questions explored in the previous volume, encompassing new themes and methodologies in order to expand the exercise of discussion we set forth.

The articles' section opens with a paper by Jeffrey Barash about the notion of 'collective memory' which discusses the relationship between time, memory and historical past. Next, João Ohara analyses Brazilian professional historiography through Herman Paul's concepts of 'epistemic virtue' and 'scholarly self'. The third article, by Marcello de Assunção, addresses the convergence of the Portuguese historiography of the 1940s with the salazarist discourse of historical unity between Brazil and Portugal, with a focus on the journal *Brasília*. This is followed by Daniel Alves' paper about the discourse on digital technologies in Humanities, questioning the innovative dimension of such discourse as well as the context in which it has developed. The section concludes with an article from Tomás Vallera on the implicit basis of Portuguese studies about the history of the police.

Besides these articles, the issue includes five more texts. Based on analysis of the exhibition *Os Inquéritos [à Fotografia e ao Território]: Paisagem e povoamento*, Lais Pereira's essay reflects about the history of photographic practices in contemporary Portugal. Fernando Rosas revisits his historiographical path since the 1970s, in a conversation with Luís Trindade. We also publish Elisa Lopes da Silva's interview

with British historian Patrick Joyce, addressing questions such as the impact of class and his Irish background in his work. Finally, this issue includes Miguel Cardina's review of the book *Regressos Quase Perfeitos. Memórias da Guerra em Angola* (by Maria José Lobo Antunes) and Ana Catarina Pinto's review of the book *Entre a Morte e o Mito: Políticas da memória da I Guerra Mundial (1918-1933)* (by Sílvia Correia).



**Jeffrey Andrew Barash**

**Collective Memory  
and Historical Time**

---

Over the past decades, the phenomenon of collective memory has exercised a growing influence as an intellectual and a public concern. To account for the contemporary preoccupation with this phenomenon, this article centers on the emergence of the discourse of “collective memory” in the years after the First World War. According to its central argument, the discourse of “collective memory” was called forth by the decline of more traditional assumptions concerning the sources of sociopolitical cohesion in the wake of the ever more radical experience, over the course of the 20th century, of dislocation and discontinuity in the conditions of human sociopolitical existence. This reorientation of the framework of analysis of sociopolitical cohesion calls for the corresponding elaboration of a philosophy of finite group perspectives involving - as illustrated by the writings of Maurice Halbwachs and of Marcel Proust - the careful demarcation of the horizon of collective memory shared by living generations from the historical past that lies beyond its pale. Keywords: Collective Memory, historicism, organic memory, Proust, Halbwachs, human finitude.

---

**Memória Colectiva e Tempo Histórico**

Nas últimas décadas, o fenómeno da memória colectiva tem exercido uma influência crescente enquanto preocupação pública e intelectual. Com vista a enquadrar a preocupação contemporânea com esse fenómeno, este artigo centra-se na emergência do discurso da “memória colectiva” nos anos a seguir à Primeira Guerra Mundial. De acordo com a tese central do artigo, o discurso da “memória colectiva” foi provocado pelo declínio de interpretações mais tradicionais relativamente às origens da coesão sociopolítica no contexto uma experiência cada vez mais radical, ao longo do séc. XX, de deslocalização e descontinuidade nas condições de existência sociopolítica. Esta reorientação do quadro de análise da coesão sociopolítica apela à elaboração de uma filosofia de perspectivas de grupos finitos, incluindo - tal como ilustram os escritos de Maurice Halbwachs e de Marcel Proust - a demarcação cuidadosa entre o horizonte de memória colectiva partilhado por gerações vivas e o passado histórico que o extravasa. Palavras-chave: Memória colectiva, historicismo, memória orgânica, Proust, Halbwachs, finitude humana.

# Collective Memory and Historical Time

Jeffrey Andrew Barash\*

In the pages that follow I will interpret the theme of time as it pertains to the domains of memory and of history with the aim of elucidating the seemingly nebulous concept of collective memory. Since memory in a general sense, as it encompasses the past retained in present awareness, necessarily engages an awareness of time, I propose to orient my elucidation by examining the temporal scope of collective memory and to demarcate it in relation to the temporal horizon of the historical past.

A preliminary examination of the concept of “collective memory” reveals the somewhat paradoxical fact that, as a theoretical preoccupation, it is of recent vintage, whereas as a practice it is as old as the oral traditions that were transmitted from generation to generation long before written literary traditions codified them and gave them a fixed form. This recent origin of the concept of collective memory places it in a singular light. Theoretical preoccupation with this concept, indeed, concerns not only memory’s role as a human faculty interrelated with imagination or perception, willing or thinking, but it underscores a specific capacity to retain and transmit among groups a remembrance of time past, which is necessary both for assuring group continuity with the past and for attesting discontinuities which distinguish the past from the present. This idea of the specific capacity of memory as a source of group continuity over time, above all over the long sweep of the historical past, has deep roots in modern sources that are of es-

\* Département de Philosophie, Université de Picardie Jules Verne ([jabarash@gmail.com](mailto:jabarash@gmail.com))

stantial importance for understanding the specific function of collective memory in its 20th century sense. I will take as my starting point the genesis of this modern concept of the synthetic role of memory in forging group continuity in order to identify a constellation of assumptions that accompanied its emergence that are essential to an elucidation of the contemporary concept of collective memory and of its temporal scope in relation to the historical past.

## I

The modern conception of group remembrance as the organ of historical continuity coincided with the emergence in Europe of epoch-making insight concerning historical disruption and change following the French Revolution and the demise of the socio-political order of the Ancien Régime. This novel insight identified an essential *historicity* of truth, which presents itself in different historical perspectives according to the particular contexts in which it is embraced. At the moment of the modern genesis of this insight into historical discontinuity, *memory* was designated as the source of cohesion of the diverse expressions of truth over time. The scope of memory reached back to encompass not only the recollections of living generations, but the historical past as a unified whole. The philosophy of Hegel, whose *Phenomenology of the Spirit* first appeared in 1807, played a paradigmatic role in defining the relation between the realm of shared experience of living generations and the remembrance they retain of the historical past. If the term “collective memory” was foreign to Hegel’s vocabulary, his concept of “Spirit” encompassed at once the present and remembrance of the past extending to its farthest reaches, as retained by living collectivities. This conception forged the initial form of discourse through which the idea of memory as the source of collective continuity came to expression. Prior to Hegel, the 18<sup>th</sup> century had witnessed the emergence of a novel focus on diversity in the manifestations of the “spirit” of peoples as the source of radically different interpretations of truth over the course of history. Montesquieu’s notion of the *esprit des lois*, Voltaire’s references to the “spirit of an epoch”, or Herder’s *Volksgeist* are notable

examples of novel conceptions of spiritual collectivities elaborated in the years prior to the French Revolution. Following the demise of the Ancien Régime in France and the period of radical upheaval in Europe, Hegel's reflection focused on the possibility, in view of the diversity of peoples and of the truths they acknowledge in different historical epochs, of establishing a principle of continuity, a *Zusammenhang*, underlying this diversity and conferring unity on history as a whole. In this framework, Hegel introduced the epoch-making assumption according to which this unity is achieved by virtue of the self-understanding of the Spirit, maintained through recollection of its past experience. According to this interpretation, remembrance, *Erinnerung* – which in German signifies at once “recollection” and “interiorization” – is the medium assuring the ongoing retrieval of past experience (Erfahrung) in the diversity of its moments – its *Aufhebung* – through which it is at once made present and surpassed in the Spirit's forward movement. As Hegel wrote in the concluding paragraphs of the *Phenomenology of Spirit*:

“In turning toward itself, [the Spirit] sinks into the night of self-consciousness, but its existence which has disappeared is retained in it; and this existence that has been maintained – the previous existence which has been born anew in knowledge - is the new existence, a new world and configuration of the Spirit. In this night it must begin anew in the freshness of its immediacy and draw its own meaning out of this configuration, as if everything previous had been lost to it, and as if the experience of the spiritual configurations of the past had taught it nothing; and, nonetheless, reminiscence preserves them. It is the inner and indeed the higher substantial form.”<sup>1</sup>

1 „In seinem Insichgehen ist er in der Nacht seines Selbstbewusstseins versunken, sein verschwundenes Dasein aber ist in ihr aufbewahrt; und dies aufgehobene Dasein – das vorige, aber aus dem Wissen neugeborene – ist das neue Dasein, eine neue Welt und Geistesgestalt. In ihr hat er ebenso unbefangen von vorn bei ihrer Unmittelbarkeit anzufangen und sich von ihr auf wieder grosszuziehen, als ob alles Vorhergehende für ihn verloren wäre und er aus der Erfahrung der früheren Geister nichts gelernt hätte. Aber die Er-Innerung hat sie aufbewahrt und ist das Innere und die in der Tat höhere Form der Substanz.“ G.W.F. Hegel, *Phänomenologie des Geistes. Werkausgabe*, vol. 3 (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970), p. 590. Unless otherwise indicated, all translations are my own.

Hegel's early philosophy of history is inspired by this interpretation of memory in the movement of the Spirit. Each moment of elaboration of the Spirit, in its partial way of understanding and of grasping truth, is limited. In the diversity of its perspectives, the historical finitude of each moment comes to expression. Yet the Spirit overcomes this finitude in its forward movement. By virtue of reminiscence of past experience in the diversity of its expressions, the Spirit is able to retain and overstep the limited perspectives offered by the past.

Hegel's philosophy permits us to highlight a particular relation between present memory shared by vast collectivities and past historical experience, in which memory maintains the cohesion of the whole. In underlining the paradigmatic role of this theoretical model, the question of the direct influence of Hegel's thought is secondary; this idea of memory as the organ of historical cohesion came to the fore in many forms of historical reflection throughout the 19<sup>th</sup> century, even after the total vision posited by his philosophy of history had lost its persuasive force. We may consider in this light the great 19<sup>th</sup> century historian Ernest Renan, an admirer of Hegel, who considered that Hegel had brought the philosophy of history to its profoundest level of expression.<sup>2</sup> In a manner analogous to Hegel, but in a later and different context, Renan, in the famous essay *Qu'est-ce qu'une nation?*, conceived of memory as a source of the historical continuity of nations. In this essay, originally delivered as a speech at the Sorbonne in 1882, Renan raised the question concerning the principle of unity and of continuity underlying the national identity of peoples and he concluded that neither a common language, nor racial homogeneity could account for it, but that it must be sought in a "rich legacy of remembrances" (un riche legs de souvenirs) and in the will to "continue to live together".<sup>3</sup> In the interest of national unity, of course, Renan also underlined what he took to be the importance for a nation to be able to forget sources of conflict that divided it in the past.

<sup>2</sup> Ernest Renan, *L'avenir de la science. Pensées de 1848* (Paris: Calmann/Lévy, 1905), p. 172-173.

<sup>3</sup> Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation? et autres essais politiques* (Paris: Agora, 1992), p. 54.

In a German context of the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries, the thought of Wilhelm Dilthey provides another example of this paradigmatic role of memory as the guarantor of historical cohesion. Dilthey examined this theme in great detail in his seminal work *The Construction of the Historical World in the Human Sciences* (*Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*). After renouncing Hegel's metaphysical claim to have identified the absolute meaning of history in its totality, Dilthey attributed to memory, *Erinnerung*, the capacity to forge lines of cohesion underlying different national perspectives and divergent epochs of history. "Life is historical" (Geschichtlich ist das Leben), as Dilthey wrote,

"to the extent that it is grasped in its temporal progression and in the effective cohesion that arises from it. This is possible thanks to the reconfiguration of its course in memory, which does not reproduce singularity, but reconfigures cohesion itself in its stages. What memory accomplishes in the comprehension of the course of life itself is effectuated in history through the grasp of vital expressions that objective spirit encompasses, linking together this production and progression. That is history."<sup>4</sup>

Finally, in a contemporary Italian context, Benedetto Croce adopted a similar assumption concerning the capacity of memory in the collective sphere to bring to expression the unity of historical epochs and nations amid their diversity. Croce, too, understood memory to be a principle of historical cohesion and comprehension. Just as the individual is capable of remembering the factual reality of the personal past and of distinguishing it from the products of fantasy, so memory

4 „Sofern es in seinem Fortrücken in der Zeit und dem so entstehenden Wirkungszusammenhang aufgefasst wird. Die Möglichkeit hiervon liegt in der Nachbildung dieses Verlaufes in einer Erinnerung, welche nicht das Einzelne reproduziert, sondern den Zusammenhang selbst, seine Stadien nachbildet. Was in der Auffassung des Lebensverlaufes selber die Erinnerung leistet, wird in der Geschichte vermittlels der Lebensäußerungen, die der objektive Geist umfasst, durch die Verknüpfung nach diesem Fortrücken und Erwirken herbeigeführt. Das ist Geschichte“. Dilthey, *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften* (1910) (Stuttgart: Teubner, 1973), p. 261.

raised to the collective level, as Croce wrote in his work *Aesthetic as a Science of Expression* (1902), draws on a reservoir of human experience which has been confirmed on the basis of credible evidence. History may in this sense be identified with memory since history is what “the individual and humanity remember of their past”.<sup>5</sup> Historical knowledge retained in memory has its own kind of certitude which, to his mind, is different from that of the natural sciences. While truth in the natural sciences is attested by “analysis and demonstration”, the certitude of history depends in his words on “memory and authority.” In the final analysis, if we attempt to account for the proof we have concerning the veracity of the historical past, humanity according to Croce may answer: it is true “because I remember it”.<sup>6</sup>

Ernest Renan, Wilhelm Dilthey, Benedetto Croce: as different from each other as they might have been, their respective ideas of memory in relation to history shared a marked affinity. Memory for each of these authors extends beyond personal experience and that shared by living groups to encompass the historical past which reaches as far back as written accounts and remaining traces. By virtue of memory, humanity conserves the past, as a spiritual bequest, in the diversity of its national or cultural expressions. The memory of collectivities is in this way the organ of historical continuity which traverses generations and centuries. All three of these thinkers shared with Hegel an essentially spiritual or idealist conception of memory, even after they rejected the all-encompassing breadth of his metaphysical claim to comprehend its total meaning. Memory at all of its levels of articulation is essentially identified with a conscious will to recollect, more than with an implicit or unconscious trace of the past which acts within us without our explicit knowledge.

This implicit or unconscious dimension of memory shared by collectivities became an important theme of reflection in the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries, above all in accord with theoretical models derived from the natural scientific orientations of biology or physiology. The

<sup>5</sup> Benedetto Croce, *Aesthetic as a Science of Expression and General Linguistic*, trans. D. Ainslie (London: Macmillan, 1929), p. 28-30.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 30.

late 19<sup>th</sup> century was the great period of speculation concerning what was labeled “organic memory”. This was an unconscious memory believed to be the source of traits and predispositions transmitted from generation to generation which, by virtue of specific group characteristics or racial types, supposedly conferred continuity on the epochs of history. In the German-speaking world, Ewald Hering in the essay “Memory as a General Function of Organized Matter” (1870) and also Richard Semon, in a treatise entitled *The Mneme as a Principle of Conservation in the Transformation of Organic Processes* (1904), elaborated similar theories of memory conceived as a transmissible biological source of group dispositions and behavior. This principle of conservation amid organic transformation concerned not only humans, but all organic forms of life. In England, the publication of Hering’s theories of memory had a large impact, as is illustrated by the success of Samuel Butler’s popularized version of his theories. Aside from his many novels, Samuel Butler wrote the popular work *Unconscious Memory* (1880), inspired by Hering’s orientation.

In the final decades of the 19th century, Friedrich Nietzsche became increasingly receptive to contemporary theories of the somatic basis of memory. In earlier years, above all in the second of his *Untimely Meditations*, Nietzsche had elaborated his famous attack on the central role the modern world accorded to collective remembrance of the past which, in the form of historical reflection, served to orient modern thought as a whole. This critique was primarily directed against the specific presupposition concerning the significance of historical continuity anchored in conscious recollection which had been the legacy above all of Hegelian idealism. Following the critique of the modern veneration of historical memory and of unquestioned presuppositions concerning the significance of the historical past, Nietzsche shifted the focus of his thoughts about memory and history in later works. In this later period he proposed a theory of organic memory common to all living beings to account for the subtle continuities in existence which, amid apparent breaks and shifts, are transmitted over the course of history. In company with contemporary biologists

such as Wilhelm Roux, with whose works he was familiar, or Ewald Hering, he speculated in numerous later writings and fragments that all organisms are endowed with “memory” and that human societies, in particular, depend on biologically inherited memory traces which account for their organization and development.<sup>7</sup> Parallel to an influential current of contemporary intellectuals in Europe, Nietzsche began to speculate about the role of what he took to be an “organic memory” shared among human groups<sup>8</sup>. According to his interpretation, organic memory comes to expression in basic group dispositions and habits which, through a process of adaptation and selection over long periods of time, are incorporated into their biological structure and are subsequently transmitted to future generations. In Nietzsche’s perspective, which re-worked contemporary biological theories in light of his specific philosophical orientation, organic memory is not a fixed property, but changes as groups adapt to new circumstances calling for novel forms of social organization. From this standpoint habitual attitudes, after generations of social practice, are inscribed in memory as bodily dispositions which favor adaptation not only to the natural, but also to the social environment. As they are gradually selected, they configure as “organic memory” the biological structure of human groups. This channeling of group attitudes and activity in accordance with long-term habits and dispositions that social regulations and constraints impose is the principal source of the historical movement of

7 To cite one example: “I presuppose that in all that is organic there is memory and a kind of spirit: the apparatus is so fine that it would not seem to exist.” („Ich setze Gedächtnis und eine Art Geist bei allem Organischen voraus: der Apparat ist so fein, dass er für uns nicht zu existieren scheint“). Friedrich Nietzsche, *Kritische Gesamtausgabe*, ed. Colli/Montenari, vol. 7, 2, *Nachgelassene Fragmente. Frühjahr – Herbst 1884*, 25, p. 403. On this point see the illuminating analysis of Gregory Moore, *Nietzsche, Biology, and Metaphor* (Cambridge: Cambridge U. Press, 2002).

8 Nietzsche was familiar with Francis Galton’s theories of inherited characteristics and, for example, cites his work *Hereditary Genius. Its Laws and Consequences* in a letter sent to August Strindberg on December 7<sup>th</sup> 1888; Friedrich Nietzsche, *Werke*, vol. 4, *Aus dem Nachlass der Achzigerjahre. Briefe (1861-89)*, ed. Karl Schlechta (Frankfurt am Main/Berlin/Vienna: Ullstein 1979), p. 929. Gregory Moore has pointed out similarities between Nietzsche’s conception of organic memory and those propounded by contemporaries like Ewald Hering, *Über das Gedächtnis als eine allgemeine Funktion der organischen Materie* (1870), Ernst Haeckel, beginning with his *Theorie der Zellseele* (1866), or Samuel Butler in his work *Unconscious Memory* (1880); see Gregory Moore, *Nietzsche, Biology, and Metaphor*, p. 34-42.

human civilizations. As he concisely formulated this viewpoint in the late work *Beyond Good and Evil*:

“It is in no way possible that a person should *not* incorporate the traits and the past life of his or her parents, however much appearances may indicate otherwise. This is the problem of race.”<sup>9</sup>

Nietzsche’s later writings express a notable assumption which, in a general way, characterize 19th century theories of organic memory as the source of historical cohesion. After criticizing Hegelian idealism and the idea of historical continuity anchored in conscious recollection of the past, he displaced the source of historical cohesion to the unconscious level of socially molded organic memory that linked together the long epochs of human history. However sharply he rejected the orientation inaugurated by Hegel; however clearly his method contrasted with subsequent historicist models that had appropriated and refashioned Hegel’s idealist assumptions, Nietzsche’s later thought adopted on a fully different basis an analogous presupposition concerning the long-term continuity of history as a process. In inverting the speculative premises that inspired the Hegelian idealist legacy, Nietzsche assumed that *memory* in the collective sphere, through natural evolution and the mechanisms of social selection, bridges the gap between heterogeneous historical epochs. Like Hegel and the proponents of historicism, but on a radically different basis, Nietzsche thus postulated that “remembrance” in the collective sphere provides a principal of cohesion spanning the epochs of human history.

## II

Following the profound dislocation and discontinuity that the First World War brought to European social and political life a century ago, radi-

9 „Es ist gar nicht möglich, dass ein Mensch *nicht* die Eigenschaften und Vorleben seiner Eltern und Altvordern im Leib habe: was auch Augenschein dagegen sagen mag. Dies ist das Problem der Rasse.“ Friedrich Nietzsche, *Jenseits von Gut und Böse, Kritische Gesamtausgabe*, ed. Giorgio Colli andazzino Montinari, vol. 6, 2, *Jenseits von Gut und Böse, Zur Genealogie der Moral, 1886-1887* (Berlin: Walter de Gruyter, 1968), § 264, p. 228-229.

cal doubts were raised from many quarters concerning assumptions of the spontaneous continuity of history as a processes, comprehending the disparate moments of the past and molding them into a unity. Here the Hegelian and idealist heritage above all was submitted to sharp attack. Heidegger's *Being and Time* (*Sein und Zeit*), which provided a paradigmatic expression of this doubt, had little to say about memory, for its principal theme centered on what he designated as forgetfulness of the finitude of human being in the traditional quest for theoretical foundations of truth. The Western tradition, which had taken truth to be a fixed attribute, or the result of a cumulative process, had forgotten the finitude of human existence that is thrown into a world, absorbed in its present everyday preoccupations, and obliged to choose a mode of being in the face of future death. For Heidegger, not only traditional metaphysics since Plato and Aristotle, which assumed that truth resides in what is eternal and self-same, but also the quest for spontaneous, trans-historical forms of continuity rising beyond historical flux, were so many stratagems for avoiding and dissimulating existential finitude and the certitude of future death. Not absorption in history as an unfolding process in the sense of Hegel or Dilthey, but only resolute choices in view of the finite future could reveal what is authentically meaningful in the past and worthy of repetition.

In Heidegger's work immediately following *Being and Time*, notably in his 1928 Freiburg course lectures *Metaphysical Foundations of Logic from Leibniz Onward* (*Metaphysische Anfangsgründe der Logik im Ausgang vom Leibniz*) and in *Kant and the Problem of Metaphysics* (*Kant und das Problem der Metaphysik*, 1929), he related the theme of human finitude to that of memory. He thereby assigned to reminiscence in its fundamental sense (Wiedererinnerung)<sup>10</sup> the metaphysical task of

10 Since Schleiermacher's epoch-making translation of Plato in the first years of the 19th century, *Wiedererinnerung* as a philosophical term was identified with the Platonic notion of anamnesis. Hegel adopted this translation in his discussion of Plato in his *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*. In *Kant and the Problem of Metaphysics* Heidegger wrote: "The finitude of *Dasein* – the comprehension of Being – lies in forgetfulness. This forgetfulness is nothing accidental and temporary but is constantly and necessarily renewed. All construction relevant to fundamental ontology, construction which strives toward the disclosure of the internal possibility of the comprehension of Being, must in its act of projection wrest from forgetfulness that which it thus apprehends. The basic, fundamental-ontological act of the metaphysics of *Dasein* is, therefore, a remembering (Wiedererinnerung)"; Martin Heidegger, *Kant and*

recalling the finite ground of existence which the Western tradition, in the manifold forms of its quest for permanence and for stable criteria of truth, had continually neglected. The task of reminiscence in this finite perspective was not to retrieve, but above all to break with tradition, engaging the resolute critique initiated in *Being and Time* of all presuppositions concerning self-sustaining historical continuity and the presumption that meaning in history was to be sought in its objective cohesion as an overarching process.<sup>11</sup> Indeed, the only trans-historical unity that Heidegger identified in this early period of his work was that of the forgetfulness of Being itself, which provided a hidden continuity linking together the epochs of history.

The importance of Heidegger's critique lies in his insistence on the fundamental role of human *finitude* for an investigation of memory and of historical continuity. In language that recalls that of Heidegger's existential analytics, Hans-Georg Gadamer, in the first pages of his work *Truth and Method (Wahrheit und Methode)*, underlined the conviction according to which,

“It is time to recognize that the phenomenon of memory (des Gedächtnisses) [...] is an essential moment of the finite-historical being of humanity.”<sup>12</sup>

In the later sections of this work, Gadamer highlighted what he took to be the central role of Heidegger's philosophy, beyond Hegel and Dilthey, in uncovering the finite ground of human historical understanding.<sup>13</sup> In his critical analysis of Hegel and of Dilthey, Heidegger, as Gadamer asserted, emphasized the fundamental finitude of human existence that to his mind they had overlooked.

*the Problem of Metaphysics*, trans. James Churchill (Bloomington: Indiana University Press, 1962), p. 241-42; Martin Heidegger, *Metaphysische Anfangsgründe der Logik im Ausgang vom Leibniz* (1928), *Gesamtausgabe*, vol. 26 (Frankfurt am Main: Klostermann, 1978), p. 186.

11 On this theme see my essay “Heidegger and the Metaphysics of Memory,” *Studia Phenomenologica* 8 (2008), p. 401-409.

12 „Es wäre Zeit, das Phänomen des Gedächtnisses [...] als einen Wesenszug des endlich-geschichtlichen Seins des Menschen zu erkennen.“ Hans-Georg Gadamer, *Wahrheit und Methode* (Tübingen: Mohr, 1975), p. 13.

13 *Ibid.*, p. 240-250.

Gadamer's comment raises a salient point that reaches to the heart of the problem of the temporal dimension of collective memory in relation to the historical past. Indeed, even if we concede Gadamer's point, the question remains concerning the adequacy of Heidegger's philosophy for an understanding of human finitude as such. Reinhart Koselleck evoked this question in his public debate with Gadamer in 1987 in Heidelberg, published under the title *Hermeneutik und Historik*. In the course of this debate, Koselleck took Heidegger's philosophy to task for what he characterized as its inability to account for the principle of cohesion of human co-existence in a social realm that is continually transformed over the course of time. "The times of history", as he wrote, in reference to Heidegger,

"are not identical and they are also not derivable from the existential modalities that have been developed in regard to human beings as 'Dasein'. Right from the start, the times of history are constituted in an inter-human manner; it is always a matter of simultaneity of the unsimultaneous, of delineations of difference, that contain their own finitude, and cannot be referred back to an 'Existenz'".<sup>14</sup>

It is not fortuitous that here, as elsewhere in his writings, Koselleck restricted his analysis to the field of history and refrained from any reference to collective memory as a source of group cohesion in a world of social co-existence. In other statements, indeed, Koselleck voiced skepticism concerning the significance of the very concept of collective memory and refused to attribute to it any theoretical role. This critical attitude was aroused by his suspicion concerning manipulated

14 „Die Zeiten der Geschichte sind nicht identisch und auch nicht ableitbar aus den existentiellen Modalitäten, die an dem Menschen als ‚Dasein‘ entwickelt worden sind. Die Zeiten der Geschichte sind von vornherein zwischenmenschlich konstituiert, es handelt sich immer um Gleichzeitigkeiten des Ungleichzeitigen, um Differenzbestimmungen, die ihre eigene Endlichkeit enthalten, die nicht auf eine ‚Existenz‘ zurückführbar ist;“ Reinhart Koselleck, „Hermeneutik und Historik“, *Zeitschichten. Studien zur Historik. Mit einem Beitrag von Hans-Georg Gadamer* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000), p. 101. This text was originally published in 1987 as a separate work alongside Gadamer's contribution to the debate; cf. *Hermeneutik und Historik* (Heidelberg: Carl Winter, 1987).

forms of remembrance where ideological distortions of the past are severed from their bearings in factual reality.<sup>15</sup> In view of Koselleck's own experience as an adolescent in Nazi Germany and as young *Wehrmacht* combatant in the Soviet Union during World War II, his reservations are perhaps understandable. But, in spite of Koselleck's skepticism, there are reasons that lead me to affirm the theoretical role of the concept of collective memory as it nourishes collective identities.

According to my interpretation, the phenomenon of collective memory, more directly than the long sweep of history, brings to visibility a dimension of human temporal finitude that cannot be encompassed in the narrow confines of Heidegger's existential analytics. It is a finitude that does not concern, first and foremost, the *singular* finitude of mortal beings, which is only one among different modes of finitude. On another level, we can identify a finitude intrinsic to *group* existence and to group perspectives that is not a collective elaboration of the singularity of being-toward-death in Heidegger's sense.

In attempting to situate the finite temporal sphere of collective memory, whether in terms of recollections shared by small groups such as families or other associations or those drawn upon by vast collectivities, we must acknowledge that remembrance is always undertaken in the original sphere of the self; in the strict sense of the term, *groups* do not remember, any more than they have an independent substantial being. And yet, we also recognize that the personal sphere is not limited to the contents of individual experience. Indeed, the very possibility of communicating with others and of conversing with oneself presupposes the existence of a social context that individuals do not create; an interwoven web of significations that, since earliest child-

15 As Koselleck wrote: "My personal position [...] is strictly against collective memory, given that I have been submitted to the collective memory of the Nazi years during twelve years of my life. Any kind of collective memory displeases me because I know that true memory is independent from the so-called collective memory, and my position in regards to this is that my memory depends on my experience and nothing else. No matter what else people might say, I know my own personal experiences and I will not forgo any of them. I have the right to keep my personal experiences just as I have memorized them, and the events kept in my memory constitute my personal identity." Reinhart Koselleck, "Conceptual History, Memory, and Identity: An Interview with Reinhart Koselleck," *Contributions* vol. 2, number 1, (March 2006), p. 113.

hood, individuals appropriate and share with others through language, gestures, and styles.

Here we may draw on the insights of Maurice Halbwachs in his pioneering work on collective memory. Halbwachs was the first theorist in the 20<sup>th</sup> century to elaborate a concept of collective memory in according a fundamental role to *living* memory, not only as it is retained by individuals but, above all, as it is shared by given groups in specific social frameworks (*cadres sociaux*). Halbwachs' insistence on the role of memory that is retained by living generations in its distinction from the historical past adumbrated a notion of collective finitude which is articulated at different levels of interpretation, both in terms of smaller groups and of larger collectivities. Beyond the shared memories of groups whose members are personally familiar with each other, Halbwachs recognized that mass associations, such as vast nations, provide few occasions for direct contact among their members. Their shared remembrance is almost always indirectly acquired from the words of others; it is in Halbwachs' words a "borrowed" memory.<sup>16</sup> For this reason, Halbwachs' concept of collective memory attributed a particular importance to smaller intermediary groups, both as a source of shared experience and of the transformations which directly orient the lives of their members. Each individual is in this sense "submerged" ("plongé"), simultaneously or successively, in many different groups.<sup>17</sup> Each individual, through participation in different groups and through the interweaving of different spheres of memory that this participation creates, establishes lines of continuity between past and present which, by virtue of the unity of temporal context and milieu, lends a measure of stability to individual identities in the midst of each of the groups in which he or she participates. The fundamental change in temporal horizon occurs, as Halbwachs clearly understood, where living generations disappear, and with them all contact with ways of being, with gestures and attitudes that, in conveying a past that younger generations could

16 Maurice Halbwachs, *La mémoire collective* (Paris: Albin Michel, 1997), p. 98-99.

17 *Ibid.*, p. 189-192.

not have known directly, reveal *shifts* in temporal context that otherwise remain unperceived. Since these passing, but still existing modes of being reveal themselves to direct experience and memory, they bring us into contact with the concrete manifestations of a recent past that is on the verge of disappearing. Halbwachs' theory thus sets in relief the conditions of a group finitude which, following the disappearance of living generations, leads to the evanescence of their concrete temporal *context*, which is no longer accessible to living memory. This introduces a profound and irremediable discontinuity that collective memory cannot overcome. It leads him to draw a radical distinction between collective memory and the historical past. Once it is lost to the memory of living generations, only the work of historical deciphering can indirectly reconstruct, in piecemeal fashion, the lost setting of the past.<sup>18</sup>

In his exploration of the concept of collective memory, Halbwachs dealt predominantly with smaller groups, such as families and other associations in their interwoven social frameworks. In the context of contemporary mass societies in our increasingly globalized world, however, all such smaller groups presuppose the existence of a public realm in the context of mass social existence. The concept of collective memory,

18 Halbwachs writes in this vein: "If the necessary condition for memory is the remembering subject, who, whether as individual or group, feels that it remembers in a continuous movement, how could history be a memory, since there is a dissolution of continuity between the society that reads a history and the witnessing groups or agents who, at another time, participated in it?"; *Ibid.*, p. 130-131. Halbwachs' distinction has been sharply contested in recent years, for example in the influential essay by Peter Burke, "History as Social Memory". In affirming Burke's position, Aleida and Jan Assmann have asserted that not only living memory and the historical past, but the whole of a cultural heritage that is collectively retained and serves to define group identities comprises collective memory in the broad sense they accord to it. From their standpoint, collective memory assumes two different forms, first as "communicative memory" shared by living generations over a period roughly spanning eighty to one hundred years, which more or less corresponds to Halbwachs' conception of collective memory; second, as "cultural memory", encompassing not only the historical past but legends, rites, myths, literary creations, and all manner of fictive narratives that the past has bequeathed. In spite of the great interest of their attempts at conceptual clarification of the concept of collective memory, I am defending the position that the conflation of collective memory and the realm of history, which assumes the commensurability of memory and history, risks obscuring the finite reach of collective memory and thus unwittingly falls back on assumptions inherited from Hegel. See Peter Burke, "History as Social Memory," *Memory*, ed. Thomas Butler (Oxford: Blackwell, 1989), p. 98-99; Aleida and Jan Assmann, "Schrift, Tradition und Kultur," Wolfgang Raible, ed., *Zwischen Festtag und Alltag. Zehn Beiträge zu Thema 'Mündlichkeit und Schriftlichkeit'* (Tübingen: Narr, 1988), p. 28-29; Jan Assmann, *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen* (Munich: Beck, 1997), p. 42-56.

as I conceive of it, pertains most fundamentally to this large-scale social existence. It is here that we are obliged to elaborate this concept beyond Halbwachs' theoretical framework and to reformulate it in two essential ways.

The first revision of the concept of collective memory I propose concerns the interpretation of the *symbolic* realm through which remembered experience that is shared by vast groups can be grasped and communicated. Symbols are complex phenomena and the idea of public communicability of collective memory among vast groups requires a precise interpretation of the symbol. At one level, symbols may be defined in a narrow sense where they represent what is absent or what cannot be grasped in the sensuous realm – such as the State or the sacred. Yet at another, more fundamental level symbols also have a broader function, for they confer spatio-temporal configuration and logical order on immediate experience itself.<sup>19</sup> In this broad sense, symbols lend intelligibility to experience as it is communicated through language, gesture or style and is embodied in memory. As such, they lend spontaneous intelligibility to the public world in which more particular forms of communication among small groups and individuals are deployed. In an urban environment, for example, I immediately familiarize myself with spatial differences between private yards and public parks or semi-public shopping malls, even before I explicitly reflect on them, just as the background music I hear in an airport or supermarket, a restaurant or church gives me direct clues concerning the surrounding social milieu. Collective memory is rooted in a many-layered web of interwoven shared symbolic structures that orient spatio-temporal awareness and

<sup>19</sup> My approach to the symbol is in part inspired by the thought of Ernst Cassirer. What I have borrowed from him concerns less the theory of symbolic forms that he presented in the three volumes of his *Philosophy of Symbolic Forms* than what he conceived to be the “primordial forms of synthesis” (*Urformen der Synthesis*) – space, time, and number – for which symbols provide the ordering principle. See Ernst Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen*, vol. 3 (Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1994), p. 17. I have dealt with this theme in more detail in my introduction to J. A. Barash, ed. *The Symbolic Construction of Reality: The Legacy of Ernst Cassirer* (Chicago: University of Chicago Press, 2008), p. ix – xx. To this I might add the remarkable approach to the symbol found in Nelson Goodman's work *Ways of Worldmaking*, which explicitly draws on Cassirer's theory of the symbol for his conception of “worldmaking”. Nelson Goodman, *Ways of Worldmaking* (Indianapolis: Hackett, 1978).

the conceptual logic it deploys. The continuity of this web attests the ongoing link between past and present within the horizon of experience recalled by overlapping living generations.

A second revision of the concept of collective memory requires interpretation not only of the active functions of memory in a collective context, but above all the realms of *passivity* that underlie the weave of symbols that lend cohesion to group remembrance in a public world. Beyond the recollections that are explicitly acknowledged by groups, the notion of passivity identifies implicit levels of shared remembrance. In this framework, collective memory does not only concern commemorative acts, vestiges of the past displayed in museums, or even the ongoing public significance of a past that has been experienced and transmitted by contemporaries but, first and foremost, vast reservoirs of meaning that are latent sources of interpretation underlying public existence and configuring group identities. These passive symbolic networks serve as anthropological preconditions of group existence in a common world. Far from monolithic structures, the weave of symbolic significations flowing from these passive depths is in constant state of fragmentation as it is transmitted and interpreted among a plurality of groups that make up a given social context; it is also marked by discontinuity and flux brought on by the arrival of new generations and the gradual demise of older contemporaries. Even where the broad intelligibility of general linguistic and other symbolic categories is retained over centuries, the more specific nuances groups invest in them, constituting the living context and intrinsic sense of their co-existence, is subject to remarkable and often barely palpable variability as collective memory recedes into the historical past.

Fragmentation and discontinuity in the shared context of remembrance mark the finitude of living groups. The finite temporal scope of this context comes to light in the collective inability, by virtue of any specific capacity of *memory*, to rise beyond the horizon of living generations to penetrate the remote depths of the historical past. This can only be achieved to a very limited extent through painstaking historical reconstruction in which memory in its proper sense plays only an indirect role.

Beyond historical continuities of the spirit presumed to be capable of comprehending and retaining the essential significance of past experience, and beyond continuities taken to be unconsciously elaborated by organically transmitted dispositions, the concept of collective memory highlights an incommensurable diversity of temporal contexts which, in its tacit dimension, is readily overlooked. As the nuances of contextual divergence fade from living memory, subtle metamorphoses in the symbolic underpinnings of group experience flowing from its passive reaches are no longer recalled to group awareness. The more fully the contours of contextual divergence between past and present fall from awareness, the more readily nuances are forgotten that distinguish memory retained by living generations from the historical past.

### III

In this third and final section of my talk, an example drawn from literature will serve to further elucidate my conception of collective memory as the mark of group finitude. This conception of memory is illustrated with particular eloquence in the work of Marcel Proust, *A la recherche du temps perdu*.

At the original level of personal awareness itself, Proust emphasizes the essential heterogeneity of experience over time. It is memory, as he describes it, which lends cohesion to the disparate moments of individual life where, as he writes, the “agile shuttles of the years weave the threads between those of our recollections that at first seem the most independent of one another”.<sup>20</sup> In this manner Proust indicates the way in which unity is constructed out of a radical diversity of personal recollections in the changing perspective of time:

“It is true that these changes have occurred without our being aware of them; but the distance between the memory which suddenly returns and our present personality, as

20 «[...] les navettes agiles des années tissent des fils entre ceux de nos souvenirs qui semblaient d’abord les plus indépendants...». Marcel Proust, «La prisonnière,» *A la recherche du temps perdu*, vol. 3 (Paris: Gallimard/Pléiade, 1954), p. 848.

also between two memories of different years and places, is so great that it would suffice, apart from their specific uniqueness, to make comparison between them impossible. Yes, if a memory, thanks to forgetfulness, has been unable to contract any tie, to forge any link between itself and the present, if it has remained in its own place, of its own date, if it has kept its distance [...] it makes us suddenly breathe an air new to us just because it is an air we have formerly breathed [...] which offers that deep sense of renewal only because it has been breathed before, inasmuch as the true paradises are paradises we have lost.”<sup>21</sup>

In the sphere of personal awareness, memories taken from different periods may be wholly disparate and seemingly incommensurate in regard to our present state of being; yet, they have at the same time have been “breathed before” and are encompassed in the former atmosphere of the *same* rememberer. Memory takes on the task of harmonizing the most disparate moments of the personal past and present.

Such shifts in the context of remembrance, as Proust illustrates, are by no means limited to the sphere of personal remembrance, and are most often intimately connected to shifts in modes of social existence. Changes in sensibility and understanding of a same individual in different periods of his or her life may imperceptibly correspond to metamorphoses in milieu that are all the more difficult to detect the more they are generalized. Throughout the novel *A la recherche du temps perdu* Proust depicts such metamorphoses in individual sensibilities that stand in subtle harmony with modifications in a shared tem-

21 «Il est vrai que ces changements, nous les avons accomplis insensiblement; mais entre le souvenir qui nous revient brusquement et notre état actuel, de même qu’entre deux souvenirs d’années, de lieux, d’heures différentes, la distance est telle que cela suffirait, en dehors même d’une originalité spécifique, à les rendre incomparables les uns aux autres. Oui, si le souvenir, grâce à l’oubli, n’a pu contracter aucun lien, jeter aucun chaînon entre lui et la minute présente, s’il est resté à sa place, à sa date, s’il a gardé ses distances [...], il nous fait tout à coup respirer un air nouveau, précisément parce que c’est un air qu’on a respiré autrefois, cet air plus pur que les poètes ont vainement essayé de faire régner dans le Paradis et qui ne pourrait donner cette sensation profonde de renouvellement que s’il avait été respiré déjà, car les vrais paradis sont les paradis qu’on a perdus.» Marcel Proust, *Time regained*, tr. Stephen Hudson, Feedbooks, Project Gutenberg, p. 182; Marcel Proust, «Le temps retrouvé,» *A la recherche du temps perdu*, vol. 3, p. 869-870.

poral context. A particularly eloquent example is provided by changes in public appreciation of works of art that occur slowly over the lifetimes of individuals and groups and are often only barely noticed. Proust's example illustrates shifts in temporal context at the level of symbolic and stylistic perception which establishes, by means of shared memory, an apparent continuity between disparate moments of group experience, to the point of overshadowing and blurring what, in its originality, stands in sharp contrast with patterns of perception that predominated in the past.

At an early point in his novel, "Le côté des Guermantes", Proust evokes the work of the renowned modern painter, Jean Auguste Dominique Ingres, who enjoyed enormous popularity at the beginning and in the middle of the 19<sup>th</sup> century. Ingres was the preferred painter of Napoléon Bonaparte, who commissioned a number of his works, and was later admired by his nephew Napoléon III. Ingres became famous for his representations of themes that harked back to classical antiquity, and served to suggest a subtle historical link between ancient glory and that of the contemporary Napoleonic Empires. Among them were, for example, *L'apothéose de Homère* (1827), representing the bard Homer receiving homage from the great men of Greece, Rome and modern times, and *La Source* (completed in 1856), depicting a young nude girl carrying a vase, that was a favorite motif of ancient painting.<sup>22</sup> The contemporary art critic and writer Théophile Gautier expressed the opinion in 1855 that, aside from the more modern personalities depicted in the lower part of the painting, *L'apothéose de Homère* might have found its place in the art gallery of the Athenian Propylea, "among the ancient masterpieces".<sup>23</sup> And somewhat later, in his *Philosophie de l'art* (1865-1882), Hippolyte Taine, who was no admirer of Napoléon III, nor of the official art of his period, expressed

22 A more recent art critic has written the following perceptive words concerning the painting, *L'Apothéose de Homer*: «*L'Apothéose d'Homère* exalts the values of a civilization linked together in the coherent succession of history», Daniel Ternois, «Le songe d'Ossian et de la raison,» *Ossian, exposition du Grand Palais, 15 février – 15 avril, 1974* (Paris: Éditions des Musées Nationaux, 1974).

23 Théophile Gautier, *Les beaux-arts et l'Europe*, vol. 1 (Paris: Lévy Frères, 1855), p. 145.

his deep admiration for the art of Ingres: “Raphael”, as he wrote, “has no more faithful student.”<sup>24</sup>

I cite these appreciative contemporary commentaries to highlight the similarity of their judgment to that voiced by the fictive characters in Proust’s novel. Their praise of Ingres, who seemed to contemporaries to establish lines of continuity with the Renaissance and with Greek antiquity, contrasts with their initial contempt for the painting of Édouard Manet, and above all for his work *Olympia*, which resolutely broke with classical styles and topics. In representing a nude lying on her bed and staring straight at the beholder of the painting, Manet, far from alluding to classical motifs, depicted a well-known contemporary woman, Victorine Meurent, to whom a maid brings a bouquet of flowers evidently sent to her by one of her clients. The scandal that the painting provoked just a few years after the general praise that had been given to Ingres’ *La Source* confirmed the break with a previous classicism and romanticism that *Olympia* announced and that would be generally confirmed by the rise of the Impressionist movement in later years.

Proust underlines the great discontinuity in attitudes toward painting, and in public sensibility more generally, among the members of contemporary living generations. Over the course of time the initial negative reaction to Manet’s *Olympia* was followed by a gradual change in attitude as the public became more accustomed to the new impressionist style and even began to find a certain charm in it. In this paradoxical situation, as Proust writes, the seemingly unbridgeable distance between what the public had first judged to be the masterpiece of Ingres and the “horrid” work (une horreur) of Manet, diminished “to the point where the two canvases “began to appear to be twins” (les deux toiles eussent l’air jumelles).<sup>25</sup>

Proust illustrates in this example an important shift in temporal context which, in regard to artistic style, marked a subtle metamor-

<sup>24</sup> Hippolyte Taine, *La philosophie de l’art* (Paris: Fayard, 1985), p. 517.

<sup>25</sup> Marcel Proust, *Le côté des Guermantes. A la recherche du temps perdu*, vol. 2 (Paris: Gallimard/Pléiade, 1954), p. 420.

phosis in public sensibility. What is noteworthy, above all, as Proust remarked, is the fact that this change was barely acknowledged or was even unnoticed by most of the people who underwent it. Proust emphasizes this point in relating the shift in group perception of art to the most recent developments in painting in the years after the Impressionist movement had begun to win wide acceptance. In the fictive setting of the novel, the young narrator, while attending a large dinner party at the home of the Duke and Duchess of Guermantes, obtains a long awaited opportunity to see the paintings of a contemporary artist – the fictive painter Elstir – whose originality the protagonist greatly admires and most of the snobbish aristocrats in the milieu of the Duke and Duchess vehemently reject. The young protagonist comments that they remain oblivious to the variability of their own tastes and of those of their social milieu more generally. The appeasement of their earlier hostility toward Manet’s innovations has in no way led them to reflect on subtle changes in temporal context even where they are remembered although, as Proust adds, the eldest members of the generation who had witnessed this change might well have recognized its implications for their present artistic judgments.<sup>26</sup>

Changes in concrete temporal context which lead the public to gradually accept what it had previously rejected are often tacit occurrences rooted in the *passively* sedimented symbolic preconditions of group experience. It is this obliviousness to the finitude and contingency of temporal context, that Proust qualified as the incapacity to adopt the “perspective of time” (“la perspective du temps”). Where it is brought to awareness, however, this perspective permits us to get a glimpse at the finite scope of our own point of view in conjunction with a network of perceptual dispositions and conventional attitudes shared with our contemporaries. In view of shifts in context over the course of several generations spanned by the beginning and the end of *A la recherche du temps perdu*, roughly corresponding to social transformations during the period before and after the Great War, Proust introduces the no-

26 “However, the eldest would have been able to say that during their lives they had seen, the more the years removed them from the event, the unbridgeable distance diminish.” Ibid., p. 420.

tion of “lost time” that the title of the novel evokes. Lost time is neither primarily chronological nor biological; it is engendered neither by the mere passage of days and years, nor by the relentless process of ageing, but above all by radical transformations in individual sensibilities that are interwoven in a collective context formed by the shifting temporal horizon of succeeding generations. It reveals metamorphoses in human modes of understanding and of being which, in light of the change in the symbolic horizon of interaction and of communication brought on by the passage of each generation and of its living memory, casts in its wake a deepening shroud over the past’s singular texture.

This brings me to the decisive point: if we take into account the mutations in common dispositions, in shared horizons of experience and group recollections, which are not only fragmented and interpreted in different ways according to the collectivity that perceives them, but tend to fade over time, how much more radical must be the subtle changes, often unperceived, separating living generations from those whose traces, following their demise, have faded into the historical past? Here collective memory, as I conceive of it, brings to visibility the contours of group finitude and the limits of the scope of group recollection in the face of an historical past which lies beyond its pale. It is this finitude which the radical dislocation of the 20th century placed in an unprecedented relief and which came to expression in Halbwachs’ notion of the “dissolution of continuity” between present and historical past and in Proust’s conception of “Lost Time”.

I will conclude with a final illustration of this notion of the historical past lying beyond the pale of collective memory, by drawing briefly from another literary example. In 1829, roughly a century after the initial printing of an abridged version of the late 17<sup>th</sup> and early 18<sup>th</sup> century *Mémoires* of the Duc de Saint-Simon, the complete edition of this work was finally published. In the early 19th century, this publication met with great popularity at a time when the historical novel had become fashionable. What the historical novel achieved by means of fiction, Saint-Simon’s *Mémoires* seemed to accomplish, in the eyes of many contemporaries, through autobiographical narrative: the *Mémoires*, in other words, seemed to establish a line of *living* experiential continuity with an

historical past several generations away. In the mid-19th century, indeed, Hippolyte Taine, in his *Essais de critique et d'histoire* commented on this popularity of Saint-Simon's *Mémoires* in the following terms:

“Here is one of the reasons for the popularity of Saint-Simon today: he describes the exterior, like Walter Scott, Balzac and all the contemporary novelists who are willing antiquarians, auctioneers and toiletries merchants – his talent encounters our taste; the revolutions of the spirit carried us back to him.”<sup>27</sup>

A century later, in a context marked by a sense of far more pronounced historical *discontinuity*, Halbwachs, without referring to Taine's remarks, evokes the 19<sup>th</sup> century publication of the full edition of St-Simon's *Mémoires*. In sharp contrast to Taine's comments, Halbwachs expressed his doubts concerning a possible encounter with the context of St.-Simon. He wondered to what extent the French public of the 20<sup>th</sup> century could possibly penetrate the sensibility of the late 17<sup>th</sup> and early 18<sup>th</sup> century high aristocracy at the court at Versailles. The only effect of such publications, as he wrote, in referring to the temporal horizon of his contemporaries, “is to make us understand our distance from the writer and those he describes.”<sup>28</sup>

27 «Voilà une des raisons qui rendent aujourd'hui Saint-Simon si populaire; il décrit l'extérieur, comme Walter Scott, Balzac et tous les romanciers contemporains lesquels sont volontiers antiquaires, commissaires priseurs, et marchands à la toilette – son talent et notre goût se rencontrent; les révolutions de l'esprit nous ont portés jusqu'à lui.» Hippolyte Taine, «Saint-Simon – *Les Mémoires*», *Essais de critique et d'histoire* (Paris: Hachette, 1892), p. 237.

28 «Le seul effet de telles publications, c'est de nous faire comprendre à quel point nous sommes éloignés de celui qui écrit et de ceux qu'il décrit.» Halbwachs, *La mémoire collective*, p. 131.

## BIBLIOGRAPHY

- Assmann, Aleida and Jan Assmann. "Schrift, Tradition und Kultur." In *Zwischen Festtag und Alltag. Zehn Beiträge zu Thema ‚Mündlichkeit und Schriftlichkeit‘*, edited by Wolfgang Raible. Tübingen: Narr, 1988.
- Assmann, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. Munich: Beck, 1997.
- Barash, J. A. "Heidegger and the Metaphysics of Memory," *Studia Phenomenologica* 8 (2008): 401-409.
- Barash, J. A., editor, *The Symbolic Construction of Reality: The Legacy of Ernst Cassirer*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- Burke, Peter. "History as Social Memory." In *Memory*, edited by Thomas Butler. Oxford: Blackwell, 1989.
- Cassirer, Ernst. *Philosophie der symbolischen Formen*, volume 3. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1994.
- Croce, Benedetto. *Aesthetic as a Science of Expression and General Linguistic*. Translated by D. Ainslie. London: Macmillan, 1929.
- Dilthey, Wilhelm. *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*. Stuttgart: Teubner, [1910] 1973.
- Gadamer, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode*. Tübingen: Mohr, 1975.
- Gautier, Théophile. *Les beaux-arts et l'Europe*, volume 1. Paris: Lévy Frères, 1855.
- Goodman, Nelson. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett, 1978.
- Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.
- Hegel, G.W.F. *Phänomenologie des Geistes. Werkausgabe*, vol. 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970.
- Heidegger, Martin. *Kant and the Problem of Metaphysics*. Translated by James Churchill. Bloomington: Indiana University Press, 1962.
- Heidegger, Martin. *Metaphysische Anfangsgründe der Logik im Ausgang vom Leibniz*. Volume 26 of *Gesamtausgabe*. Frankfurt am Main: Klostermann, [1928] 1978.
- Koselleck, Reinhart and Hans-Georg Gadamer. *Hermeneutik und Historik*. Heidelberg: Carl Winter, 1987.
- Koselleck, Reinhart. *Zeitschichten. Studien zur Historik. Mit einem Beitrag von Hans-Georg Gadamer*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- Koselleck, Reinhart. "Conceptual History, Memory, and Identity: An Interview with Reinhart Koselleck," *Contributions* 2, no. 1, (March 2006): 99-127.
- Nietzsche, Friedrich. *Jenseits von Gut und Böse, Zur Genealogie der Moral, 1886-1887*. Volume 6, 2 of *Jenseits von Gut und Böse, Kritische Gesamtausgabe*. Edited by Giorgio Colli and Mazzino Montinari. Berlin: Walter de Gruyter, 1968.
- Nietzsche, Friedrich. *Aus dem Nachlass der Achzigerjahre. Briefe (1861-89)*. Volume 4 of *Werke*. Edited by Karl Schlechta. Frankfurt am Main/Berlin/Vienna: Ullstein 1979.
- Moore, Gregory. *Nietzsche, Biology, and Metaphor*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2002.
- Renan, Ernest. *L'avenir de la science. Pensées de 1848*. Paris: Calmann/Lévy, 1905.
- Renan, Enest. *Qu'est-ce qu'une nation? et autres essais politiques*. Paris: Agora, 1992.
- Proust, Marcel. *Le côté des Guermantes*. Volume 2 of *A la recherche du temps perdu*. Paris: Gallimard/Pléiade, 1954.
- Proust, Marcel. *La prisonnière*. Volume 3 of *A la recherche du temps perdu*. Paris: Gallimard/Pléiade, 1954.

Taine, Hippolyte. *La philosophie de l'art*. Paris: Fayard, 1985.

Taine, Hippolyte. «Saint-Simon – *Les Mémoires*.» In *Essais de critique et d'histoire*. Paris: Hachette, 1892.

Ternois, Daniel. «Le songe d'Ossian et de la raison.» In *Ossian, exposition du Grand Palais, 15 février – 15 avril, 1974*. Paris: Éditions des Musées Nationaux, 1974.

**Referência para citação:**

Barash, Jeffrey Andrew. “Collective Memory and Historical Time.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 11-37.



## **João Rodolfo Munhoz Ohara**

### **The Disciplined Historian: “Epistemic Virtue”, “Scholarly Persona”, and practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography**

---

This paper discusses theoretical issues raised by studying Brazilian professional historiography through the concepts of “epistemic virtue” and “scholarly persona” as proposed by Herman Paul. Transitioning from 19th century Western Europe to late 20th century Brazil, or to any other historical situation, for that matter, might result in problems if one assumes these concepts are designed to explain only a specific historical situation. I try to solve such problems by situating both working concepts in relation to a broader horizon, that of the practice of subjectivation. In this sense, constellations of epistemic virtues and the whole body of practices related to the scholarly self should be understood as instances of the broader games of power which establish the norms governing a specific field. Palavras-chave: epistemic virtues; scholarly self; subjectivation; Brazilian historiography.

---

### **O Historiador Disciplinado: “Virtude Epistémica”, “Persona Acadêmica” e práticas de subjectivação. Uma proposta para o estudo da historiografia profissional brasileira**

Este artigo aborda aspectos teóricos levantados pelo estudo da historiografia profissional brasileira através dos conceitos de “virtude epistémica” e “persona acadêmica” propostos por Herman Paul. A transição da Europa Ocidental do séc. XIX para o Brasil de finais do séc. XX, ou para qualquer outra situação histórica, pode revelar-se problemática se se assumir que estes conceitos servem para explicar apenas uma situação histórica específica. Procuro resolver esses problemas situando ambos os conceitos relativamente a um horizonte mais vasto, o da prática de subjectivação. Neste sentido, as constelações de virtudes epistémicas e todo o conjunto de práticas relacionadas com a identidade acadêmica devem ser entendidos como instâncias de jogos de poder mais abrangentes, os quais estabelecem as normas que governam um campo específico.

Keywords: virtudes epistémicas; persona acadêmica; subjectivação; Historiografia Brasileira.

# The Disciplined Historian: “Epistemic Virtue”, “Scholarly Persona”, and practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography

João Rodolfo Munhoz Ohara\*

The publication of important works such as *L'Écriture de l'Histoire*, by Michel de Certeau, *Comment on Écrit l'Histoire*, by Paul Veyne, in France, or *Metahistory*, by Hayden White, in the United States, can be considered a point from which it is no longer possible to ignore the fact that the historian's careful, methodical craft is itself a product of historical circumstances.<sup>1</sup> Whether historians are now more conscious of the limits of their work remains an open question. In Brazil, at least, there have been many texts published in recent decades proclaiming “revolutions” in professional historiography and attempting to assess the state of the field based mainly on anecdotal evidence or personal experience.<sup>2</sup> Even what could be the only systematic and almost ex-

\* PhD student at the São Paulo State University (Unesp) and guest researcher at Leiden University ([oharajrm@gmail.com](mailto:oharajrm@gmail.com)).

1 To the point that these books are still read in most historical theory courses in Brazil. Of the three cited, *Metahistory* was the last one to be translated and published in Brazil. The reception of these books is still to be more thoroughly studied.

2 For only a few examples, see Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer, and Vera Lucia Amaral Ferlini, “Escola Uspiana de História,” *Estudos Avançados* 8, n. 22 (1994): 349-58; Luzia Margareth Rago, “As Marcas da Pantera: Michel Foucault na Historiografia Brasileira Contemporânea,” *Anos 90* 1, n. 1 (1993): 121-43; Luzia Margareth Rago, “O Efeito-Foucault na Historiografia Brasileira,” *Tempo Social* 7, n. 1-2 (1995): 67-82; Ronaldo Vainfas, “História Cultural e Historiografia Brasileira,” *História: Questões & Debates* 50 (2009) 217-35. In a later article, Rago writes a much more elaborate account of Brazilian professional historiography, even if it is still far from being a systematic study. See Luzia Margareth Rago, “A ‘Nova’ Historiografia

haustive study of Brazilian professional historiography in the 1980s falls short of delivering more than a shallow census of the profession, presenting simple data tables as “statistics”.<sup>3</sup> In this sense, the recent qualitative and quantitative growth of projects and publications on the history of historiography in Brazil is a good sign.<sup>4</sup>

From all of the possible approaches available to those with professional historiography as their research object, I would like to discuss a particular approach based on a proposal made by Herman Paul in 2011.<sup>5</sup> He argues that after having made historical texts the central object of their reflections for at least five decades, those working in historical theory, the philosophy of history, and the history of historiography would do well to turn to the practical dimension of the historian’s work. His proposal, then, is to study the “doings” of historians in relation to the exercise of “epistemic virtues” and the cultivation of a “scholarly self” by reference to “scholarly personae”.

The concept of “epistemic virtue” refers to the dispositions, skills, or habits that an individual must possess, cultivate, and/or exercise in order to be able to arrive at what could be loosely defined as knowledge. For example, one should practice intellectual humility in order to be prepared for being wrong, or to consider other arguments without prejudice. For epistemologists this is mostly a matter of finding out what these virtues might be in an abstract, universal way, but such an approach is of little use to historians. Following Paul, I argue that what matters is to analyze how different virtues or sets of virtues are mobilized at different times and by different

Brasileira,” *Anos 90* 7, n. 11 (1999): 73-96.

3 Carlos Fico and Ronald Polito, *A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma Avaliação Historiográfica* (Ouro Preto: Ed. UFOP, 1992).

4 For example, there is now a society for historians interested in the theory and history of historiography (*Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*), and there are at least three specialized journals, one of which, *História da Historiografia*, recently received the highest grade possible in the Brazilian national system of journal rankings, managed by the Ministry of Education. Also, the 2<sup>nd</sup> Conference of the International Network for Theory of History will be hosted in Ouro Preto in August 2016.

5 Herman Paul, “Performing History: How Historical Scholarship Is Shaped by Epistemic Virtues,” *History & Theory* 50, n. 1 (2011): 1-19. Since then, Paul has published further important texts on this subject, one of the most recent being Herman Paul, “What Is a Scholarly Persona? Ten Theses on Virtues, Skills, and Desires,” *History & Theory* 53, n. 3 (2014): 348-71.

groups in order to set standards by which one could “produce knowledge”.

But while those virtues can be more or less specifically defined by individuals in their particular fields by reference to how practicing individual virtues may lead to better results, the concept of the “scholarly persona” is more difficult to grasp. The scholarly persona is better understood at the level of an ideal type, an abstraction that may not be seen in its purest form in the “real world”, but nevertheless has heuristic value by helping to explain certain patterns in historical data. In this sense, even when we deal with a historiographical field in which a certain set of epistemic virtues may be commonly accepted, those virtues may be arranged in such different ways, and combined with such different non-epistemic characteristics, that we may say there are different scholarly personae to which individuals in a field may relate to produce their scholarly selves. For example, in my own research I look at how professional (academic) historians mobilize axiological language not to refer to books and texts, but to the qualities of people, establishing what it would be desirable for a historian to be.

In this paper I would like to discuss these two concepts as part of a broader horizon – that of subjectivation<sup>6</sup> practices. In other words, I would like to consider the cultivation of a scholarly self and the practice of epistemic virtuous behavior as instances of a more general set of practices which aim at constructing a subject which is able to perform a given task – in our case, to “*faire l’histoire*”.<sup>7</sup> In the first part of the text I will sketch working definitions for the concepts epistemic virtue and

6 Alan Milchman and Alan Rosenberg have discussed the terms *assujettissement* and *subjectivation*, which they translate as subjectification and subjectivation, respectively. However, for this paper I would like to conflate these terms under the word “subjectivation”, not only for the sake of simplification, but also because I understand *assujettissement* in Foucault to be grasping an inherent tension between disciplinary powers and the possibility of “being conducted otherwise”. In other words, the argument I advance in this paper considers both discipline and self-fashioning as instances of production of subjectivity. For Milchman and Rosenberg, see Alan Milchman and Alan Rosenberg, “The Final Foucault: Government of Others and Government of the Self,” in *A Foucault for the 21st Century: Governmentality, Biopolitics and Discipline in the New Millennium*, ed. Sam Binkley and Jorge Capetillo (Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009), 62-71.

7 In this sense, it is possible to locate our research in relation to the question posed by Michel de Certeau many years ago: “Que fabrique l’historien, lorsqu’il ‘fait de l’histoire’?” Michel de Certeau, *L’Écriture de l’Histoire* (Paris: Gallimard, 1975), 63.

scholarly persona, pointing to the differences between what could be called the historical and philosophical uses of these concepts. Thereafter I will arrive at the core of my argument: that this whole body of prescriptive dispositions, which a field can and effectively does use, is part of a broader machinery to produce subjectivity. In other words, I adopt Michel de Certeau's insight that a work of history is more like a product at the end of a production line than the output of the individual who signs as its author.<sup>8</sup> Studying the formation of scholarly selfhood as an instance of subjectivation should allow one to address historical situations other than that of European professional historiography during the 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries, as illustrated by reference to my own research on late 20<sup>th</sup> century Brazilian professional historiography.

#### **“EPISTEMIC VIRTUE” AND “SCHOLARLY SELF”**

In a text published in 2011, Herman Paul argued that philosophers of history and historians of historiography should expand their territories to include the practical dimension of the historian's work. From Hempel to White, history was treated like a final product, ready for inspection, and it was the theorist's job to assess it, or describe how it worked, or should work – first with historical explanation, then with historical narrative. Paul's proposal was that we should also study history writing as performance, as a practice.

Historians bending over ancient documents carefully removed from gray folders in brown archival boxes, or writing a draft of a journal article, are engaged in performative activities. They read, select, associate, interpret, define, and formulate, not to mention a dozen other activities, which they undertake often simultaneously, often unreflectively, and often, perhaps, in less than full conformity to what

<sup>8</sup> “Comme la voiture sortie par une usine, l'étude historique se rattache au *complexe* d'une fabrication spécifique et collective bien plus qu'elle n'est l'effet d'une philosophie personnelle ou la résurgence d'une 'réalité' passée. C'est le *produit* d'un lieu.” Certeau, *L'Écriture de l'Histoire*, 73. Italics in the original.

their methodology textbooks once told them to do.<sup>9</sup>

Analyzing historians' practices would require a different set of concepts, a new framework different from those of the discussions regarding historical texts. Both the concepts of epistemic virtue and scholarly persona aim to address these issues. Although they have different origins, Paul argued they could be articulated in order to provide a framework for questioning the rules by which historians play when doing their work.

The concept of epistemic virtue comes from the discussions of epistemologists regarding the properties of individuals engaged in cognitive activities. Virtue epistemologists argue that in order to know something one needs to possess or exercise certain dispositions or attributes. In this sense, virtue epistemology is the branch of epistemology which aims at discussing what those characteristics would be and how they could be of help in the justification of knowledge.<sup>10</sup> This approach constitutes what I would like to call the *philosophical use* of the concept: its main objective is to discover, describe, and discuss epistemic virtues as universal, abstract entities; its main question is "what dispositions, skills, or faculties can help an individual to know something?"

In contrast, what I call *historical use* has a distinctive historicist flavor. Here, the task is not to come up with an exhaustive list of epistemic virtues and discuss why they should count as virtues, but

9 Paul, "Performing History," 3.

10 I will not discuss here the main internal debates in virtue epistemology, such as the reliabilist-responsibilist divide. For more on virtue epistemology see Abrol Fairweather and Linda Trinkaus Zagzebski, eds. *Virtue Epistemology: Essays on Epistemic Virtue and Responsibility* (Oxford (UK): Oxford University Press, 2001); Michael R. DePaul and Linda Trinkaus Zagzebski, eds. *Intellectual Virtue: Perspectives from Ethics and Epistemology* (Oxford (UK): Oxford University Press, 2003); Robert Campbell Roberts and W. Jay Wood, *Intellectual Virtues: An Essay in Regulative Epistemology* (Oxford (UK): Oxford University Press, 2007); Heather D. Battaly, ed. *Virtue and Vice, Moral and Epistemic* (Malden: Wiley-Blackwell, 2010); John Greco, *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity* (Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010); Jason S. Baehr, *The Inquiring Mind: On Intellectual Virtues and Virtue Epistemology* (Oxford (UK): Oxford University Press, 2011); Tim Henning and David P. Schweikard, eds. *Knowledge, Virtue, and Action: Essays on Putting Epistemic Virtues to Work* (London: Routledge, 2013); Abrol Fairweather, *Virtue Epistemology Naturalized: Bridges between Virtue Epistemology and Philosophy of Science* (New York: Springer, 2014); Mark Alfano, ed. *Current Controversies in Virtue Theory* (New York: Routledge, 2015).

to describe and analyze how different characteristics are considered virtuous in different contexts.<sup>11</sup> In this sense, the main objective of the historical use of the concept of epistemic virtue is to study how, in different contexts, cognitive tasks were thought to require certain dispositions in order to be executed. So, for those historians or theorists of historiography inclined to accept Paul's proposal and to focus on historians' practices, the concept of epistemic virtue should be of great importance. It allows for the establishment of a framework according to which they can describe how historians assess their peers and their peers' work *as historians*.<sup>12</sup>

Methodology manuals are full of virtue language, describing how historians should or should not behave in this or that situation. As Paul argues, "The idea that a historian's 'doings' can be conceptualized in terms of virtues and vices would hardly have surprised such methodology textbook authors as Charles Victor Langlois, Charles Seignobos, John Martin Vincent, and Marc Bloch."<sup>13</sup> Such axiological language would also appear in obituaries, letters, and book reviews. In assessing their peers, it was (and still is) not uncommon for historians to engage as much in an evaluation of their conduct as in the content of their work.<sup>14</sup>

The concept of the scholarly persona is, in a certain way, an ex-

11 Paul recognizes this distinction between philosophical and historical use, and specifically discusses some problems entailed by such a relativistic approach in Herman Paul, "Weak Historicism: On Hierarchies of Intellectual Virtues and Goods," *Journal of the Philosophy of History* 6, n. 3 (2012): 369-88. Still, his published works all point towards a historical use of the concept, in the sense that he mainly describes how different kinds of historians consider different characteristics to be virtuous or not in different contexts.

12 These practices of evaluation should also point us towards a better understanding of the functioning of power in the scholarly environment, as the criteria of evaluation are intrinsically tied to different hierarchies of epistemic virtues and epistemic goals. See Paul, "Weak Historicism".

13 Paul, "Performing History," 5.

14 See for example Kasper Risbjerg Eskildsen, "Inventing the Archive: Testimony and Virtue in Modern Historiography," *History of the Human Sciences* 26, n. 4 (2013): 8-26; Pieter Huistra, "The Trial of Henry of Brederode: Historians, Sources and Location under Discussion in 19th-Century Historiography," *History of the Human Sciences* 26, n. 4 (2013): 50-66; Herman Paul, "The Heroic Study of Records: The Contested Persona of the Archival Historian," *History of the Human Sciences* 26, n. 4 (2013): 67-83; Herman Paul, "Manuals on Historical Method: A Genre of Polemical Reflection on the Aims of Science," in *The Making of the Humanities: The Modern Humanities*, ed. Rens Bod, Jaap Maat, Thijs Weststeijn (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014), 171-82.

pansion of the former concept. A scholarly persona is a set of epistemic and non-epistemic characteristics in relation to which one cultivates, exercises, or subverts, represses, in order to be recognized as a scholar. In other words, the scholarly persona is an abstraction that allows us to recognize how certain social roles are perceived to have a distinct persona that can be recognized by certain general features. Paul relates his concept to that of the “scientific persona” described by Lorraine Daston and Otto Sibum,<sup>15</sup> and to the reflections on the “persona of the philosopher” by Conal Condren, Stephen Gaukroger, and Ian Hunter.<sup>16</sup> But there are important distinctions to make in relation to both those projects. For Daston and Sibum, the persona is something much more abstract and less susceptible to historical fluctuations; their interest in the scientific persona is focused on much larger time scales and with much broader generalizations. They are also not interested in non-epistemic factors, taking for granted that one’s aim should always be knowledge, without considering any other possible motivations.<sup>17</sup> For Condren et al., on the other hand, each philosophical school would engage in disputing the characteristics of the persona of the philosopher. In this sense, they frame distinctions between schools of thought as disputes between “ways of being a philosopher”, rather than between substantive differences in the content of their doctrines, bringing an important political dimension to his inquiry. Personae are, in this approach, much less general, and require a much shorter time frame in order to be studied.

The scholarly persona, as proposed by Paul, seems to deal with

15 Lorraine Daston and H. Otto Sibum, “Introduction: Scientific Personae and Their Histories,” *Science in Context* 16, n. 1-2 (2003): 1-8.

16 Conal Condren, Stephen Gaukroger, and Ian Hunter, eds. *The Philosopher in Early Modern Europe: The Nature of a Contested Identity* (Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2006).

17 While such an abstract and general approach might be attributed to the text in question being a thematic issue introduction, I would like to argue that later works by Daston might support my reading of “Scientific Personae and Their Histories”. See, for example, Lorraine Daston and Peter Galison, *Objectivity* (Cambridge (US): The MIT Press, 2007) and Lorraine Daston and Elizabeth Lunbeck, *Histories of Scientific Observation* (Chicago: The University of Chicago Press, 2011). Other than that, Condren et al. and Paul are also working with the definition of a research agenda, making these understandings of the concept of persona quite comparable.

a greater level of generalization than Condren et al., but it is still far from that of Daston and Sibum. Not every historiographical current might have its own prescriptive notions the way philosophical schools did, like Condren et al. argue, and not every historiographical dispute entails different “ways of being a historian”, although some of them might do. On the other hand, it would not be particularly enlightening to look for the lowest common denominator for all historians over two or three centuries, as in Daston and Sibum’s proposal. Being much less formalized than other, harder sciences, history seems to provide historians with much more space for their individual idiosyncrasies than, for example, physics. Nevertheless, it would be a mistake to assume that there are no more or less general rules governing different “ways of being a historian” in certain contexts. To describe such rules, to analyze the disputes between what different groups regard as qualification to be a *proper historian* – and also *proper history* – this is the task aimed at by inquiring into the scholarly persona.

As I said earlier, the scholarly persona is not only about epistemic values, but also about non-epistemic ones. As such, it is possible to describe not only epistemic virtues or goals (such as open-mindedness or historical understanding, respectively), but also what have long been considered to be “external factors” to the production of knowledge. From financial incentives to career advancement, the concept of scholarly persona allows the questioning of non-epistemic motivations for doing history – what Paul calls *desires*.<sup>18</sup> Some useful examples include historians strongly connected to religious institutions or to political causes, and the way in which such engagements do not necessarily produce “distorted” historical accounts, but raise questions about “ways of being a historian”. These questions revolve around differences in the conduct of historians rather than the content of historical texts. In sum, one constructs his or her own scholarly self by reference to different constellations of epistemic and non-epistemic values available at specific times and places.

With the legitimacy of history written by professional historians

<sup>18</sup> Paul, “What is a Scholarly Persona?,” 362-5 and 367-9.

recently being questioned in Brazil and in other parts of the world, one might at least take into consideration the idea that “what historians do” is not an obvious category anymore – if it ever was.<sup>19</sup> Both this questioning of historians’ authority over the past and of their monopoly over what can or should be said about the past should be more than enough evidence to disrupt the supposedly homogeneous and consensual figure of “the historian”. Paul’s proposal enables us to do that.

### PRACTICES OF SUBJECTIVATION

One might legitimately ask how one can justify applying such concepts to 20<sup>th</sup> century Brazilian historiography. Although such a question would miss the fact that Paul himself mentions 20<sup>th</sup> century examples in his theoretical papers,<sup>20</sup> I would like to answer this hypothetical question by presenting my central thesis: the phenomena that both concepts of “epistemic virtue” and “scholarly self” allow us to grasp are part of a broader machinery of subjectivation, and as such, it is possible to explore the instances of this machinery in different times and places, thus allowing for a wide variety of historical situations to be investigated.<sup>21</sup>

What I understand to be the “machinery of subjectivation” is a set of discursive formations which are responsible for establishing the rules according to which one may occupy a subject position. These machineries have been studied by Michel Foucault in different books, such as *Surveiller et Punir* and *La Naissance de la Clinique*, where

19 I refer here to the recent *Comissão Nacional da Verdade* (National Commission of Truth), which was responsible for extensive research into and the production of a long report regarding crimes against humanity committed by the Brazilian state during military dictatorship. There was no historian among the Commission’s major associates and its aim to “uncover historical truth” was questioned as partisan by many in Brazil. Furthermore, a recent proposal to regulate the profession of “historian” raised concerns from many people, including fellow historians, who see such regulation as unnecessary and even dangerous. The national association of historians in Brazil (ANPUH) supports the proposal.

20 For example, in Paul, “Performing History,” 5.

21 I would not like to suggest that Paul shares or agrees with such a view on the relationship of scholarly selfhood and subjectivation. Although he mentions Foucault *en passant* in one paper, I am not sure he would absolutely agree with my own interpretation and appropriation of his proposal.

knowledge and power intertwine to construct the figures of the delinquent, the sick, or the doctor.<sup>22</sup> The subject position of the doctor is of particular interest here: the individual signing the papers does not matter so much as the position he/she embodies. The doctor is a figure of knowledge and power, and in order to occupy such a position, to play such a role, has to adhere to certain discursive rules of conduct; the doctor must learn the techniques to read the body of another and embody the “medical gaze”. The doctor too is the product of a machinery of subjectivation. In another instance, Foucault studied what he called “the care of the self”: techniques one could perform in order to *know oneself* and *become another*.<sup>23</sup> While some saw this last turning to the self as the return of the modern subject, I would like to argue that the care of the self is nothing more than another instance of subjectivation. Believing in a simple opposition between “subjectivation” on the one hand and “freedom” on the other makes the whole Foucauldian questioning of power void. Freedom is not equal to the absence of subjectivation, but the possibility of “being conducted otherwise”, and of establishing a *critical attitude* towards the world.<sup>24</sup>

By this production of subjectivities the practitioners of certain academic disciplines are *disciplined*. They learn concepts and read certain texts considered important by their fields, but they also learn how *to be* historians. Like the doctors Foucault studied, historians learn the art of the “historical gaze”. They learn what is considered epistemically virtuous – should they pursue absolute precision in source criticism or should the final narrative take precedence over factual accuracy? – but also what kind of non-epistemic factors should matter – what role

22 Michel Foucault, *Surveiller et Punir. Naissance de la prison* (Paris: Gallimard, 1975); Michel Foucault, *Naissance de la Clinique* (Paris: PUF, 1963).

23 Luther H. Martin, Huck Gutman, and Patrick H. Hutton, eds. *Technologies of the Self: A Seminar with Michel Foucault* (Amherst: University of Massachusetts Press, 1988); Michel Foucault, *L'Herméneutique du Sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)* (Paris: Gallimard/Seuil, 2001); Michel Foucault, *Le Gouvernement de Soi et des Autres. Cours au Collège de France (1982-1983)* (Paris: Gallimard/Seuil, 2008).

24 See, for example, Michel Foucault, *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France (1977-78)* (Paris: Gallimard/Seuil, 2004); Michel Foucault, “Qu'est-ce que les Lumières?” in Daniel Defert, François Ewald, ed., *Dits et Écrits, v. IV* (Paris: Gallimard, 1994), 562-78; Michel Foucault, *Qu'est-ce que la critique?* (Paris: Vrin, 2015).

should the nation, or classes, or gender play in history?<sup>25</sup> From then on, not only have they acquired specific cognitive skills, but also non-epistemic references in relation to which they position themselves as historians – politically, ethically, and aesthetically.<sup>26</sup>

In this sense, telling the story of scholarly selfhood in professional historiography is describing different configurations of this machinery responsible for producing a subjectivity which is able to “tell something about the past”. What were the different epistemic virtues required of historians to do history of a certain kind? What kind of incentives did they have in order to work in this and not that field? What were the non-epistemic motivations for the rise in this or that kind of history? It is at once a study of the conditions of the possibility of professional historiography (its social place) and of the long process by which one can acquire certain traits which enable one to “be a historian” (the practices). As Certeau put it a long time ago, “Telle est la double fonction du lieu. Il *rend possibles* certaines recherches, par le fait de conjonctures et de problématiques communes. Mais il en *rend d’autres impossibles*; il exclut du discours ce qui est sa condition à un moment donné; il joue le rôle d’une censure par rapport aux postulats présents (sociaux, économiques, politiques) de l’analyse.”<sup>27</sup> The social place of history is, then, the point at which we may grasp this machinery in action – where one tries to mold his or her scholarly self by reference to a repertoire of scholarly personae available in his or her historical situation.

This conceptual architecture allows us to work with context as diverse as 19<sup>th</sup> century Europe and 20<sup>th</sup> century Brazil. The category of “practices of subjectivation” is abstract enough to serve as a reference for our analysis in different contexts, but is also defined by certain rules of procedure so that it does not allow us to “say whatever we want”. In other words, it provides us with a problem in the genealogical sense,

25 They might also learn early that those same non-epistemic factors may either open “new and exciting” professional opportunities or make them completely inaccessible.

26 See, for example, Herman Paul, “Manuals on Historical Method” and Herman Paul, “What is a Scholarly Persona?”

27 Certeau, *L’Écriture de l’Histoire*, 78. Italics in the original.

that is, a specific question to be answered by reference to different historical instances.<sup>28</sup>

### METHODOLOGICAL ISSUES

In order to be able to engage in such an enterprise, it is necessary to solve some methodological problems. What sources would one need in order to study the subjectivation of historians? And what would one need to look for in such sources? Paul's sources are, as I mentioned earlier, mainly letters, obituaries, and manuals. These materials are common for the period he works with (19<sup>th</sup> century Europe), but not so common for others, like 20<sup>th</sup> century Brazil. With the late professionalization of history in Brazil, many of the methodology manuals used were translations from European manuals. Universities only became the main venue for historians by the second half of the 20<sup>th</sup> century, and most of the letters written by lesser known professors were not archived. Some universities have records of the courses taught in this period, but the archives were not organized or even catalogued. To solve the problem of the lack of sources, I turned to book reviews.

Since the middle of the 20<sup>th</sup> century onwards, Brazilian professional historiography has mainly been based in universities. The military dictatorship which ruled the country from 1964 to 1985 passed an extensive law reforming Brazilian higher education in 1968, and by the end of the 1980s it was possible to see the first results of the growing number of history departments with post-graduation programs.<sup>29</sup> Up until 1981, only the University of São Paulo (USP) had a PhD program

28 When I say “a problem in the genealogical sense”, I would like to refer to the specific instances where Foucault's genealogy was criticized by historians on the basis of what they thought was “lacking in history”. The most well-known example is probably Jacques Léonard's criticisms of *Surveiller et Punir*, specially how it ignored the French Revolution in its narrative. The point here is that genealogy pursues specific problems which do not necessarily require an exhaustive search for “more and more context”.

29 For a good overview of the higher education system in Brazil during the military dictatorship, see Rodrigo Patto Sá Motta, *As Universidades e o Regime Militar* (Rio de Janeiro: Zahar, 2014). For a narrower study of Brazilian higher education during the military dictatorship, much less critical to the military regime, see Luiz Antônio Cunha, *A Universidade Reformada: o Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior* (São Paulo: Editora Unesp, 2007).

in history; between 1981 and 1986, four new PhD programs were established, but these were still concentrated in the south and southeast regions.<sup>30</sup> Despite this scenario, there were already some journals circulating in the 1980s, and I was able to find useful material from these.

Although book reviews are usually evaluations of books, it is not uncommon for the reviewer to refer to the qualities of people rather than the qualities of books, or to the qualities of a text that can only exist because of the work done before the writing. A simple example is, “This book was based on extensive archival research, and updated bibliography”. A book can only be “based on extensive archival research, and updated bibliography” if its writer carried out the necessary research and reading. If the reviewer thought this information was relevant enough for it to be mentioned, even if only for the sake of convention, this says something about the sort of work a historian is supposed to do. This axiological language is important if one aims at describing the epistemic virtues a historian should demonstrate.

Such evaluative language also allows for solving the tension between what prescriptive manuals say and what historians “actually” do because book reviews evaluate the results of long research. As such, even if the conduct of the author or the reviewer contradicts what is said in methodology manuals, the way this assessment is made should be evidence of what is considered important. Not that these kinds of sources should be taken more seriously than the manuals, rather that they express different instances of the process of subjectivation – prescription and assessment. In other words, these sources are related to different aspects of this machinery, and should provide a foundation for us to understand different parts of the process of subjectivation.<sup>31</sup>

30 Fico and Polito, *A História no Brasil*, 33.

31 Other useful sources for this kind of approach are those used by Paul himself – obituaries, letters, and manuals – but also any public debates or speeches, for they also frequently mobilize evaluative language. With that said, time and budget limitations restricted my own specific research focus to book reviews only.

## CONCLUSION

Of course there are other possible approaches to the task of showing how the figure of the historian has been constructed in different contexts. In the Brazilian history of historiography one may find good works which deal with this subject.<sup>32</sup> However, the concepts proposed by Herman Paul, which I have appropriated and tried to situate here in relation to a broader theoretical scheme, provide a promising framework through which to understand how different “ways of being a historian” can emerge or disappear.<sup>33</sup>

A whole body of mystical references is mobilized when historians talk about their own doings: hearing the voices of the past, the ghosts of the past, the archive as a place of contact with those who are no longer with us.<sup>34</sup> The conceptual architecture I have discussed in this paper aims at making those references understandable – not in the sense of unveiling a deeper, hidden truth, but in the sense of establishing the relationships these references had with what historians expected of their peers. This conceptual architecture should enable us to relate assertions like “Le bon historien, lui, ressemble à l’ogre de la légende. Là où il flaire de la chair humaine, il sait que là est son gibier”<sup>35</sup> to a whole body of points of reference according to which such words can function. This is an attempt to write a history of historiography which is more than the chronicle of great names (usually *male*), writing great works, or of the succession of historiographical schools. Of course those

32 See, for example, Angela de Castro Gomes, *História e Historiadores* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996); Rodrigo Turin, “Uma Nobre, Difícil e Útil Empresa: o Ethos do Historiador Oitocentista,” *História da Historiografia* 2 (2009): 12-28; Maria da Glória de Oliveira, “Fazer História, Escrever a História: Sobre as Figurações do Historiador no Brasil Oitocentista,” *Revista Brasileira de História* 30, n. 59 (2010): 37-52.

33 There is one paper from a Brazilian historian which tries to dialogue with Paul’s proposal. See Maria da Glória de Oliveira, “O Nobre Sacerdócio da Verdade: Reflexões sobre o Ofício do Historiador no Brasil Oitocentista,” *Lusíada. História* 9/10 (2013): 191-207. Other than that, Paul’s proposal has resonated mostly with Anglophone audiences.

34 Not only with Ranke, Michelet, or Guizot. See Michel de Certeau, *Histoire et Psychanalyse* (Paris: Folio Gallimard, 2002); Arlette Farge, *Le Goût de l’Archive* (Paris: Seuil, 1989). See also Jo Tollebeek, “‘Turn’d to Dust and Tears’: Revisiting the Archive,” *History & Theory* 43, n. 2 (2004): 237-48; Kasper Risbjerg Eskildsen, “Leopold Ranke’s Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography,” *Modern Intellectual History* 5, n. 3 (2008): 425-53.

35 Marc Bloch, *Apologie pour l’Histoire ou le Métier d’Historien* (Paris: Armand Colin, 1974), 35.

works have a place, but they should not be our only way of treating historiography historically.<sup>36</sup>

By studying how Brazilian historians have assessed the performance of their peers, my research aims to show not only the values these historians cherished, or what kind of skills they needed for their work, but also the extent to which we should be mindful of how our own selves are affected by power today. In the spirit of the historical ontology of the present, the central point of this enterprise is not so much to exhibit “our professional forefathers” as relics of an ancient, dead past, but to enable us to think critically about our own “ways of being a historian”.

<sup>36</sup> Here I would like to echo the concerns of Stefan Collini, “‘Discipline History’ and ‘Intellectual History’: Reflections on the Historiography of the Social Sciences in Britain and France,” *Revue de Synthèse* 109, n. 3/4 (1988), 387-399.

## BIBLIOGRAPHY

- Alfano, Mark, ed. *Current Controversies in Virtue Theory*. New York: Routledge, 2015.
- Baehr, Jason S. *The Inquiring Mind: On Intellectual Virtues and Virtue Epistemology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2011.
- Battaly, Heather D., ed. *Virtue and Vice, Moral and Epistemic*. Malden: Wiley-Blackwell, 2010.
- Bloch, Marc. *Apologie pour l'Histoire ou le Métier d'Historien*. Paris: Armand Colin, 1974.
- Capelato, Maria Helena Rolim, Raquel Glezer, and Vera Lucia Amaral Ferlini. "Escola Uspiana de História." *Estudos Avançados* 8, n. 22 (1994): 349-58.
- Certeau, Michel de. *Histoire et Psychanalyse*. Paris: Folio Gallimard, 2002.
- Certeau, Michel de. *L'Écriture de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- Collini, Stefan. "'Discipline History' and 'Intellectual History': Reflections on the Historiography of the Social Sciences in Britain and France." *Revue de Synthèse* 109, n. 3/4 (1988): 387-399.
- Condren, Conal, Stephen Gaukroger, and Ian Hunter, eds. *The Philosopher in Early Modern Europe: The Nature of a Contested Identity*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2006.
- Cunha, Luiz Antônio. *A Universidade Reformada: O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- Daston, Lorraine and H. Otto Sibum. "Introduction: Scientific Personae and Their Histories." *Science in Context* 16, n. 1-2 (2003): 1-8
- Daston, Lorraine and Peter Galison. *Objectivity* (Cambridge (US): The MIT Press, 2007)
- Daston, Lorraine and Elizabeth Lunbeck. *Histories of Scientific Observation* (Chicago: The University of Chicago Press, 2011).
- DePaul, Michael R., and Linda Trinkaus Zagzebski, eds. *Intellectual Virtue: Perspectives from Ethics and Epistemology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2003.
- Eskildsen, Kasper Risbjerg. "Inventing the Archive: Testimony and Virtue in Modern Historiography." *History of the Human Sciences* 26, n. 4 (2013): 8-26.
- Eskildsen, Kasper Risbjerg. "Leopold Ranke's Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography." *Modern Intellectual History* 5, n. 3 (2008): 425-53.
- Fairweather, Abrol. *Virtue Epistemology Naturalized: Bridges between Virtue Epistemology and Philosophy of Science*. New York: Springer, 2014.
- Fairweather, Abrol, and Linda Trinkaus Zagzebski, eds. *Virtue Epistemology: Essays on Epistemic Virtue and Responsibility*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2001.
- Farge, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Seuil, 1989.
- Fico, Carlos and Ronald Polito. *A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma Avaliação Historiográfica*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1992.
- Foucault, Michel. *Naissance de la Clinique*. Paris: PUF, 1963.
- Foucault, Michel. *Le Gouvernement de Soi et des Autres. Cours au Collège de France (1982-1983)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2008.
- Foucault, Michel. *L'Herméneutique du Sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2001.
- Foucault, Michel. *Qu'est-ce que la Critique?* Paris: Vrin, 2015.
- Foucault, Michel. "Qu'est-ce que les Lumières?" In Daniel Defert, François Ewald, ed., *Dits et Écrits, v. IV*, 562-78. Paris: Gallimard, 1994.
- Foucault, Michel. *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France (1977-78)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

- Foucault, Michel. *Surveiller et Punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- Gomes, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- Greco, John. *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.
- Henning, Tim, and David P. Schweikard, eds. *Knowledge, Virtue, and Action: Essays on Putting Epistemic Virtues to Work*. London: Routledge, 2013.
- Huistra, Pieter. "The Trial of Henry of Brederode: Historians, Sources and Location under Discussion in 19th-Century Historiography." *History of the Human Sciences* 26, n. 4 (2013): 50-66.
- Martin, Luther H., Huck Gutman, and Patrick H. Hutton, eds. *Technologies of the Self: A Seminar with Michel Foucault*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Oliveira, Maria da Glória de. "Fazer História, Escrever a História: Sobre as Figurações do Historiador no Brasil Oitocentista." *Revista Brasileira de História* 30, n. 59 (2010): 37-52.
- Oliveira, Maria da Glória de. "O Nobre Sacerdócio da Verdade: Reflexões sobre o Ofício do Historiador no Brasil Oitocentista." *Lusíada. História* 9/10 (2013): 191-207.
- Paul, Herman. "Manuals on Historical Method: A Genre of Polemical Reflection on the Aims of Science." In *The Making of the Humanities: The Modern Humanities*, ed. Rens Bod, Jaap Maat, Thijs Weststeijn, 171-82. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014.
- Paul, Herman. "Performing History: How Historical Scholarship Is Shaped by Epistemic Virtues." *History & Theory* 50, n. 1 (2011): 1-19.
- Paul, Herman. "The Heroic Study of Records: The Contested Persona of the Archival Historian." *History of the Human Sciences* 26, n. 4 (2013): 67-83.
- Paul, Herman. "Weak Historicism: On Hierarchies of Intellectual Virtues and Goods." *Journal of the Philosophy of History* 6, n. 3 (2012): 369-88.
- Paul, Herman. "What is a Scholarly Persona? Ten Theses on Virtues, Skills, and Desires." *History & Theory* 53, n. 3 (2014): 348-71.
- Rago, Luzia Margareth. "A 'Nova' Historiografia Brasileira." *Anos 90* 7, n. 11 (1999): 73-96.
- Rago, Luzia Margareth. "As Marcas da Pantera: Michel Foucault na Historiografia Brasileira Contemporânea." *Anos 90* 1, n. 1 (1993): 121-43.
- Rago, Luzia Margareth. "O Efeito-Foucault na Historiografia Brasileira." *Tempo Social* 7, n. 1-2 (1995): 67-82.
- Roberts, Robert Campbell, and W. Jay Wood. *Intellectual Virtues: An Essay in Regulative Epistemology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2007.
- Tollebeek, Jo. "'Turn'd to Dust and Tears': Revisiting the Archive." *History & Theory* 43, n. 2 (May 2004): 237-48.
- Turin, Rodrigo. "Uma Nobre, Díficil e Útil Empresa: o Ethos do Historiador Oitocentista." *História da Historiografia* 2 (2009): 12-28.
- Vainfas, Ronaldo. "História Cultural e Historiografia Brasileira." *História: Questões & Debates* 50 (2009) 217-35.

#### Referência para citação:

Ohara, João Rodolfo Munhoz. "The Disciplined Historian: "Epistemic Virtue", "Scholarly Persona", and practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 39-56.

## **Marcello Felisberto Moraes de Assunção**

### **A historiografia portuguesa em tempos de “política do espírito”: o caso da revista *Brasília*, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949)**

---

Pretendemos, neste estudo, perscrutar as relações entre a historiografia portuguesa e as práticas institucionais da “política do espírito” salazarista, tendo a revista *Brasília*, entre os anos de 1942 e 1949, como um caso exemplar dessas relações. Em um primeiro momento, demonstraremos as relações entre o campo historiográfico e o salazarismo de forma geral. Em seguida, direcionamos o foco para a produção historiográfica da revista *Brasília* com o intuito de salientar as relações entre essas produções e a defesa do discurso da unidade da História entre Brasil e Portugal. Assim, evidenciaremos como essa suposta unidade é criada a partir de uma imagem “cristã” e “humana” do processo colonizador português no Brasil, tornando clara a vinculação desta historiografia com uma visão de mundo autoritária, imperialista e etnocêntrica.

Palavras-chave: Historiografia; Salazarismo; Política do Espírito; Etnocentrismo.

---

### **The Portuguese historiography in times of “politics of the spirit”: the case of *Brasília*, the magazine of the Brazilian Studies Institute of the University of Coimbra (1942-1949)**

We intend in this study scrutinize the relations between the Portuguese historiography and the institutional practices of the Salazar’s “Policy of the Spirit”, and the *Brasília* Magazine, in the years 1942-1949, as an exemplary case of these relations. Then we direct the focus to the historical production of *Brasília* magazine in order to highlight the relations between these productions and the defense discourse of the unity of history between Brazil and Portugal. So, will highlight how this supposed unity is created from a “Christian” and “human” image of Portuguese colonization process in Brazil, making clear the link of this historiography with a authoritarian, imperialist and ethnocentric world vision.

Keywords: Historiography; Policy of the spirits; Salazarism; Ethnocentrism.

# A historiografia portuguesa em tempos de “política do espírito”: o caso da revista *Brasília*, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949)

Marcello Felisberto Morais de Assunção\*

Os anos 1930 representaram um período de grande crescimento da produção editorial em Portugal, havendo um verdadeiro surto de revistas relacionadas à temática colonial<sup>1</sup>. Nesse contexto, surgira uma produção periódica voltada para a aproximação entre Brasil e Portugal. Tal fato pode ser atribuído à crescente proximidade institucional entre intelectuais de ambos os lados do Atlântico, como também, no âmbito estatal, em razão de políticas oficiais que desembocam no apoio à formação de instituições, criação de periódicos, eventos e na consolidação de acordos culturais e ortográficos<sup>2</sup>. A revista *Brasília* é um caso emblemático desse processo. A mesma emerge em 1942 como publicação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de Coimbra, com o apoio oficial, em seus dois primeiros números (1942-1943), do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Publicava artigos e críticas de portugueses e brasileiros que visavam difundir a cultura e a história brasileira a partir dos seus vínculos com Portugal, seja no período colonial ou na história recente. Foi uma

\* Universidade Federal de Goiás e ICS-UL [[marcellofma@gmail.com](mailto:marcellofma@gmail.com)]

1 Sobre esse “boom”, ver o capítulo II da tese de doutoramento de Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira, *A Revista de História* (1912-1928): Uma Proposta de Análise Histórico-Históricográfica (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 2012).

2 Carmem G. Burget Schiavon, *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras* (Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007).

produção acadêmica e institucional, predominantemente publicada por intelectuais vinculados à Universidade de Coimbra e/ou às instituições oficiais do regime<sup>3</sup>. Seu último número foi publicado em 1968.

Neste artigo, não aprofundaremos todas as nuances internas da revista (diretores, seções, etc.), mas perscrutaremos uma dimensão específica da mesma: o estudo de sua produção historiográfica (seja ela produzida, propriamente, por historiadores ou por intelectuais fora do campo) nos seus três primeiros números (1942-1943, 1949). Por isso deixaremos de lado o contexto específico das relações entre Brasil e Portugal e da política do pan-lusitanismo, já perscrutado em minha dissertação de mestrado<sup>4</sup>. Para assim aprofundarmos propriamente no estudo da história produzida por esta revista. Entretanto, antes de aprofundarmos no tema, a partir dos artigos e críticas da revista, contextualizaremos a produção da História em Portugal, para assim compreendermos melhor as relações entre a historiografia produzida no período com aquela que foi publicada na revista *Brasília*.

## 1. O CAMPO HISTORIOGRÁFICO PORTUGUÊS EM TEMPOS DE “POLÍTICA DO ESPÍRITO”

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos restituir o confronto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.<sup>5</sup>

3 Como apontei em minha dissertação de mestrado sobre a Revista *Brasília*, nos anexos 7, 8 e 9, a grande maioria dos intelectuais que publicavam na revista eram intelectuais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ou ex-alunos, e, também, em alguns casos, pessoas ligadas a outras instituições acadêmicas ou à institucionalidade de forma geral, ver: Marcello Felisberto Moraes Assunção, “*Ver o Outro nos Próprios Olhos*”: A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949) (Tese de mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2014), 137-147.

4 Marcello Felisberto Moraes Assunção, “*Ver o Outro nos Próprios Olhos*”: A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949).

5 António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. 2 (Coimbra: Coimbra Editora, 1959), 130.

A História foi, dentro ou fora da academia, durante o salazarismo, de suma importância para a construção e afirmação de um *ethos* lusitano imperialista e corporativista. Sua escrita esteve mediada por uma gestão das lembranças que buscou, através de certas instituições, criar condições para que os intelectuais portugueses soubessem o que deveria ser dito e o que deveria ser silenciado, como Salazar deixa explícito na epígrafe supracitada. Nesse sentido, há uma íntima relação da escrita da História com a política salazarista.

Para Jorge Ramos do Ó “as regras da reconstrução histórica e inteligibilidade do passado se apresentavam como solenidade retórica de coisas já unânimes”<sup>6</sup>. O salazarismo, por meio da montagem de um dispositivo cultural, entre os anos de 1933 e 1949, buscou institucionalizar e unificar as distintas produções no seio do campo da cultura, em diversos âmbitos, com o intuito de controlar e censurar qualquer expressão de dissenso e de glorificar as vozes a favor do regime<sup>7</sup>. A historiografia, a Etnologia, a Antropologia, a Geografia e outras disciplinas foram usadas em diversos momentos como instrumentos para afirmar os mitos do Estado Novo. Jorge Ramos do Ó considera esse período de fausto da política cultural de pretensão totalitária como os anos da “política do espírito”<sup>8</sup>, período em que se insere a produção editorial da revista *Brasília* e de tantas outras surgidas com o apoio de instituições vinculadas direta ou indiretamente ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e, posteriormente, ao Secretariado Nacional de Informação (SNI).

Uma parcela significativa do campo intelectual português do período reiterou, a partir de sua vinculação com o projeto oficial da política cultural do Estado Novo português, uma interpretação da História de Portugal, e de suas ex-colônias, de pretensão universal, mas que se direcionou para a afirmação de suas mitologias nacionais. Esse

6 Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999), 78.

7 Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999), 19.

8 Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999).

enquadramento da memória esteve presente ao longo das críticas, artigos e conferências da revista *Brasília*, partindo da positividade de uma interpretação que glorificava o legado português no mundo, e em particular no Brasil, ou na correção hipercrítica de obras que negavam esse legado.

Tal perspectiva analítica, que torna certa interpretação da história como “absoluta” e “irrefutável”, não é estranha ao que se fazia no campo historiográfico português do período, ou mesmo fora deste campo. Encontramos na produção historiográfica dominante uma visão oficial da história que foi reiterada por instituições para além da Universidade de Coimbra, que buscavam afirmar o papel do português na construção do mundo moderno. Não é, dessa maneira, mero acaso o número elevado de análises sobre o passado colonial e ultramarino, pois seria nesses períodos que encontraríamos, segundo esses intelectuais, um “exemplo para o presente”, alimentando a ideia de que o regime salazarista seria “o futuro do nosso melhor passado”<sup>9</sup>.

Ao se voltarem para esse passado longínquo, intelectuais predominantemente católicos e integralistas – como João Ameal, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Rodrigues Cavalheiro, A. Mattoso, entre outros – defendiam um nacionalismo que continha, em sua essência, os supostos “valores eternos da lusitanidade”. Ignorava-se o passado recente e, sobretudo, as revoltas republicanas (revirahistas), comunistas ou anarquistas, massacradas ao longo do processo de institucionalização do salazarismo<sup>10</sup>, ou mesmo as crises sociais no período da economia de guerra nos anos 1940<sup>11</sup>, em prol de uma História harmônica de grandes heróis e mitos nacionais.

Para Vitorino Magalhães Godinho, os grandes empreendimentos historiográficos do período, como é o caso da “*Edição Barcelos*”, diri-

9 Fernando Catroga, “Ritualizações da História,” In *História da História de Portugal*, ed Fernando Catroga, Fernando, José Maria Amado Mendes e Luís Reis Torgal (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 585.

10 Luís Farinha, “O Revirahlo: revoltas republicanas contra a ditadura do Estado Novo (1926-1940)”. (Lisboa: Editorial Estampa, 1998).

11 Fernando Rosas, “Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa 1939-1945”. (Lisboa: Editorial Estampa, 1990).

gida por Damião Peres, não serviram de trampolim para um aprofundamento da História. Portanto, foram obras que mais “fecha[ra]m os horizontes” do que trouxeram uma renovação no campo da pesquisa historiográfica<sup>12</sup>. Essa incapacidade de renovação aconteceu, em grande medida, por conta do isolamento da intelectualidade portuguesa em relação às grandes correntes culturais e ideológicas do período (historiografia britânica, Annales, marxismo, sociologia do conhecimento etc.), não dando continuidade ao legado inovador de figuras como Oliveira Martins e Alexandre Herculano<sup>13</sup>. Godinho também aponta alguns outros problemas da historiografia portuguesa decorrentes desse seu isolamento, como a falta de estudos econômicos e sociais, a “exaltação” de heróis e períodos históricos e o isolamento dos acontecimentos de Portugal frente à História geral da Europa. Fatores estes que restringiram o campo historiográfico português do período analisado a pensar a sua inserção no âmbito de uma história problematizador<sup>14</sup>.

Francisco José Calazans Falcon, em uma análise global da historiografia portuguesa, argumenta, de forma análoga à de Godinho, que o isolamento de Portugal foi um dos grandes motivos para a permanência de modelos historiográficos bastante criticados no período. O processo de renovação teria sido amputado com a perseguição, exílio, ou exclusão daqueles que não aceitavam o estado da arte dominante<sup>15</sup>. Das produções intelectuais emergidas dessa conjuntura, a Revista Portuguesa de História da Faculdade de Letras de Coimbra destaca-se como o espaço mais importante para a discussão dos debates em torno da História medieval e ultramarina, no âmbito de uma perspectiva “documentalista” e “narrativa” própria da influência da escola metódica.

12 Vitorino Magalhães Godinho, “Historiografia Portuguesa no Século XX,” in *Antologia da Historiografia Portuguesa: de Herculano aos nossos Dias*, A. H. Marques. (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975), 276.

13 Vitorino Magalhães Godinho, “Historiografia Portuguesa no Século XX,” in *Antologia da Historiografia Portuguesa: de Herculano aos nossos Dias*, A. H. Marques. (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975), 276.

14 Vitorino Magalhães Godinho *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (Lisboa: Editorial Presença, 1991), 8.

15 Francisco José Calazans Falcon, “Historiografia Portuguesa Contemporânea: Um Ensaio Histórico Interpretativo,” *Estudos históricos* 1 (1988): 92.

Todavia, em todos os seus volumes, publicados de 1941 até a década de 1960, não há um artigo sequer sobre os séculos XIX e XX<sup>16</sup>.

A narrativa histórica produzida pela Academia Portuguesa de História foi também defensora da interpretação oficial do salazarismo. A instituição foi criada pelo decreto-lei n.º 26 611 de 19 de maio de 1936, quando António Carneiro era ministro da Educação Nacional. Este foi um dos principais espaços de releitura da História portuguesa, com o objetivo de cultuar as tradições e as figuras notáveis da pátria segundo uma perspectiva nacionalista ufanista. Tal objetivo é explícito no terceiro e quarto artigos do estatuto da instituição:

3.º- Organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do governo, os processos referentes a problemas históricos sobre os quais haja divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interesse nacional;

4.º- Publicar, em língua portuguesa e estrangeira, obras de consulta que facilitem o seguro conhecimento de tudo que se relacione com a expansão civilizadora de Portugal no mundo<sup>17</sup>.

A defesa dessa ortodoxia, no seio do campo historiográfico, atravessou um amplo espectro de intelectuais da heterogênea direita portuguesa. Além da produção acadêmica, desenvolvida em periódicos e instituições, citada até aqui, podemos encontrar essa visão da História de Portugal também em outras expressões sobre o passado fora da academia, e, em particular, no ensino de História e na iconografia histórica das grandes festividades portuguesas dos anos 1930 e 1940.

Como aponta grande parte da historiografia contemporânea, o ensino de História foi o principal *locus* de reprodução de uma narrativa histórica oficial instrumentalizada durante o salazarismo. Segundo

16 A. H. Marques, *Antologia da Historiografia Portuguesa: de Herculano aos nossos Dias* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975), 49.

17 Estatutos da Academia Portuguesa de História *apud*, Luis Reis Torgal, “Sob o signo da ‘reconstrução nacional,’” in *História da História de Portugal*, ed Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal. (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 251.

Sérgio Campos Matos, desde o início da ditadura militar, em 1926, o ensino de História passou por uma série de reformas que buscavam, de forma geral, instrumentalizar os currículos em prol dos valores de um regime declaradamente autoritário, corporativo, antiliberal, antidemocrático e antissocialista. No entanto, é somente a partir de 1936 que ocorrerá uma adaptação substantiva do ensino em prol da construção de uma mentalidade nacionalista e corporativa<sup>18</sup>.

Com a adoção do uso do livro único, no quadro de radicalização fascizante do período da Guerra Civil Espanhola (1936), há uma virada no sistema de ensino português, no sentido da transmissão de uma memória coletiva ultranacionalista, intensificando o conteúdo patriótico dos programas da maior parte das disciplinas e fortalecendo o controle sobre professores e suas aulas<sup>19</sup>. Concomitante à institucionalização do uso do livro único, também são instauradas uma série de decretos-lei que passaram a reger os conteúdos do professor em sala de aula, como é o caso exemplar do decreto-lei de 1936 n.º 27084, que diz no art.º 33.º: “O professor (...) imprimirá ao ensino o sentido colonial e corporativista”<sup>20</sup>. E no art.º 5.º: “Tudo quanto (...) tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta e gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objeto de censura”<sup>21</sup>.

Desta forma, o ensino de História foi um dos instrumentos na caracterização das mitologias nacionais, incorporando os diversos lugares comuns da História oficial. A glorificação das grandes personalidades históricas – Afonso Henriques, Nun’Álvares, Camões, António Vieira, Infante D. Henrique, D. João IV, Alexandre Herculano, etc. – foi cen-

18 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 340.

19 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 170.

20 Decreto-lei n.º 27 084 *apud* Sérgio Campos Matos, “O Ultranacionalismo da Memória Institucional,” in *Portugal Contemporâneo (1926-1968)*. Volume IV, ed. António Reis. (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), 344.

21 Decreto-lei n.º 27 084 *apud* Sérgio Campos Matos, “O Ultranacionalismo da Memória Institucional,” in *Portugal Contemporâneo (1926-1968)*. Volume IV, ed. António Reis. (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), 344.

tral no seio dessas narrativas<sup>22</sup>. Estas figuras históricas foram usadas como modelos míticos, exemplos para o presente.

Ao analisar o conteúdo dos livros únicos da época, Matos resalta o papel do herói nessas produções. A ideia do herói-estadista, que se sacrifica em favor da construção da nação, foi bastante útil ao salazarismo, pois colocava Salazar ao lado desses grandes heróis, considerando-o por sua “incondicional” entrega ao interesse pelo “bem comum” nacional, acima de tudo<sup>23</sup>. Quem está em dissenso ou fora dos valores do “português no mundo” é representado nessas narrativas como “infiel”, “bárbaro”, “selvagem”, “desnacionalizado”<sup>24</sup>. Os livros didáticos serviram, portanto, para a construção de uma consciência histórica imperialista, nacionalista e corporativista, hipervalorizando a ação do herói individual, canonizado, e afirmando, dentro desse sistema de valores maniqueísta, os períodos de “penumbras e as luzes”, os “demônios e heróis<sup>25</sup>”.

Na iconografia das festas centenárias e comemorações dos anos 1930 e 1940, o herói é também uma figura central. Comemoram-se intensivamente as glórias dos fundadores e restauradores (Afonso Henriques, D. João IV, etc.) e dos descobridores e conquistadores (Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama etc.). O Padrão comemorativo é antiliberal, antissocialista, antidemocrático e projeta em seus discursos uma leitura “humanizadora” da colonização e do poder “heroico da raça”. A organização dessas iconografias serve-se de uma “lição apaixonada de História<sup>26</sup>”, que afirma o lugar do português no mundo por meio da teatralização. As exposições foram uma reiteração do *ethos* imperialista e

22 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 166.

23 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 169.

24 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 172.

25 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 172.

26 Fernando Catroga, “Ritualizações da História,” In *História da História de Portugal*, ed Fernando Catroga, Fernando, José Maria Amado Mendes e Luís Reis Torgal (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 585.

corporativista, o qual o regime buscava veicular. Através da orquestração de António Ferro, na parte interna do Secretariado de Propaganda Nacional/ Secretariado Nacional de Informação, houve uma homogeneização do discurso de tais festividades, a despeito de suas especificidades.

Fora deste enquadramento oficial podemos citar alguns poucos casos de uma historiografia heterodoxa nos anos da “Política do Espírito”. Com o protagonismo de António Sérgio, Jaime Cortesão e Veiga Simões encontramos a introdução de novos problemas a partir de um olhar que incorpora elementos da História Econômica, Social e também da Sociologia<sup>27</sup>. Dessa forma, não é por mero acaso que estes serão as grandes influências de uma oposição insurgente na década de 1940, em meio à crise social, econômica e política do regime, como é o caso de Vitorino Magalhães Godinho. Estes intelectuais são um exemplo não só em razão de suas teorias e historiografia, mas também por seu confronto político que levou grande parte de tal heterodoxia ao exílio.

Em síntese, podemos afirmar que a História acadêmica foi predominantemente retrógrada, tanto em um âmbito teórico – por seu enquadramento nos pressupostos da Escola Metódica em seu caráter “documentalista” e supostamente “desapaixonado” de fazer História –, como no político – uma defesa velada e, em alguns casos, explícita ao autoritarismo corporativista de Salazar. No caso das histórias fora da academia, como aquelas no ensino de História e no comemoracionismo glorificador do passado heróico, houve uma clara e explícita instrumentalização da História no intuito de fomentar uma concepção de mundo vinculada ao salazarismo.

Essa prática historiográfica vinculada às “verdades eternas” do Estado Novo foi denominada por João Paulo Avelãs Nunes como “paradigma historicista e neo-metódico”<sup>28</sup>. Segundo o autor, a historiografia, em

27 José Manuel Guedes Sousa, “Vitorino Magalhães Godinho: História e Cidadania” (Tese de mestrado, Universidade de Lisboa, 2012), 10.

28 João Paulo Avelãs Nunes, “A História Econômica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974): Ascensão e Queda de um Paradigma Historiográfico (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993).

particular a seção de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (local onde emerge a *Brasília*), serviu como *locus* de reprodução de uma memória quase que perfeitamente adequada aos intentos do regime. Para Nunes, este paradigma poderia ser sintetizado a partir dos seguintes elementos, que são, em sua maioria, correspondentes ao que vamos encontrar logo à frente na análise da *Brasília*:

Durante o seu longo período de estruturação e reprodução, o “historicismo neo-metódico” significou, nomeadamente, empirismo factualista e valorativo; delimitação de objetos de estudo de curto e médio prazos, ignorando-se as análises de longo prazo; nacionalismo e eurocentrismo; preferência pelas idades clássica, medieval ou moderna e ‘esquecimento’ da época contemporânea; valorização das vertentes político-institucional militar e diplomática, religiosa e da cultura erudita, com a inerente desvalorização das questões económicas, sociais e das “culturas heterodoxas”, atribuição de relevância explicativa à atuação das “grandes personalidades” – responsáveis pelas “grandes ideias” e pelos “grandes acontecimentos” – e silenciamento do papel desempenhado por determinadas camadas da população (pobres, mulheres e crianças, minorias, membros de “raças inferiores”, etc), identificação de “períodos de apogeu”, “épocas de decadência” e “etapas indignas” (...) limitação dos contatos com estudos e investigadores de diversos outros países e diabolização/perseguição dos proponentes de historiografias alternativas<sup>29</sup>.

Por um lado, a análise da *Brasília* permite perceber a operatividade global do paradigma “historicista neo-metódico”. Por outro, apreender as relações entre essa escrita e os processos de nacionalização da cultura na criação do “novo homem”, ao qual a “política do espírito” almejava<sup>30</sup>. Portanto, passaremos a analisar a materialidade específica

29 João Paulo Avelãs Nunes, “O Estado, a Historiografia e Outras Ciências/Tecnologias Sociais,” in *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*, ed. João Paulo Avelãs Nunes, Américo Freire. (Coimbra: IUC, 2013), 9-10.

30 Essa pretensão totalizante e historicista na busca de um “ser nacional” da política cultural oficial do Estado Novo português, não deve ser isolada ao caso português, como se pode constatar comparativamente ao analisar as práticas do órgão oficial de propaganda do Estado Novo no Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este órgão, ao angariar em torno

da revista *Brasília* afim de confrontar seus discursos com essa visão mais global da historiografia em tempos de “política do espírito”, com a particularidade de ser uma revista voltada para o estudo da cultura e História brasileira.

## 2. A IMAGEM DA HISTÓRIA COLONIAL BRASILEIRA NA REVISTA *BRASÍLIA*

É tempo de Portugal vir depor no tribunal da História, exibindo as certidões dos seus arquivos e reivindicando para o Brasil a honra de haver sido a primeira colônia da América em que gerou o sentimento da pátria: em que mais depressa se desenvolveram as letras e as artes: aquela que maiores sacrifícios teve de mostrar para defender a sua integridade (...) A importância que este austero trabalho de ciência histórica deverá assumir, tanto nas relações entre os dois povos, como na exaltação da consciência nacional brasileira, é de produzir na América a prole cavalheiresca dos heróis da guerra contra a Holanda, o talento político do Barão do Rio Branco e do Marechal Floriano, o gênio de Rui Barbosa, de Gonçalves Dias, Euclides da Cunha, de Machado de Assis (...) não merece ser suplantado no seu domicílio geográfico por outras raças e deve encontrar a resistência de uma consciência nacional orgulhosa das suas tradições e das suas origens, para não converter em uma alma híbrida e inconsciente aquela alma idealista ainda desde o embrião no materno seio da raça<sup>31</sup>.

Carlos Malheiro Dias, na conferência supracitada, proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1921, sobre o seu livro “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, sintetiza muito bem a busca por grande parte da intelectualidade portuguesa de humanizar o processo colonizador português, fazendo o Brasil reconhecer,

de si, por meio do apoio a várias instituições, uma ampla gama de intelectuais, incluindo historiadores, contribuiu, de forma análoga ao SPN, para o apoio a uma historiografia nacionalista e reprodutora dos designios do regime, a despeito das nuances internas. Para uma análise do fenômeno (nomeadamente no seio da revista *Cultura Política*), ver: Ângela de Castro Gomes, *História e Historiadores* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996).

31 Carlos Malheiro Dias apud Marie-Jo Ferreira, *Os Portugueses, Atores das Relações Luso-Brasileiras, Fim do Século XIX, Início do Século XX*, 7. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas\\_no\\_arquivo/2007/palestra\\_MarieJoFerreira.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf).

por meio dos documentos históricos do período colonial (sua “certidão de nascimento”), o papel preponderante do português na sua História. Este objetivo verbalizado por Carlos Malheiros Dias pode ser encontrado nas diversas seções da revista *Brasília* que publicam artigos, documentos, críticas e conferências em torno de discussões no âmbito historiográfico. Na seção “História” – onde se resenham livros e periódicos de História escritos por brasileiros –, “Documentos” – considerados como parte da História comum luso-brasileira –, ou nas conferências e artigos – realizados também por portugueses, com temáticas em torno da História do Brasil e de suas personalidades –, encontramos uma estrutura significativa comum: a defesa intransigente da ação do português na matriz cultural brasileira.

Como não poderia ser diferente, os autores brasileiros selecionados em artigos, conferências ou nos livros a serem lidos reiteravam a positividade do português na construção do Brasil. Além de tudo, todos estes são, implícita ou explicitamente, nacionalistas e, em muitos casos também, antiliberais, antissocialistas e antidemocratas. Por conseguinte, estão mais ou menos em sintonia com a produção historiográfica portuguesa e, em particular, com a escola historiográfica coimbrã. Dentre os temas mais recorrentes estão aqueles que envolvem o período pré-independência do Brasil (1822). A colônia é entendida como a instância mítica onde originou-se a nacionalidade e organizaram-se as instituições culturais tão caras à sua formação social. Em uma carta de Mario Albuquerque publicada no primeiro volume da *Brasília* – que, ao ser invocado a escrever um artigo “doutrinário” para este, alega a impossibilidade, mas escreve alguns apontamentos em homenagem a Rebelo Gonçalves –, o mesmo refere alguns dos motivos para o estudo do Brasil em seus primórdios (História Colonial), para os portugueses e brasileiros:

Para nós, Portugueses, é um dever, uma necessidade, conhecer integralmente o Brasil – na sua ação e no seu espírito, no seu passado e nas suas possibilidades atuais. Se os brasileiros encontram no estudo das coisas portuguesas

uma fonte de ideias e de energia espiritual – o conhecimento e o culto das origens foram sempre para os povos um estímulo patriótico –, nós encontramos no estudo do Brasil certezas e esperanças consoladoras, verdadeiro antídoto para o pessimismo nacional (...). Se a epopeia da Índia é mais sumptuosa, mais estatuária, com grandes gestos, a epopeia do Brasil é mais fecunda, mais duradoura. Em nenhuma parte como aqui revelamos tão nitidamente o nosso sentido construtivo, a nossa extraordinária capacidade de resistência e sofrimento, a nossa tenacidade<sup>32</sup>.

O estudo do Brasil deveria voltar-se, portanto, para a compreensão da “verdade irrefutável”, de que a História supostamente afirma o Brasil enquanto prova das potencialidades colonizadoras do português. Este suposto *ethos* lusitano não poderia ser negado nas análises, visto que era um imperativo para o “estímulo patriótico” de ambos os lados do Atlântico. Diz ainda que “conhecer devotadamente” o Brasil seria por si só um ato nobre de política, “política do pan-lusitanismo”<sup>33</sup>. A demonstração da singularidade da colonização portuguesa frente aos outros processos é um tema recorrente em uma grande diversidade de artigos. Tal singularidade “confirma[ria]” o mito da nação supostamente “pluriracial” e “harmônica”.

José Agostinho, no artigo “Os açorianos e o clima do Brasil”, busca evidenciar a “assombrosa capacidade adaptativa” do português aos diversos climas e circunstâncias do mundo<sup>34</sup>. Seu principal indício para tal formulação está no clima das ilhas de Açores, mais de acordo com o clima tropical. Sendo assim, o português estaria mais adaptado a essas regiões do que os europeus em geral, tendo sido por isso mais apto para

32 Mário de Albuquerque apud *A Vida do Instituto de Estudos Brasileiros* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros), 754.

33 Mário de Albuquerque apud *A Vida do Instituto de Estudos Brasileiros* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros), 756.

34 José Agostinho, *Os Açorianos e o Clima do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946), 135.

a colonização do Brasil<sup>35</sup>. Segundo Agostinho, as circunstâncias sob as quais o português sobreviveu a tão diferentes situações ainda seriam um mistério que deve ser desvendado por uma grande gama de estudiosos, em suas distintas especialidades, para assim “esclarecer a mágica deste povo, que, tão diminuto em número, levou o seu sangue, a sua civilização e a sua língua às mais desvairadas partes do orbe”<sup>36</sup>.

Essa mística em torno da ação portuguesa no mundo também é afirmada por Ferraz de Carvalho em um artigo intitulado “Angola, pequeno Brasil”. Neste texto, o autor argumenta que a “vocaçãõ Atlântica” de Portugal, país “abandonado no calcanhar da Europa”<sup>37</sup> deve-se à sua vinculação com o mar e ao seu isolamento frente aos outros países. Sua vocação expansionista teria sido, segundo o autor, devida a essa necessidade do Atlântico em sua História. Em razão desta “capacidade inata” como colonizador, Portugal fez, segundo Carvalho, com que a colonização em Angola fosse “um exemplo para o mundo”, destacando a qualidade do expansionismo *sui generis* português<sup>38</sup>.

Este processo de colonização deteria como sua principal particularidade uma colonização “cristã”, que “civiliza”, sendo, portanto, análoga ao que se teria feito no Brasil<sup>39</sup>. Para o autor, em Angola estaria se formando um “novo Brasil” (o pequeno Brasil), que daqui a alguns anos se equipararia a esse irmão mais velho. Esta suposta vocação colonizadora portuguesa, afirmada pelo “sucesso” da colonização portuguesa no Brasil, aparecerá também em grande número de obras de brasileiras que são resenhadas nos volumes da *Brasília*.

É o que se sucede na crítica de Torquato de Sousa Soares ao livro de Afrânio Peixoto, *História do Brasil*, lançado no Porto e em Lisboa,

35 José Agostinho, *Os Açorianos e o Clima do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946), 136.

36 José Agostinho, *Os Açorianos e o Clima do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946), 136.

37 A. Ferraz Carvalho, *Angola, Pequeno Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 141.

38 A. Ferraz Carvalho, *Angola, Pequeno Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 142.

39 A. Ferraz Carvalho, *Angola, Pequeno Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 143.

em 1940. Antes de adentrar na análise da obra propriamente dita, Souza Soares cobre Afrânio de elogios, considerando-o como “o glorioso arauto da unidade espiritual luso-brasileira, que, com tanta elevação, nos soube dar esta certeza indestrutível”<sup>40</sup>. Afirma que a *História do Brasil* é a “lição magnífica que faz transbordar o coração do pai que a recebe”, uma vez que confirma que a “nobre missão” que Deus confiou a Portugal foi recompensada com o reconhecimento do “filho” que se volta ao “pai” com gratidão<sup>41</sup>.

Ainda registra, segundo sua perspectiva naturalizadora das relações entre ambas as nações, que essa obra afirma o sentido “natural das coisas”, já que o filho, quando mais velho, “atingindo a maioridade”, deve ser “capaz de ensinar o próprio pai”, que não sem “orgulho e radiante alegria”, recebe tal lição<sup>42</sup>. A análise da obra, é, assim, imersa nesse sentido “familiar” de Portugal (representado pelo crítico) frente ao Brasil (o “filho prodigo” Afrânio Peixoto) em seus primeiros passos (História Colonial).

Souza considera que um dos elementos mais importantes da obra foi que ao evidenciar o processo de formação do Brasil, Afrânio não se esquecera de demonstrar como o mesmo só se formou enquanto um país “grande e forte” a partir do cuidado “materno” que a metrópole havia tido com sua colônia<sup>43</sup>. Cita que Afrânio elege as características fundamentais de uma boa colonização: “boa imigração europeia, liberdade dos naturais e identidade moral de todos”<sup>44</sup>, enquadrando o caso português neste critério, e diz ser em razão da colonização portuguesa que o Brasil se manteve no pós-independência como um país “grande e coeso”<sup>45</sup>.

40 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 807.

41 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 807.

42 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 807.

43 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 810.

44 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 808.

45 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

Para o crítico, o filho (Brasil) havia esquecido o que custou ao pai defendê-lo e protegê-lo frente às diversas intempéries que confrontou ao longo do processo colonizador<sup>46</sup>. Registra que Portugal, em sua epopeia no Brasil, não pensava em “lucros ou em recompensas”, mas buscava colonizar e valorizar a terra que “nos enfeitiçou completamente”<sup>47</sup>. Todo o processo colonizador no Brasil é narrado, segundo Souza Soares em sua leitura de Afrânio, nos marcos dos supostos princípios éticos cristãos. Sendo assim, tal processo é completamente *sui generis*. Destaca o seguinte trecho de Afrânio para reiterar sua visão “familiar” e “natural” de Brasil e Portugal:

Portugal, comparado a qualquer das nações colonizadoras de ontem ou de hoje, foi benemérito; julgado em si, teve a abnegação que só tem, na linguagem humana, um epíteto: foi materno... Como essas criaturas divinas que morrem, ou ficam perpetuamente enfermas, esvaídas de fadiga e fraqueza, por terem a glória de haver criado um filho muito grande...<sup>48</sup>

Fundamentado em sua leitura de Afrânio, Souza Soares afirma que “nenhuma nação colonizadora fez mais ou melhor com as suas colônias do que Portugal”, pois países como Holanda, Inglaterra e Espanha ainda hoje “não assimilaram o indígena, nenhuma deu identidade moral ao aborígene, nenhuma nação conseguiu fazer uma nação tão una e idêntica quanto à mãe-Pátria, como Portugal”<sup>49</sup>. É por este livro supostamente exaltar o papel do português no processo colonizador brasileiro, glorificando e naturalizando as relações entre Brasil e Portugal, que o crítico o avalia positivamente, afir-

46 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

47 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

48 Afrânio Peixoto *apud* Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 810.

49 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

mando que não é pela análise de “pormenores” ou a “solidez de raciocínios”, mas um grande “rigor” que mescla o “mais puro e mais fiel patriotismo à mais rigorosa objetividade científica”<sup>50</sup>. Finaliza sua resenha afirmando que sente um grande orgulho de Afrânio por seu amor familiar, registrando que essa obra foi uma oferenda à pátria no momento do duplo centenário e por isto merece toda a “nossa gratidão”<sup>51</sup>.

Nas obras de Pedro Calmon, intituladas *História do Brasil. Primeiro tomo: As Origens (1500-1600)* e *Segundo Tomo: A Formação (1600-1700)*, resenhada por A. Pinto de Carvalho, encontramos uma perspectiva dos primeiros anos do Brasil análoga à do livro de Afrânio analisado anteriormente. Isto não é arbitrário. Ambos faziam parte da Academia Portuguesa de História e eram doutores *honoris causa* por Coimbra. Carvalho considera os anos iniciais da colonização, analisados por Calmon, como um dos capítulos mais “gloriosos da História do Portugal Ultramarino”, período que mostra, segundo o crítico, “o esforço colonizador da Metrópole, que pouco a pouco, através de múltiplas vicissitudes gerou a grandiosa nação que hoje se chama Brasil”<sup>52</sup>.

No primeiro volume, o crítico destaca o nascer tardio das colônias em decorrência das riquezas no Oriente<sup>53</sup>. Considera as capitânias hereditárias e a ação dos jesuítas, em análise da obra de Calmon, como dois importantes elementos para a formação do Brasil<sup>54</sup>. Do volume II, o crítico destaca da obra as vicissitudes da colônia frente à ocupação espanhola e a guerra contra a Holanda, sendo um momento fundante do “espírito nativista”, que teria sua existência vinculada à ação “heroica”

50 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 811.

51 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 811.

52 A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 808.

53 A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 808.

54 A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 809.

dos missionários desde o início da colonização, reiterando tal argumento a partir de uma citação de Calmon:

(...) meio século e meio de colonização portuguesa, e, talvez sem erro possamos asseverar, era o fruto da acção persistente dos religiosos que desde o início mais do que ninguém tomaram a peito a educação do indígena e o souberam erguer até tomar consciência de si mesmo<sup>55</sup>.

As instituições católicas também são um importante elemento a ser defendido na *Brasília*, como fica claro na frase de Calmon supracitada. O legado cristão (católico) deveria ser visto como algo necessariamente positivo pelos intelectuais que publicam na revista. A constante reiteração do catolicismo (através da ação evangelizadora dos missionários) como fundante para Portugal, e para todos aqueles sob a sua influência cultural (colônias e ex-colônias), foi um *a priori* de análise que não pode ser negado, já que este (em conjunto com a língua e o legado político-administrativo) afirmaria a continuidade do legado histórico no “mundo que o português criou”, sendo considerado uma das bases da afirmação de uma suposta relação “natural” e “familiar” entre o Brasil e Portugal.

O mesmo A. Pinto de Carvalho, em um artigo intitulado “A Companhia de Jesus e a colonização”, estudou a contribuição da Companhia de Jesus para o processo de colonização do Brasil nos seus anos iniciais. Para este, a Companhia de Jesus foi um dos fatores mais importantes para o “desabrochar da moderna civilização brasileira”<sup>56</sup>. Reitera seu argumento apropriando-se das reflexões de Capistrano de Abreu, que acreditava, segundo Carvalho, ser impossível compreender a História do Brasil colônia sem estudar a ação da Companhia de Jesus<sup>57</sup>.

55 Pedro Calmon *apud* A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 810.

56 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 245.

57 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 245.

Posteriormente, o autor argumenta que os jesuítas integraram-se completamente no movimento de expansão ultramarina de Portugal e, em particular, na colonização do Brasil, considerada por este como “o mais glorioso capítulo da expansão ultramarina da nossa pátria”<sup>58</sup>. Tece uma série de elogios à ação dos primeiros missionários jesuítas, em 1549, por “realizarem um esforço sobre-humano para evangelizarem os ‘gentios’”<sup>59</sup>.

José de Anchieta, o “Apóstolo do Brasil”, e Manuel de Nobrega, dois jesuítas do mesmo período, são vistos como os grandes propagadores da fé cristã, “engrandecendo” as suas distintas contribuições no Brasil. Para Carvalho, esses construíram com seu “suor” a “argamassa” que havia de consolidar os futuros pilares da civilização brasileira e, por isso, mereceriam toda a glória<sup>60</sup>. Registra, em uma clara visão etnocêntrica e deformada do processo, que os índios, no limite do possível, foram protegidos e bem tratados por esses dois grandes apóstolos. Entretanto, se “fazia necessário” por conta da “mentalidade primitiva dos Índios”, tal como “crianças”, tratá-los devidamente com uma certa força, recurso que só seria usado, supostamente, em casos extremos<sup>61</sup>.

Além da “evangelização indígena”, os jesuítas são exaltados por sua notável contribuição à cultura literária e científica brasileira, considerando José de Anchieta “o pai da poesia brasileira”<sup>62</sup>. Suas contribuições também teriam encontrado eco na linguística, ao escrever a primeira gramática da língua tupi<sup>63</sup>. Em razão dos “inúmeros legados dos jesuítas”, o autor pensa que se faz necessário retomar os estudos sobre a sua ação nos primórdios da História do Brasil, pois assim desco-

58 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 247.

59 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 250.

60 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 253.

61 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 253.

62 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 254.

63 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 254.

briríamos como o Brasil foi “amparado em seus primeiros passos” pela ação “patriótica” e “cristã” desses missionários<sup>64</sup>.

A necessidade de proteger certa interpretação, tida como “absoluta”, é ainda mais visível nas produções que são explicitamente críticas aos elementos supostamente constitutivos do “ser lusitano”, como é o caso do catolicismo. Nesse sentido, a resenha de Fernando de Castro Pires de Lima ao livro de Joaquim Ribeiro, “O Folclore da Restauração”, publicação da Comissão dos Centenários de Portugal, em 1941, é emblemática. Ao longo da crítica, o resenhista discorda de uma série de afirmações que envolvem a questão da religiosidade peninsular.

Em uma dessas afirmações citadas pelo crítico, Joaquim Ribeiro diz que a religiosidade peninsular chegou “às raias do fanatismo”, de modo que interrompeu o ímpeto das artes, metamorfoseando-as em uma “arte sacra, mística, sombria, triste e recalcada”<sup>65</sup>. O resenhista nega tal afirmação, dizendo que Ribeiro “desconhece a beleza austera e impressionante de nossas igrejas e catedrais”<sup>66</sup>. Outro ponto de desvio, centrado sobre o anticatolicismo da obra, estaria residido no fato de Ribeiro afirmar que o ideal católico favoreceria “as heresias, as superstições e os sacrilégios”<sup>67</sup>. Lima rebate dizendo que “se há ideal que contrarie as práticas supersticiosas, com energia, é precisamente o catolicismo e as suas verdades eternas” E ainda encontra um outro desvio, fundado neste anticatolicismo, a partir de uma outra frase de Ribeiro que diz que “a ortodoxia gera sempre oposições e rancores”, pelo que riposta que, ao contrário desta afirmação, o ideal católico foi a base de união da nação portuguesa. Segundo este, em razão do catolicismo, Portugal “criou um dos maiores impérios que o mundo tem visto” e afirma que se o “Brasil

64 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 255.

65 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 798.

66 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 799.

67 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 799.

é um país grande e próspero”<sup>68</sup> deve-o exatamente à sua unidade religiosa legada de Portugal.

Fernando de Castro Lima finaliza a crítica dizendo que o livro de Joaquim Ribeiro, “apesar de ser notável”, peca pelo seu anticatolicismo, e afirma em defesa do papel do catolicismo na construção de Portugal que “a fé criou o império. Será sempre a fé que há de iluminar Portugal na ladeira da sua História, e, se um dia esquecêssemos essa verdade, Portugal deixaria de ser Portugal”<sup>69</sup>. Com base nestas considerações, fica claro que para o resenhista o catolicismo seria um dos elementos de afirmação da pátria-mãe e que não poderia ser negado, já que negá-lo seria negar o legado português no mundo, e por isto o caráter constantemente corretivo à obra de Joaquim Ribeiro.

A despeito do tom racista encontrado em alguns artigos e resenhas, o mito da nação “plurirracial” que lega ao Brasil um suposto *ethos* mestiço é recorrente em um número considerável de autores. Na conferência “O Brasil: a terra e o homem”, de Orlando Ribeiro, proferida no curso de férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1940, encontramos uma interpretação freyriana do processo colonizador brasileiro. O conferencista inicia com um retrospecto da História do Brasil desde os seus primórdios, retratando a terra “descoberta” dentro dos parâmetros discursivos dos documentos inaugurais (Carta de Pero Vaz de Caminha e o Diário de Navegação de Pero Lopes). Reitera, a partir destes documentos, o “caráter” primitivo do índio e o estado “virgem” da terra “à espera de gente capaz de revelar todas as possibilidades que em si continha”<sup>70</sup>.

Ainda sobre os gentios, representa-os como sem “nenhuma crença” (tal qual a descrição de Pero Vaz), “sem fé, lei ou rei”, crendo, assim, que os índios foram “facilmente” se adaptando aos “gestos dos

68 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 799.

69 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 803.

70 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem*. *Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 379.

portugueses e à adoração à cruz”<sup>71</sup>. Mais à frente no texto, mostra, arregimentado de leituras freyrianas, que a organização social brasileira, no período colonial, singularizava-se a partir da institucionalização da “Casa Grande e Senzala”. Esta sociedade seria regida, segundo Ribeiro, pela economia do açúcar e pelo poder absoluto do “patriarca”<sup>72</sup>.

Para o mesmo, ainda fundamentado em Freyre, formaram-se entre brancos, índios e negros relações sociais bastantes singulares. Isso se deveria ao fato de que o colono, ao se relacionar intimamente com estes, guardado as crueldades frequentes, fixar-se-ia melhor ao solo, criando laços com outras “raças”<sup>73</sup>. A afeição à mulher de cor e a preocupação do Estado em casar os colonos com índias dever-se-ia, segundo Orlando Ribeiro, à completa “ausência de preconceitos que levassem o português a afastar-se do contacto das raças indígenas (...) e o pendor fácil para a poligamia, de povo que viveu na orla do mundo muçulmano e dele incorporou alguma parte”<sup>74</sup>. Afirma ainda diversos outros elementos citados por Freyre que concedem ao português a sua capacidade de “adaptabilidade”, “aclimatação” e “transparência”<sup>75</sup>. Citando os diversos legados do negro e indígena para a formação social brasileira, demonstraria, ainda em uma leitura marcadamente freyriana, os diversos níveis de “hibridismo” entre a cultura portuguesa, indígena e negra<sup>76</sup>.

Para Orlando Ribeiro, o Brasil só seria uma nação mestiça, “livre de pré-conceitos de raça”, por legar de Portugal e do seu processo colonizador a marca de um colonialismo “democrático”, mais humano em relação às praticas excludentes e racistas de uma Inglaterra na América

71 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 380.

72 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 385.

73 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 384.

74 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 385.

75 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 385.

76 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 389.

do Norte ou mesmo de uma Espanha<sup>77</sup>. Como fica claro na conferência de Orlando Ribeiro, o mito da democracia racial estruturado por Freyre em *Casa Grande & Senzala* já aparecia, no seio do campo intelectual, com o intuito de reiterar a contribuição do português no Brasil e no mundo, na década de 1940<sup>78</sup>.

Além dos artigos e resenhas analisados até aqui, há também uma seleção e análise de um grande número de documentos do período colonial que são publicados na *Brasília*. Nas seções “Documentos”, “Notas” e “Antologias”, encontramos diversas portas para a compreensão dessa imagem mitificada do período colonial brasileiro. Há diversas publicações de documentos da história colonial comentados, organizados e selecionados ao longo da *Brasília*. A. G. Rocha Madahil, em uma seleção de documentos intitulada “Para a história dos processos do povoamento português”, buscou demonstrar, através da correspondência do governador de São Paulo D. Luís António de Sousa, em 1775, as instruções gerais para a realização de uma “boa colonização”. Nessas cartas, Madahil percebia o “cuidado que o povoamento pacífico e ordenado merecia à metrópole”<sup>79</sup>.

Este povoamento contou, segundo a interpretação do autor a carta analisada, com os “princípios da humanidade” e “boa política colonial” para assim “civilizar” o gentio<sup>80</sup>. Entre os fatores dessa “boa política”, o autor cita a criação de vilas para indígenas e colonos, a liberdade de trânsito e de comércio entre indígenas e colonos e o casamento entre índios e colonos. Todas essas seriam recomendações do próprio governo português<sup>81</sup>. Essa igualdade de “raças” e de “direitos” é considerada por

77 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem*. *Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 396.

78 Como demonstra Castelo (1999), a despeito de Gilberto Freyre estar presente em algumas esparsas discussões no campo cultural, ainda não era muito conhecido fora da academia. Foi somente na década de 1950 que se tornou conhecido como “ideólogo do regime” no seio do campo político, através do seu luso-tropicalismo.

79 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 615.

80 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 617.

81 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 616.

Madahil como algo muito próprio da governança portuguesa na colônia brasileira<sup>82</sup>.

Mais à frente, diz que o cuidado do governador de São Paulo no período foi uma constante na colonização portuguesa no Brasil, não se afastando desta prática rotineira, e, por isso, o português deveria ser considerado “entre os demais colonizadores como os mais benignos, sensatos e humanos” e ainda reitera que “uma orientação por assim dizer científica animava as instruções emanadas da Metrópole, procurando finalidade aos métodos colonizadores e não abandonando ao acaso o resultado dos nossos esforços (...)”<sup>83</sup>.

Finaliza sua análise dos documentos, que antecede a publicação dos mesmos, explicitando um claro teor glorificador da colonização portuguesa em relação aos outros processos: “[e]m confronto com a actuação e os processos dos demais colonizadores, Portugal apresenta-se serenamente perante o severo e inflexível julgamento da História: tem por si os documentos dos arquivos, e não os desmentem os magníficos documentos humanos do Brasil esplendoroso”<sup>84</sup>.

Na seleção de documentos organizada e comentada por Vitorino Nemésio, intitulada “Pequena antologia dos primeiros escritos brasileiros”, deparamo-nos com uma seleção que busca, explicitamente, revelar o que entende como os documentos primordiais do “achamento do Brasil”. Analisa em Pero Vaz de Caminha, o diário de navegação de Pero Lopes de Sousa, os escritos de José de Anchieta, entre diversos outros documentos desse momento inicial, os diferentes elementos dessa “literatura primordial”. Segundo Nemésio, estas obras são “fundadoras da literatura brasileira”:

Por literatura brasileira tem de entender-se, no século XVI, e mesmo bastante depois, várias formas de escrita em que o Brasil é o objeto, e o sujeito (...) um homem que lá

82 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil. Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 616.

83 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil. Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 619.

84 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil. Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 619.

chegou que ainda não é nativamente brasileiro, mas já o é naturalmente, só pelo facto da abordagem e de sentir tomado por uma selva e um céu novo. O facto processo narrativo que consiste em revelar as coisas insólitas da fauna, da flora, do telúrico, pela comparação com as coisas de Portugal, denuncia nesses escritos primitivos o que se chamou o “reinol”, o homem do Reino. Mas este escritor causa não se faz de forasteiro. Aquilo que ele escreve já está impregnado de pura brasilidade; tem lá dentro uma maneira de ver e de tratar que denuncia o iniciado no mistério, o qual não dá direito a que lho tirem ou neguem (..) Esta identificação com as novas latitudes e sua natureza imensa faz desses portugueses recém-chegados à América verdadeiros brasileiros e, portanto, autênticos escritores de lá<sup>85</sup>.

Dessa forma, tais crônicas sociais do século XV são interpretadas como supostas evidências dos primórdios da “brasilidade” encontrada discursivamente em germe nesses escritos formativos da nacionalidade brasileira. A nação no discurso de Némesio (e da intelectualidade da *Brasília* como um todo) tem uma existência vincada em mitos de origem; sendo atemporal. O conteúdo dos documentos publicados, considerados por Némesio como trabalhos etnográficos, tem, portanto, uma estrutura comum: todos retratam a suposta inocência dos índios, a sua barbárie (o canibalismo retratado no diário de navegação de Pero Lopes e nos escritos de Anchieta), reiteram a potência do indígena para cristianização (fundamentalmente em José de Anchieta) e afirmam uma visão das terras enquanto um “paraíso terrestre” (Pero Vaz e nos diários de navegação de Pero Lopes).

Se analisarmos o teor da imagem do processo colonizador brasileiro nesses artigos, críticas e documentos percebemos certos padrões discursivos que se repetem. O que se destaca é a defesa intransigente do português, e de suas distintas contribuições para a formação do Brasil. Esta contribuição deve-se, segundo este discurso, a um certo *ethos* lusitano, que supostamente fez com que o processo colonizador fosse “hu-

85 Vitorino Nemésio, *Pequena Antologia dos Primeiros Escritos Brasileiros*. *Revista Brasília. Antologia* (Coimbra: Instituto de Estudo Brasileiros, v. II, 1943), 507.

mano” e “cristão”. Essa História não é feita por grupos ou classes, mas por meio da ação de certos indivíduos heroicizados, e, em particular, aqueles que são estadistas. Isso é próprio da abordagem dos intelectuais da *Brasília*, imersos em uma certa História político-diplomática, cujas principais características foram tão criticadas pelos “Annales” no mesmo período. Os distintos acontecimentos do período colonial são analisados como consequência de certos indivíduos, ignorando os fatores econômicos ou sociais que são drasticamente deixados de lado.

Dentre os diversos eventos do período colonial narrados na *Brasília*, o descobrimento foi aquele em que percebemos uma maior presença das mitologias nacionais do salazarismo. As interpretações desse momento reproduziram a visão construída pela leitura dos primeiros navegadores ou missionários. As imagens criadas por Pero Vaz de Caminha e outros – a ideia de docilidade, inocência vinculada à ausência de crenças e a barbárie vinculada à suposta incapacidade de “domesticação” de animais e plantas – foram transformadas em uma série de lugares etnograficamente comuns, que são reiterados ao longo da *Brasília*.

A História falaciosa, de uma “terra virgem” apossada pelos portugueses, só se torna coerente quando se nega a historicidade dos “gentios”, supostamente “sem fé, lei ou rei”. Como reitera Eni Pulcinelli Orlandi ao perscrutar o discurso colonial, “o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso da descoberta, é reconhecer apenas o cultural e desconhecer (apagar) o histórico, o político”<sup>86</sup>. Essa desistoricização da história, com o intuito de afirmar a ideia mítica de nação constituída desde os “Descobrimientos” e não como produto de lutas dos movimentos nacionais modernos, é própria dos discursos da *Brasília*.

Como reiterámos anteriormente, o olhar tem um lugar específico no seio da *Brasília*, pois buscava-se, ao revelar o Brasil aos portugueses, direcionar pedagogicamente a visão do país para um mesmo horizonte de visibilidade do pai, que em razão da sua maior experiência teria a

86 Eni Pulcinelli Orlandi, *Terra à Vista, Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo* (São Paulo: Cortez, 1990), 16.

competência para guiá-lo. Para Orlandi, o discurso do “descobridor” constrói o “descoberto” como seu “outro”, que só pode existir na sua semelhança<sup>87</sup>. Qualquer tentativa de desvio a essa imagem, por uma simples historicização que atribuísse o lugar do negro e do indígena como equivalente ao português, significava um contrassenso, já que nesse discurso fora unicamente o português quem tinha legado ao Brasil a possibilidade de ser uma nação moderna, por meio do legado linguístico, religioso, territorial e cultural.

Dessa forma, a historiografia da *Brasília* constrói uma representação do período colonial que legitima a imagem de um império português “atemporal”, “plurirracial” e “transterritorial”, visto que coloca as contribuições do português como constitutivas do “ser brasileiro”, que não era mais, segundo este discurso, do que um português em terras tropicais. Essa contradição entre o discurso da “neutralidade” e “imparcialidade” e a defesa intransigente ao regime está presente de forma unânime nas narrativas da *Brasília*. Ao revelarem o Brasil a Portugal, buscavam uma imagem da História do Brasil que correspondesse a uma concepção de mundo marcadamente imperialista, autoritária e corporativa. Todo critério de seleção e avaliação foi orientado pela defesa de uma concepção de mundo oficial formada por certos valores, constitutivos de um suposto caráter lusitano.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as produções intelectuais da *Brasília* que se voltaram para o passado português – produzidas por historiadores profissionais ou por intelectuais fora do campo – reiteraram uma visão da História que engrandecia o papel dos dominadores. Essa empatia com o vencedor, representado pelo mito do herói-estadista, é própria da crítica que Walter Benjamin faz do sujeito do conhecimento histórico no historicismo, cuja principal característica é sua forte identificação com os poderosos do passado e do presente. Nas suas teses sobre a História, e em par-

87 Eni Pulcinelli Orlandi, *Terra à Vista, Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo* (São Paulo: Cortez, 1990), 17.

ticular na sétima, Benjamin reitera que o historicismo se identifica enfaticamente com as classes dominantes, e que percebe a História como uma sucessão gloriosa dos fatos políticos e militares desta mesma classe, conferindo aos dirigentes destas o elogio, por meio da vinculação entre a vitória de hoje e a História do passado<sup>88</sup>.

Essa História, fundada em um tempo homogêneo, vazio e mecânico, faria com que a vitória dos dominantes fosse dupla, pois nestas se colocaria cada vitória dos dominantes não só em um primeiro plano, mas também, na sua rememoração. Por isso, as lutas de classes se concretizariam, para este, em sua terceira tese, na dialética entre as coisas “duras e materiais” e “finas e espirituais”<sup>89</sup>. O estranhamento é, portanto, um critério para o “historiador materialista” que se volta para a História humana, visto que o sujeito do conhecimento “frio”, “sem capacidade de estranhamento”, far-se-ia condescendente com o vencedor, sendo assim “instrumento das classes dominantes”. Em sua sexta tese, Benjamin registra que é preciso, em cada período, “arrancar a transmissão da tradição ao conformismo”, já que nem os mortos estão salvos. Escovar a História a contrapelo significaria ver os documentos da cultura, em sua criação e transmissão, também como documentos da barbárie<sup>90</sup>.

Não poderia existir um procedimento mais distante do proposto por Benjamin do que aquele que a historiografia salazarista e, em particular os intelectuais da Universidade de Coimbra, faziam nos anos da “política do espírito”. Na realidade, tanto a produção acadêmica quanto a não acadêmica estavam predominantemente enquadradas no tipo de História que Benjamin criticava, ou seja, uma História empática com o vencedor, que vê os monumentos da cultura criados pela ação do “português no mundo” por uma ótica que não percebe a barbárie no processo de sua criação. Esta empatia com o vencedor foi visível

88 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História,” in *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura* (São Paulo Editora Brasiliense, 1985), 225.

89 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História,” in *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura* (São Paulo Editora Brasiliense, 1985), 224.

90 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História,” in *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura* (São Paulo Editora Brasiliense, 1985), 225.

nas narrativas na *Brasília* tanto no que concerne à construção de uma História mitificada do período colonial brasileiro como na imagem do Estado Novo brasileiro criada por estes intelectuais.

Na primeira, legitimaram-se os principais “arautos” do processo colonizador português no Brasil em detrimento da historicidade dos indígenas para assim reiterar o argumento do Português como o “descobridor do Brasil”, além de colocar o negro em um segundo plano, tratando muitas vezes a sua contribuição sob um olhar explicitamente racista, ou, em alguns casos, representando o mesmo como um ser “incorporado” à sociedade brasileira em razão da vocação “plurirracial” portuguesa.

Como já analisamos em outro trabalho, os intelectuais da *Brasília* repetem essa mesma “empatia com o vencedor” nas análises do passado recente<sup>91</sup>, ao glorificarem a ação de Vargas e Salazar na construção de um Estado Novo no Brasil e em Portugal, afirmando um *ethos* luso-brasileiro condizente com os pressupostos do autoritarismo e do corporativismo. Assim, a historiografia da *Brasília* foi condizente com a interpretação oficial da História tão reproduzida dentro e fora da academia. Como também afirmou, ao mesmo tempo, o pan-lusitanismo, ao colocar em suas interpretações do passado e do presente uma suposta relação “natural” e “familiar” entre o descobridor e aquele que é descoberto.

91 Marcello Felisberto Moraes Assunção, Marcello Felisberto Moraes Assunção, “*Ver o Outro nos Próprios Olhos*”: A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949). (Tese de mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2014).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A *Vida do Instituto de Estudos Brasileiros*. *Revista Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Acciaiuoli, Margarida. *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- Assunção, Marcello Felisberto Morais. “Ver o Outro nos Próprios Olhos”: *A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014.
- Agostinho, José. *Os Açorianos e o Clima do Brasil*. *Revista Brasília. Artigos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Benjamim, Walter. “Sobre o Conceito de História.” In *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo Editora Brasiliense, 1985.
- Carvalho, A. Ferraz. *Angola, Pequeno Brasil*. *Revista Brasília. Artigos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Carvalho, Pinto de. *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil*. *Revista Brasília. Artigos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Carvalho, Pinto de. *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Catroga, Fernando. “Ritualizações da História.” In *História da História de Portugal*, ed. Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes; Luís Reis Torgal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Falcon, Francisco José Calazans. “Historiografia Portuguesa Contemporânea: Um Ensaio Histórico Interpretativo.” *Estudos Históricos* 1 (1988).
- FARINHA, Luis. *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura do Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- Ferreira, Marie-Jo. *Os Portugueses, Atores das Relações Luso-Brasileiras, Fim do Século XIX, Início do Século XX*. Acedido a 21 de Abril de 2015. [http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas\\_no\\_arquivo/2007/palestra\\_MarieJoFerreira.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf).
- Godinho, Vitorino Magalhães. “Historiografia Portuguesa no Século XX.” In *Antologia da Historiografia Portuguesa: De Herculano aos nossos Dias*, ed. Marques, A. H. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.
- Gomes, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- Lima, Fernando de Castro. *O Folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro)*. *Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Madahil, Rocha. *O Descobrimento do Brasil (Alfredo Pimenta)*. *Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Madahil, Rocha. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Matos, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- Matos, Sérgio Campos. “O Ultranacionalismo da Memória Institucional.” In *Portugal Contemporâneo (1926-1968)*. Volume IV, ed. Reis, António. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- Marques, A. H. Oliveira. “Apresentação.” In *Antologia da Historiografia Portuguesa*. Vol. I, ed. Marques, A. H. Oliveira. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.
- Mendes, J. Amado. “Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa.” In *História da História de Portugal*, ed. Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996..

Moreira, Nuno Miguel Magarinho Bessa. *A Revista de História (1912-1928): Uma Proposta de Análise Histórico-Historiográfica*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2012.

Nemésio, Vitorino. *Pequena Antologia dos Primeiros Escritos Brasileiros. Revista Brasília. Antologia*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.

Nunes, João Paulo Avelãs. *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974): Ascensão e Queda de um Paradigma Historiográfico*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

Nunes, João Paulo Avelãs. “O Estado, a Historiografia e outras Ciências/Tecnologias Sociais.” In *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*, ed. João Paulo Avelãs Nunes, Américo Freire. Coimbra: IUC, 2013.

Orlandi, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista, Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

Peixoto, Afrânio. *Brasileiros e Portugueses. Revista Brasília. Antologia*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.

Pimenta, Alfredo. *Alguns Documentos para a História Comum Portuguesa-Brasileira. Revista Brasília. Documentos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946.

Pimenta, Alfredo. *Alguns Documentos para a História Comum Portuguesa-Brasileira. Revista Brasília. Notas*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1949.

Ramos do Ó, Jorge. *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949*. Lisboa: Estampa, 1999.

Fernando Rosas. *Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

Salazar, António de Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*, vol. 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1959.

Schiavon, Carmem G. Burget. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras*. Tese de Doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, 2007.

Soares, Torquato de Sousa. *História do Brasil (Afrânio Peixoto). Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.

Sousa, José Manuel Guedes. *Vitorino Magalhães Godinho: História e Cidadania*. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012.

Torgal, Luís Reis. “Sob o signo da ‘reconstrução nacional.’” In *História da História de Portugal*, ed. Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

#### Referência para citação:

Assunção, Marcello Felisberto Moraes de. “A historiografia portuguesa em tempos de ‘política do espírito’: o caso da revista *Brasília*, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949).” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 57-88.

**Daniel Alves**

**Humanidades Digitais e Investigação Histórica em Portugal:  
perspectiva e discurso (1979-2015)**

---

Sob influência das recentes tendências internacionais para a consolidação da área disciplinar das chamadas Humanidades Digitais, a academia portuguesa tem vivido nos últimos anos um movimento de renovação do discurso sobre a integração das Tecnologias Digitais na investigação, ensino e divulgação nas Humanidades. Neste artigo, partindo de uma perspectiva de longo prazo sobre a ligação entre História e metodologias digitais, discute-se por um lado a novidade desse discurso, antes apontado como uma renovação, em novos termos, de uma prática que vem, em alguns casos, já da década de 1980. Por outro lado, aponta-se o facto dessa renovação, ao contrário do que está, em parte, a ocorrer no mundo anglo-saxónico, estar a desenrolar-se de forma relativamente modesta e sem um enquadramento institucional significativo. Apesar de tudo, um conjunto de dados empíricos, observáveis nos últimos anos, em especial desde 2010, mostram que as Humanidades Digitais têm conseguido congrega uma comunidade de investigadores que tende a crescer e a afirmar-se.

Keywords: Humanidades Digitais, História, Metodologia, Portugal.

---

**Digital Humanities and Historical Investigation in  
Portugal: perspective and discourse (1979-2015)**

Influenced by the recent international tendency towards the consolidation of the disciplinary area known as Digital Humanities, in the last few years Portuguese academia has undergone a movement of renewal of the discourse about digital technologies in research, teaching and dissemination of humanities. Taking a long-term perspective on the ties between History and digital methodologies, this article discusses, on the one hand, the novelty of such discourse, presenting it as a renewed and reworked practice that, in some cases, harkens back to the 1980s. On the other hand, the article addresses the fact that this renewal, unlike what is happening in the Anglo-Saxon world, is developing in a relatively modest way and without a significant institutional framework. Nevertheless, empirical data from recent years, especially since 2010 shows that Digital Humanities have managed to congregate a growing and increasingly prominent research community.

Palavras-chave: Digital Humanities, History, Methods, Portugal.

# Humanidades Digitais e Investigação Histórica em Portugal: perspectiva e discurso (1979-2015)

Daniel Alves\*

O grau de desenvolvimento das humanidades digitais em Portugal, nas últimas décadas, é relativo e até um pouco contraditório. Por um lado, no nosso meio académico as Humanidades têm vindo a desenvolver uma ligação com as Tecnologias Digitais, sendo estas integradas no quadro metodológico e epistemológico das disciplinas da área. Como se verá, não só tal ligação existe, como serão apresentados exemplos para sustentar a ideia de que neste âmbito os investigadores portugueses não estão muito desfasados face ao que tem sido a evolução do campo das Humanidades Digitais a nível internacional. No entanto, este campo permanece, em grande medida, por institucionalizar. Efectivamente, e apesar de se utilizarem conceitos e métodos digitais nas Humanidades em Portugal, essa utilização tem acabado por ser circunscrita e pouco difundida. Manifesta-se em trabalho académico, mas permanece menos visível no curriculum das universidades e na maioria dos eventos organizados por unidades de investigação.

Internacionalmente, o termo “Humanidades Digitais”, representando uma forte relação entre a investigação em Humanidades e a incorporação de métodos e ferramentas das Tecnologias Digitais, foi cunhado faz agora uma década<sup>1</sup>. Se restringirmos a análise à “História Digital”, este termo

1 Instituto de História Contemporânea, FCSH/NOVA [[alves.r.daniel@gmail.com](mailto:alves.r.daniel@gmail.com); <http://goo.gl/TQ9Wn3>].

1 Susan Schreibman, Ray Siemens, e John Unsworth, eds., *Companion to Digital Humanities*, Blackwell Companions to Literature and Culture (Oxford: Blackwell Publishing Professional, 2004); Melissa Terras, “Inaugural Lecture: A Decade in Digital Humanities,” *Melissa Terras’ Blog*, consultado a 27 de Maio, 2014, <http://melissaterras.blogspot.pt/2014/05/inaugural-lecture-decade-in-digital.html>.

já circula, pelo menos, desde 1997<sup>2</sup>. Tendo em conta o tempo decorrido não é possível afirmar que em Portugal estes novos conceitos tenham sido ignorados. Contudo, as Humanidades Digitais não se têm desenvolvido de forma independente, como campo disciplinar coerente, institucionalizado e abrangente em termos da sua penetração no meio académico. Pelo contrário, estas abordagens têm-se desenvolvido em paralelo com outras linhas de investigação, de forma mais pragmática e interdependente. Enquanto campo autónomo, as Humanidades Digitais não são uma força motriz relevante no meio académico nacional, mas enquanto aspecto modulador de agendas de investigação têm tido uma importância significativa não só na produção do conhecimento como também na formação dos investigadores.

Vão ser três os aspectos a desenvolver no texto a seguir. O primeiro será chamar a atenção para aquelas que parecem ter sido as áreas disciplinares onde, apesar de tudo, as Humanidades Digitais (na perspectiva ampla como serão aqui encaradas) se têm afirmado. É aqui que se corre mais riscos, não só pelo que já se referiu, mas certamente porque uma parte significativa das realizações e dos investigadores escaparam ao olhar lançado sobre as últimas décadas, sempre a partir da experiência e vivência no campo da História. Um segundo aspecto a apontar é que vai ser dado destaque àquelas que têm sido as principais linhas de evolução da relação entre a investigação histórica e a incorporação de metodologias, recursos e ferramentas digitais. Por fim será feita uma análise preliminar ao que tem sido a incorporação e/ou apropriação do discurso das Humanidades Digitais nos tempos mais recentes, apesar de serem ainda escassos os trabalhos e poucos sistemáticas as informações que permitam ir muito além de uma reflexão introdutória.

#### **HUMANIDADES DIGITAIS EM PORTUGAL: UM CAMPO DISCIPLINAR AINDA EM DESENVOLVIMENTO**

Poderá não andar longe da verdade a afirmação de que em Portugal, como aliás noutros países, a interacção entre o Digital e as Humani-

<sup>2</sup> Daniel J. Cohen et al., “Interchange: The Promise of Digital History,” *Journal of American History* 95 (2008): 452–91.

dades é actualmente transversal ao conjunto das disciplinas que as compõem. Será talvez difícil e uma vez mais arriscado definir uma disciplina onde a utilização relevante das Tecnologias Digitais tenha sido pioneira, face ao que se estava a passar nas restantes. No geral, os primeiros exemplos, casos individuais, esforços de investigadores isolados, podem ser observados desde, pelo menos, o final da década de 1970. Porém, nessa altura em Portugal, com em todo o mundo, a incorporação do computador ou da computação no trabalho do humanista não era facilitada, pois os avanços tecnológicos ainda não possibilitavam uma democratização do acesso a essas “gigantescas” máquinas de processamento electrónico de informação. São esporádicos, muito pontuais, os exemplos da Filologia e Linguística, da Arqueologia ou da História, por exemplo, que se podem elencar. E no conjunto, talvez estas tenham sido as áreas onde mais cedo a necessidade dessa “democratização” se tenha feito sentir.

Sem dúvida, a década de 1980 viu expandir essa utilização, quer ao nível da análise computacional de alguns *corpora*, quer na elaboração de bases de dados aplicadas a estudos históricos ou demográficos, por exemplo. Precisamente uma das áreas mais dinâmicas desde essa altura e onde a incorporação de metodologias digitais na investigação em Humanidades tem feito um caminho assinalável é a da Filologia e da Linguística<sup>3</sup>, embora só muito recentemente a expressão “Humanidades Digitais” lhe tenha sido associada, como o demonstra a edição

3 Rogéria Cruz, “A informática linguística e o futuro do português: elementos para a definição de uma política nacional em Portugal,” *Ciência da Informação* 15, n.º 1 (1986): 27–32; Stephen R. Parkinson e António Emiliano, “Encoding Medieval Abbreviations for Computer Analysis (from Latin–Portuguese and Portuguese Non-Literary Sources),” *Literary and Linguistic Computing* 17, n.º 3 (2002): 345–60; Maria Helena Pinto Novais Paiva, “Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança” (Doutoramento, Universidade do Porto, 2002); Evelina Verdelho, “Filologia, Linguística e Informática: trabalhos em tempo de mudança,” in *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, ed. Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo, e Clara Barros (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004), 397–411; António Emiliano, “Tipo medieval para computadores: uma ferramenta informática para filólogos, historiadores da língua e paleógrafos,” *SIGNO: Revista de la Historia de la Cultura Escrita*, n.º 15 (2005): 139–76; Rita Marquilhas e Iris Hendrickx, “Manuscripts and Machines: The Automatic Replacement of Spelling Variants in a Portuguese Historical Corpus,” *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 65–80.

em 2013 do volume “Património Textual e Humanidades Digitais”. Na introdução, as organizadoras do livro fazem uma análise ao impacto gerado pelo encontro entre a Filologia e o Digital. “Se é verdade que continua a ser discutido o estatuto deste recente domínio e, em concreto, a repercussão da transferência tecnológica para o âmbito da Filologia, é ponto assente que as *Humanidades Digitais* requerem equipas multidisciplinares” e que representam mais do que uma mera “transferência de ferramentas informáticas para o terreno das *Humanidades*”<sup>4</sup>.

Ainda segundo as mesmas autoras, no caso do estudo da Língua Portuguesa “as *Humanidades Digitais* deram passos significativos graças a projectos como o *CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval* (CLUNL, <http://cipm.fctsh.unl.pt/>) [activo desde 1993], o *DI-CIweb – Corpus Lexicográfico do Português* (Universidade de Aveiro/CLUL, <http://clp.dlc.ua.pt/Projecto.aspx>) e o *P.S. Post Scriptum – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna* (<http://ps.clul.ul.pt/index.php>)<sup>5</sup>, mas existem projectos activos desde pelo menos 1988, como é o caso do *CRPC - Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (<http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-crpc#history>).

Estes projectos mostram também aquela que tem sido uma tendência privilegiada pela comunidade académica que integra ferramentas digitais nos seus projectos de investigação, seja na área da Filologia e Linguística, nos Estudos Literários ou nos Estudos Artísticos: a produção e disponibilização de arquivos digitais de textos. Na área dos estudos linguísticos têm sido vários os projectos dedicados à criação de arquivos digitais (documentos antigos, correspondência ou textos literários), como é exemplo, para além de alguns dos referidos, o projecto desenvolvido na Universidade do Minho, sobre o Arquivo Digital de Tomaz de Figueiredo ([http://www.tomazdefigueiredo.net/Projeto\\_Tomaz\\_Figueiredo/Tomaz\\_Arquivo/](http://www.tomazdefigueiredo.net/Projeto_Tomaz_Figueiredo/Tomaz_Arquivo/)), coordenado por Idalete Maria da Silva Dias, ou o projecto da Universidade de Coimbra, “Nenhum

4 Maria Filomena Gonçalves e Ana Paula Banza, eds., *Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia* (Évora: CIDEHUS, 2013), 4-5.

5 Ibid., 7.

Problema Tem Solução: Um Arquivo Digital do Livro do Desassossego” (<http://www.uc.pt/fluc/clp/inv/proj/ldod>), coordenado por Manuel Portela.

Na confluência entre Tecnologias Digitais e Estudos Literários, este último investigador tem sido um dos mais dinâmicos na incorporação do discurso sobre as Humanidades Digitais, com trabalhos e projectos dedicados à edição electrónica e à criação de arquivos digitais de textos (veja-se o site <http://www.ci.uc.pt/digit/DigLitWebRosto.html>). Também os trabalhos de Pedro Barbosa sobre texto criado por computador, desenvolvidos desde meados da década de 1990, são demonstrativos dessa ligação entre texto e meios de produção e divulgação em formato digital, uma actividade levada a cabo até recentemente por uma equipa mais ampla ligada ao Centro de Estudos em Texto Informático e Cibercultura, da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, entretanto desactivado (<http://arquivo.pt/wayback/20131105194748/http://cetic.ufp.pt/>). Helena Barbas, na Universidade Nova de Lisboa tem igualmente desenvolvido um esforço de integração da cultura digital nos Estudos Literários e apresenta um percurso de investigação multifacetado onde se podem destacar os trabalhos sobre narração digital e património cultural<sup>6</sup>.

Na área mais específica dos Estudos de Teatro é de citar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos de Teatro da Universidade de Lisboa (<http://www.tmp.letras.ulisboa.pt/cet>), existente desde 1994 e com uma presença regular online desde 2000, com vários arquivos digitais e bases de dados de teatro português ou apresentado em Portugal. Ainda no âmbito dos Estudos Literários, explorando conexões entre Literatura, paisagens e ambiente, merece destaque o projecto “Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental” (<http://paisagensliterarias.ielt.org/>), coordenado por Ana Isabel Queiroz, na Universidade Nova de Lisboa. Projecto relevante pela perspectiva interdisciplinar, bem como pela combinação de análise de texto, bases de dados relacionais e sistemas de informação geográfica.

6 Helena Barbas e Nuno Correia, “Documenting InStory–Mobile Storytelling in a Cultural Heritage Environment,” in *First European Workshop on Intelligent Technologies for Cultural Heritage Exploitation*, ed. Luciana Bordoni, Massimo Zancanaro, e Antonio Krueger (Riva del Garda, 2006), 6–12.

Mas nem só da digitalização, análise e publicação académica de textos se tem feito a relação entre as Humanidades e o Digital em Portugal, pois também nas áreas do Património Imaterial, da Música e da Dança, ou da História da Arte têm sido dados passos relevantes nos últimos anos, com recurso a tecnologias diversificadas, com destaque para o vídeo e som digital (<http://www.memoriamedia.net/index.php/en>), a análise multimodal de artes performativas (<http://tkb.fcsb.unl.pt/>)<sup>7</sup>, a reconstituição 3D<sup>8</sup> ou a modelação histórica em ambiente virtual<sup>9</sup>, de que um dos exemplos mais recentes será o projecto desenvolvido na Universidade de Évora sobre a cidade de Lisboa no período pré-Terramoto de 1755 (<http://lisbon-pre-1755-earthquake.org/>). Também no campo da simulação e da criação dos chamados “jogos sérios” têm sido dados passos interessantes nos últimos anos, como é possível verificar pelos trabalhos desenvolvidos, por exemplo, na Universidade de Coimbra<sup>10</sup> e na Universidade Nova de Lisboa<sup>11</sup>.

#### **HUMANIDADES DIGITAIS E INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: DOS PIONEIROS À ERA GOOGLE**

A História e a Arqueologia não são um caso específico ou peculiar no quadro geral da evolução das Humanidades Digitais em Portugal, pelo

7 Carla Fernandes e Stephan Jürgens, “Video Annotation in the TKB Project: Linguistics Meets Choreography Meets Technology,” *International Journal of Performance Arts and Digital Media* 9, n.º 1 (2013): 115–34.

8 Manuela Martins e Paulo Bernardes, “A Multi-Disciplinary Approach for Research and Presentation of Bracara Augusta’s Archaeological Heritage,” *Archeologia E Calcolatori*, n.º XI (2000): 347–57; Paulo Bernardes e Manuela Martins, “Computer Graphics and Urban Archaeology: Bracara Augusta’s Case Study,” in *Advances in Computer Graphics in Portugal*, vol. 4, 2004, <http://virtual.inesc.pt/aicg04/index.html>; Lídia Fernandes e Paulo Sales, “Teatro Romano de Lisboa: projecto reconstituição virtual,” *Arquitectura & Vida*, 2005.

9 CHAIA-UE, “Um novo objecto de estudo: a Lisboa pré-terramoto em mundo virtual,” *APHA Newsletter*, 2011.

10 Joaquim Carvalho e Filipe Penicheiro, “Jogos de computador no ensino da História,” in *Livro de Actas do VIDEOJOGOS 2009 – Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências dos Videojogos*, ed. Ana Veloso, Licínio Roque, e Óscar Mealha (Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009), 401–12.

11 Barbas e Correia, “Documenting InStory–Mobile Storytelling in a Cultural Heritage Environment”; Helena Barbas, “Narrative Memory in Hyperfiction and Games,” in *GameOn’ 2010: 11th International Conference on Intelligent Games and Simulation*, ed. Aladdin Ayesb (Leicester: Eurosis, 2010), 85–91.

menos no que diz respeito à cronologia dessa evolução. Os primeiros passos foram também dados no final da década de 1970 e início da de 1980, mas foi a década seguinte que testemunhou aquela que terá sido a fase de maior desenvolvimento do campo no meio académico português. Não havendo diferenças assinaláveis na cronologia, há contudo algumas particularidades que podem justificar o destaque aqui feito, em especial no que diz respeito aos métodos e ferramentas adoptadas, como se verá.

Em 1983, o historiador António Hespanha publicou o texto “A micro-informática no trabalho do historiador”<sup>12</sup>. Com este pretendeu fazer já um balanço (talvez precoce) da utilização da informática no ensino e investigação. Depois de uma década de 1970 centrada em grandes projectos de tecnologia e recursos centralizados, de uma utilização dos computadores essencialmente para operações estatísticas, a década de 1980 prometia uma “revolução informática” com computadores mais acessíveis e a divulgação de pacotes de software prontos a usar<sup>13</sup>. Contudo, Hespanha sentiu ainda a necessidade de no seu artigo explicar de forma detalhada não só o funcionamento da linguagem computacional como as características e funções dos vários componentes físicos do “computador pessoal”. Em 1983, esta máquina era ainda uma desconhecida para o público em geral e era apenas reconhecida por uma minoria dos investigadores na comunidade científica<sup>14</sup>. Ao perguntar o que os computadores poderiam fazer pelos historiadores ou o que os historiadores poderiam conseguir com um computador, Hespanha começou pelo óbvio, o uso dos PCs no cálculo estatístico. Através da sua complexificação, potenciada pela capacidade de computação dos PCs, o historiador passava a ter ao dispor uma ferramenta de análise para operações antes impossíveis de realizar ou demasiado morosas e que, em última instância, lhe permitiriam avançar no “raciocínio historiográfico” para modelos interpretativos baseados na “modelização e [n]a extrapolação”. Obviamente, Hespanha não ignorava “algum optimismo”

12 António Manuel Hespanha, “A Micro-Infornática no Trabalho do Historiador,” *História e Crítica* XI (1983).

13 *Ibid.*, 17–18.

14 *Ibid.*, 18–24.

das suas observações, mas apontava para um maior rigor na recolha e sistematização dos dados históricos, forçada pela própria dinâmica da computação, que levaria a uma aproximação da disciplina às Ciências Sociais<sup>15</sup>.

Em 1985, Joaquim Carvalho procurou registar igual balanço, desta feita alargado às Ciências Humanas. Destacava aquilo que considerava serem ideias pré-concebidas na relação entre informática e investigação em Humanidades, nomeadamente que os computadores só serviam para operações com dados quantitativos e que para os usar era necessário a mediação de especialistas. Ao contrário, defendia que se privilegiavam as operações com números apenas porque eram mais simples e que os investigadores em Humanidades tinham muito a ganhar em fazer um uso do computador para a análise de informação qualitativa. Para além disso, o facto de o investigador lidar directamente com as ferramentas iria trazer vantagens quer no controlo sobre a informação, quer num desenvolvimento de modelos interpretativos mais robustos<sup>16</sup>.

Provavelmente fruto deste optimismo, em 1988 realizou-se o primeiro “Encontro sobre História e Informática”, organizado pela Associação de Professores de História. O segundo “Encontro...” foi já organizado pela Associação Portuguesa de História e Informática, decorrendo no Minho em Abril de 1989 (estes eventos repetiram-se anualmente até 1992). O entusiasmo pela novidade do tema em Portugal foi certamente responsável pelo sucesso da iniciativa, que terá contado com “cerca de 300” participantes na sua primeira edição, então classificado como “um dos maiores eventos do género na Europa”<sup>17</sup>. A APHI tinha aliás nascido do entusiasmo gerado pelo primeiro “Encontro...”<sup>18</sup>.

Com a APHI começou a publicar-se o *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*, em Março de 1989, tendo como

15 Ibid., 24–25.

16 Joaquim Carvalho, “Informática e Ciências Humanas,” *Revista Vértice*, n.º 467 (1985).

17 Associação Portuguesa de História e Informática, ed., *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*, vol. 2 (Coimbra: A.P.H.I., 1989), 4–5.

18 Associação Portuguesa de História e Informática, ed., *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*, vol. 1 (Coimbra: A.P.H.I., 1989), 3.

um dos seus principais dinamizadores Joaquim Carvalho, da Universidade de Coimbra. Aproveitou-se o entusiasmo que então se vivia em termos internacionais relativamente à aplicação das metodologias computacionais na investigação histórica, com a publicação, no mesmo ano, do primeiro volume da revista *History and Computing*, a sucessora da *Computing and History Today*. A APHI funcionava ainda como um ramo da *Association for History and Computing* em Portugal <sup>19</sup>.

Nesse mesmo ano era publicado o livro *Informática e Ciências Humanas*, de Maria da Conceição Monteiro Rodrigues, com colaboração de Carlos Alberto Trindade. A autora, aliás, tinha sido uma das pioneiras na aplicação dos métodos informáticos à investigação em Arqueologia em Portugal, através da publicação, em 1979, do livro *A informática ao serviço da História da Arte e Arqueologia*, e da docência de uma disciplina de “Introdução à Informática Aplicada à História”, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no princípio da década de 1980 <sup>20</sup>. Neste livro, a autora fez não só um retrato ao ambiente de cepticismo face à utilização dos meios informáticos na investigação em Ciências Humanas que então grassava na comunidade académica portuguesa, como uma reflexão sobre as mudanças mentais e de métodos necessárias para uma aplicação de “qualidade” e não apenas de mera “quantidade” no que diz respeito à utilização da informática na investigação<sup>21</sup>.

Percebe-se aqui uma sintonia de opinião com os testemunhos de António Hespanha e Joaquim de Carvalho. Ressaltava uma vez mais a ideia de que a aplicação da informática aos métodos de investigação em Ciências Sociais e Humanas tinha necessidade de sair do espaço de conforto que representava o tratamento quantitativo, para se focar cada vez mais no domínio do qualitativo. Neste aspecto era também evidente o alinhamento com o discurso elaborado no estrangeiro, onde

<sup>19</sup> Ibid., 1:3 e 27.

<sup>20</sup> Maria da Conceição Monteiro Rodrigues, *Informática e Ciências Humanas* (Lisboa: Palas, 1989), 7.

<sup>21</sup> Ibid., 9–10 e 127–128.

se chamava a atenção para uma necessária “revolução qualitativa e quantitativa na relação entre a História e a Computação”<sup>22</sup>.

À época, em Portugal, acompanhavam-se ou, em alguns casos, antecipavam-se mesmo as últimas tendências internacionais neste domínio, inclusive com a criação de software especificamente pensado para o trabalho do historiador/arquivista, como foi o caso do *Heródoto v1.00*, programa de gestão e recuperação de dados documentais, pensado à imagem do *Kleio*, de Manfred Thaller<sup>23</sup>. O projecto *Heródoto* estava sediado na FCSH e era coordenado por António Hespanha<sup>24</sup>.

Apesar de todo o fervilhar de iniciativas e publicações, o certo era que a aplicação de tecnologias digitais, então designadas normal e genericamente por “computação”, à investigação em História e mesmo noutras Ciências Sociais e Humanas, de que se deram exemplos na secção anterior, gerava respostas ambíguas. Por um lado, era encarada com algum cepticismo. É o próprio Hespanha que o assume em entrevista de 2011, quando recorda o seu ingresso no Instituto de Ciências Sociais, em 1983. As suas “pesquisas empíricas fortemente apoiadas em meios computacionais” geravam então “uma certa desconfiança” ou eram encaradas como uma “bizarria”<sup>25</sup>. Por outro lado, para aqueles mais envolvidos na História Digital, era vista como uma mais-valia, pela possibilidade de tratamento de grandes volumes de dados, “representados de forma homogénea e regular, pesquisáve[is] e comparáve[is] nuns segundos [e] redutíve[is] a grandes padrões”. Mas também por um conjunto de alterações que este novo ambiente potenciava no trabalho do historiador, nomeadamente, a “necessidade de pensar modelos adequados de representar o conhecimento, (...) [de] antecipar esquemas,

22 R. J. Morris, “History and Computing: Expansion and Achievements,” *Social Science Computer Review* 9, n.º 2 (1991): 215.

23 Associação Portuguesa de História e Informática, *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*, 1989, 2:15–20; Onno Boonstra, Leen Breure, e Peter Doorn, *Past, Present and Future of Historical Information Science* (Amsterdam: Netherlands Institute for Scientific Information, 2004), 26–27.

24 Associação Portuguesa de História e Informática, *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*, 1989, 1:3.

25 António Manuel Hespanha, “Entrevista a António Manuel Hespanha por Pedro Cardim,” *Análise Social* 46, n.º 200 (2011): 433.

de pensar sobre os dados empíricos, (...) [incentivando] a trabalhar em grupo”<sup>26</sup>.

Nesta perspectiva, o recurso a bases de dados, fosse para estudos seriais, demográficos ou prosopográficos tornou-se então uma tendência muito clara, com várias equipas em universidades um pouco por todo o país a usarem estas ferramentas informáticas nos seus projectos de investigação. Citando apenas alguns exemplos, foram representativos desta utilização os estudos sobre reconstituição de paróquias coordenados por Norberta Amorim, na Universidade do Minho<sup>27</sup>; os trabalhos sobre a venda dos bens nacionais no século XIX levados a cabo por Luís Espinha da Silveira<sup>28</sup>; os trabalhos sobre a sociedade do Antigo Regime desenvolvidos por Joaquim Carvalho, na Universidade de Coimbra<sup>29</sup>; ou ainda sobre população na primeira metade de oitocentos, igualmente por Luís Silveira<sup>30</sup>.

Norberta Amorim, aliás, destacava no início da década de 1990 que o recurso à “micro-informática”, nomeadamente às bases de dados, tinha possibilitado a evolução dos seus estudos sobre reconstituição de famílias que vinham já da década de 60, para uma metodologia mais ampla de reconstituição de paróquias a partir de meados da década de 1980<sup>31</sup>. Contudo, era uma ferramenta que só muito recentemente tinha dado os primeiros passos no meio académico ligado à História, como é visível pelo facto de esta investigadora ainda usar o termo base de dados entre aspas ao

26 Ibid., 439–440.

27 Maria Norberta Amorim, “Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses,” *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* IX, n.º 1 (1991): 7–26.

28 Luís Espinha da Silveira, “Revolução Liberal e Propriedade. A Venda dos Bens Nacionais no Distrito de Évora (1834–1852)” (Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1988).

29 Joaquim Carvalho, “Comportamentos Morais e Estruturas Sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680–1720)” (Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1997).

30 Luís Espinha da Silveira, ed., *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*, 3 vols. (Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001).

31 Amorim, “Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses,” 7; Maria Norberta Amorim et al., “Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central,” in *Congresso da Associação Portuguesa de Demografia Histórica: actas* (Lisboa, 2001), 60; veja-se ainda trabalho anterior da mesma autora onde se fez uma primeira abordagem à ligação entre demografia e “micro-informática” Maria Norberta Amorim e Luís Lima, “Demografia histórica e micro-informática: uma experiência sobre uma paróquia açoriana,” *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* XLIV (1986): 191–209.

longo de todo o artigo publicado em 1991<sup>32</sup>. Mesmo quando eram utilizadas as novas ferramentas digitais, os investigadores que delas faziam uso não deixavam de demonstrar ainda algum cepticismo, apontando a “conveniência” de continuar a guardar os registos em “cadernos (...) de folhas amovíveis (...) que funcionam como duplicado das fichas electrónicas”<sup>33</sup>. De qualquer modo, à passagem para o meio informático era atribuído um conjunto de vantagens relacionadas com a capacidade e rapidez de processamento da informação, a facilidade de pesquisa e a automatização de um conjunto de processos que facilitariam a vida ao historiador<sup>34</sup>.

Alguns anos depois, as aspas já tendiam a desaparecer da expressão “base de dados” e as vantagens da informatização do processo de investigação eram apresentadas com maior clareza, nomeadamente, a possibilidade de “tratar com novo fôlego a informação histórica massiva”, de “fortalecimento da base científica dos estudos” desenvolvidos e do “reforço da investigação interdisciplinar”<sup>35</sup>. Posteriormente, fruto do desenvolvimento do projecto a partir de 1997, surgiu o SEED, Sistema para o Estudo da Evolução Demográfica, cuja última versão pode ser acedida através do endereço <http://www3.di.uminho.pt/~gepl/SEED/><sup>36</sup>. Em 2004, num esboço de síntese do que tinham sido os desenvolvimentos da relação entre informática e estudos de demografia histórica, João Antero Ferreira, pôde já declarar que a evolução dos últimos 20 anos se traduzia num “exemplo de sucesso”<sup>37</sup>.

Contudo, até meados da década de 1990, com raras excepções e apesar do apelo de Joaquim de Carvalho no seu texto de 1985, a utiliza-

32 Amorim, “Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses,” 8–9.

33 Ibid., 9.

34 Ibid., 10.

35 Maria Norberta Amorim, “Informatização normalizada de arquivos: reconstituição de paróquias e história das populações: um projecto interdisciplinar,” *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* XIII, n.º 2 (1995): 141–143.

36 Rafael Fernandes Félix et al., “XML na demografia histórica: anotação de registos paroquiais,” in *Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação* (Coimbra: Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, 2002).

37 João Antero Gonçalves Ferreira, “Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica,” in *Actas del VII Congreso Internacional de la ADEH* (Granada, 2004), 12.

ção das ferramentas informáticas era feita com o recurso à colaboração de engenheiros e técnicos informáticos, afastando muitas das vezes os investigadores do processo crítico de construção do modelo informático de dados, que hoje em dia se considera fundamental para a elaboração de bases de dados aplicadas a projectos das Humanidades<sup>38</sup>. Uma das excepções mais significativas corresponde aos trabalhos desenvolvidos precisamente por Joaquim de Carvalho, preocupado não só com a utilização dos recursos informáticos para auxiliar na gestão “eficaz [de] uma grande quantidade de informação multi-variada”, mas essencialmente com a necessidade de tornar esses instrumentos “reaproveitáveis”. Chamava ainda a atenção para o próprio processo da sua elaboração, que permitiria trazer esclarecimentos sobre a “lógica interna de determinados processos históricos”<sup>39</sup>. O trabalho desenvolvido, em grande medida, deu origem ao projecto TimeLink, uma ferramenta *online* de acesso aberto para a análise de redes prosopográficas (<http://timelink.fl.uc.pt/>).

A importância e relevância dos recursos digitais disponíveis para a investigação em História parecia ser cada vez maior em meados da década de 1990. Mas a imagem sobre o real impacto destes processos na transformação do trabalho do historiador mantinha-se algo ambígua, uma vez que em 1997 ainda se confessava que era “raro [o] historiador com forte *background* informático”<sup>40</sup>. Efectivamente, é difícil apontar muitos historiadores e menos ainda equipas de investigação amplas, para além dos já citados, que nesta altura centrassem o seu trabalho de investigação exclusivamente ou, pelo menos, em grande medida na utilização de ferramentas e métodos digitais.

Alguns anos depois, em 2005, continuava-se a falar em “micro-informática” para a história e destacava-se “a constituição de bases de dados” como o “campo por excelência” de “aplicação da informática à investigação histórica”<sup>41</sup>. Apesar dos avanços tecnológicos a utilização

38 John Bradley, “Silk Purses and Sow’s Ears: Can Structured Data Deal with Historical Sources?,” *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 13–27.

39 Carvalho, “Comportamentos Morais e Estruturas Sociais numa paróquia de Antigo Regime.”

40 Ibid.

41 Nuno Camarinhas, “Do manuscrito ao teclado: Os usos da informática na investigação histórica,” in *História do Teatro e Novas Tecnologias* (Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2005), 3–4.

destas ferramentas ainda era pensada quase exclusivamente para o tratamento de “qualquer documento que tenha informação estruturada e serial”<sup>42</sup>. Contudo, a maior divulgação do seu uso (até recentemente era frequente que projectos de História financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia tivessem entre os seus objectivos a elaboração de uma base de dados), a maior familiaridade dos investigadores com estas ferramentas e igualmente a versatilidade que as mesmas atingiram, até aquelas inicialmente criadas com fins puramente comerciais, têm possibilitado outros usos, inclusive com informação essencialmente textual, como é possível verificar pelos projectos apresentados num recente workshop sobre “Bases de dados para as Ciências Humanas” (<http://www.ihc.fcsb.unl.pt/pt/encontros-cientificos/congressos-e-coluquios/item/35546-workshop-bases-de-dados-para-as-ci%C3%A2ncias-humanas>), bem como em algumas publicações que procuraram cruzar fontes textuais, bases de dados e sistemas de informação geográfica, por exemplo<sup>43</sup>.

Associada a alguns destes projectos que privilegiaram o recurso às bases de dados relacionais, nomeadamente àqueles que tinham uma componente territorial vincada, foi-se desenvolvendo, a partir de meados da década de 1990, a utilização de sistemas de informação geográfica (SIG). Nesta área foi pioneira uma equipa de investigação da FCSH, coordenada por Luís Silveira<sup>44</sup>. Os trabalhos levados a cabo começaram por aquilo que era comum à época na ligação entre SIG e História a nível internacional, a elaboração de grandes projectos de reconstituição dos limites administrativos históricos dos países, para ser-

42 Ibid., 4.

43 Daniel Alves e Ana Isabel Queiroz, “Studying Urban Space and Literary Representations Using GIS: Lisbon, Portugal, 1852-2009,” *Social Science History* 37, n.º 4 (2013): 457–81; André Evangelista Marques e Gabriel David, “Bases de dados relacionais enquanto ferramenta de investigação em História,” in *VI Encontro Ibérico EDICIC 2013 | Globalização, Ciência, Informação - Atas* (Porto: CETAC.MEDIA - Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação, 2013), 741–60.

44 Luís Espinha da Silveira, Margarida Lopes, e Cristina Joanaz de Melo, “Mapping Portuguese Historical Boundaries with a GIS,” in *Structures and Contingencies in Computerized Historical Research*, ed. Onno W. A. Boonstra, Geurt Collenteur, e Bart van Elderen (Hilversum: Uitgeverij Verloren, 1995), 245–52; Luís Espinha da Silveira, *Território e Poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal* (Cascais: Patrimonia, 1997).

virem de base ao estudo dos dados quantitativos recolhidos em longas séries temporais. No caso de Portugal, estes esforços culminaram com a disponibilização em 2001 do site *Atlas, Cartografia Histórica* (<http://atlas.fcsh.unl.pt/>) e deram origem a uma área de estudos hoje bem consolidada, com investigação desenvolvida desde a História Urbana à História Transnacional<sup>45</sup>.

A utilização de web-SIG para a disponibilização de investigação histórica teve ainda um outro desenvolvimento através do site “Atlas Histórico Digital do Alentejo”, projecto hoje apenas parcialmente disponível através do Internet Archive (<https://web.archive.org/web/20120101065256/http://geowebserver.xdi.uevora.pt/>). Mais recentemente são também de destacar, nesta vertente de ligação entre os SIG e a investigação histórica, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto DynCoopNet (<http://www.dyncoopnet-pt.org/>) cuja equipa portuguesa foi coordenada por Amélia Polónia da Universidade do Porto<sup>46</sup>.

Também na Arqueologia o recurso aos SIG tem representado uma área de investigação bastante desenvolvida, sendo possível apontar a segunda metade da década de 1990 e a criação do sistema “Endovélico” como um marco na ligação entre essa ferramenta digital e a Arqueologia em Portugal. Desde essa altura muitos têm sido os trabalhos desenvolvidos, um pouco por todas as universidades portuguesas e com perspectivas de análise temática e temporal muito diversificadas. Correndo o risco de deixar de fora trabalhos relevantes para a Arqueologia Digital, referem-se aqui apenas alguns exemplos, nomeadamente, os

45 Luís Espinha da Silveira et al., “The Evolution of Population Distribution on the Iberian Peninsula: A Transnational Approach (1877–2001),” *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History* 46, n.º 3 (2013): 157–74; Luís Espinha da Silveira, “Geographic Information Systems and Historical Research: An Appraisal,” *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 28–45.

46 Amélia Polónia, Amândio Barros, e Miguel Nogueira, “Now and Then, Here and There ... on Business: Mapping Social/Trade Networks on First Global Age,” in *Mapping Different Geographies*, ed. Karel Kriz, William Cartwright, e Lorenz Hurni, Lecture Notes in Geoinformation and Cartography (Heidelberg: Springer, 2010), 105–28; Sara Pinto, “Geographic Projections of a 16th Century Trade Network: New Meanings for Historical Research,” in *Understanding Different Geographies*, ed. Karel Kriz, William Cartwright, e Michaela Kinberger, Lecture Notes in Geoinformation and Cartography (Heidelberg: Springer, 2013), 203–14.

projectos e estudos desenvolvidos por Manuela Martins, Marcos Osório, Jorge Freire ou Miguel Nogueira<sup>47</sup>.

Na História, a vertente de criação e disponibilização online de arquivos digitais tem também gerado muito interesse no meio académico, podendo ser apontados exemplos de praticamente todas as universidades e centros de investigação em História do país, ficando aqui uma referência a alguns dos mais recentes. É o caso do projecto “Memórias Paroquiais 1758”, da Universidade de Évora (<http://www.portugal1758.uevora.pt/>), coordenado por Fernanda Olival, do projecto “MOSCA”, também de Évora (<http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/>), coordenado por João Freire e Paulo Guimarães<sup>48</sup>, ou do projecto “Portugal 14-18”, do Instituto de História Contemporânea, que tem a particularidade de ser um dos primeiros exemplos de recurso ao *crowdsourcing* para a recolha de documentos e memórias sobre a Primeira Guerra Mundial (<http://www.portugal1914.org/>).

Em alguns trabalhos recentes, a comunidade de investigadores ligada à História e à Arqueologia sentiu necessidade de fazer um balanço da aplicação das metodologias digitais à investigação nestas duas disciplinas, embora o principal enfoque tenha sido dado aos desenvolvimentos em termos internacionais<sup>49</sup>. A excepção a este panorama é o estudo de Maria Cristina Guardado e Maria Manuel Borges<sup>50</sup>, embora

47 Martins e Bernardes, “A Multi-Disciplinary Approach for Research and Presentation of Bracara Augusta’s Archaeological Heritage”; Marcos Osório e Telmo Salgado, “Um Sistema de Informação Geográfica aplicado na Arqueologia do Município do Sabugal,” *Praxis Arqueologica*, n.º 2 (2007): 9–22; Migel Nogueira, “Percurso metodológico para a implementação de um SIG em arqueologia mineira: breves reflexões,” in *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, ed. Carla Maria Braz Martins (Porto: CITCEM, 2010), 179–87; J. Freire, J. Bettencourt, e A. Fialho, “Sistemas de Informação Geográfica na gestão do Património Cultural Subaquático: a experiência da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais,” in *2as Jornadas de Engenharia Hidrográfica* (Lisboa, 2012), 365–68.

48 João Freire e Paulo Guimarães, “Do Arquivo Histórico-Social ao Projecto Mosca,” *A Ideia: revista de cultura libertária*, 71–72 (2013): 243–46.

49 Danny Rangel e Nelson Almeida, “A Arqueologia na Era Digital: Contexto e tendências,” *Revista Internacional de Humanidades* 1, n.º 2 (2012): 39–51; Danny Rangel, “Do mundo digital às humanidades digitais,” *Techne* 1, n.º 1 (2013): 17–23; Daniel Alves, “Introduction: Digital Methods and Tools for Historical Research,” *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 1–12.

50 Maria Cristina Guardado e Maria Manuel Borges, “Digital History in Portugal: A Survey,” in *Science and the Internet*, ed. Alexander Tokar et al. (Düsseldorf: Dup, 2012), 43–58.

mais centrado na tentativa de identificar os centros e os projectos de investigação onde a área da História Digital tem tido mais impacto. Tal como ocorreu no final da década de 1980, a História e a Arqueologia digitais em Portugal parecem estar agora numa nova fase de importação de paradigmas, desta feita centrada na incorporação do discurso de afirmação das Humanidades Digitais. Em qualquer caso, quer o reforço do trabalho colaborativo, com projectos que agora incluem equipas cada vez mais multidisciplinares, quer a abertura a novas temáticas e metodologias, inclusive da área das Ciências, podem ser destacados como dois dos aspectos mais visíveis deste percurso de algumas décadas de incorporação do digital no trabalho dos historiadores. Com dificuldade se falará de uma verdadeira “revolução”, como era recorrente nas análises mais optimistas feitas até ao final da década de 1990<sup>51</sup>, mas o aprofundamento metodológico, o reforço da interdisciplinaridade e uma maior valorização do trabalho em rede, são em parte consequência de um maior agenciamento introduzido pelo discurso das Humanidades Digitais e tendem a deixar cada vez menos historiadores indiferentes a estas mudanças.

### **O DISCURSO DAS HUMANIDADES DIGITAIS EM PORTUGAL (VERSÃO 2.015)**

A tentativa de afirmação de um novo campo de investigação pode ser feita através de um caminho mais formal e institucional, com a criação de centros e institutos especificamente dedicados ao desenvolvimento das novas temáticas ou metodologias. Pode ainda assentar na elaboração de um discurso próprio, que adapta e reconfigura tendências vindas do passado ou que importa expressões, conceitos, métodos e problemas de outras disciplinas ou de outros meios académicos, em especial do estrangeiro. Ou pode, enfim, seguir os dois caminhos em paralelo, obviamente. No caso português, a tendência actual parece ser a segunda hipótese. Não se quer com isto afirmar que alguns dos centros de investigação atrás referidos ou até outros ainda mais focados na vertente

<sup>51</sup> Alves, ‘Introduction: Digital Methods and Tools for Historical Research’.

informática/digital não possam ser integrados no que agora chamamos de Humanidades Digitais. Em grande medida, é precisamente desses centros que tem surgido muito do discurso e da prática que procura afirmar o novo campo em Portugal. Contudo, o processo tem sido menos sistemático, mais informal, sendo possível detectá-lo através de outros sinais que não o formalismo das instituições.

É difícil garantir com certeza absoluta quem usou a expressão “Humanidades Digitais” em português pela primeira vez e quando é que o fez, o que talvez não seja muito relevante. O mesmo se pode dizer sobre a “História Digital”. Contudo, é possível afirmar que esse uso representa já um primeiro sinal do início do processo de transformação do que era antes a “computação para as Humanidades” ou a “Informática aplicada às Humanidades”, para as “Humanidades Digitais”. Sem certezas absolutas, é bem provável que o ano de 2010 tenha sido o ano de viragem. Os sinais nesse sentido são vários e visíveis quer através do ensino, quer da investigação.

Helena Barbas, uma das investigadoras já mencionadas, tem dinamizado a área das Humanidades Digitais na FCSH, pelo menos desde 2004, com a oferta de cursos livres ou várias disciplinas de licenciatura e mestrado. Na área dos Estudos Literários tem apostado quer na adopção de uma perspectiva digital ao ensino, quer na incorporação das designações que actualmente caracterizam o campo, pois se em 2007 introduziu no mestrado a disciplina “Literatura e Novos Média”, em 2010 alterou-lhe o nome para “Humanística Digital” (<http://www.helenabarbas.net/>). Pelo que foi possível apurar, apesar da ligeira adaptação no nome, este terá sido um dos primeiros usos da expressão “Humanidades Digitais”, de forma oficial, na academia portuguesa.

Mas pelo que foi possível apurar numa pesquisa online aos guias curriculares de várias universidades, a expressão continua praticamente ausente, com uma única excepção. Na Universidade Fernando Pessoa, no seu Mestrado em Docência e Gestão da Educação, existe actualmente uma cadeira em “Ciência, Tecnologia e Humanidades Digitais”. A cadeira foi criada em 2009, contudo foi-lhe acrescentada a expressão “humanidades digitais” apenas em 2013. O que permanecem são outras

designações, que embora não incorporem a expressão da moda, se assim se pode dizer, não deixam de poder ser incluídas no novo campo disciplinar. Entre outros, é o caso de “Informática Aplicada à História”, disciplina obrigatória na Licenciatura em História da Universidade Nova de Lisboa, em funcionamento desde 2002; do Mestrado “Euromachs - European Heritage, Digital Media and the Information Society”, criado em 2008, na Universidade de Coimbra; ou ainda do seminário “Cultura Digital e Estudos Literários”, do Mestrado em Estudos Anglo-Americanos, da Universidade de Coimbra, em funcionamento desde 2005. Obviamente, todos estes exemplos e outros que se lhes poderiam juntar, mostram que o campo das Humanidades Digitais já existia antes de lhe ser atribuída esta designação importada do mundo anglo-saxónico.

No âmbito da investigação e das publicações académicas, a afirmação de um novo discurso que incorpora a designação ou conceito de Humanidades Digitais é igualmente recente e não se pode dizer, uma vez mais, que seja muito abrangente. Uma pesquisa feita no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP - <http://www.rcaap.pt/>), usando os termos “digital humanities”, “humanidades digitais” e “humanística digital”, a que se juntou “digital history” e “história digital”, mostra que estas designações entraram no léxico académico português apenas a partir de 2010 e mesmo assim de forma muito tímida. O número de resultados obtidos com uma pesquisa combinada de todas estas expressões, em todos os campos disponíveis, incluindo no texto integral das publicações, é muito reduzido (31 publicações em milhares de referências disponíveis) e restringe-se a um ainda mais reduzido número de investigadores que, já antes dessa data, estavam amplamente envolvidos em investigação em Humanidades com recurso a Tecnologias Digitais, casos de Manuel Portela, Helena Barbas, Daniel Alves, Maria Filomena Gonçalves, Ana Paula Banza, Dália Guerreiro ou José Borbinha. Talvez ainda mais significativo é o facto de apenas sete vezes ser usada a expressão “humanidades digitais” nas palavras-chaves que classificam as publicações nos repositórios, sendo a expressão em inglês usada apenas em dois casos. Uma pesquisa semelhante realizada na

PORBASE, Base Nacional de Dados Bibliográficos (<http://porbase.bnportugal.pt/>), que agrega as principais bibliotecas nacionais, revela mesmo a ausência destas expressões, seja a pesquisa feita nos campos de assunto ou de título, o que uma vez mais demonstra que a apropriação do discurso ligado a este campo de investigação no meio académico nacional é ainda muito reduzida.

Há obviamente exceções e os últimos anos têm visto aumentar as referências. Os termos “Computação para...” ou “Informática aplicada a...” aparecem ainda, mas cada vez mais, em especial dentro do grupo de investigadores mais envolvidos numa investigação de forte componente digital, impõe-se a designação “Humanidades Digitais”. Vejam-se, por exemplo, alguns trabalhos de Idalete Maria da Silva Dias, desde 2012, com várias comunicações a congressos sobre a temática das Humanidades Digitais: “Was heißt Digital Humanities/digitale Geisteswissenschaften eigentlich?” (“O que são as Humanidades Digitais?”) ou “Repensar as Humanidades na Era Digital”, são dois dos exemplos. A autora já antes (em 2008) tinha feito algumas comunicações sobre a mesma temática, mas então usando a expressão “Humanidades e Tecnologias”. Ou ainda os trabalhos mais recentes de Dália Guerreiro e José Borbinha, nomeadamente “Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades” (de 2014).

Existem ainda casos mais recentes e talvez mais simbólicos dessa apropriação de um novo vocabulário para designar uma prática já com algumas décadas, provavelmente renomeada agora com o intuito de dar um novo fôlego à afirmação deste campo de investigação e ensino. Isto é visível na publicação de trabalhos onde a expressão é usada com frequência ou onde aparece explicitamente no título<sup>52</sup>; na realização de conferências e congressos, como sejam “As Humanidades Digitais: entre a investigação e a formação de professores”, conferência organizada por Isabel Pinto, da Universidade Católica, em 2014, ou o “Congresso

<sup>52</sup> Gonçalves e Banza, *Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia*; Manuel Portela, “‘Nenhum Problema Tem Solução’: Um Arquivo Digital do Livro do Desassossego,” *MATLIT: Materialidades da Literatura* 1, n.º 1 (2013): 9–33; Rangel, “Do mundo digital às humanidades digitais”.

de Humanidades Digitais em Portugal: quebrar barreiras e construir pontes na era digital”, realizado em Outubro de 2015 e organizado por Daniel Alves, Rita Marquilhas, Manuel Portela e Dália Guerreiro; ou até na formalização de linhas de investigação com referência explícita ao campo, como a linha temática “Humanidades Digitais e Investigação Histórica” no Instituto de História Contemporânea (<http://ihc.fcsh.unl.pt/pt/investigacao/linhas-investigacao/item/38002-humanidades-digitais-e-investiga%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3rica>) ou o “Núcleo Património e Humanidades Digitais”, da Universidade de Coimbra ([http://www.uc.pt/iii/ceis20/grupos\\_investigacao/Nucleo](http://www.uc.pt/iii/ceis20/grupos_investigacao/Nucleo)).

Por fim, um olhar pelo mundo dos blogues, feito através de uma pesquisa por “Humanidades Digitais” no título da página com o Google, não detecta uma utilização abundante da designação. Sendo a primeira referência aparentemente feita em 2010, numa entrada de um blogue (<http://goo.gl/KmIe9Y>), poucas referências mais se conseguem encontrar (<http://goo.gl/vrSWZ5>; <http://goo.gl/tT4MfV>; <http://goo.gl/sNkn3L>; <https://goo.gl/z6F5ZI>; <http://goo.gl/U4tgLh>), sendo que apenas uma inclui a expressão no título do blogue e não no título de uma das suas entradas, caso do blogue “Bibliotecas e humanidades digitais” de Dália Guerreiro (<http://bdh.hypotheses.org/>).

Em conclusão, é possível afirmar que o momento vivido pelas Humanidades Digitais e a sua incorporação na investigação histórica em Portugal é de transição. Se se tiver em conta a característica genérica que normalmente se associa a este campo, uma forte ligação entre a investigação em Humanidades e a incorporação de métodos e ferramentas das Tecnologias Digitais, então a prática e os praticantes em Portugal vêm já desde a década de 1980. Se por um lado é certo que este campo nunca foi encarado com benevolência pelo *mainstream* académico, ele não deixou de fazer o seu caminho, por vezes de forma individualizada, sem grandes contactos ou colaborações entre os vários investigadores ou os pequenos grupos de investigação que se foram formando. Por outro lado, a apropriação/importação de um novo discurso para uma prática já vetusta, se é permitida a expressão, não assumindo o carácter de uma “onda avassaladora”, mostra alguma necessidade de

renovar a afirmação de uma perspectiva de investigação, prática, ensino e divulgação que cada vez mais se quer interdisciplinar, colaborativa e internacionalizada.

A esta tendência não é alheio um conjunto de eventos e iniciativas que têm colocado as Humanidades Digitais em Portugal no quadro mais amplo dos meios académicos que falam e trabalham em português e também em espanhol. É o caso, por exemplo, das edições do “Day of DH” dedicadas aos investigadores daquelas áreas linguísticas (“Dia das Humanidades Digitais 2013” (<http://dhd2013.filos.unam.mx/>), de Junho de 2013 e de Outubro de 2014 (“Dia das Humanidades Digitais 2014” <http://diahd2014.filos.unam.mx/pt-pt/>). Também é de destacar a fundação, em Outubro de 2013, da Associação das Humanidades Digitais (<http://ahdig.org/>) que procura reunir investigadores e projectos de investigação neste campo a trabalharem nos meios académicos brasileiro e português. De realçar ainda a organização de um primeiro Congresso de Humanidades Digitais em Portugal, em 2015, que contou com cerca de 160 participantes, 85% dos quais portugueses ou ligados a universidades portuguesas (<https://congressohdpt.wordpress.com/>).

Sobre estas tendências e iniciativas, bem como a forma como as mesmas podem representar a afirmação desse novo discurso no campo da Língua Portuguesa (e Espanhola), foi apresentado um estudo na *Digital Humanities Conference* de 2014 em Lausanne, entretanto publicado<sup>53</sup>. Sintomático ainda desse caminho que agora se começa a trilhar é o facto de outro estudo recente que procurou fazer o mapa das HD em espanhol e português colocar Portugal em terceiro lugar, logo a seguir à Espanha e ao México, no número de investigadores que se identificam actualmente como sendo “humanistas digitais”<sup>54</sup>.

Por fim, a separação que aqui se fez entre Humanidades Digitais e História Digital foi mais instrumental do que efectiva ou desejada.

53 Ernesto Priani Saisó et al., “Las humanidades digitales en español y portugués. Un estudio de caso: DíaHD/DiaHD”, *Anuario Americanista Europeo*, 12 (2014): 5–18.

54 Erika Ortega e Silvia Eunice Gutiérrez, “MapaHD. Una exploración de las Humanidades Digitales en español y portugués,” in *Ciencias Sociales y Humanidades Digitales Técnicas, herramientas y experiencias de e-Research e investigación en colaboración*, ed. Esteban Romero Frías e Maria Sánchez González (La Laguna: Sociedad Latina de Comunicación Social, 2014), 111.

A História Digital é hoje uma parte integrante e bastante activa das Humanidades Digitais, tal como a História é parte das Humanidades e das Ciências Sociais. Na perspectiva que aqui se procurou destacar, começando logo no título, o reforço da interdisciplinaridade potenciado pelas Humanidades Digitais, com a diversidade dos métodos disponíveis e com a riqueza temática que é possível abarcar, devem ser aspectos a valorizar como uma forma de afirmar, cada vez mais, o lugar e a pertinência da introdução das Tecnologias Digitais nos estudos humanísticos e no caso da História em particular. Em Portugal, esse caminho leva já algumas décadas, tem sido percorrido de forma lenta é certo, mas com alguma consistência, sendo que o recente ímpeto para a introdução do discurso das Humanidades Digitais pode ser visto como mais uma forma de procurar atingir aquele objectivo.

**REFERÊNCIAS:**

- Alves, Daniel. 'Introduction: Digital Methods and Tools for Historical Research.' *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 1–12.
- Alves, Daniel, e Ana Isabel Queiroz. 'Studying Urban Space and Literary Representations Using GIS: Lisbon, Portugal, 1852-2009.' *Social Science History* 37, n.º 4 (2013): 457–81.
- Amorim, Maria Norberta. 'Informatização normalizada de arquivos: reconstituição de paróquias e história das populações: um projecto interdisciplinar.' *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* XIII, n.º 2 (1995): 141–50.
- Amorim, Maria Norberta. 'Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses.' *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* IX, n.º 1 (1991): 7–26.
- Amorim, Maria Norberta, e Luís Lima. 'Demografia histórica e micro-informática: uma experiência sobre uma paróquia açoriana.' *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* XLIV (1986): 191–209.
- Amorim, Maria Norberta, Maribel Yasmina Santos, Antero Ferreira, Pedro Rangel Henriques e Fátima Rodrigues. 'Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central.' In *Congresso da Associação Portuguesa de Demografia Histórica: actas*, 57–66. Lisboa, 2001.
- Associação Portuguesa de História e Informática, ed. *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*. Vol. 2. Coimbra: A.P.H.I., 1989.
- Associação Portuguesa de História e Informática, ed. *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*. Vol. 1. Coimbra: A.P.H.I., 1989.
- Barbas, Helena. 'Narrative Memory in Hyperfiction and Games.' In *GameOn' 2010: 11th International Conference on Intelligent Games and Simulation*, editado por Aladdin Ayesha, 85–91. Leicester: Eurosis, 2010.
- Barbas, Helena, e Nuno Correia. 'Documenting InStory–Mobile Storytelling in a Cultural Heritage Environment.' In *First European Workshop on Intelligent Technologies for Cultural Heritage Exploitation*, editado por Luciana Bordoni, Massimo Zancanaro e Antonio Krueger, 6–12. Riva del Garda, 2006.
- Bernardes, Paulo, e Manuela Martins. 'Computer Graphics and Urban Archaeology: Bracara Augusta's Case Study.' In *Advances in Computer Graphics in Portugal*, Vol. 4, 2004. <http://virtual.inesc.pt/aicg04/index.html>.
- Boonstra, Onno, Leen Breure e Peter Doorn. *Past, Present and Future of Historical Information Science*. Amesterdão: Netherlands Institute for Scientific Information, 2004.
- Bradley, John. 'Silk Purses and Sow's Ears: Can Structured Data Deal with Historical Sources?' *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (April 2014): 13–27.
- Camarinhas, Nuno. 'Do manuscrito ao teclado: Os usos da informática na investigação histórica.' In *História do Teatro e Novas Tecnologias*, 1–7. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2005.
- Carvalho, Joaquim. 'Comportamentos Morais e Estruturas Sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720).' Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1997.
- Carvalho, Joaquim. 'Informática e Ciências Humanas.' *Revista Vértice* XLV, n.º 467 (1985): 25–36.
- Carvalho, Joaquim, e Filipe Penicheiro. 'Jogos de computador no ensino da História.' In *Livro de Actas do VIDEOJOGOS 2009 – Congresso da Sociedade Portuguesa de*

*Ciências dos Videojogos*, editado por Ana Veloso, Licínio Roque e Óscar Mealha, 401–12. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

CHAIA-UE. ‘Um novo objecto de estudo: a Lisboa pré-terramoto em mundo virtual.’ *APHA Newsletter*, 2011.

Cohen, Daniel J., Michael Frisch, Patrick Gallagher, Steven Mintz, Kirsten Sword, Amy Murrell Taylor, William G. Thomas III e William J. Turkel. ‘Interchange: The Promise of Digital History.’ *Journal of American History* 95 (2008): 452–91.

Cruz, Rogéria. ‘A informática linguística e o futuro do português: elementos para a definição de uma política nacional em Portugal.’ *Ciência da Informação* 15, n.º 1 (30 Junho 1986): 27–32.

Emiliano, António. ‘Tipo medieval para computadores: uma ferramenta informática para filólogos, historiadores da língua e paleógrafos.’ *SIGNO: Revista de la Historia de la Cultura Escrita*, n.º 15 (2005): 139–76.

Félix, Rafael Fernandes, Fernanda Faria, Maribel Yasmina Santos e Pedro Rangel Henriques. ‘XML na demografia histórica: anotação de registos paroquiais.’ In *Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação*. Coimbra: Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, 2002.

Fernandes, Carla, e Stephan Jürgens. ‘Video Annotation in the TKB Project: Linguistics Meets Choreography Meets Technology.’ *International Journal of Performance Arts and Digital Media* 9, n.º 1 (2013): 115–34.

Fernandes, Lídia, e Paulo Sales. ‘Teatro Romano de Lisboa: projecto reconstituição virtual.’ *Arquitectura & Vida*, 2005.

Ferreira, João Antero Gonçalves. ‘Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica.’ In *Actas del VII Congreso Internacional de la ADEH*, 1–15. Granada, 2004.

Freire, J., J. Bettencourt. e A. Fialho. ‘Sistemas de Informação Geográfica na gestão do Património Cultural Subaquático: a experiência da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais.’ In *2as Jornadas de Engenharia Hidrográfica*, 365–68. Lisboa, 2012.

Freire, João, e Paulo Guimarães. ‘Do Arquivo Histórico-Social ao Projecto Mosca.’ *A Ideia: revista de cultura libertária*, 71–72 (2013): 243–46.

Gonçalves, Maria Filomena, e Ana Paula Banza, eds. *Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013.

Guardado, Maria Cristina, e Maria Manuel Borges. ‘Digital History in Portugal: A Survey.’ In *Science and the Internet*, editado por Alexander Tokar, Michael Beurskens, Cornelius Puschmann, Susanne Keuneke, Merja Mahrt, Isabella Peters, Timo van Treeck e Katrin Weller, 43–58. Düsseldorf: Dup, 2012.

Hespanha, António Manuel. ‘A Micro-Informática no Trabalho do Historiador.’ *História e Crítica* XI (1983).

Hespanha, António Manuel. ‘Entrevista a António Manuel Hespanha por Pedro Cardim.’ *Análise Social* 46, n.º 200 (2011): 430–45.

Marques, André Evangelista, e Gabriel David. ‘Bases de dados relacionais enquanto ferramenta de investigação em História.’ In *VI Encontro Ibérico EDICIC 2013 / Globalização, Ciência, Informação - Atas*, 741–60. Porto: CETAC.MEDIA - Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação, 2013.

Marquilha, Rita, e Iris Hendrickx. ‘Manuscripts and Machines: The Automatic Replacement of Spelling Variants in a Portuguese Historical Corpus.’ *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (April 2014): 65–80.

Martins, Manuela, e Paulo Bernardes. 'A Multi-Disciplinary Approach for Research and Presentation of Bracara Augusta's Archaeological Heritage.' *Archeologia E Calcolatori*, n.º XI (2000): 347–57.

Morris, R. J. 'History and Computing: Expansion and Achievements.' *Social Science Computer Review* 9, n.º 2 (7 January 1991): 215–30.

Nogueira, Migel. 'Percurso metodológico para a implementação de um SIG em arqueologia mineira: breves reflexões.' In *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, editado por Carla Maria Braz Martins, 179–87. Porto: CITCEM, 2010.

Ortega, Erika, e Silvia Eunice Gutiérrez. 'MapaHD. Una exploración de las Humanidades Digitales en español y portugués.' In *Ciencias Sociales y Humanidades Digitales Técnicas, herramientas y experiencias de e-Research e investigación en colaboración*, editado por Esteban Romero Frías and Maria Sánchez González, 101–28. La Laguna: Sociedad Latina de Comunicación Social, 2014.

Osório, Marcos, e Telmo Salgado. 'Um Sistema de Informação Geográfica aplicado na Arqueologia do Município do Sabugal.' *Praxis Archaeologica*, n.º 2 (2007): 9–22.

Paiva, Maria Helena Pinto Novais. 'Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança.' Doutoramento, Universidade do Porto, 2002.

Parkinson, Stephen R., e António Emiliano. 'Encoding Medieval Abbreviations for Computer Analysis (from Latin–Portuguese and Portuguese Non-Literary Sources).' *Literary and Linguistic Computing* 17, n.º 3 (2002): 345–60.

Pinto, Sara. 'Geographic Projections of a 16th Century Trade Network: New Meanings for Historical Research.' In *Understanding Different Geographies*, editado por Karel Kriz, William Cartwright e Michaela Kinberger, 203–14. Lecture Notes in Geoinformation and Cartography. Heidelberg: Primavera, 2013.

Polónia, Amélia, Amândio Barros, e Miguel Nogueira. "'Now and Then, Here and There ... on Business": Mapping Social/Trade Networks on First Global Age'. In *Mapping Different Geographies*, editado por Karel Kriz, William Cartwright, e Lorenz Hurni, 105–28. Lecture Notes in Geoinformation and Cartography. Heidelberg: Primavera, 2010.

Portela, Manuel. "'Nenhum Problema Tem Solução": Um Arquivo Digital do Livro do Desassossegado'. *MATLIT: Materialidades da Literatura* 1, n.º 1 (2013): 9–33.

Priani Saisó, Ernesto, Paul Spence, Isabel Galina Russell, Elena González-Blanco García, Daniel Alves, José Francisco Barrón Tovar, Marco Antonio Godínez Bustos, e Maria Clara Paixão de Sousa. 'Las humanidades digitales en español y portugués. Un estudio de caso: DíaHD/DiaHD.' *Anuario Americanista Europeo*, n.º 12 (2014): 5–18.

Rangel, Danny. 'Do mundo digital às humanidades digitais.' *Techne* 1, n.º 1 (3 Agosto 2013): 17–23.

Rangel, Danny, e Nelson Almeida. 'A Arqueologia na Era Digital: Contexto e tendências.' *Revista Internacional de Humanidades* 1, n.º 2 (2012): 39–51.

Rodrigues, Maria da Conceição Monteiro. *Informática e Ciências Humanas*. Lisboa: Palas, 1989.

Schreibman, Susan, Ray Siemens, e John Unsworth, eds. *Companion to Digital Humanities*. Blackwell Companions to Literature and Culture. Oxford: Blackwell Publishing Professional, 2004.

Silveira, Luís Espinha da. 'Geographic Information Systems and Historical Research: An Appraisal.' *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 28–45.

Silveira, Luís Espinha da, ed. *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*. 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

Silveira, Luís Espinha da. 'Revolução Liberal e Propriedade. A Venda dos Bens Nacionais no Distrito de Évora (1834–1852).' Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1988.

Silveira, Luís Espinha da. *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997.

Silveira, Luís Espinha da, Daniel Alves, Marco Painho, Ana Cristina Costa, e Ana Alcântara. 'The Evolution of Population Distribution on the Iberian Peninsula: A Transnational Approach (1877–2001).' *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History* 46, n.º 3 (2013): 157–74.

Silveira, Luís Espinha da, Margarida Lopes, e Cristina Joanaz de Melo. 'Mapping Portuguese Historical Boundaries with a GIS.' In *Structures and Contingencies in Computerized Historical Research*, editado por Onno W. A. Boonstra, Geurt Collenteur e Bart van Elderen, 245–52. Hilversum: Uitgeverij Verloren, 1995.

Terras, Melissa. 'Inaugural Lecture: A Decade in Digital Humanities.' *Melissa Terras' Blog*, 27 Maio. 2014. <http://melissaterras.blogspot.pt/2014/05/inaugural-lecture-decade-in-digital.html>.

Verdelho, Evelina. 'Filologia, Linguística e Informática: trabalhos em tempo de mudança.' In *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, editado por Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros, 397–411. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

#### Referência para citação:

Alves, Daniel. "Humanidades Digitais e Investigação Histórica em Portugal: perspectiva e discurso (1979-2015)." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 89-116.

**Tomás Vallera**

**O modelo narrativo das histórias da polícia na perspectiva  
da segurança pública: um olhar sobre  
três exemplos paradigmáticos  
de uma historiografia diacrónica**

---

A segurança pública é o significado positivo que instintivamente associamos ao conceito de polícia. Quando procedemos a uma resenha do que existe, em Portugal, no que concerne a uma historiografia da polícia no tempo longo, compreendemos que é sempre a esta definição relativamente recente do termo que os historiadores se reportam. Mas a que normas implícitas obedece esse propósito que consiste em pôr as forças de segurança pública a reconstituir a sua própria história? Sobre que estrutura regular e comum assentam relatos na aparência tão incompatíveis como os que nos oferecem João Cosme (2006), Mascarenhas Barreto (1979) e Albino Lapa (1942, 1964) nas suas respectivas obras?

Palavras-chave: História da Polícia, Historiografia, Metodologia, Portugal.

---

**The narrative model of the histories of the police  
from the perspective of public safety: a look over  
three examples of a diachronic historiography**

Public safety is the benign meaning instinctively associated with the concept of police. In reviewing Portuguese historiography about the police, we find that historians always operate according to this relatively recent definition. But what implicit norms inform such an approach through which the forces of public safety reconstitute their own history? What regular, common structure forms the basis for the apparently irreconcilable works of João Cosme (2006), Mascarenhas Barreto (1979) and Albino Lapa (1942, 1964)?

Keywords: Police History, Historiography, Methodology, Portugal.

# O modelo narrativo das histórias da polícia na perspectiva da segurança pública: um olhar sobre três exemplos paradigmáticos de uma historiografia diacrónica

Tomás Vallera\*

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A dissertação em que se enquadra boa parte desta reflexão – *A história da polícia como genealogia da gramática escolar (1760-1834)* – divide-se em três momentos correspondentes a três níveis de análise da prática policial: i) a cidade, a lei e as histórias da polícia de segurança pública; ii) o Estado, a tratadística policial e a historiografia institucional do Antigo Regime; iii) a escola, o “currículo” e a história da tecnologia policial.

A narrativa descreve um movimento de distanciação relativamente à concepção de “polícia” que é, para nós, mais familiar e exterior (a polícia de segurança pública) e de aproximação a uma noção do gesto policial que nos é simultaneamente mais desconhecida e interior (o conjunto de técnicas destinadas a produzir o sujeito conforme no seio de uma população). Entre estas duas, encontramos o Estado de polícia: o acontecimento histórico no decurso do qual, pela primeira vez, se institucionalizou a polícia em Portugal (1760-1833).

De facto, uma história da polícia na longa duração só pôde existir associada ao processo de centralização dos poderes públicos em torno da questão fundamental do governo da grande metrópole (Lis-

\* Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.

boa) e à sucessão das leis de “tranquilidade pública” no sentido do progresso linear e de um movimento civilizador (reformismo legislativo). Do mesmo modo, uma historiografia das instituições de Antigo Regime especificamente focada no advento da Intendência-Geral da Polícia (1760-1833) – e por isso alheia às questões do progresso ou da sequenciação entre passado e presente – torna-se indissociável do estudo da polícia como ciência governamental do Estado tal como a observamos na tratadística do Antigo Regime. Por fim – e esta constituiria a proposta fundamental da tese, o campo de estudos que ela pretende abrir – uma história que tivesse por objecto o que poderíamos chamar a “tecnologia policial” seria inseparável de uma análise de tipo “microfísico” dos espaços onde se pretende apetrechar os indivíduos para a vida futura regulamentando a sua relação com os saberes (a isto se chamou “escola”) e dos instrumentos que se foram compondo no sentido de operacionalizar essa relação disciplinar (a isto se chamou “currículo”). Nem transcendente, eternamente perfectível e civilizadora (como a segurança pública quando filtrada pelo crivo das histórias da polícia); nem arcaica, cronologicamente circunscrita ou exclusivamente imputável às estruturas mentais de uma época particular (como a ciência da polícia quando captada pela historiografia dos poderes no Antigo Regime), esta polícia não identificaria o que hoje designamos pelo mesmo vocábulo, nem uma estranha e obsoleta arte de governar o Estado, mas uma certa relação de ordem prática, aplicável em diversos contextos, entre o “esplendor” de uma ordem observável e a harmonia conjunta dos sujeitos que a compõem. Encontramos exemplos desta concepção simultaneamente itinerante e imanente do tema policial em obras como *Corte na Aldeia* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo, onde por essa noção se descreve a relação de conformidade entre o escritor e o formato ou estilo das cartas ou missivas que redige; entre o oficial e as normas que regem a milícia em que se integra; entre o cortesão e as regras de trato e conduta que organizam a experiência da vida áulica, entre o menino nobre e os saberes ministrados na universidade, onde este se encontra numa “contínua lição de polícia, tendo por palmatória

de seus erros a vergonha de os cometer à vista de tantos censores”<sup>1</sup>. São estas manifestações plurais e multívagas da polícia que vemos convergir em certo número de instituições criadas pelos regimes pombalino e mariano – nomeadamente na Real Casa Pia, fundada em 1780 pelo Intendente Pina Manique, mas também na Academia das Ciências de Lisboa (1779) ou na experiência frustrada do Real Colégio dos Nobres (1761-1837) – e que, absorvidas pelo ímpeto disciplinador de uma ciência de governo que tem por objecto a população e por função a consolidação dos poderes públicos, visam constituir o cidadão dócil por adequação a um conjunto de saberes úteis ao Estado<sup>2</sup>.

Nesta perspectiva – a que compreende que a relação policial pode assumir diversas formas e integrar uma pluralidade de contextos; a que observa também que, a partir de meados do século XVIII, essas diferentes modalidades se foram institucionalizando em diferentes organismos do Estado – as polícias continuam a constituir-nos no presente sem que delas tenhamos uma ideia muito nítida. Ganha aqui sentido a frase de Nietzsche: “O que é conhecido é habitual; e o habitual é o mais difícil de conhecer: isto é, de ver como problema [...] como estranho, afastado, fora de nós”<sup>3</sup>.

Tais instituições – que nesta terceira declinação da polícia encarnam objectos de estudo privilegiados – são ora secundarizadas no âmbito de uma história institucional da época moderna que tende a descrevê-las como produtos do seu tempo, manifestações específicas de uma modalidade de governo que já não reconhecemos no presente (se-

1 Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia* (Lisboa: Verbo, 2005), 381, 405.

2 Muito sucintamente, com a “ciência de polícia” do século XVIII tratava-se de integrar os homens e as suas ocupações no campo da utilidade estatal, alinhando numa mesma equação o “bem-estar” do povo e o aumento das forças que constituem o poder do soberano: “Hoje se entende por *polícia* a arte de estabelecer os regulamentos interiores de sorte que o bom estado das famílias, e dos particulares, se ache inteiramente ligado com o bem do Estado. A boa polícia une pois, invariavelmente, o interesse do soberano com aquele de todos os vassallos; o bem de todas as ordens de vassallos com a de todos os particulares; a utilidade de todo o Estado com aquela do maior número de indivíduos possíveis: finalmente, ela não priva o homem no meio da sociedade da sua liberdade natural, senão o menos que for possível para manter a ordem geral.” João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, *Elementos da Polícia Geral de um Estado* (Lisboa: Oficina de Francisco Luís Ameno, 1786), 5-6.

3 Friedrich Nietzsche, *A Gaia Ciência* (Lisboa: Guimarães Editores, 2000), 242.

gundo nível), ora marginalizadas por uma historiografia da segurança pública interessada, acima de tudo, no isolamento e rastreamento do binómio polícia-delinquência através dos tempos (primeiro nível).

O texto que se segue incide sobre o primeiro destes três níveis de desenvolvimento do tema policial. Numa primeira fase, será questão de descrever a matriz que preside a toda esta prática historiográfica. De seguida, tratar-se-á de traçar o perfil e de caracterizar, caso a caso, o tipo de conexão que três historiadores da segurança pública (João Cosme, Mascarenhas Barreto e Albino Lapa) estabelecem nas suas obras gerais com duas grandes entidades do despotismo esclarecido: a Intendência-Geral da Polícia e a Real Casa Pia de Lisboa. A escolha destes autores obedece a um conjunto de critérios fundamentais. Em primeiro lugar, no contexto da referida tese, a pesquisa foi assumida menos no sentido de produzir uma resenha exaustiva do campo historiográfico em questão, do que com o intuito de extrair dele uma estrutura narrativa comum aos trabalhos que se ocupam especificamente do tema policial inserido no tempo longo (das origens à actualidade). Em segundo lugar, e justamente por não se tratar nessa dissertação de acumular um saber detalhado sobre a questão da segurança pública, foi necessário subordinar esta escolha a determinado número de parâmetros. Desde logo, optou-se por seleccionar dentro das histórias da polícia na longa duração aquelas que poderiam oferecer um maior contraste de pontos de vista: óptica do poder vigente (Lapa); perspectiva de oposição ao poder (Mascarenhas Barreto); enfoque assumidamente neutro ou descritivo (Cosme). A esta juntou-se uma partição segundo os posicionamentos políticos: o pensamento sobre as forças de segurança pública no contexto do Estado Novo, partilhada nos textos de Albino Lapa; uma implícita nostalgia liberal e monárquica na pluma de Mascarenhas Barreto; a suspensão da ideologia em prol da verdade dos factos históricos em João Cosme. Por fim, a selecção explicitamente parcial destas três narrativas ditas “paradigmáticas” obedeceu também a critérios de ordem cronológica e a limitações no âmbito da economia interna da tese. Procurou-se captar essa prática de historiar as forças de segurança pública em momentos distintos da contemporaneidade (períodos da

vida colectiva dos portugueses vivenciados por gerações coexistentes no presente), a saber, durante o regime de Salazar-Caetano, no rescaldo do 25 de Abril de 1974 e, finalmente, nos alvares do século XXI<sup>4</sup>.

### O cânone historiográfico da polícia

Em termos gerais, diríamos que a história da polícia de segurança pública supõe uma dupla projecção do presente sobre o passado. Em primeiro lugar, a operação levada a cabo pelo legislador josefino (1760), que consistiu em recuperar, para de seguida subordinar ao moderno conceito de “polícia”, as ancestrais medidas de “ordem” e “sossego público” aplicadas à cidade de Lisboa, que nas centúrias precedentes não se encontravam indexadas a esse termo nem ao significado que ele assumiu no século das Luzes<sup>5</sup>. Segundo, a articulação empreendida pela historiografia da polícia no tempo longo, a qual retomou o ponto de vista do Estado sobre si mesmo para submeter quer os quadrilheiros dos séculos XVI e XVII, quer a Intendência-Geral da Polícia, a uma narrativa histórica sobre as forças de segurança pública fundada nos princípios do progresso linear, da transcendência e do papel apolítico ou supra-político da “verdadeira polícia”. Assim se edificou uma ortodo-

4 Numa tese que não se centra na segurança pública, mas nos discursos que envolvem as diferentes concepções do gesto policial, os títulos de história da polícia que permanecem fora desta análise pertencem a uma de duas categorias: narrativas onde, como nos autores citados, se descreve a evolução das forças da ordem desde os primórdios até à actualidade (e que, por apresentarem estruturas idênticas às que foram elegidas, não carecem de ser incluídas); descrições pormenorizadas de ramos específicos da polícia passada ou contemporânea (cuja especificidade não permite cotejá-las com o carácter generalista dos relatos de Albino Lapa, Mascarenhas Barreto e João Cosme). Ao primeiro grupo correspondem obras como *Uma Pequena História da P.S.P.* (1979), monografia encomendada e editada pela P.S.P., *Da Polícia de Ordem Pública* (1998), de Pedro José Lopes Clemente, *História da Polícia em Portugal: formas de justiça e policiamento* (2000), de Domingos Vaz Chaves, ou ainda *Polícia de Segurança Pública. Origem, evolução e actual missão* (2005), de Flávio dos Santos Alves e António Costa Valente. No segundo, podemos assinalar títulos como *Monografia da PSP da Guarda desde 1884 até 31 de Dezembro de 1939* (1940), também publicado pela P.S.P., *A Guarda Real da Polícia: esboço histórico* (1949), editado pelo Comando Geral da G.N.R. e redigido por Luís Alberto Filipe Rodrigues, *Origens da Guarda Nacional Republicana. A Guarda Municipal* (1950), de Eduardo Noronha, *Estrutura e Génesis da Guarda Fiscal* (1985), de António Pedro Ribeiro dos Santos, entre outros.

5 António Delgado da Silva, ed., “Alvará com força de lei da criação da Intendência-Geral da Polícia e seu regulamento de 25 de Junho de 1760”. *Colecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações: legislação de 1750 a 1762* (Lisboa, Tipografia Maignense: 1828), 731-739.

xia – inicialmente alicerçada na letra da lei e depois reconduzida pelos cronistas da segurança pública – continuamente fadada a produzir o elogio da mesma instituição, a relembrar a dura evidência da sua necessidade e a inegável excelência das suas virtudes<sup>6</sup>.

De facto, quando a polícia hodierna produz uma narrativa histórica sobre si mesma, ela não cessa de se encontrar em gérmen no passado. Como se o devir de cada manifestação primitiva de autoridade, de cada medida que remotamente conjugasse as noções de ordem e protecção, fosse a segurança pública nos termos gerais em que hoje se entendem as funções da instituição policial:

Ao iniciarmos “uma pequena história da polícia através dos tempos”, queremos lembrar que desde a criação do mundo se verifica a existência da autoridade, pelo que podemos afirmar que esta é tão velha como o próprio mundo. E não nos repugna acreditar que, se assim não fosse, a própria humanidade não poderia ter subsistido. [...] E antes de mais nada, e para aclararmos o que ontem era nebuloso, diremos que o respeito e a submissão de muitos perante alguns, desde que o mundo é mundo, generalizaram-se num só termo: polícia. Embora este termo fosse conhecido muito depois, e outras designações antecedessem e que não vêm para o caso – no fundo os serviços prestados são os que hoje a polícia mantém. [...] Os métodos foram-se aperfeiçoando, para depois aparecerem os senhores feudais, os senhores donatários, [...] e essa evolução deu mais tarde um “Estado perfeito” no vasto campo da segurança pública<sup>7</sup>.

A história da polícia enquanto formação discursiva edifica-se, portanto, sobre um valor de eternidade acoplado a um processo evolutivo.

6 Uma mesma modalidade de invocação do passado permeia o instrumento legislativo por intermédio do qual a polícia se impõe como política geral do Estado (1760) e os relatos apologéticos que, a partir do século XX, descrevem o percurso cronológico de uma instituição tomada como necessária, natural e essencialmente apolítica. É neste duplo eixo – em que se contorna e reinterpreta o passado para fundar um novo organismo de governo; em que se limita esse pretérito, em toda a sua multiplicidade, a um singelo e forçoso devir presente – que a história da polícia encontra a sua função e a sua razão de ser.

7 Albino Lapa, *História da Polícia de Segurança Pública: Subsídios* (Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1953), 9-10.

Ela tende a alicerçar-se, além disso, sobre dois pontos de origem distintos. Um deles, de cariz primordial, remetendo para a noção de ordem pública como instinto natural das sociedades humanas. Um outro, de índole institucional, colocando as forças policiais do presente numa relação de analogia directa com corpos de agentes formados num passado mais ou menos longínquo. Todo esse campo discursivo interessado em produzir uma narrativa diacrónica do gesto policial é atravessado por um imperativo binário, de acordo com o qual a lenta transmutação do passado em presente obedece a uma fractura entre os “primórdios” e a história das instituições policiais modernas. Cabe ao historiador estabelecer o marco dessa divisão, que configura também o ponto de viragem a partir do qual tudo aquilo que permanecia desordenadamente em espírito, em instinto ou em potência, se materializa enfim numa realidade institucional. Nos seus subsídios para uma *História da Polícia de Segurança Pública*, Albino Lapa reconhece a fundação dos quadrilheiros como primeira revelação da polícia na história de Portugal:

Sucediam-se reis após reis [...] e o quadro era arrepiante, misturado com as lágrimas dos que perdiam os seus entes queridos e eram despojados dos seus haveres. Tudo isto tocou o coração bondoso do nono rei da nossa primeira dinastia, El-Rei D. Fernando, o “Formoso” [...] que para refrear essa hecatombe trágica da morte e do roubo, quer nas próprias habitações aferrolhadas a sete chaves, quer em plena rua, e pensando maduramente na catástrofe cada vez mais horripilante, institui os chamados quadrilheiros (que foi a polícia de então) e dá-lhes um regimento, datado de 12 de Setembro do ano de 1383 [...]. Com esta sábia lei criavam-se bases sólidas para uma futura lei de segurança pública<sup>8</sup>.

Numa obra mais recente, João Cosme identifica o decreto de 1383 como marco fundacional. Coloca-o, no entanto, do lado das origens primitivas, movendo as balizas da polícia moderna para o pe-

8 Ibid., 12-14.

ríodo subsequente à lei pombalina. A separação de águas, neste caso, faz-se em função da ausência ou presença do vocábulo “polícia” na legislação:

Assim dividimos o trabalho em oito partes. No primeiro capítulo, serão abordados os primórdios da polícia, isto é, o surgimento e respectiva instalação dos elementos protectores da ordem pública em Portugal. Foi [apenas] no século XVIII, com a lei de 1760, que surgiu em Portugal o termo “polícia”<sup>9</sup>.

Mascarenhas Barreto, por seu turno, faz corresponder ao conceito de polícia toda a afirmação do poder do Estado no ramo da ordem pública:

Ao longo dos séculos, os Estados criaram grupos de pessoas incumbidas de assegurar a observância da ordem pública, vigiando e entregando ao poder judicial aqueles que a violassem. [...] Ao grupo de vigilantes incumbido de proteger a população, mantendo essa harmonia da vida social, pelo cumprimento das normas da ordem pública, se chamou “corpo de polícia”<sup>10</sup>.

Nas histórias da segurança pública, o significante “polícia” encontra-se inevitavelmente amarrado ao processo de institucionalização da ordem pública a partir do Estado. Independentemente dos recortes cronológicos que propõem, ou da variedade de interpretações que sugerem em relação ao ponto de origem, todos estes registos obedecem à narrativa formal imposta desde 1760 pela lei da polícia. A história da polícia não mais faz do que seguir a lógica da filiação, da reforma e da substituição do velho pelo novo que todas as leis da segurança pública

9 João Cosme, *História da Polícia de Segurança Pública. Das origens à actualidade* (Lisboa: Edições Sílabo, 2006), 18.

10 Augusto Mascarenhas Barreto. *História da Polícia em Portugal*. (Lisboa: Braga Editora, 1979), 20.

confirmam, desde que, na segunda metade do século XVIII, se fixaram os elementos estruturantes da corporação policial:

Através do seu trabalho de pesquisa e sistematização, o autor [João Cosme] transporta-nos a um passado bem longínquo que remonta ao reinado de D. Fernando, o qual, em 1383, instituiu os “quadrilheiros”, atravessa toda a Idade Média, passa pela criação da Intendência-Geral da Polícia, em 1760, e contempla a criação da Guarda Real de Polícia, em 1801, a da Guarda Nacional em 1823 e a do Corpo de Polícia Cívica em 1867. É nesta data [...] que se [...] situa a origem próxima da instituição que hoje conhecemos como Polícia de Segurança Pública. E, se é certo que muitas evoluções sofreram a sociedade e a polícia desde então, já aí se descortinava a matriz, que ainda hoje conserva, como pilar estruturante da ordem e segurança numa sociedade que também procura uma instituição que lha consiga garantir<sup>11</sup>.

Trata-se sempre de produzir relatos de carácter linear, assinalando o modo como, de reforma em reforma, a prática policial se vai desenvolvendo em diferentes estágios, desde as manifestações embrionárias do passado até à definitiva consumação no presente. Em simultâneo, trata-se também de elevar os imperativos da “ordem” e da “segurança” a um patamar de neutralidade independente de quaisquer sectarismos políticos.

No que ao período ditatorial respeita, que muitas marcas negativas deixou no país a todos os níveis, e vendo embora os factos enquadrados no devido contexto espaço-temporal em que se inserem [...] não se pode deixar de extrair que mais do que a PSP procurou aproximar-se do poder, o que se verificou foi precisamente o contrário. O poder procurou aproximar-se da PSP e aqui ou ali tirar eventualmente partido de tal situação. [...] Porém, nunca se poderá afirmar que foi um sustentáculo do regime ditatorial<sup>12</sup>.

11 Cosme, *História da Polícia de Segurança Pública*, 13.

12 *Ibid.*, 15.

Constitui-se assim um objecto de estudo idealizado, desenraizado das perversões próprias dos regimes políticos, que combina uma dimensão natural, intemporal e necessária – “a defesa [...] contra a desordem, o assalto, a ameaça, o roubo, o crime de morte” – com o exercício de uma profissão de que se procura, na maioria dos casos, fazer o elogio<sup>13</sup>. Mas essa instituição ideal, tão mais perfeita quanto se avizinha da contemporaneidade de quem a descreve, dificilmente se pode concretizar quando, logo de início, se vê maculada ou subvertida pelos devaneios ideológicos do poder político:

A época pombalina caracterizou-se por uma reforma exemplar, no âmbito da administração policial, a partir de 1760, ano em que o seu amigo e acólito, Inácio Ferreira de Souto, foi por ele nomeado “1º Intendente da Polícia da Corte e do Reino”. E diz-se exemplar não pela essência humanitária de polícia, no sentido virtual da palavra, mas por ter servido de exemplo a todos os seguintes regimes de tirania e terror, quer de natureza absolutista-totalitária, quer do tipo “libertário”, como o foi, em França, a pré-napoleónica<sup>14</sup>.

Talvez não seja despropositado afirmar que o objecto de estudo predilecto das histórias da polícia se resume, fundamentalmente, a essa “essência humanitária de polícia” que o Estado tenta proporcionar aos seus cidadãos e cuja encarnação mais eficiente teria emergido na actualidade. Esta força policial virtuosa procede de um conceito de justiça igualmente inscrito na natureza humana:

Já um dia o escrevemos, quando lembrámos, razão tinha Voltaire, que “a mais bela função da humanidade, é a de administrar justiça”, mas Mirabeau, mais penetrante nesta ciência, disse: “A justiça é uma necessidade de todos, e a cada instante; e, assim como deve exigir o respeito, deve

13 Albino Lapa, *História da Polícia de Lisboa*, vol.1 (Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1942), 15.

14 Barreto, *História da Polícia em Portugal*, 84.

inspirar confiança”. [...] E foi na base destes dois profundos e lapidares conceitos, que nós analisando [...] o verdadeiro sentido humano nas palavras segurança pública, podemos afirmar [...]: nada há melhor no mundo que a ordem em todos os sectores da vida. [...] Apesar de todas as vicissitudes, ela continuará triunfantemente para a defesa do lar e da família – e para se manter intangível, nasceu uma força indestrutível<sup>15</sup>.

Note-se que, na interpretação de Albino Lapa, a ordem deve servir a justiça. Para tal, teria nascido uma “força indestrutível” que, mediando o espaço entre as instituições judiciais e as famílias, asseguraria a perenidade de ambas. Ademais, compreende-se também que esta modalidade historiográfica, trate-se de descrever a polícia ou a justiça, se baseia em noções que são simultaneamente eternas e perfectíveis, naturais e reformáveis. Deste ponto de vista, a polícia seria uma ideia intemporal sujeita a aperfeiçoamentos no decurso da História. O que resolve essa relação paradoxal entre uma verdade trans-histórica, imutável, e a perfectibilidade das sociedades por via da lei, é a noção de progresso:

As grossas e complicadas grades de ferro às janelas e os bacamartes às cabeceiras das camas, tudo isso é hoje desnecessário. [...] E porquê? Porque existe a polícia, e a polícia representa a todos os títulos o progresso e a segurança de um Estado sempre crescente. [...] Um agente de polícia é um homem como nós, falando a mesma língua, e apenas um uniforme o distingue – mas perante ele – devemos lembrar a lei que lhe deu autoridade, força e respeito. Por isso o polícia é bem o verdadeiro soldado da paz, que dá à nação, pelo seu prestígio, a garantia insofismável do seu progresso<sup>16</sup>.

15 Albino Lapa, *Subsídios para a História da Polícia de Segurança Pública* do Porto (Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1955), 10-11.

16 Lapa, *História da Polícia de Segurança Pública: Subsídios*, 10-11.

Apoiando-se na tradição legislativa herdada do Estado, a história da polícia produz o relato de um processo civilizador contínuo e consistente. Nela, o conceito de civilização opera como sinónimo de progresso:

Desde os tempos imemoriais que em todos os povos e em todas as raças nós encontramos manifestações de mando. Imperadores e reis, rodeados de súbditos obedientes que, por sua vez, também aplicavam justiça, castigavam com severidade sob qualquer pretexto. Com a evolução da sociedade, o crescente aperfeiçoamento das raças e dos povos e um mais elevado grau civilizador nos usos e costumes, começa-se a assistir a uma mais humana aplicação da lei penal. [...] Essa progressiva dignificação da pessoa humana ofereceu [...] aos costumes uma nova modalidade mais consentânea com a moral. Foi assim que o clamor, outrora provocado pela opressão e pelo despotismo, se foi, a pouco e pouco, extinguindo. [...] Consolidado o poder real, entrou-se num campo de vastas reformas que o progresso e a civilização impulsionavam. [...] A autoridade, representada por organismos próprios e especiais, funciona sob vários aspectos da administração pública, um dos quais o da ordem cívica que se aperfeiçoa com a criação de uma corporação especializada – a polícia<sup>17</sup>.

A sobreposição da moderna historiografia da polícia em relação à lei reactualiza esse gesto eminentemente político que, pela pluma do legislador josefino, havia sido capaz de encadear a nova lei da polícia com os antigos éditos respeitantes à ordem pública. Dessa conexão entre o problema da delinquência na cidade, extrapolado para a totalidade do reino, e a noção de polícia, resulta uma espécie de ortodoxia do discurso que impossibilita a reflexão sobre esse conceito fora do quadro institucional da corporação ou do âmbito humanista do processo civilizador. Na historiografia como na lei, sedimentaram-se certo número de inquestionados que formam hoje, em grande medida, o uso e o senso comum da questão policial:

<sup>17</sup> Lapa, *História da Polícia de Lisboa*, vol.1, 14.

A polícia é uma instituição de utilidade pública e social. Os seus fins são a manutenção da ordem, o auxílio e a protecção dos fracos; os seus deveres, a imposição e o exercício da autoridade para que certas normas e preceitos a que estão sujeitos os cidadãos sejam cumpridos<sup>18</sup>.

Nesta visão canónica da polícia, a “manutenção da ordem”, o “auxílio e a protecção dos fracos”, a “imposição e o exercício da autoridade”, são princípios universais, de certa forma desconectados tanto da História como do poder. Desligados da História porque, como se viu, cabe à história aproximar-se deles, consumá-los na prática. Embora devam ser nela cumpridos, não é, contudo, da melodia de Clio que eles emanam. Somente mediante uma evolução civilizacional, uma iluminação dos espíritos, se poderia alcançar a paz pública nas sociedades, interrompendo o ciclo histórico no interior do qual esses fundamentos naturais eram sistematicamente tolhidos por modelos de organização social considerados ilegítimos e cruéis:

Muitos anos ainda evolucionaram para que essa força correspondesse ao termo propriamente dito, porque havia a contar com os desnaturados de sentimento e os que se julgavam isentos do respeito e da submissão. Para estes – os onnipotentes – senhores das vidas e haveres de cada um a seu belo talante, se criou a justiça, e assim pouco a pouco se conseguiu debelar esse poder injustificado, duma casta afrontosa para a humanidade – o feudalismo cruel e brutal<sup>19</sup>.

Mas esta polícia representa também a defesa de valores ou necessidades que se não confundem com o poder. Como se pôde ver, ela encontra-se muitas vezes em situações de permeabilidade em relação ao ideário político, sujeitando-se a ser apropriada ou instrumentalizada por regimes despóticos que homogeneizariam a administração a partir do topo da hierarquia estadual:

<sup>18</sup> Ibid., 13.

<sup>19</sup> Lapa, *Subsídios para a História da Polícia de Segurança Pública* do Porto, 10.

As opções políticas que ao longo do tempo se instalaram no poder marcaram de modo indelével a visão policial, cuja instituição se revelou bastas vezes condicionada pelo poder político, sendo amiúde um instrumento utilizado por esse mesmo poder em prol dos seus desejos opressivos<sup>20</sup>.

De acordo com esta ortodoxia, a confusão entre a boa e a má polícia decorreria de um erro de análise sistemático. As vozes críticas que se levantam contra a corporação policial tenderiam a produzir uma amálgama injustificada entre a autoridade simbolizada pela polícia e a natureza perniciosa do poder:

... as polícias não costumam ser tema para investigadores e [...] por via de regra são mal vistas pela sociedade em geral. Arriscaremos mesmo a dizer que, se é certo que em alguns momentos a polícia tem andado divorciada da sociedade, esta também não tem sabido aproximar-se da sua polícia. Nem mesmo através da chamada “inteligência”, nunca o fez de forma clara e inequívoca. Bem pelo contrário, tem sido esta quem talvez mais se tem distanciado da polícia. [...] A aproximação à polícia era, em geral, vista como se de uma aproximação ao poder se tratasse e este, porque também suspeito, deve manter-se à devida distância. Infelizmente, a ideia errada de que a polícia não é pessoa de bem foi a ideia dominante durante muitos anos. Recuperar de tal situação leva muito tempo e não é tarefa fácil<sup>21</sup>.

De qualquer modo, se a polícia é efectivamente poder, ela encarna um poder benéfico, uma força que mais não faz do que servir a justiça e aplicar a lei. E essa sua função é tão mais clara, encontra-se tão mais próxima do seu verdadeiro objectivo, quanto mais elevado for o escalão civilizacional em que se insere:

20 Cosme, *História da Polícia de Segurança Pública*, 18.

21 *Ibid.*, 14.

A polícia vela pelo cidadão indefeso que nela encontra o apoio, o auxílio e a protecção bem como o pacificador da sociedade que, tantas vezes, injustamente, a toma por odiosa e antipática; todavia a cidade dorme hoje tranquilamente e o viandante não é com receio que percorre as suas ruas a qualquer hora da noite. É que a polícia dos nossos dias está sempre alerta e pronta para o sacrifício<sup>22</sup>.

A História da polícia configura, assim, um policiamento da História na medida em que utiliza as particularidades dessa instituição no presente como ponto de referência para investigações que têm por objecto o passado. Constrói uma estrutura narrativa cujo exercício é o de avaliar, para cada ocorrência, aquilo em que ela dista ou se assemelha da imagem que a corporação policial tem de si mesma no presente. A polícia pode, deste modo, constituir-se como objecto de estudo para uma historiografia da longa duração, desde que perpetuamente associada ao cumprimento de um destino particular.

Os pressupostos sobre os quais assenta essa imagem um pouco esquemática do objecto de análise – um corpo de agentes, uma noção de ordem pública, uma ideia de benefício comum, funções de prevenção e combate ao crime ancoradas no conceito de segurança pública – foram, contudo, inteiramente construídos e legitimados pela lei de 1760, instituidora da Intendência-Geral da Polícia e arquitecta de um dos principais sustentáculos do despotismo esclarecido de Pombal.

Também o método subjacente à história institucional da polícia constitui, em termos globais, um desenvolvimento da relação identitária que a lei pombalina fabrica com a legislação urbana dos reis seus antecessores. Nos dois casos, trata-se de definir um *ponto de origem*. Esse ponto de afloração assinala o aparecimento de algo semelhante à instituição que se pretende confirmar no presente; um prenúncio grosseiro da actualidade que se demarca do caos primordial, onde a polícia e a verdadeira justiça existiam apenas em potência, assoberbadas sob o peso da ignorância e do mau governo.

<sup>22</sup> Lapa, *História da Polícia de Lisboa*, vol. 1, 15.

Em segundo lugar, todo esse discurso sobre o passado obedece à lógica da reforma e do *progresso*. O decreto josefino declara-se arauto de uma nova era – imitando nisso “as cortes mais polidas da Europa” – ao fundar uma instituição que, pela primeira vez, se ocuparia da polícia da corte e reino enquanto campo de intervenção autónomo. A história da segurança pública, por sua vez, acompanha as reformas da polícia adoptadas na lei, palmilhando a sua evolução afirmativa ao longo do tempo.

Em terceiro lugar, ambas se estabelecem com base numa *dicotomia* essencial que coloca frente a frente, num conflito trans-histórico, a polícia – do lado da virtude e da justiça – e o crime, do lado da iniquidade e da ilegalidade. Assim, repete-se nos regulamentos dos quadrilheiros e nos regimentos dos bairros, nos quais se apoia o édito pombalino, a necessidade de coibir e acautelar os actos criminosos desses homens “vadios e facinorosos” que corrompem a paz pública e que constituem também um dos principais cuidados da Intendência-Geral da Polícia no período pós-terramoto. Neste binarismo baseia-se igualmente a corporação policial ao delinear a sua história. É na missão de manter a ordem, de pugnar contra a criminalidade e a delinquência através dos tempos, que ela se demarca das derivas maquiavélicas do poder político e se assume na sua pureza fundamental.

Por fim, ambas apresentam uma leitura pacificada e homogénea do devir histórico. Tanto o legislador como o historiador descrevem o processo de construção do presente na sua *univocidade*, como se este se encontrasse já inscrito em promessa no passado. Com a serenidade de quem sabe estar do lado da justiça, da paz e da civilização, esta linha de argumentação desenvolve-se no sentido de mostrar a lenta emancipação das sociedades humanas do jugo da opressão e do engano de experiências passadas.

### TRÊS EXEMPLOS PARADIGMÁTICOS

Como se pode compreender, uma instituição dita “política” como a Intendência-Geral da Polícia representa uma dificuldade para as nar-

rativas históricas da segurança pública. Este problema manifesta-se na forma de um impasse metodológico. No fundo, ele enuncia-se do seguinte modo: como articular a Intendência, esse marco histórico inultrapassável, instituição difícil de negligenciar quando se pretende redigir uma história da polícia, com a ideia contemporânea da função policial, com os seus limites bem definidos no interior da administração do Estado, o seu desígnio altruísta e essencialmente apolítico? Como inserir esse organismo, sem dúvida fulcral por ter sido com ele que se institucionalizou, entre nós, o conceito de polícia, mas cujos atributos ultrapassavam em muito as balizas que hoje consideramos razoáveis para um serviço como a segurança pública, num relato que tem justamente por objectivo a apologia do policiamento tal como o conhecemos desde a segunda metade do século XIX?

Para que esse organismo se coadune com a história da polícia na perspectiva de uma profissão benéfica, indispensável e civilizadora, torna-se necessário eleger uma metodologia. Vimos como os meirinhos medievais, os quadrilheiros de D. Fernando, os ministros dos bairros, se adequavam a uma projecção da polícia contemporânea no passado distante: como ela, configuravam um raio de acção estritamente demarcado, o mesmo enquadramento, o mesmo sujeito colectivo, encargos concretos e alvos de intervenção sensivelmente idênticos. Todavia, pela inaudita extensão da sua área de ingerência, mas também pela pluralidade de objectos destinados ao seu cuidado – desde a coordenação dos magistrados criminais e civis à perseguição de malfeitores; do desmantelamento das conjuras inacianas e nobiliárquicas sob o conde de Oeiras à perseguição da franco-maçonaria sob Pina Manique; da iluminação das ruas da capital à criação do teatro de S. Carlos – a Intendência configurava um acontecimento um tanto excêntrico ao conjunto de regras que organizam e fundamentam as histórias da polícia. O mesmo se poderá dizer da Casa Pia de Lisboa, instituição erigida em 1780 pelo mais célebre dos intendentos, cujas funções transpunham largamente o escopo da segurança pública tal como a reconhecemos no presente. Mas de que modo se inscreve essa parelha – Intendência com poderes dilatados, estabelecimento pio que não se ajusta aos preceitos específicos do

policciamento contemporâneo – nas histórias da polícia sem que de tal ligação resulte um paradoxo ou uma contradição?

No exemplo mais recente, a *História da Polícia de Segurança Pública* de João Cosme (2006), a Intendência é interpretada como um “novo paradigma” da actividade policial, resultante da emergência de novas práticas de governo durante o consulado de Pombal. A quase ilimitada amplitude do seu arbítrio seria um efeito do processo de transformação da legislação régia num “instrumento de centralização política”<sup>23</sup>. O tratado *De potestate regia* (1760), escrito por Inácio Ferreira de Souto, o primeiro Intendente-Geral da Polícia, a *Lei da Boa Razão* de 1769 e as *Institutiones iuris civilis Lusitani* de Pascoal de Melo (1789), seriam as principais manifestações teóricas desse movimento centrípeto. No reformado modelo pombalino, o núcleo formal da função policial – a corporação de agentes; os procedimentos de vigilância e prevenção – permanece intacto, mas os antagonistas políticos vêm substituir os delitos como objecto privilegiado das suas diligências: a Intendência concentra-se nos “factos e agentes políticos” e “[negligencia] a ordem pública”<sup>24</sup>. A partir de 1780, já com Pina Manique, a polícia seria de novo reconduzida ao seu tema privilegiado, à sua essência anti-criminal, mas no interior de uma arquitectura de governo que havia transfigurado o Estado num regime dotado de uma ideologia e as técnicas de prevenção e vigilância no braço armado de uma facção política que ocupara o poder. Assim, ela não seria um produto original da administração josefina, mas um núcleo de fundamentos virtuosos que teriam sido temporariamente sequestrados pelo despotismo esclarecido de Pombal. Muito embora Pina Manique tenha criado a Guarda Real da Polícia (1801), força de vocação nacional que deveria assegurar “a tranquilidade interna da capital” no quotidiano, a deriva ideológica prosseguiria sob D. Maria I e D. João VI, desta feita com os encargos do sossego público firmemente subordinados aos desígnios ideológicos da “Viradeira”. No entanto, a Guarda Real da Polícia e a subsequente

23 Cosme, *História da Polícia de Segurança Pública*, 37.

24 *Ibid.*, 39.

Guarda Municipal de Lisboa (1834), no término das guerras liberais, assim como os desenvolvimentos que, de futuro, iriam fazer emergir as forças policiais modernas, não teriam surgido sem esta passagem pelas “ditaduras” de Carvalho e Melo e Pina Manique.

O autor assume por inteiro a redacção de uma história da segurança pública no sentido estrito do termo, propondo como objecto de estudo um encargo profissional, ou sujeito colectivo formal, incorporado num processo de desenvolvimento no tempo longo. A concepção subjacente a esta obra é a que põe frente a frente, na sua simplicidade elementar, o agente e o infractor, num eixo de inteligibilidade que remete a tergiversação política, bem como a identificação da polícia com um “estado total”, para a periferia da análise. Por outras palavras, o limiar desta função social é transposto no momento em que a noção de polícia passa a designar uma ferramenta de enfrentamento sectário ou a abarcar uma pluralidade de áreas excêntricas à simples conservação da lei e da ordem. Não apresentando pontos de contacto com a polícia depreendida por este prisma, a Casa Pia de Lisboa fica portanto à margem desta investigação.

A mesma neutralidade do objecto orienta a pesquisa de Mascarenhas Barreto na sua *História da Polícia em Portugal* (1979), onde se assevera que “o decreto de 1760 transformava a polícia civil portuguesa numa organização de informação e defesa do Estado”, servindo “não o povo e o rei, mas os interesses políticos e pessoais do ditador-ministro Sebastião José”<sup>25</sup>. Mas este estudo não se limita a estabelecer uma diferença de base entre o que seria uma força de segurança pública na sua acepção mais genuína e intemporal e esse policiamento de outra natureza, alicerçado no oportunismo partidário ou no governo autoritário. Se no texto de João Cosme a partição entre a boa e a má polícia se faz de acordo com um rigoroso formalismo conceptual, a do investigador e romancista lisboeta opera segundo a linha divisória entre dois campos opostos e necessariamente inconciliáveis. O conflito e a insídia teriam sido os princípios condutores da História desde meados do sé-

25 Barreto, *História da Polícia em Portugal*, 89-90.

culo XVIII, resultando na sujeição integral de um povo atraído e na ascensão “às cúpulas da governação” de uma “minoría burguesa [...] sedenta de poder, de fausto [e] de títulos nobiliários”. A trama da modernidade entendida, no fim de contas, como crónica dos traidores e dos traídos, dos grupos que ascenderam ao poder e da maioria subjugada; História-processo instaurada aos responsáveis pela “miséria material e moral” do país, motivadores de uma “luta fratricida” apoiada por “exércitos estrangeiros [...] para satisfação da gula económico-política [dos] mesmos estrangeiros”<sup>26</sup>. Estamos perante uma historiografia fundada na suposição de que o passado influi no presente por meio de um conflito elementar que atravessa as gerações e que teria feito pender a balança a favor dos interesses dessa classe manipuladora que o consulado pomalino tinha convocado para o círculo da governação. Nessa contenda intestina, em que são continuamente delapidados os direitos de um povo idealizado, as forças policiais só podem entrar em jogo no seu perfil mais subvertido e autocrático: “Para avaliar-se a essência moral de uma polícia, há que analisá-la no enquadramento da sociedade da sua época. [...] A polícia é uma instituição de paz; na guerra, alteram-se-lhe as virtudes, não por erro dos que a servem, mas por desvio dos que, na governação, lhe viciam a finalidade”<sup>27</sup>.

O absolutismo no governo, a divisão interna na guerra e, por último, a manipulação dos “ideais democráticos”, não teriam sido mais do que estratégias de arrebatamento e consolidação do poder de uma facção de arrivistas sociais sequiosos de primazia política. Despotismo, pois, na base da criação da Intendência portuguesa em 1760 (depois de conduzidos os Távoras ao suplício) e da sua congénere francesa em 1667, mais tarde “ampliada pela lei [do Comité Revolucionário] de 7 de Fevereiro de 1793”, precedendo “o período historicamente designado por Terror”, e “reforçada [...] pelo primeiro cônsul ditatorial, Napoleão Bonaparte”<sup>28</sup>. Luta intestina, por exemplo, no prolongado período de guerra civil que opôs D. Pedro a D. Miguel, durante o qual se enfrenta-

26 Ibid., 134.

27 Ibid., 134.

28 Ibid., 89.

ram no campo de batalha duas corporações de polícia rivais – a recém-criada Guarda Municipal, subordinada aos defensores da Carta Constitucional, e a Guarda Real da Polícia, do lado miguelista. Adulteração e deturpação do ideário democrático, por fim, na contemporaneidade do próprio autor, como fica claro na sua representação dos acontecimentos imediatamente posteriores à Revolução dos Cravos: “Na verdade, toda a degradação social que ressalta nalguns períodos da História pátria está condensada na fase política que sucedeu ao 25 de Abril, por deterioração dos princípios então programados”<sup>29</sup>.

A polícia civil, com a incumbência de garantir a tranquilidade e a segurança dos cidadãos, teria percorrido todas estas etapas da vida nacional sob a égide de regimes e de lutas internas que a tingiram com os pigmentos da injustiça, da desavença e da deslealdade. A boa polícia, na verdade, perpassa os regimes, opera por baixo dos surtos de voluntarismo político, na condição que estes últimos não ocupem todo o espectro da governação, como sucederia na época em que pontificava o ministro de D. José. Ao redigir este texto, Mascarenhas Barreto vê-se na oportunidade de cantar o elogio de um ofício que se apresenta necessariamente despolitizado e congénito à organização natural dos homens em sociedade, procurando, por essa via, reabilitar a imagem das forças da ordem no período pós-revolucionário. Esse ponto de vista permite-lhe criticar em simultâneo a administração josefina e o PREC, o Estado Novo e os totalitarismos, todos eles exemplos desse desvirtuamento da identidade nacional que, pelo menos desde o reinado de D. João III, tinha vindo a ser fomentado com o incremento dos organismos opressores do livre-pensamento e a polarização ideológico-doutrinária da população. Pelo duplo eixo do governo absoluto e da divisão interna, uma espécie de outra “nação dentro da nação”, rebelde aos fundamentos tradicionais da pátria, teria logrado infiltrar-se no espaço sagrado entre o povo e o seu rei, ampliando desmesuradamente a administração do Estado, robustecendo-se na sequência de cada conflagração interna e laborando para o cumprimento de interesses extranacionais. O carácter

29 Ibid., 14.

imane da polícia civil encontra-se, neste sentido, em perfeita analogia com a nacionalidade lusa no seu estado natural, incontaminada por influências externas, imaculada na sua uniformidade original, livre de qualquer artifício político ou ideologia repressora:

A Inquisição [sob D. João III] é-nos imposta. Há uma certa forma de liberalismo que é nossa. Antecipámo-nos aos ingleses. [Fomos] os primeiros a chamar o povo para junto do rei [...]. O povo a ter direito a voto, representação e voz. A nossa monarquia inicial é o povo e o rei<sup>30</sup>.

Utilizando este paralelismo, o historiador produz uma narrativa que é simultaneamente apontamento histórico e arma política, retirando do tema da segurança pública no tempo longo a ocasião para denunciar as causas políticas do que entende ser o declínio civilizacional português, e extraindo dessa análise, por seu turno, um conjunto de valores incorruptíveis, entretanto esquecidos, os quais, destrinchando a verdadeira pátria dos seus traidores, seriam também aqueles que norteavam o “[grupo] de pessoas incumbidas de assegurar a observância da ordem pública”<sup>31</sup>. Nesta perspectiva, a Intendência nunca poderia constituir uma verdadeira polícia. Ela seria uma aberração inteiramente fabricada por um ministro com ambições de poder absoluto e por uma classe em ascensão que muito teria beneficiado do seu consulado.

A perversão maior desta doutrina anti-patriótica, no entanto, prende-se com o facto de ela ter forçado os próprios tradicionalistas a entrar no jogo do absolutismo e da guerra civil. Independentemente do facto de ter criado a primeira força policial moderna em Portugal (a Guarda Real da Polícia), e apesar de fazer parte de um governo que se desviava claramente da linha política do Conde de Oeiras, Pina Manique era ainda assim a figura de proa de um regime autoritário. Também D. Miguel e os seus partidários, representantes do bloco conservador, se viram arrastados para uma sangrenta guerra civil (1828-1834) cujo

30 Augusto Mascarenhas Barreto, “Colombo filho de Portugal.”, *Revista K* n.º5 (1991).

31 Barreto, *História da Polícia em Portugal*, 20.

maior perdedor seria a própria nação. Não deixa de ser particularmente revelador que o monarca vencido, suposto campeão da imemorial lusitanidade, tenha a um tempo sido aclamado com as palavras “viva o Senhor D. Miguel I, nosso rei absoluto!”. Vemos, portanto, que mesmo os representantes do Portugal velho e tradicional, os defensores de um certo regressismo, encarnam esse espírito contestatário e autocrático que tinha ocasionado a perda dos antigos direitos, a desagregação da unidade original e a gradual debilitação da soberania portuguesa. As boas intenções destes homens não seriam mais do que efeitos de superfície sobre um fundo de malogros e perfídias que tinham concorrido para a gradual erosão da identidade política de um povo.

Mencionada telegraficamente por Mascarenhas Barreto, a Casa Pia de Lisboa seria uma dessas ocorrências excepcionais. De facto, a “universidade plebeia” inspirada e erigida por Pina Manique formaria uma espécie de oásis de caridade e pragmatismo – digna daquele Portugal eterno e piedoso personificado em figuras como a Rainha Santa Isabel – no seio de um governo despótico, estruturalmente idêntico ao consulado precedente, mas ainda assim veículo de louváveis imperativos morais. Merecedor de encómios, este estabelecimento – que na sua base procurava exprimir uma aproximação íntima entre a soberana e os seus súbditos mais desamparados – fica contudo limitado a uma apreciação superficial. Como a Intendência-Geral da Polícia, sua instituição tutelar, a Real Casa Pia permanece excêntrica ao tema da ordem pública na perspectiva de um “grupo de vigilantes” incumbido de garantir a observação das leis<sup>32</sup>.

Destacaram-se dois exemplos do modo como a história da polícia explica o seu objecto na forma de um organismo necessário, natural e intrinsecamente apartidário. No texto mais recente, essa explicitação ocorre com base numa evidência do presente: o que chamamos “polícia de segurança pública” define uma esfera de acção muito particular – o “conjunto de leis e regulamentos que mantêm a ordem e segurança públicas” (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIII, entra-

<sup>32</sup> Ibid., 20.

da “polícia”) – confiada a uma instituição do mesmo nome incorporada na administração do Estado. É o diâmetro restrito dessa actividade que vai guiar a captação do passado, recortando-se noutras épocas as diferentes ocorrências de um modelo policial assim delimitado. Ele vai definir-se por exterioridade em relação às suas afinidades conceptuais: a Intendência-Geral da Polícia, por exemplo, com a qual partilha a designação de polícia, mas em cuja fisionomia não reconhece qualquer ligação de fundo ou relação de parentesco. Também produto da polícia setecentista, a peculiar academia de artes e ofícios destinada a órfãos e delinquentes distancia-se, de forma ainda mais flagrante, dos termos originais da pesquisa.

O mesmo impulso aparenta animar a investigação de Mascarenhas Barreto. Mas, ao invés de referir o episódio pombalino como momento efémero e fundamental em que a legislação se faz instrumento de centralização do poder – trazendo consigo o formato ditatorial mas abrindo portas para o nascimento da actual polícia de segurança pública –, esta perspectiva vai fixar-se na descrição de um antagonista histórico e das suas metamorfoses, instaurando o narrador no lugar de sujeito político que denuncia o envilecimento da nação e que interpreta a História à luz do conflito, das lutas, e de um desequilíbrio de forças que reverbera no presente. O famigerado ministro personifica um momento-charneira que, longe de edificar um efémero autoritarismo, institui uma série de precedentes nefastos para a identidade e soberania portuguesas. A Intendência surge, pois, na qualidade de inversão absoluta, perversão megalómana e ilegítima dos preceitos naturais da verdadeira polícia, cujos ditames se alinhavam com a organização política da nação no seu estado original (em função da qual o país tinha atravessado os momentos mais ilustres da sua História). Nesta leitura, a alusão à Casa Pia ganha sentido no interior de um discurso de diabolização do período pombalino: tudo o que se tinha descurado nesses anos – a ordem, a segurança, a caridade e o amor ao povo – era agora diligentemente empreendido pelo Intendente. Na verdade, a obra de Pina Manique é menos alvo de investigação detalhada do que breve ilustração de um contraste moral.

Recuando quase uma década e meia ao segundo volume da *História da Polícia de Lisboa* (1964), redigido em pleno Estado Novo, descobrimos um terceiro ponto de vista sobre esta noção intemporal e civilizadora da instituição policial. Tal como os seus sucessores, Albino Lapa faz questão de definir o seu objecto – “O objectivo do nosso estudo [...] resume-se em duas palavras: segurança pública.” – e de o distinguir do “sempre irreverente partidarismo” que “leva muitos [...] a olvidar os puros sentimentos” dos obreiros da ordem e do sossego civil “que ajudaram a aliviar da desgraça a humanidade”<sup>33</sup>. Como Mascarenhas Barreto no rescaldo do 25 de Abril, e João Cosme quase 30 anos depois, o autor sublinha a correlação primitiva entre o nascimento da sociedade e a emergência das forças de segurança:

Quando um grupo maior ou menor de indivíduos, pelo estado da sua cultura, chega a fundar [...] uma sociedade, com as suas leis, os seus costumes, a sua moral, os seus princípios, é indispensável a polícia, chamada a fazer respeitar o que a colectividade estatuiu para seu uso, seja qual for a forma de governo”<sup>34</sup>.

Promotora da paz social, intransigentemente neutra do ponto de vista político, a polícia conserva-se independentemente das revoluções ou das diferenças ideológicas das sucessivas administrações. Extingue-se, ou é circunscrita ao ponto de quase deixar de existir, justamente quando os governos se comportam com um voluntarismo político desprovido de sentido de Estado. É precisamente isso que ocorre nesse intervalo de tempo que os historiadores mais tardios isolaram quando se tratava de delinear um segmento cronológico em que o Estado de polícia se sobrepunha à polícia do Estado: “Este altíssimo problema [de ordem pública], que no reinado de D. José foi tratado precariamente, muito embora fossem então criados os serviços da Intendência-Geral

33 Albino Lapa, *História da Polícia de Lisboa*, vol. II (Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1964), 22.

34 *Ibid.*, 16.

da Polícia da Corte e do Reino” manteve-se porque “a sua função era mais para os chamados «crimes políticos», porquanto a segurança do lar e individual encontrava-se à mercê de milhares de criminosos que, gozando de impunidade, cometiam os mais bárbaros vandalismos”<sup>35</sup>.

Para Albino Lapa, o Intendente Pina Manique é uma figura providencial na História de Portugal, o responsável pela restauração da paz social na sequência de uma fase particularmente caótica da vida nacional:

[A ele] se deve: a reorganização dos serviços da [...] Intendência; a criação da Guarda Real da Polícia, a iluminação [...] de Lisboa, a criação da Real Casa Pia, obra formidavelmente benemérita, e tantos outros serviços que são motivos de sobejo para derrubar [...] as insídias com que o quiseram malsinar<sup>36</sup>.

A Intendência ganha um papel de relevo nesta história geral, onde se dedicam diversos capítulos à obra e à memória desse homem “posuído de uma boa alma ao serviço permanente dos que miseravelmente sofriam”<sup>37</sup>. Deparamo-nos com uma História da polícia que é simultaneamente apologia e defesa da honra do controverso magistrado.

Se no volume de João Cosme se colocava o ênfase na moderna segurança pública como prática irredutível à política e ao despotismo, embora estes estivessem presentes na sua génese; se na *História da Polícia em Portugal*, para fazer ressaltar os valores eternos da polícia, a tónica recaía sobre a contenda plurissecular que tinha reservado o domínio do político aos vencedores e relegado ao silêncio os derrotados; nos escritos de Albino Lapa o panegírico dessa actividade supunha a reconstituição minuciosa da carreira daquele cujo sobrenome é ainda hoje sinónimo da função policial. Nestes textos, o problema da política não se manifesta, fundamentalmente, na forma de uma centralização

35 Ibid., 12.

36 Ibid., 16.

37 Ibid., 13.

do poder que reduziria o escopo da verdadeira polícia ao ponto de ela se eclipsar, nem sequer no molde de um grupo de indivíduos que, ocupando o governo, transfiguraria o que era um sectarismo de classe num modelo hegemónico de poder. Na perspectiva singular de Albino Lapa, o problema político é, por definição, aquele que se observa no tempo de Pina Manique na perspectiva do próprio Intendente. O narrador situa-se na óptica do Intendente, quando este, por carta de 8 de Agosto de 1799, descreve ao Marquês Mordomo-Mor a natureza dos distúrbios que a política ocasiona na sua era:

Repeli sempre todos os clubes e sociedades [...] que não tivessem o selo da aprovação do governo: esta regra elementar da polícia [...] é um dos principais apoios a que, com tanta glória minha, eu julgo dever a tranquilidade e fidelidade com que se tem mantido a nação portuguesa ainda incólume da epidemia civil e moral que igualmente infecta o sacerdócio e o império<sup>38</sup>.

Nesta obra, o facciosismo e a ideologia não representam os limites da segurança pública entendida como objecto científico, ou os instrumentos por intermédio dos quais se foi alimentando um conflito que atravessa os séculos e impregna o presente. O olhar que se instala é o do alto magistrado, protector da Coroa e da religião, para quem a eclosão do fenómeno político constitui uma idiossincrasia do presente:

A minha responsabilidade, [...] a fidelidade com que me prezo servir ao Príncipe Regente Nosso Senhor, que me fez depositário da segurança pública, pureza dos costumes, da manutenção da religião, que entra na autoridade do estado civil, são outros tantos estímulos que, vigilante e cautelosamente, me fazem circunspecto neste ramo importantíssimo da administração pública. A tolerância, assim civil como religiosa, que em tempos mais serenos não era absolutamente compatível com a forma e sistema do nosso governo [...] torna-se agora o principal objecto do magistrado da

<sup>38</sup> Ibid., 37.

polícia, e como a nossa idade tenha apresentado fenómenos raríssimos, políticos e morais [...] tenho por norte do meu destino o não considerar coisa alguma de menor momento, sem que o tenha sisudamente examinado<sup>39</sup>.

Nesta conjuntura, o absolutismo e a luta civil, enquanto efeitos danosos do voluntarismo político, não são de forma alguma os obstáculos que se erguem contra os princípios vitais da segurança pública. É a política na sua expressão sediciosa e desestabilizadora, trazida para Portugal na sequência dos acontecimentos excepcionais que marcaram a época – a revolução de 1789 e a subsequente decapitação de Luís XVI – e difundida por “clubes e sociedades” de índole pública ou secreta, que se torna um alvo rotineiro das forças da ordem, como o eram a delinquência e os maus costumes herdados do período pós-terramoto. A *História da Polícia de Lisboa* insurge-se, assim, contra a chamada “lenda negra” de Pina Manique. Por fanatismo político, essa ficção teria grassado durante todo o liberalismo, levando os detractores do Intendente a identificá-lo com a “boçalidade” e os “ferozes instintos” de um “torvo reaccionarismo”<sup>40</sup>. O autor faz suas as palavras de Luz Soriano, historiador e político da monarquia constitucional e antigo aluno da Casa Pia:

E porque o Intendente Pina Manique professou diversos princípios [...] e buscou desempenhar o seu dever, embaraçando o estabelecimento dos clubes e a propagação das ideias revolucionárias, a sua pessoa foi por eles sem razão condenada ao ostracismo, o seu nome posto por igual modo no pelourinho da infâmia e a sua memória injustamente execrada<sup>41</sup>.

Vemos assim justificar-se o ponto de vista, não do purista da segurança pública, ou de um historiador que investiga a polícia na

39 Ibid., 37.

40 Ibid., 36.

41 Ibid., 36-37.

longa duração para com ela reconstituir o libelo acusatório do povo subjugado, mas de uma administração do Estado que se reputa imparcial e implicitamente provedora do bem comum. Se, com Pombal, a excessiva concentração nos “crimes políticos” resultara na “situação anormal” com que “se debatia a sociedade portuguesa quanto aos costumes e delinquência”, sob a Intendência de Pina Manique tudo o que poderia designar-se por transgressão de cunho político fica inteiramente subsumido ao tema geral da segurança pública<sup>42</sup>. O carácter revolucionário desta oposição fazia-a entrar no campo da ilegalidade sem que para tal fosse necessário recorrer a rebuscados artifícios retóricos:

Manique moveu aos pedreiros-livres a mesma perseguição que aos salteadores [...]. Sinceramente religioso e dedicado à realeza, o Intendente-Geral, [...] contemporâneo da bruta sangueira que foi a Revolução Francesa, tomou a peito imunizar Portugal da peste jacobina e, a tal respeito, não conheceu desfalecimentos. Os maçons e as lojas viveram em contínuas aflições durante o tempo em que Pina Manique esteve à frente da Intendência. A sua rede de espias, informadores, moscas e sagiões, quadrilheiros e ministros de vários bairros, fez andar numa dobadoira portugueses e estrangeiros, fidalgos ou plebeus, militares ou eclesiásticos, suspeitos de filiação maçónica ou até mesmo de pura simpatia por ideais revolucionários<sup>43</sup>.

Na metodologia empregue por João Cosme, a centralização administrativa da segunda metade do século XVIII configura ao mesmo tempo uma etapa na história da Polícia de Segurança Pública e a fronteira a partir da qual se entra num domínio excêntrico à segurança civil tal como idealizada na nossa contemporaneidade. Teríamos de esperar pelo século XX para assistirmos à separação definitiva entre a polícia de segurança pública e a sua congénere política.

42 Ibid., 22.

43 Ibid., 36.

Mascarenhas Barreto, por seu turno, faz do sectarismo o ponto de derivação de todas as desavenças e atrocidades instigadas por um grupo social em promoção, que teriam debilitado o povo e colocado o país à mercê de interesses alheios. Na sua versão autocrática, ao serviço de um governo prepotente, ou na sua feição bélica, embrulhada num conflito civil, a polícia não seria digna dos seus princípios fundadores, nem tão pouco simbolizaria os valores unitários da nação organizada num Estado. O autor posiciona-se como sujeito de uma leitura política da História.

O ângulo de observação de Albino Lapa, que vai enquadrar-se no de Pina Manique, ilumina o facto político como acto de subversão. Desvela a sua ocorrência no espaço da ilegalidade e da clandestinidade, do segredo e da conspiração, do atentado à monarquia, à religião e aos costumes. A “forma e o sistema do nosso governo” seriam o resultado acumulado de uma história comum e de uma tradição centenária às quais se opunham os novos ventos revolucionários oriundos da Europa central. Tal perspectiva não vai instaurar o narrador como sujeito de uma denúncia que teria na História a sua fonte privilegiada, mas enquanto defensor acirrado do *status quo* contra uma ameaça que tem por palco o presente. Aqui, a neutralidade das forças da ordem manifesta-se em toda a sua virtude na figura de Pina Manique, que mais não teria feito senão cumprir “o seu dever” ao aplicar a lei em circunstâncias particularmente difíceis<sup>44</sup>.

À medida que se retrocede na cronologia das histórias da polícia, verifica-se uma manifesta expansão no estudo da Intendência-Geral e dessa célebre figura que iniciou o seu percurso honorífico como Juiz do Crime ao Bairro do Castelo. O mesmo se pode dizer da Casa Pia, inaugurada quase 20 anos depois no mesmo local, a que Lapa dedica também uma generosa parcela do seu livro. Discorre-se sobre a Casa do Castelo de acordo com o princípio de que a ordem pública – ao abarcar a política no que ela representa em termos de ameaça ao Estado – compreende, igualmente, uma instituição desta natureza. Citando César

44 Ibid., 36-37.

da Silva, Albino Lapa explica o que, na sua opinião, forma a evidente ligação entre o confinamento dos órfãos e dos vadios e a promoção da segurança colectiva na grande urbe:

Não foi [...] criada a Casa Pia obedecendo a qual plano determinado, apenas foi um modo de limpar a cidade de grande número de crianças miseráveis e vagabundos dum e doutro sexo que a enxameavam [...] e a quem tal princípio de vida transformaria em futuros criminosos<sup>45</sup>.

Ao elogio a Pina Manique subjaz, por conseguinte, a concepção de uma necessária intersecção entre o altruísmo e a contenção, a caridade e o castigo no coração das práticas de segurança pública. Recorrendo a um tipo de linguagem que hoje nos impressionaria, o autor declara que a Casa Pia era também “uma obra gigantesca de repressão das crianças abandonadas”<sup>46</sup>.

Resulta sem dúvida desta percepção dual do ofício, assente numa economia da punição e do amparo, aquele outro estilo de narrativa lendária que tende a descrever o Intendente como “homem entre duas épocas”, feliz coincidência entre o amor paternal e austero de um homem de Antigo Regime e a filantropia inerente ao espírito liberal do século XIX: “... além de se preocupar com os métodos da boa segurança pública, aplicou logo o que lhe ditava o seu bom coração, e provou que o tinha, salvando os infelizes menores e as mulheres perdidas que na capital dardejavam olhares como feras esfomeadas”<sup>47</sup>. Na singular função que desempenhava, reunindo sob o mesmo tecto crianças destituídas, mendigos, jovens delinquentes e prostitutas, este organismo híbrido reavivava a noção de que as forças da ordem civil tinham na sua génese, embutido na sua própria constituição, o desígnio de pugnar pelo bem-estar dos povos:

45 Ibid., 94-95.

46 Ibid., 96.

47 Ibid., 95.

... a polícia, como ninguém o ignora, é produto de uma civilização. Ela representa a sentinela vigilante da Lei, a salvaguarda dos direitos dos cidadãos na sociedade, a garantia de segurança individual e da posse dos haveres de cada um, a manutenção do sossego e da ordem pública, e finalmente, o esteio e a base de toda a felicidade dum povo<sup>48</sup>.

Um projecto cuja execução supunha que o enclausuramento dos corpos e a salvação das almas, o enfreamento e a autonomização do sujeito, não constituíssem termos contraditórios, mas um contínuo harmonioso e coerente. Vicissitudes da História e da evolução do Estado tinham entretanto ditado a segmentação dessa peculiar amálgama entre o colégio, a casa de correcção, o estabelecimento prisional e a oficina de labores. Mas quando se instrui segundo os melhores princípios educativos, não se trabalha também no sentido de promover a ordem pública? E quando se persegue e apreende um delinquente, impedindo-o de lesar o bem-estar ou a propriedade de outrem, não se procederá de acordo com os mesmos princípios que animam a regeneração dos marginais? Não serão a proibição e o castigo tão obreiros da paz e da harmonia social como a compaixão, a caridade e o amparo? Não seria a segurança pública, missão elementar da polícia, o reverso da medalha, o outro lado da educação, um mesmo objectivo que se concretiza a partir de estratégias diferentes?

A obra de Albino Lapa enuncia duas proposições que dificilmente sancionáramos na actualidade: a de que a dissensão política possa deslizar automaticamente para o campo da ilegalidade, tornando-se assim objecto de polícia; a de que o gesto educativo moderno, assente numa institucionalização outrora destinada às franjas da sociedade, possa ser da mesma natureza que a penalização das condutas desordeiras geralmente associada à actividade policial.

## CONCLUSÃO

Verifica-se como, de uma ponta à outra do espectro cronológico, a inclusão ou exclusão da Intendência-Geral da Polícia e da Casa Pia

48 Ibid., 16.

de Lisboa nas histórias gerais espelha uma escolha metodológica de fundo. Em torno desta decisão, articula-se o sentido de toda a narrativa. Embora estas obras reproduzam sensivelmente o mesmo vector de pesquisa, indo buscar a épocas remotas as materializações dessa necessidade intangível de policiamento que as sociedades experimentariam em diferentes estágios de civilização, nem por isso se coíbem de subordinar o tópico da ordem pública aos seus pontos de vista particulares. Ao percorrer estes textos do passado para o presente, observamos o gradual desaparecimento da noção segundo a qual teria havido uma convergência, num passado relativamente próximo, entre a polícia e o apadrinhamento dos órfãos, entre a casa de correcção e o colégio, entre a prisão e a escola. Para Cosme, a Casa Pia não encaixaria já numa história da polícia de segurança pública na perspectiva de um historiador do século XXI. No sentido inverso, assiste-se a uma certa erosão do distanciamento crítico. Nos escritos de Mascarenhas Barreto e Albino Lapa, a investigação sobre a polícia torna-se inseparável dessa imagem idealizada de um povo eterno e inocente, das ameaças de que ele se vê permanentemente rodeado, das exortações à sua defesa e salvação. Mas tais disparidades, longe de porem em crise a ortodoxia do discurso sobre a polícia na longa duração, na verdade limitam-se a reforçá-la a partir de ângulos diferentes. Com efeito, o ponto de origem, a reforma e o progresso, o binómio justiça-ilegalidade e o sentido unívoco do processo civilizador continuam a assegurar a uniformidade da narrativa, quer se trate de um pensamento produzido na óptica de uma certa equanimidade científica (Cosme), do ponto de vista da oposição aos poderes instalados (Mascarenhas Barreto), ou na perspectiva do poder vigente (Lapa). Três modelos de análise que, contradizendo-se, concorrem para uma mesma forma de pensar o acto policial e de fazer a sua História.

**BIBLIOGRAFIA**

Barreto, Augusto Mascarenhas. *História da Polícia em Portugal*. Lisboa: Braga Editora, 1979.

Barreto, Augusto Mascarenhas. “Colombo filho de Portugal.” *Revista K* n.º 5 (1991). Consulta em 4 de Janeiro de 2016. <http://kapa.blogspot.pt/2003/10/colombo-filho-de-portugal.html?view=magazine>.

Cosme, João. *História da Polícia de Segurança Pública. Das origens à actualidade*. Lisboa: Edições Sílabo, 2006.

Lapa, Albino. *História da Polícia de Lisboa*, vol. 1. Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1942.

Lapa, Albino. *História da Polícia de Lisboa*, vol. II. Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1964.

Lapa, Albino. *História da Polícia de Segurança Pública: Subsídios*. Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1953.

Lapa, Albino. *Subsídios para a História da Polícia de Segurança Pública do Porto*. Lisboa: Comando da Polícia de Segurança Pública, 1955.

Lobo, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*. Lisboa: Verbo, 2005.

Nietzsche, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

Silva, António Delgado da, ed. “Alvará com força de lei da criação da Intendência-Geral da Polícia e seu regulamento de 25 de Junho de 1760.” *Colecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações: legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828.

Vasconcelos, João Rosado de Villalobos e. *Elementos da Polícia Geral de um Estado*. Lisboa: Oficina de Francisco Luís Ameno, 1786.

**Referência para citação:**

Vallera, Tomás. “O modelo narrativo das histórias da polícia na perspectiva da segurança pública: um olhar sobre três exemplos paradigmáticos de uma historiografia diacrónica.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 117-151.



## **Lais Pereira**

### **Documento e discurso: sobre os inquéritos (à fotografia e ao território)**

---

A exposição “Os Inquéritos (à fotografia e ao território): paisagem e povoamento” reuniu na Plataforma das Artes e da Criatividade de Guimarães (entre Outubro de 2015 e Fevereiro de 2016) um conjunto de fotografias resultantes de projectos de naturezas distintas, dedicados ao território português: desde a expedição científica promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa à Serra da Estrela em 1881, até ao trabalho de fotógrafos contemporâneos como Paulo Catrica, Válder Vinagre ou André Príncipe (entre vários outros), passando por um conjunto de projectos de investigação de meados do século XX que usaram a fotografia como método de registo nos seus trabalhos de campo (Orlando Ribeiro, Centro de Estudos de Etnologia e o Inquérito à Habitação Regional). Tomando os objectos reunidos naquele contexto como ponto de partida, este texto procura questionar de que maneira a diversificação das práticas fotográficas no Portugal contemporâneo se relacionou com o interesse em contemplar, estudar e pensar o território nacional. Palavras-chave: história da fotografia, Portugal, inquéritos, exposição.

---

### **Document and discourse: on the surveys (to the photography and the territory)**

The exhibition “Surveys in the Territory: landscape and settlement” (Plataforma das Artes e da Criatividade, Guimarães, October 2015 - February 2016) brought together a series of photographs from projects of different kinds, dedicated to Portuguese territory: from the scientific expedition to Serra da Estrela in 1881, to the work of contemporary photographers such as Paulo Catrica, Válder Vinagre or André Príncipe (among others), and including a set of research projects from the middle of the 20th century that used photography as a method of recording their fieldwork (Orlando Ribeiro, Ethnology Studies Center, Survey of Regional Architecture). Considering the objects brought together in that context, this text seeks to question in what way did the diversification of the photographic practices that took place in contemporary Portugal have been related to the interest in contemplating, studying and thinking about the national territory.

Keywords: history of photography, Portugal, surveys, exhibition.

# Documento e discurso: sobre os inquéritos (à fotografia e ao território)

Lais Pereira\*

De que forma o interesse em contemplar, estudar e pensar o território português esteve relacionado com a diversificação das práticas fotográficas no Portugal contemporâneo? É esta interrogação que dá rumo às notas que aqui se escrevem, num exercício de reflexão que, partindo de uma análise dos objectos reunidos na exposição *Os Inquéritos [à fotografia e ao território]: paisagem e povoamento* (17 de Outubro de 2015 - 14 de Fevereiro de 2016, Plataforma das Artes e da Criatividade, Guimarães), procura contribuir para uma história da fotografia atenta à variação dos seus usos, práticas e temáticas. Este gesto reflexivo toma as fotografias expostas como indício e objecto de estudo: presta atenção aos discursos que veiculam e trata-as como documento possível de uma história da fotografia.

## PRIMEIROS VIAJANTES

Hoje em dia, viajante que se preze leva na bagagem uma maneira de fazer fotografias dos locais por ele visitados. E basta-lhe um telemóvel que cabe no bolso mais apertado para dar conta do recado. Noutros tempos, houve quem não tivesse outra hipótese se não levar consigo pesadas câmaras e lentes, e ainda uma tenda ou uma carruagem móvel, já que os procedimentos disponíveis ditavam que a revelação fosse feita no local. Assim terá feito Emílio Biel ao realizar as primeiras fotografias

\* Instituto de História Contemporânea, FCSH/NOVA. Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/89227/2012).

dos caminhos-de-ferro do Douro<sup>1</sup>. Tratava-se, então, de uma experiência dispendiosa em termos de tempo e de dinheiro e para a qual não bastava o entusiasmo e a paixão pela descoberta da imagem, já que ao fotógrafo eram também exigidos alguns conhecimentos de química. Não é de estranhar, posto isto, que a fotografia tenha sido recebida com o entusiasmo de uma experiência científica, antevendo-se o potencial de aplicabilidade deste meio de representação em diversos processos de investigação e, ao mesmo tempo, contribuindo-se para o seu desenvolvimento tecnológico<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, uma elite abastada, que dispunha dos meios necessários para tal empreendimento, entretinha-se a testá-la de maneira mais descomprometida. Biel, que além de se dedicar à fotografia foi comerciante, com um papel importante no campo tecnológico que se estruturava desde finais de Oitocentos, e ainda entusiasta do estudo de ciências como a química e a física, é um bom exemplo desta confluência de interesses que caracterizou os primeiros passos da fotografia em Portugal.

Boa parte do grupo de amadores que se reuniu no Porto por esta altura era composta por engenheiros e industriais<sup>3</sup>. Tratava-se, aliás, de um movimento em consonância com o contexto internacional, tanto na maneira de pensar como de praticar a fotografia, como permitem sublinhar os conteúdos reunidos na revista *A Arte Photographica* (1884 e 1885)<sup>4</sup>, que surgiu na cidade para preparar a Exposição Internacional de Fotografia (1886)<sup>5</sup>: nesta publicação tanto se divulgavam textos de autores como Henry Peach Robinson (a tradução para português de um

1 Marta Macedo, "A fotografia e a invenção da paisagem," In *Projectar e Construir a Nação: Engenheiros, Ciência e Território em Portugal no Século XIX* (Lisboa: ICS, 2012), 320-321.

2 Sobre a relação entre fotografia e ciência cf. Maria de Fátima Nunes, "Arqueologia de uma Prática Científica em Portugal - Uma História da Fotografia," *Revista da Faculdade de Letras, História III Série*, vol. 6 (2005): 169-183. E ainda, Fernanda Madalena Costa e Maria Estela Jardim, *100 anos de Fotografia Científica em Portugal* (Lisboa: Edições 70, 2014).

3 Maria do Carmo Séren, *Arte Portuguesa: Da Pré-História ao Século XX, vol. 17: A Fotografia em Portugal*, (Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009), 11.

4 Que terá sido a primeira publicação a dedicar-se exclusivamente à fotografia, de acordo com António Sena, *História da Imagem Fotográfica em Portugal* (Porto: Porto Editora, 1998), p. 100.

5 Sobre os amadores do Porto e aquela que se diz ter sido a primeira exposição internacional de fotografia na Península Ibérica, cf. Maria do Carmo Séren, *O Porto e os seus Fotógrafos* (Porto: Porto Editora, 2001), 88-89.

dos mais relevantes trabalhos escritos do fotógrafo inglês, *The Pictorial Effect in Photography*, de 1869, terá feito ecoar em Portugal os termos em que se discutia uma aproximação da fotografia às restantes artes consagradas), como artigos instrutivos dedicados a processos químicos e novidades traduzidas das principais publicações internacionais da especialidade.

Como é possível deduzir a partir daquilo que separa o fotógrafo-viajante de hoje daquele de há dois séculos, a tecnologia fotográfica esteve em permanente evolução desde que foi divulgada em 1839, no sentido em que se foi gradualmente simplificando e desencarecendo, tornando-se desta forma acessível a um maior número de pessoas, não só enquanto prática, mas também enquanto objecto de consumo. Dos álbuns fotográficos à imprensa ilustrada, passando pelo postal ilustrado e pelos retratos ou *cartes de visite* que se encomendavam aos fotógrafos profissionais, a fotografia chega a quase todos a partir da viragem do século. Como consequência desta facilidade e acessibilidade crescente, multiplicaram-se também os usos da imagem fotográfica. A introdução da fototipia, por exemplo, técnica de reprodução experimentada em Portugal a partir da década de 1870, permitiu que surgisse uma diversidade de publicações associadas a fotografias, algumas delas testemunho de um interesse embrionário pelo inquérito ao território nacional. A evolução tecnológica representa para a imagem fotográfica uma importante abertura de possibilidades, abertura que foi acompanhada, num movimento conexo, por uma diversificação das motivações dos viajantes para fotografar.

Ao aproximar-se o século XX, a nova técnica de representação era já integrada nas expedições imperiais e começava a acompanhar o desenho como método de apontamento e registo, vista com entusiasmo graças ao rigor representativo que prometia<sup>6</sup>. E, enquanto se ensaiava um certo olhar rigoroso, descobria-se o potencial expressivo da fotografia. Pode até afirmar-se a existência de uma certa proximidade, não só

<sup>6</sup> Sobre a fotografia no contexto colonial português cf. Filipa Vicente, ed. *O Império da Visão* (Lisboa: Edições 70, 2014).

estética, como também do ponto de vista temático, entre o naturalismo de inspiração pictórica dos amadores e as primeiras recolhas fotográficas levadas a cabo nas colónias portuguesas, que acompanharam o crescente interesse pelas estatísticas do corpo (antropometria, antropologia física)<sup>7</sup> que surge a nível internacional. Até porque não só das colónias chegavam retratos de pitoresco e exotismo<sup>8</sup>: o mesmo olhar, podemos assim dizer, projectava-se sobre Portugal entre os amadores que colecionavam vistas das suas viagens pelo campo, além de que também a população rural era, à semelhança daquilo que se fazia em África, organizada e idealizada por tipos, representando profissões ou o preceito de trajar das várias zonas do país<sup>9</sup>.

Reconhecia-se também cada vez mais que a fotografia poderia contribuir para um conhecimento mais rigoroso do território português quer nas universidades, quer em instituições que lhe eram independentes, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875. Exemplo disso é a Expedição Científica à Serra da Estrela, realizada em 1881 sob a égide de tal instituição, e que serve de ponto de partida à exposição *Os Inquéritos [à Fotografia e ao Território]: paisagem e povoamento*. Um trabalho que a exposição afirma ser pioneiro, no sentido de concentrar esforços no conhecimento de um lugar específico, e ainda por considerar importante o papel da fotografia para dar conta de tal tarefa (mesmo que não seja possível localizar, pelo menos com certeza, as imagens resultantes do projecto).

Na entrada para o século XX, o interesse pelo território nacional que surge entre os amadores materializa-se em projectos como *A Arte*

7 Cf. Nuno Luís Madureira, “A Estatística do Corpo”, *Etnográfica* Vol. VII (2) (2003): 283-303/283-303.

8 Cf. Leonor Pires Martins, *Império de Papel: Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70, 2012), 150.

9 Carlos Relvas é um destes casos, e o seu trabalho pode ser tido como exemplar daquilo que se fazia na época. Sobre este amador, cf. António Pedro Vicente, *Carlos Relvas, Fotógrafo: Contribuição para a História da Fotografia em Portugal* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984); e em particular sobre o seu interesse pela paisagem, cf. Nuno Faria, coord., *Carlos Relvas - Um Homem tem Duas Sombras. Paisagens, (Auto)Retratos, Objetos e Animais*. (Guimarães: A Oficina; Sistema Solar, 2014); e ainda sobre as suas representações do povo, cf. Emília Tavares, “Retratos do Povo”, In *Como se faz um Povo*, coord. José Neves (Lisboa: Tinta da China, 2010), 401-414. A propósito de Carlos Relvas, parece-me relevante a inclusão do fotógrafo no elenco da exposição, embora não tenha conseguido dar conta da sua concretização.

*e a Natureza em Portugal*, promovido justamente pela Casa Biel (do já referido Emílio Biel), publicado em 8 volumes entre 1902 e 1908. Neste caso, trata-se de um trabalho pioneiro em inquirir conjuntamente o património artístico e natural português: “um verdadeiro inventário, feito pela photographia, das vastas e innumeráveis belezas de toda a ordem espalhadas pelo nosso país”<sup>10</sup>. O projecto de Biel não integra o elenco da exposição, mas sublinha a pertinência do inquérito como tema, capaz de evocar um conjunto plural de interesses e disciplinas, bem como de promover uma reflexão em torno de múltiplas práticas fotográficas, se quisermos.

A exposição *Os Inquéritos...* convoca, precisamente, o contributo de fotógrafos que, por motivos diversos, usaram a fotografia para contemplar e inquirir o território português. Ao passar pelas várias salas, o visitante pode vê-las como que formando um discurso visual autónomo, separadas por grupos conforme o autor ou projecto, mas em continuidade com o conjunto. A reforçar este aspecto, a informação escrita que acompanha as fotografias expostas é minimal, sendo através do olhar que o visitante é convidado a interrogar aquilo que as distingue ou aproxima, seja do ponto de vista do método, dos objectivos e das preocupações que conduziram os seus autores, da estética fotográfica e até das próprias questões que suscitam. Estes materiais não se apresentam, aparentemente, de acordo com uma cronologia estrita. Embora tenha como mote o já referido momento de entusiasmo expedicionário perante o território desconhecido e de difícil acesso (que é também o grupo de fotografias mais antigo entre os expostos, aquele constituído a partir da Expedição à Serra da Estrela), é possível afirmar que a exposição se concentra, em traços gerais, em dois momentos: um deles situa-se em meados do século XX para dar conta de um conjunto de projectos de investigação surgidos nesta altura e em que a fotografia ocupou um lugar de destaque; o outro, mostra como o país tem sido alvo de inquérito também por parte de fotógrafos contemporâneos que se servem da fotografia entre os anos 1970 e os dias de hoje.

10 De acordo com Emílio Biel no prefácio da publicação em causa, cf. Paulo Batista, *A Casa Biel e as suas Edições Fotográficas no Portugal de Oitocentos* (Lisboa: Edições Colibri, 2010), p. 162.

Detenhamo-nos então sobre estes dois núcleos de *Os Inquéritos...* Para começar, vale a pena citar as palavras que dão início ao texto que apresenta a exposição<sup>11</sup>: “A fotografia tem um duplo eixo operativo, que se desloca entre o documento e o discurso.” O itinerário que tenho vindo a traçar até aqui tanto reflecte sobre a génese como acerca de uma certa distinção entre um olhar rigoroso e um olhar expressivo, no trilho de um uso científico da fotografia, por um lado, e de um uso artístico, por outro. E embora seja tentador associar o primeiro grupo de fotógrafos ao documento e o segundo ao discurso, a afirmação que citei tem o mérito de sublinhar que esta duplicidade é característica de toda e qualquer fotografia. Assim, este texto de apoio à exposição convidou-me a olhar não só através destas fotografias para o Portugal nelas retratado, mas também para estas fotografias e para os discursos que veiculam, a partir do *espaço discursivo*<sup>12</sup> que ocupam naquele contexto expositivo, e de acordo com o tipo de uso da fotografia a que surgem associados.

#### CIENTISTAS EM VIAGEM (MEADOS DO SÉC. XX)

O primeiro dos dois núcleos que identifiquei é composto por um conjunto de fotografias feitas por Orlando Ribeiro a partir de 1937 (mais tarde integradas no espólio do Centro de Estudos Geográficos, por ele fundado em 1943), outro pela equipa de Jorge Dias no Centro de Estudos de Etnologia a partir de 1947, e um terceiro pelos arquitectos que entre 1953 e 1957 levaram a cabo o *Inquérito à Arquitectura Regional* promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. Estas fotografias são documento e testemunha de várias coisas para lá daquilo que propõem retratar em primeira instância (assunto a que adiante regressarei). Antes de mais, permitem verificar como os usos da fotografia se haviam diversificado na primeira metade do século XX. Este foco da

11 O texto, que não está assinado (mas que se supõe ser da autoria do curador da exposição, Nuno Faria), pode ser lido numa parede à entrada da exposição.

12 Sobre o conceito de *espaço discursivo*, cf. Rosalind Krauss, “Os Espaços Discursivos da Fotografia. Paisagem/Vista,” In *Ensaio sobre Fotografia: De Niépce a Krauss* (Lisboa: Orfeu Negro, 2013), 411-431.

exposição indicia, por exemplo, que por esta altura a fotografia ocupava já um papel importante na dinâmica de trabalho dos principais grupos de investigação científico-social. Note-se também que tanto o Centro de Estudos Geográficos como o Centro de Estudos de Etnologia surgiram na década de 1940 e que, portanto, esta pluralização do uso da imagem fotográfica que é possível notar coincide justamente com um momento importante de definição para estes grupos e para as suas próprias disciplinas.

Ainda que seja possível ver na fotografia de outros praticantes – como os amadores e expedicionários referidos inicialmente – um certo interesse etnográfico em construção, diz-nos uma história da antropologia em Portugal<sup>13</sup> que só a partir da viragem do século é que se verifica uma abertura da etnografia ao uso das imagens. Este período coincide, por um lado, com a diversificação dos seus objectos de estudo (acompanhando a viragem de interesse da literatura e das tradições populares para a cultura material) e, por outro, com o despontar de uma prática mais sistemática do trabalho de campo (primeiro de maneira extensiva, e só depois implicando uma estadia mais prolongada). E não esqueçamos as questões técnicas: a fotografia era por esta altura não só mais fácil de integrar nas deslocações de campo, como de reproduzir, começando a surgir nas publicações da especialidade. Não há, ainda assim, registo anterior de trabalhos que recorram de maneira tão intensiva e sistemática à fotografia quanto os projetos surgidos na década de 1940, que a exposição de Guimarães desloca do arquivo para o espaço museológico. Veja-se que, ao tomar conta do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, em 1947, Jorge Dias expõe numa carta de intenções a Mendes Correia (responsável pelo Centro na sua fase embrionária)<sup>14</sup> o programa de trabalhos e os recursos necessários para levá-lo a cabo, incluindo uma equipa formada por apenas quatro colaboradores. E deste núcleo indispensável, de acordo com o etnólogo,

13 cf. João Leal, “Retratos do Povo: Etnografia Portuguesa e Imagem”, in *O Visual e o Quotidiano*, org. Clara Carvalho, José Machado Pais, Neusa Gusmão (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 117-143.

14 Cf. Ernesto Veiga de Oliveira, *Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular* (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968), 11-13.

fazia parte justamente um “fotógrafo e arquivista”, a par de um “investigador-colector”, um “musicólogo e colector-musical” e um “desenhista”.

Como é possível perceber a partir de *Os Inquéritos...*, embora dotadas de um discurso visual próprio quando isoladas, as fotografias feitas pelos investigadores do Centro de Estudos de Etnologia não foram realizadas para serem expostas numa parede ou numa vitrina como ali se encontram. Foram, sim, concebidas para constituir um arquivo, que era também um trabalho em curso e em equipa (as fotografias apresentadas são da autoria de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira), e que se queria simultaneamente alimentado e utilizado pelos investigadores do projecto como recurso para os seus trabalhos de reflexão. Assim, algumas destas imagens surgem associadas a fichas descritivas e nelas estão acompanhadas de notas manuscritas e de desenhos que permitem explicar os seus possíveis significados. Na mesma sala, o visitante da exposição é chamado a ver como as fotografias de Orlando Ribeiro foram sujeitas a um processo de arquivo semelhante, mas é evidente a ausência das notas que abundam nos cartões dos etnólogos, eventual indício de um método e ritmo de trabalho diferente<sup>15</sup>. E também os arquitectos que percorreram o país para realizar o *Inquérito à Arquitectura Popular* organizaram as mais de dez mil fotografias que recolheram ao longo dos três meses de trabalho de campo pelo país nas suas fichas de cartão, desta vez com um conjunto de informações dactilografadas, sinal do demorado processo posterior de tratamento, de organização e inventário a que as provas recolhidas foram sujeitas<sup>16</sup>.

A junção dos três trabalhos na exposição de Guimarães permite-nos pensar neste uso da imagem fotográfica como uma tendência.

15 Note-se também que, enquanto as fotografias dos etnógrafos são apresentadas como um trabalho em equipa, este outro grupo de imagens é constituído apenas por fotografias da autoria de Orlando Ribeiro, sem qualquer indicação à produção fotográfica de outros dos principais investigadores que se sabe terem contribuído para a constituição do espólio fotográfico do Centro de Estudos Geográficos, como Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral, Suzanne Daveau e Jorge Gaspar.

16 Sobre este processo, ver Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal* (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004), XXIV. Algumas das fichas estão disponíveis para consulta em “OAPIX”, acedido a 28 de Novembro, 2015, <http://www.oapix.org.pt/>.

Propensão que, vale a pena recordar, a mostra de que a fotografia de Artur Pastor foi alvo em 2014 veio comprovar, ao expor que este seguiu um método semelhante de organização no arquivo fotográfico por ele instituído na Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Economia a partir dos anos 1950<sup>17</sup>. Ou seja, além de encontrar continuidade, esta prática estendeu-se a outras actividades como a investigação estatal.

Resumindo, do ponto de vista das práticas, a fotografia encontrava-se já estabelecida, em meados do século XX, como parceira indispensável da produção de conhecimento. E se nos dispusermos a contemplar aquilo que retratam as fotografias escolhidas para a exposição do ponto de vista dos discursos, percebemos como serviram também para enformar um corpo de trabalho conexo e dialogante em torno da observação do território português e de questões como a identidade nacional e a cultura popular.

O conjunto de imagens do espólio do Centro de Estudos de Etnologia que a exposição apresenta, espelha o fervor e detalhe com que estes investigadores dispararam a câmara para retratar os diversos aspectos da vida rural – habitações, aglomerados populacionais, objectos, processos de fabrico, métodos de trabalho – e as suas *nuances* ao longo do território nacional, como se cada uma destas coisas estivesse prestes a desaparecer.

Tal como também é possível constatar a partir da exposição de Guimarães, apesar de uma incontestável predominância de aspectos da natureza, Orlando Ribeiro não fotografou apenas o território e os seus detalhes geológicos: a concepção de geografia humana promovida pelo geógrafo, que fora discípulo de Leite de Vasconcelos<sup>18</sup>, levou-o também a registar aspectos relacionados com a cultura material e as condições de vida e de trabalho de grupos populares, representações a que subjaz uma concepção de paisagem que é simultaneamente natural (e por

17 Luís Pavão, coord. *Artur Pastor*, (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2014),18.

18 Sobre a relação de Orlando Ribeiro com Leite de Vasconcelos, cf. Maria Fernanda Alegria et al., *Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro: Encontros Epistolares (1931-1941)* (Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011).

isso diversa, conforme a maior afinidade do território estudado com o Mediterrâneo ou a influência do Atlântico, que definiu)<sup>19</sup> e resultado da adaptação e intervenção do ser humano sobre esta.

Da mesma forma, as fotografias do *Inquérito à Arquitectura Popular* espelham a preocupação do projecto em analisar a arquitectura de acordo com aspectos como “ocupação do território, estruturação urbana, materiais e processos concorrentes de construção, influência do clima, da economia, da organização social e dos factores de evolução...”<sup>20</sup>. O registo fotográfico de todas estas dimensões deveria servir de prova da diversidade da arquitectura em Portugal, em ruptura com o argumento homogeneizante da “casa portuguesa”<sup>21</sup>. Na exposição de Guimarães, as imagens do inquérito, ampliadas e reagrupadas de maneira a explorar a relação visual entre as linhas dominantes e o equilíbrio dos enquadramentos, são ainda claras em espelhar uma certa “preocupação de estetizar – de acordo com os códigos modernistas – o universo da arquitectura popular portuguesa, vista como aliada dos desafios da arquitectura moderna”<sup>22</sup>.

A exposição procura sublinhar, aliás, de maneira bastante pronunciada, o potencial estético da fotografia resultante de qualquer um destes projectos, independentemente de dar conta das suas intenções documentais. Esta fotografia posta ao serviço da produção de conhecimento fez-se para servir de documento, de prova e de verdade: os seus autores queriam fazer um retrato realista das paisagens, das pessoas e dos objectos. Estas fotografias não deixam, no entanto, de ser resultado e espelho de uma determinada maneira de imaginar o país, de acordo com os objectivos de cada um dos projectos.

19 Cf. Orlando Ribeiro, *Portugal Mediterrâneo e Atlântico* (Lisboa: Letra Livre, 2011).

20 Diferenciando uma “mancha (...) tipicamente mediterrânica” de uma “outra mancha, mais a Norte, [que] sofre acentuada influência atlântica”, na senda de Orlando Ribeiro. cf. Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal* (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004), XXIV.

21 Sobre este assunto ver João Leal, “Os Arquitectos e a Modernidade do Popular”, em *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional* (Lisboa: Dom Quixote, 2000), 165-196.

22 João Leal, “Retratos do Povo: Etnografia Portuguesa e Imagem”, in *O Visual e o Quotidiano*, org. Clara Carvalho, José Machado Pais, Neusa Gusmão (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 139.

### FOTÓGRAFOS EM VIAGEM (DE 1970 EM DIANTE)

A exposição *Os Inquéritos...* contou, além dos projectos considerados anteriormente, com trabalhos de Alberto Carneiro, Luís Pavão, Duarte Belo, Álvaro Domingues, Nuno Cera e Diogo Lopes, Paulo Catrica, Valter Vinagre, André Príncipe, Pedro Tropa, Daniel Blaufuks, Mariana Caló e Francisco Queimadela, Álvaro Teixeira, Jorge Graça, Carlos Lobo e Eduardo Brito, juntamente com o resultado dos projectos *Duas Linhas* e *Sete Círculos*. São eles que compõem o segundo núcleo que identifiquei, mais diversificado e abrangente – o elenco é extenso (e predominantemente masculino), como está à vista. Não poderei, por isso, dedicar-me a cada um destes trabalhos individualmente, mas seria limitado contemplá-los num retrato de conjunto generalizante. Uns, como é evidente, o interesse pelo território nacional como objecto fotográfico, mas surgem no panorama abordagens e assuntos bem diferentes, que merecem algumas notas exploratórias.

A primeira dessas notas vai no sentido de justificar aquilo que me levou a separar este conjunto daquele que me ocupou anteriormente, contrariando o tom de continuidade multidisciplinar em torno de um tema que a exposição assume: enquanto que os projectos de inquérito e investigação surgidos nas décadas de 1940-50 usam a fotografia como prova, procurando registar a verdade ou o país *tal como ele é*, para constituir argumento dos seus estudos, as fotografias deste segundo grupo procuram constituir um espaço de discurso distinto, que não é alheio a uma reflexão sobre a própria fotografia, o seu estatuto e o seu potencial expressivo. Por exemplo: um dos fotógrafos deste grupo, Álvaro Domingues, é geógrafo como Orlando Ribeiro, mas um geógrafo “que já é fotógrafo”, de acordo com Nuno Faria<sup>23</sup>. Mais esclarecedoras são as palavras de Paulo Catrica sobre o seu trabalho, proferidas noutra contexto<sup>24</sup> mas que bem exprimem esta mesma distinção: “As possibilidades que as fotografias hoje têm são outras. Elas foram perden-

<sup>23</sup> Samuel Silva, “Antologia de um País”, *Público*, 16 de Outubro, 2015, acessido a 18 de Dezembro, 2015, <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/antologia-de-um-pais-1710993>.

<sup>24</sup> Paulo Catrica em “Entre Imagens”, Episódio 7 RTP 2014. Acessido a 10 de Outubro, 2015, <http://www.rtp.pt/programa/tv/p30791/e7>.

do essa espécie de roupagem, ligada à ciência, ligada àquela hipótese daquilo ser verdade e contar uma história, ou daquilo poder ser usado cientificamente, como prova de alguma coisa... E, de facto, o que as fotografias hoje fazem melhor, creio eu, é serem um espaço de ficção e de uma narrativa visual, que tem uma liberdade cada vez maior.” Estamos, então, perante uma prática da fotografia distinta daquelas que tive oportunidade de analisar até agora. Uma fotografia que se reivindica de um estatuto autónomo, à qual se reconhece um espaço discursivo próprio, e a partir do qual o fotógrafo pode aspirar “a que as fotografias construam mais do que só a hipótese de ilustrar”<sup>25</sup>.

A sala dominada pelo trabalho de Alberto Carneiro introduz uma série de novidades importantes para o trilho que temos vindo a traçar até aqui, em busca de matéria para uma história da fotografia atenta aos seus usos e práticas. Em primeiro lugar, de maneira pragmática, testemunha que nos anos 1970 a fotografia integra já um objecto artístico compósito, ao ser usada sob a forma de montagens, ou dando corpo a instalações ao lado de desenhos e outros objectos. Em segundo, são documento de uma fotografia que passa a ser usada para registar a acção e intervenção do artista sobre a paisagem. Enquanto que para os projectos de investigação de meados do século XX o olhar que se projecta sobre o território através da fotografia materializa uma certa alteridade, que separa aquele que olha e fotografa daquele que é olhado e fotografado (paisagem ou pessoas), Alberto Carneiro assume a fotografia como forma de registo, por um lado, das suas próprias acções objectivas na paisagem (*Operação Estética/Vilar do Paraíso*, 1973; *Operação Estética no Alto de S. João*, 1974-1975) e, por outro, das marcas que deixa na paisagem, como as pegadas e os trilhos que os seus pés inscrevem na areia (*Ainda o Mar para além do Labirinto*, 1978). Também em ruptura com os projectos de índole científico-social, a fotografia de Alberto Carneiro explora de maneira assumida a dimensão estética da paisagem, do trabalho e da vida rural, além de que se

25 Sérgio Mah, “Fotografia, Arte e Século XX: Focagens a uma (Não) História”, In *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coord. Fernando Pernes (Porto: Edições Afrontamento; Porto 2001; Fundação Serralves, 2001), 177

serve da fotografia como um meio de percepção sensível e representação expressiva, e ainda como um lugar de memória e de subjectivação.

Outra constatação prática, associada a uma institucionalização das práticas fotográficas em consonância com as demais artes consagradas: os trabalhos comissionados. A série *The Inner Circle* de Paulo Catrica, por exemplo, resulta de uma encomenda do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. A série *Songs from a River* de Carlos Lobo foi feita por encomenda da Capital da Cultura (Guimarães, 2012). As motivações e as condições destes viajantes para fotografar são, portanto, diferentes daquelas que vimos anteriormente. Este aspecto sublinha a importância de interrogar de que maneira o financiamento atribuído (seja no contexto dos projectos de investigação científica, seja no contexto artístico) poderá ter condicionado os resultados apresentados, a começar pelos meios que os diferentes fotógrafos tiveram, por causa disso, à sua disposição. Veja-se, por exemplo (e sem interrogar a suficiência desse orçamento, nem de que maneira esta ligação condiciona os resultados do ponto de vista dos conteúdos, porque não é este o contexto certo para isso), que o tal momento charneira de viragem da antropologia em Portugal para a imagem só terá sido possível graças ao investimento do Instituto de Alta Cultura na criação do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular<sup>26</sup>.

Muitos dos trabalhos apresentados na exposição dão continuidade à temática rural, de fileira com os projectos anteriores – a Serra da Estrela, por exemplo, alvo da expedição de 1881 e da atenção continuada de Orlando Ribeiro a partir dos anos 1930, com uma recolha fotográfica prolífica até à década de 1970 (a passagem dos anos fica clara no trabalho do geógrafo ao vermos a transição do registo a preto-e-branco para o filme a cores), é retomada por Duarte Belo e por Pedro Tropa. Ambos os trabalhos indiciam, ao encontro do que apontei anteriormente, a importância que ganhou a experiência do fotógrafo no inquérito ao território. Na sombra de Orlando Ribeiro, Duarte Belo revisita os locais fotografados pelo geógrafo, mas, como o conjunto de fotogra-

26 Sobre este assunto, cf. Ernesto Veiga de Oliveira, *op cit.*

fias do autor em exposição mostra (recolhidas em várias incursões ao local nas últimas duas décadas), além das paisagens surgem alguns apontamentos sobre as viagens feitas, o material que o acompanhou e os meios de transporte ou os abrigos necessários a tal demanda. Já a actividade de Pedro Tropa enquanto artista e fotógrafo surge associada à sua prática de montanhista, e, por isso, inclui-se na exposição, a par de uma série de fotografias, a proposta de construção de um abrigo comunitário no planalto central da Serra da Estrela (*Passo em Falso/Refúgio*, 2008-2015).

A Exposição de Guimarães permite também constatar uma viragem do olhar para o espaço urbano, que é novidade em relação ao panorama anterior. A cidade surge de maneira mais pronunciada na fotografia em Portugal com a emergência da imprensa ilustrada, na passagem para o século XX<sup>27</sup>. É esta a paisagem que os primeiros foto-repórteres começam por inquirir, atentos aos eventos dignos de destaque (as manifestações republicanas e as suas multidões, os acidentes e catástrofes e os grandes acontecimentos sociais, entre outros), em viagens que se queriam tão rápidas quanto o ritmo a que andava a pertinência da notícia que pretendiam ilustrar. Por causa desta mudança de interesse, surgem imediatamente algumas incursões que procuram documentar a vida citadina popular – as ilhas e os bairros de lata, os trabalhadores na rua –, mas estes tendem a desaparecer da imprensa nos anos do Estado Novo. Só a partir de meados do século é que vemos surgirem exemplos sólidos de um interesse estético pela experiência quotidiana da cidade, que é dissonante das representações acarinhadas pelo regime: o livro *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*, de Victor Palla e Costa Martins (1959) é, neste sentido, um notável antepassado dos trabalhos apresentados na exposição que tenho vindo a analisar.

*Os Inquéritos...* não dá propriamente conta de tal bulício, mas assinala uma viragem que se lhe segue: associada a uma ideia de cidade como centro activo, surge o interesse por uma ideia de periferia. Se os

27 Cf. Emília Tavares, coord. *Joshua Benoliel, 1873-1932: Repórter fotográfico* (Lisboa: Câmara Municipal, 2005).

projectos anteriores se dedicavam a explorar um *outro* desconhecido, nota-se uma tendência entre os fotógrafos das gerações mais recentes para abordar um conjunto de locais que lhes são familiares, banalizados pela proximidade e pelas deslocações rotineiras: as *Periferias* de Paulo Catrica (1997/98) e as paisagens suburbanas da grande Lisboa que compõem *Cimêncio*, de Nuno Cera e Diogo Lopes (recolhidas entre 1998 e 2003) são disso exemplo. O elogio da paisagem rural é, num certo sentido, substituído por um olhar crítico sobre os lugares que circundam as zonas urbanas, onde os vestígios da vida humana e da própria natureza se encontram praticamente fora de vista, uma espécie de lugar de sombra que se habita de maneira fugaz e que assim se embrenha em esquecimento. Em *Posto de Trabalho* (2010-2013), Valter Vinagre serve-se da luz artificial para dramatizar alguns destes vestígios da presença humana num tipo de lugar que passa ao lado de muitos: os abrigos das mulheres que se prostituem à beira da estrada. A reforçar esta ideia de sombra transitória que se projecta sobre a periferia, a noite surge também como assunto, e associada a um certo olhar impressionista que da estrada se projecta sobre os néons na sua berma, como é o caso da série *Cimêncio 98 Octanas* (da já referida dupla Diogo Lopes e Nuno Cera), ou das deambulações registadas em vídeo por Daniel Blaufuks em *Slightly Smaller than Indiana* (2006). Já muito separa a experiência dos primeiros viajantes, condicionados por longos tempos de exposição e pelo peso da parafernália a que a tecnologia disponível obrigava, da deste viajante que leva a câmara no lugar do pendura para registar as suas impressões.

Associado ao exercício de estudo e compreensão do território, está também uma certa ideia de fronteira. Se o subúrbio é uma espécie de raia da cidade (um *não-lugar*<sup>28</sup>) que é vestígio das suas vivências, a fronteira do país é uma linha imaterial que é preciso desenhar e fotografar para se concretizar (como fizeram os arquitectos Pedro Campos Costa e Nuno Louro no projecto editorial *Duas Linhas*, de 2009), ou um arrabalde imaginário do país (que André Príncipe materializa em

28 Sobre o conceito de *não-lugar*, cf. Marc Augé, *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. (Lisboa: Letra Livre, 2012).

*O Perfume de Boi*, 2012).

Por fim, nada expressa melhor o pronunciar da experiência do fotógrafo sobre a paisagem – característica deste olhar contemporâneo que tenho vindo a relatar – do que a experiência da *road-trip*: a viagem de reconhecimento, contada na primeira pessoa; a viagem que é meio para o inquérito, mas que é o inquérito *per se*, como as viagens de Norte a Sul que fizeram Eduardo Brito no Verão de 2012 (*Sob a Luz quase Igual*) e Daniel Blaufuks no Verão de 2004 (*Slightly Smaller than Indiana*).

### OUTROS INQUÉRITOS

A maneira de pensar a fotografia pode constituir um ponto de ruptura entre os dois núcleos da exposição que analisei, mas parece-me pertinente observar a proximidade que persiste entre um olhar etnográfico/rigoroso anterior e o olhar artístico/expressivo seguinte. Como já esclareci, o cunho multidisciplinar que a exposição assume defende a pertinência de se considerarem objectos de naturezas distintas e de pensar a fotografia a partir de um mesmo tema. Mas podemos alegar, num sentido inverso, que esta continuidade que se observa entre os vários tipos de representação é justamente uma constatação importante para a história de cada um dos tipos de prática fotográfica contemplados na exposição. Fica claro, a partir de *Os Inquéritos...*, que a fotografia contemporânea, enquanto prática artística, partilha qualquer coisa com o olhar científico projectado a partir das disciplinas que usaram a fotografia no trabalho de campo etnográfico, quanto mais não seja o interesse muito específico pela indagação do território português (e não só pelas suas características naturais, como pela sua dimensão cultural e social). Por outro lado, fica em aberto uma outra questão, a que *Os Inquéritos...* não responde: de que maneira terá a fotografia produzida pelos projetos de investigação de meados do século XX dialogado com as demais práticas fotográficas suas contemporâneas?

Salvo a excepção que representa o trabalho de Alberto Carneiro, que acrescenta uma dimensão estética ao movimento de questionar

o território a partir dos anos do Estado Novo, a exposição apresenta pouco material (visual e escrito) para questionarmos as eventuais rupturas e continuidades dos projectos científicos em relação com aquilo que se fazia na época em que surgiram. A ausência mais notável de *Os Inquéritos...* é, por isso, a de materiais que nos permitam constatar até que ponto se distinguem estas representações fotográficas daquelas que é sabido terem sido promovidas pelo regime a partir da década de 1930 e até à década de 1970. A fotografia que resulta dos projectos de investigação de meados do século XX e exposta em *Os Inquéritos...* pode servir de documento para um estudo das tensões que, com a cultura popular no centro, surgiram entre as representações oficiais (etnográficas, arquitectónicas, fotográficas) e as de um conjunto de projectos que lhe eram críticos. Do ponto de vista do discurso, aspiram a um retrato verdadeiro ou realista do país, que melhor se compreenderia em confronto com aquele a que se opõe, idealizado e tipificado.

Note-se que a fotografia foi absorvida pelo Estado Novo de maneira bastante significativa, não só através da convocatória de um conjunto de profissionais para a participação em exposições e para alimentar os álbuns e folhetos oficiais (*Portugal 1934* e *Portugal 1940* são apenas alguns exemplos<sup>29</sup>), como a partir da promoção de concursos e salões semi-oficiais (organizados pelo Grémio Português de Fotografia, e recorrentes até aos anos 1970). Tal envolvimento de fotógrafos profissionais nas actividades oficiais deixa a suspeita de um movimento algo contínuo de levantamento sobre o território<sup>30</sup>, que eventualmente seria interessante contrapor aos resultados dos inquéritos expostos em Guimarães – é criado o arquivo fotográfico do Secretariado de Propaganda Nacional (1933), para servir as campanhas oficiais, e a fotografia é assim usada para a divulgação de concursos como *A Aldeia mais portuguesa de Portugal* (1938), mostrando os lugares candidatos; o Museu de Arte Popular (1948) teria também um espólio fotográfico próprio, com

29 Sobre estes álbuns, cf. Natasha Revez, “Os Álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940. Dois Retratos do País no Estado Novo,” Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

30 De acordo com António Sena, *História da Imagem Fotográfica em Portugal* (Porto: Porto Editora, 1998), 250.

documentação etnográfica dedicada às várias regiões do país, só para dar alguns exemplos. Esta absorção é de tal modo pronunciada que se pode falar de uma “fotogenia do Estado Novo”<sup>31</sup>.

O naturalismo contemplativo da paisagem, de inspiração pictórica, preconizado por fotógrafos como Emílio Biel desde a viragem de século, será popularizado por fotógrafos como Domingos Alvão no início do século XX e acabará por ecoar ao longo de largas décadas. E muito graças à afinidade que a fotografia de Alvão encontrou com a estética procurada pelo regime, que trata de reproduzir as suas fotografias em várias das publicações oficiais. Alvão volta a sua lente para o país e para o seu povo, mas dele promove uma representação idealizada, tipificada, elogiosa da vida rural e dos seus valores, e à qual não se pode apontar grande interesse pelas suas reais condições de vida. E, de um modo geral, também o movimento salonista ajudou a manter a fotografia em conformidade com o conservadorismo que referi.

Como já aqui mostrei também de passagem, surgem em meados do século XX algumas vozes dissonantes no panorama fotográfico português, que são ausências igualmente notáveis da exposição aqui em análise. Na verdade, o já referido projecto editorial de Victor Palla e Costa Martins não está totalmente ausente da exposição, uma vez que é possível consultá-lo num interessante posto de documentação situado logo à entrada da Plataforma das Artes e Criatividade de Guimarães, com referências bibliográficas e multimédia, que em muito permitem complementar uma visita a *Os Inquéritos...* e ampliar os significados das fotografias expostas.

Muito está ainda por inquirir no que à fotografia dos anos do Estado Novo diz respeito, mas um corpo de trabalho recente<sup>32</sup>, em torno da fotografia de meados do século, tem vindo a constatar justamente uma diversidade discursiva que contradiz a monotonia antes referida.

31 Expressão de António Sena, *op cit.*

32 Cf. Emília Tavares, “Fotografia e Neo-Realismo em Portugal,” in *Batalha pelo Conteúdo: Movimento Neo-Realista Português* (Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, 2007), 263-267; a que se segue Emília Tavares, “Batalha de Sombras: Coleção de Fotografia Portuguesa dos Anos 50 do Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado”. E ainda Alexandre Pomar, “O Neo-Realismo na Fotografia Portuguesa, 1945-1963”, 423-444.

Entre os salonistas, o trabalho de Adelino Lyon de Castro distingue-se da visão folclorista do trabalho, projectando sobre ele um olhar mais sombrio<sup>33</sup>. No pós-guerra, as preocupações sociais manifestas pela fotografia de reportagem em ebulição no panorama ocidental acabam também por ecoar em Portugal: os trabalhos de Gérard Castello-Lopes, Carlos Calvet, Sena da Silva e Carlos Afonso Dias são disso exemplo. É neste contexto que a fotografia se afirma como arte, de acordo com a análise expressiva de Sérgio Mah: “O fotógrafo capta/recolhe algo de significativo na experiência quotidiana, facto que lhe confere uma inquestionável validade. Entre um realismo instrumental e um realismo sensível (ou até mesmo sentimental), a imagem oscila entre o seu valor social e o seu valor estético”<sup>34</sup>.

Neste mesmo contexto, tendo em conta a atenção que *Os Inquéritos...* dá à fotografia resultante dos projectos de meados do século<sup>35</sup>, a ausência da reportagem de Maria Lamas, em *As Mulheres do Meu País*, é mesmo aquela que mais se estranha, já que é também um inquérito — ao trabalho feminino — a partir do território nacional, objectivista, surgido no quadro ideológico oposicionista. Trata-se, como expressa Alexandre Pomar, de um trabalho com “um sentido de documentário social, de denúncia e de esperança ou optimismo que tem de ser associado ao neo-realismo”<sup>36</sup>.

A omissão do trabalho de Lamas coloca ainda em evidência um outro aspecto já mencionado, mas que merece ser sublinhado: a ausência generalizada de mulheres fotógrafas do elenco da exposição, que assim se limita a mostrar como o território português foi alvo de inqué-

33 Cf. Emília Tavares, *Adelino Lyon de Castro*.

34 Sérgio Mah, “Fotografia, Arte e Século XX: Focagens a uma (Não) História”, in *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coord. Fernando Pernes (Porto: Edições Afrontamento; Porto 2001; Fundação Serralves, 2001), p. 177

35 Entre os quais se pode apontar também a ausência do *Inquérito à Habitação Rural*, promovido pelo Instituto Superior de Agronomia entre os anos 1930/40. cf. Frederico Ágoas, “Verdade, Ideologia e Violência nas Primeiras Fotografias do Povo em Portugal,” in *Lugar Comum* 39 (2013): 189-200.

36 Alexandre Pomar, “O Neo-Realismo na Fotografia Portuguesa, 1945-1963,” in *Industrialização em Portugal no Século XX. O Caso do Barreiro, Actas do Colóquio Internacional Centenário da CUF do Barreiro, 1908-2008*, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes (Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2010), 434.

rito masculino (uma característica que pode, aliás, apontar-se a ambos os núcleos da exposição que identifiquei — o nome de Mariana Caló, que pode ler-se entre os fotógrafos contemporâneos, é uma excepção). De um modo geral, fica assim por esclarecer de que maneira terão as mulheres contribuído para este trabalho de inquérito sobre o território a que a exposição de Guimarães se dedica. Além dos apelos já referidos a que se considere o trabalho de Maria Lamas como argumento para a diversidade discursiva da fotografia de meados do século, algumas exposições recentes com protagonistas femininas — *Tirée par... A Rainha D. Amélia e a Fotografia* (Palácio Nacional da Ajuda, de Outubro de 2015 a Janeiro de 2016) e *Ana Maria Holstein Beck - Álbuns de Família* (Arquivo Municipal/Núcleo Fotográfico, de Outubro de 2013 a Janeiro de 2014), por exemplo — permitem adivinhar a relevância de tais materiais para uma compreensão mais alargada da história das práticas e dos usos da fotografia em Portugal.

Para terminar, o gesto de dar conta daquilo que fica por contar na exposição leva-me ao ponto de que parti. Se considerarmos o interesse pelo inquérito ao país que surge ainda no século XIX – e com a ressalva de que se trata, na sua origem, de uma prática reservada a uma elite – podemos pensar no movimento de registo que terá sido levado a cabo informalmente pelos muitos fotógrafos locais (amadores e profissionais; homens e mulheres) que usaram as suas câmaras para registar as paisagens e as populações que lhes eram mais próximas, muitas vezes de maneira sistemática e intensiva, e até com objectivos definidos (com vista à participação em concursos, exposições e publicações temáticas). A reunião de alguns destes trabalhos no contexto de uma exposição como *Os inquéritos...* poderia ser um contributo interessante para ingressarmos numa história dos usos populares da fotografia<sup>37</sup>, já que permitiria um deslocamento da atenção dos centros de poder que geralmente estão sob o foco para outras práticas fotográficas periféricas<sup>38</sup>.

37 Individuais, privados, informais — vernaculares, se quisermos.

38 Na senda de Elizabeth Edwards, *The Camera as Historian Amateur Photographers and Historical Imagination, 1885-1918* (Durham: Duke University Press, 2012).

## REFERÊNCIAS

- Ágoas, Frederico. “Verdade, Ideologia e Violência nas Primeiras Fotografias do Povo em Portugal.” In *Lugar Comum* 39 (2013).
- Augé, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre, 2012.
- Alegria, Maria Fernanda et al. *Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro: Encontros Epistolares (1931-1941)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011.
- Baptista, Paulo. *A Casa Biel e as suas Edições Fotográficas no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- Costa, Fernanda Madalena e Maria Estela Jardim, coord. *100 Anos de Fotografia Científica em Portugal*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- Edwards, Elizabeth. *The Camera as Historian: Amateur Photographers and Historical Imagination, 1885-1918*. Durham: Duke University Press, 2012.
- Faria, Nuno, ed. *Carlos Relvas: Um Homem Tem Duas Sombras - Paisagens, (Auto)Retratos, Objetos e Animais*. Guimarães: A Oficina; Sistema Solar, 2014.
- Krauss, Rosalind. “Espaços Discursivos da Fotografia: Paisagem/Vista.” In *Ensaios sobre Fotografia: De Niépce a Krauss* (Lisboa: Orfeu Negro, 2013).
- Leal, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- Leal, João. “Retratos do Povo: Etnografia Portuguesa e Imagem.” In *O Visual e o Quotidiano*, org. Clara Carvalho, José Machado Pais, Neusa Gusmão (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008).
- Macedo, Marta. “A Fotografia e a Invenção da Paisagem.” In *Projectar e Construir a Nação: Engenheiros, Ciência e Território em Portugal no Século XIX* (Lisboa: ICS, 2012).
- Madureira, Nuno Luís. “A Estatística do Corpo: Antropologia Física e Antropometria na Alvorada do Século XX”, *Etnográfica*, Vol. VII (2) (2003).
- Mah, Sérgio. “Fotografia, Arte e Século XX: Focagens a uma (Não) História.” In *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coord. Fernando Pernes (Porto: Edições Afrontamento; Porto 2001; Fundação Serralves), 157-202.
- Martins, Leonor Pires. *O Império de Papel: Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70, 2012).
- Nunes, Maria de Fátima. “Arqueologia de uma Prática Científica em Portugal - Uma História da Fotografia,” *Revista da Faculdade de Letras, História* III Série, vol. 6 (2005).
- Pavão, Luís, coord. *Artur Pastor* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2014), acessado a 2 de Dezembro, 2015, <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Eventos/arturpastor/catalogoarturpastor.pdf>.
- Pomar, Alexandre. “O Neo-Realismo na Fotografia Portuguesa, 1945-1963.” In *Industrialização em Portugal no Século XX. O Caso do Barreiro, Actas do Colóquio Internacional Centenário da CUF do Barreiro, 1908-2008*, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes (Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2010).
- Revez, Natasha. “Os Álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940. Dois Retratos do País no Estado Novo” (Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2012).
- Ribeiro, Orlando. *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*. (Lisboa: Letra Livre, 2011).
- Sena, António. *História da Imagem Fotográfica em Portugal: 1839-1997* (Porto: Porto Editora, 1998).

Séren, Maria do Carmo. *Arte Portuguesa: Da Pré-História ao Século XX. Vol. 17: A Fotografia em Portugal* (Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009).

Séren, Maria do Carmo. *O Porto e os seus Fotógrafos* (Porto: Porto Editora, 2001).

Silva, Samuel. “Antologia de um País”, *Público*, 16 de Outubro, 2015. Acedido a 18 de Dezembro, 2015. <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/antologia-de-um-pais-1710993>.

Sindicato Nacional dos Arquitectos. *Arquitectura Popular em Portugal* (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004).

Tavares, Emília, coord. *Joshua Benoliel, 1873-1932: Repórter Fotográfico* (Lisboa: Câmara Municipal, 2005).

Tavares, Emília. “Fotografia e Neo-Realismo em Portugal.” In *Batalha Pelo Conteúdo: Movimento Neo-Realista Português*, coord. David Santos (Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, 2007).

Tavares, Emília. *Batalha de Sombras: Coleção de Fotografia Portuguesa dos Anos 50 do Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado* (Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, Museu do Neo-Realismo, 2009).

Tavares, Emília. “Retratos do povo.” In *Como se faz um Povo*, coord. José Neves (Lisboa: Tinta da China, 2010).

Veiga de Oliveira, Ernesto. *Vinte Anos de Investigação Etnológica: O Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto, 1947 - Lisboa, 1957* (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968).

Vicente, António Pedro. *Carlos Relvas, Fotógrafo (1839-1894): Contribuição para a História da Fotografia em Portugal* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984).

Vicente, Filipa, coord. *O Império da Visão: Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)* (Lisboa: Edições 70, 2014).

#### **Referência para citação:**

Pereira, Lais. “Documento e discurso: sobre os inquéritos (à fotografia e ao território).” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 153-175.



**“I’m going back to Tolstoy”:  
writing, memory  
and the new materialism**

Interview with  
**Patrick Joyce,**  
by **Elisa Lopes da Silva**

Patrick Joyce is a historian who has been writing about the liberalism and freedom, the state and materiality, mostly in Britain, since the later 1970s. He published, notably, *The rule of freedom* (2003) and *The state of freedom* (2013) several articles on historiography. He is Honorary Professor of History at the University of Edinburgh, and an Emeritus Professor of History at the University of Manchester.

This interview was carried out in Lisbon when professor Patrick Joyce was keynote speaker at the conference *Os Sujeitos da História* [The Subjects of History], organised by the Instituto de História Contemporânea [Institute of Contemporary History] on the 25<sup>th</sup> and 26<sup>th</sup> of September 2014.

\*

**LIFE AND RESEARCH**

Elisa Lopes da Silva: *I would like to start by asking you about the relation between your life and your research. You have described yourself*

\* Patrick Joyce is Honorary Professor of History at the University of Edinburgh, and an Emeritus Professor of History at the University of Manchester.

Elisa Lopes da Silva is a PhD candidate at ICS-UL and a researcher at Instituto de História Contemporânea, FCSH/NOVA.

*as an Irish working class child, born in London, in 1945. This serves not only to characterize your life, your identity, but also defines the parameters of your work, to some extent: class and the city as the material ground of liberalism, for example, were key and enduring objects of research. How do you see this link? Or, how can your own personal narrative be related to the choice of your historical research objects?*

Patrick Joyce: Well, it is always going to be a fairly close link, with most of us, most academics, historians included. I suppose in my experience it's been very close, and perhaps in the experience of my generation of historians, especially social historians. A general remark first, really, about my generation, who were in turn influenced, by people of an earlier generation like Raphael Samuel, Hobsbawm, Thompson, Perry Anderson, and so on, people who I was not always in agreement with. My generation came more from lower origins and through state education, a number being the first generation in their families to go to university. We came through in the 60s, 70s, when the system was opening up, the kind of liberalization of attitudes and values in Britain, but also the development of a new kind of university system. It was still very much a minority, hardly more than 5%, 6% people of the age range of 18 to 21 going to university, so it was still very small, but for the first time, people from my kind of background, Irish working class (it would be the same for English working class).

And that is quite significant, and that gets me back more directly to my own experience because that educational experience is very much tied up with class in the British case, I think. Because class in Britain, while it is rooted in economic relations and so on, is reproduced very powerfully through the educational system, through the private education, on one hand, through the dominance of Oxford and Cambridge, or Oxbridge, as we call it, and of a couple of other leading universities. So they traditionally reproduced a tripartite division between upper, middle, and lower, and I came in at the lower end in terms of going to a state school which was the lowest calibre of school. I'm not going into the complexities, but I wrote a piece, actually, which is a kind of joke.

I wrote an article called “More Secondary Modern than Post-Modern”<sup>1</sup> and, for people who are not from Britain, they maybe don’t understand what that means. The secondary modern school was the lowest kind of category of school, so I came through the whole educational system, from bottom to top, much more forcibly than other people, because I had to sort of do it myself, I had to make my own way going through. I left school early, at 16. So I was always deeply influenced by that experience I guess. For the first time our generation were able to think, and write, and read, in this case History, but all the other subjects as well. And to think of them in relation to our own experience and our own experience was a progression through the class system, for instance Carolyn Steedman is another example of this experience. She is a very interesting and important historian in establishing gender. Again, she is an historian with a kind of working class background. So, for us the educational system and the social system were opening up and giving us a chance for the first time to reflect and write about situations in which our own experience was embedded. So our trajectories through the class system mattered, in my case the experience of a kind of double separation: on the one hand, there’s class, on the other hand, I suppose ethnicity and religion, the Irish aspect. For me, it was the kind of double distancing, or double set of different complexities.

*ELS: Do you think that kind of double, not exclusion, but that double difference, the fact that you were part of the working class but never a fully, marked your work as an historian. You have said in a different interview that you grew up «class sensitized», and also that you always felt part of a working-class world, but with a sense of difference, never fully identified with it. How did this “sensitivity”, or “sensibility”, articulate with a sense of difference, and translate into your historiographical concerns, perhaps as a way to challenge mainstream left-wing social history, its traditional themes and approaches?*

*PJ: Yes, difference from the working class. Just as much, just as profoundly, I was desperate, you had to get out, you know? It was that*

<sup>1</sup> Patrick Joyce, “More Secondary Modern than Post-Modern,” *Rethinking History* 5:3 (2001): 367–382.

kind of choking, that suffocating experience of being hemmed in by what was a very conservative culture in many ways. Class with a small c, *and* with a big C as well sometimes. And that's what started me off in my interest in History. When I started, I was interested in the Nazi period, I was interested in doing German History, but I changed when I went to Oxford. I started to do the History of working class Conservatism. That's the subject that I considered first. And in my first book, *Work, Society and Politics: Culture of the Factory in Later Victorian England* (1981), I was interested in the question of explaining consent, explaining the domination of the powerless, and the way the powerless seemed to be complicit in that domination themselves. It is the question of consent and there were the debates of the time about social deference to the superior. However deference was qualified by inequality and by force it was still there. I explored in the first book a whole area of social relations which the traditional left had not explored, partly because that traditional left had no connection, no lived connection with them, apart from people like Raymond Williams, I suppose. He was something of an exception, but Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, they were basically of higher social class level, or often they were public school educated, quite often, or they had gone to Oxbridge. So one made common cause with these people, but also one felt the differences as well. I felt the differences very much. And I became very much interested, and I still am, in trying to explain the operations of power and the ... well, the weapons of the weak, but much less the weapons of the weak than the subordination of the weak, and the self-subordination of the weak as well. And what was in it, you know, what were they getting out of it.

#### FROM SOCIAL HISTORY TO HISTORY OF THE SOCIAL

ELS: *It seems that, through your early work, you were thinking about, or around, class during Thatcherism, and in a way trying to make sense of the political adherence to Thatcherism in the 1980s. In the social history of Eric Hobsbawm, E.P. Thomson or Raphael Samuel, the notion of "class" was the unifying (??) to attempt to map the so-*

*cial field. You challenged this approach by enquiring into working class representations of social order, abandoning notions of class identity or class struggle. This led you, for example, from «class» to «populism». During the 1990s, Michel Foucault and post-structuralism seem to have provided the conceptual tools to make this passage from the (Marxist) social history to a history of the social. In your view, class, and specially history viewed as class struggle, wouldn’t explain fully the phenomenon of conservative, more populist, working class that was politically visible in the 1980s.*

PJ: The next books I went on to write were on populism<sup>2</sup>. But it was a long gestation, after the first book, through the ‘80s, and through the Thatcherite period, a period in which Stuart Hall<sup>3</sup> and his particular analysis of Thatcherism became very, very influential. He was saying that to explain Thatcherism<sup>4</sup> you have to understand how it actually articulated a lot of feelings that working class people had, about owning their own property, about stability, about order... The fact that they were anti-establishment, to some extent, and she (Thatcher) was anti-establishment, to some extent, in a kind of qualified, strange way. I think I was going in the same direction as people like Stuart Hall, and the analysis of the «popular», and the will to subordination of people, to put it crudely. But I did not go with the inherent Marxism of Hall and cultural studies, nor did I think much of their ideas about working class “resistance”, the simple two-way, dichotomous idea of the social order, however much they finessed it. I think that is a kind of left romanticism, a left populism, which infects the British left to this day. Hall was influential at the time, indeed may have inadvertently been in part responsible for Blairism.

2 Patrick Joyce, *Visions of the People: Industrial England and the Question of Class, c. 1848-1914* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991) and Patrick Joyce, *Democratic Subjects: The Self and the Social in Nineteenth-Century England* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

3 Stuart Hall, “Notes on Deconstructing the Popular,” *In People’s History and Socialist Theory* (London: Routledge, 1981).

4 Stuart Hall, *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left* (London: Verso, 1988).

Now, you are completely right about Foucault, his work did provide me the conceptual tools to make the passage from the (Marxist, Marxisant, and liberal) social history of the time to a history of the social. During the 1990s Michel Foucault and post-structuralism generally did provide me and many others with a kind of liberation. Especially in thinking about the proto-neoliberalism of Britain and elsewhere in the 1990s while at the same times enabling me to look back at the liberal past in a new way. A history of the present this had been called, though I am not comfortable with the title so much, or with genealogy as compared to history. I would say I embrace both, in tension with one another, the history of the present with the history of the past, avoiding the teleological traps of the former.

But before Foucault, with the Visions book, of course I felt that class, but more particularly history viewed as class struggle, wouldn't explain fully the phenomenon of the conservative, more populist, working class that was politically visible in the 1980s and that I think had its roots long before, if often in more radical forms than later. I tried to go beyond existing accounts and orthodoxies by enquiring into how people actually did represent the social order, across work, leisure, literature, abandoning notions of class identity as the motor of class struggle and class struggle as the motor of history.

I realise I am straying from your question and back to your point about the connection between one's life and one's work but I do so because I have very recently tried to talk about a lot of these things in an article I've written called «The Journey West»<sup>5</sup>. This is the first of two long essays, which will form part of a new book.<sup>6</sup> I've reflected in more depth than previously, in a mixture of memoir, history and intellectual enquiry (an unusual blend I think) on my own background, particularly the Irish side, and the experience of class too. About the Irish side in the sense of the idea of restitution. I pick up on Walter Benjamin, as so many people do these days, but in a much more direct way, I suppose.

<sup>5</sup> Patrick Joyce, "The Journey West," *Field Day Review* 10 (2014): 62-93.

<sup>6</sup> Patrick Joyce, "Time Thickens: The Other West," *Field day Review* 11 (2015) forthcoming.

He talks about a kind of redemption in the "Angel of History" essay. So there is a kind of redemptive consciousness of the Jew, you know, strange Jewish Marxist that he was. But I think, you know, there's a certain kind of redemptive aspect to a Catholic upbringing, and an Irish upbringing. So Catholicism, for me, probably distances me from almost all the other British social historians. I'm an Irish working class Catholic. I don't believe in it now, but I'm still ethnically, and kind of culturally Catholic.

ELS: *Were you raised as a believer?*

PJ: I was raised in a profoundly believing situation, you know? So, in this article I've written, I picked up on some of the work of Terry Eagleton...

ELS: *And he links his catholic upbringing with his Marxist views...*

PJ: Well, it didn't work for me. I mean, Terry Eagleton went to a much more upper working class, upper class school. (There it is again, that intense consciousness of class, supposedly very British, but much more widespread, especially when the person is catapulted through the class system by education.) Eagleton went to a grammar school in Manchester, and he is a third generation Irish rather than myself. But he's very interesting, isn't he? On Catholicism and the belief in necessity...and we have the same kind of background and views, so, I think he is the kind of Irish working class catholic literary critic, and I am an Irish working class catholic (although I'm not a catholic) social historian. He articulates very well the sense of how liberalism is, for both of us, extremely problematic. I don't take the Marxist critique of liberalism in the way he does, but I still feel some sympathy to the Marxist ideology, but I certainly feel that I'm not existentially or genetically a liberal, like a lot of my fellow historians, even on the left in Britain.

I don't take to liberalism, I don't take to the balance of both sides, there always being a middle way. This middle way is a very British ideology. So, I think, in the "Journey West" I can historically and

culturally situate myself in relation to his articulation of his situation... In the sense, when you are brought up as a Catholic, this whole force of belief, this way to believe, you have the notion things are shaped by these great forces that are outside you. He was brought by it into Marxism, and those great forces didn't bring me. But they give me a sense of the force of circumstance, the force of necessity, the way in which people were and are shaped at a profound level, genetically almost, by these forces outside of themselves... by religion, by the culture. Coming from an Irish culture, it's very, very strong. Is is, this sense, also in some respects akin to some parts of conservative thinking, a sense of what is beyond the supposedly free person.

*ELS: Even if you were not a believer, was the centrality of religion the reason why you wouldn't follow a more mainstream Marxist framework in your work, more attentive to the economic forces?*

PJ: I don't know, I don't think so, necessarily. But I was on a similar or parallel path, attracted to ideas that enabled me to articulate this Catholic-Irish sense of necessity's force. I was also pretty much up for argument, rather spikey, a product no doubt of my background but sublimated intellectually. I liked to trail my coat, as the saying has it. Not always wise. I did not buy into the idea of underlying economic forces and sought to liberate myself from English liberalism and ingrained English empiricism, and the parochialism that went with it, not so much these days of course. Nonetheless, I think the attention to deep lying economic forces is rather similar to attention to a deep lying belief in Christ. There's a depth, there's a correspondence between the two. Man and woman are moved by these deep forces. So there's a kinship, I think, between Catholicism and Marxism. There are of course, differences. Of course the Catholic Church in England and Ireland is very anti-Marxist, you know, but... Although I've not taken Eagleton's route, I've always been kind of sympathetic to those positions. Far from Catholicism being the antithesis of Marxism, it's similar in some ways. It's just got this massive weight of faith and belief.

ELS: *For you, the way to understand liberalism was post-structuralist theory, particularly Michel Foucault. Especially during the 1990s, it was a way to look at liberalism in history without falling into the traps, or some traps, of more mainstream Marxism.*

PJ: Yes, and without falling into the traps of liberalism itself, and seeing liberalism as a kind of description of reality, as if it is a kind of self-evident reality. In the English, British situation, the intellectual tradition – the empirical liberal tradition – people are themselves inherently, constitutionally, existentially, liberal, so they also tend to take for granted liberal values, which are very important and very positive in many ways, but they become second nature and unquestioned. So for many, the economy is regarded as a real entity, and society... They actually buy into the kind of distinction between state and society, which I would want to question.

ELS: *Well, It’s the very nature of liberalism, the process of naturalising society and the way it works.*

PJ: Yes, liberalism has been the most profoundly successful and important political force when it comes to, precisely, its own naturalisation. It has achieved that naturalisation in a way that has been phenomenally successful and becomes common sense. One wants to defend it, one wants to be in a greater tolerant society, and so on. But the whole point I was trying to emphasise is that one must, as you put it, denaturalise – show where, historically, liberalism comes from. That is why the governmentality literature inspired by Foucault is so interesting; it is because you get a way of looking at freedom as a mode of government rather than being the absence of government. Liberalism was the *presence* of government, of a very sophisticated, and very successful mode of governance, but one that could be extremely repressive or at least controlling and punitive, coming as it did in the British case with the inheritance of early capitalism and of empire later on.

## POST-MODERNISM

ELS – *I have a question on post-modernism. Post-modern seems to have endured as a derogatory term, a particularly acrimonious one within the historiographical field. You employed the term in your historical battles in the mid90s, against, simultaneously, Marxist and liberal historians. Later on, in 2003, you wrote about the «quiet victory» of post-modernism. By this you meant, the victory of a «critique of objectivity», the inscription of the observer in what is observed. An anti-foundationalist or anti-essentialist framework has indeed gained ground (notably, within feminist history). However, it seems that historical writing, on the whole, has yet to absorb the post-structuralist critique in the sense of being conscious of its narrative strategies and categories, of History as a form of writing, in the wake by Hayden White. Historical writing is still very much a realist genre. How do you position yourself towards this debate focused on the “linguistic procedures” of historical writing?*

PJ: Despite my reference to quiet victory, well, I’m not so sure about that quiet victory. What I meant, really, I suppose was the question of reflexivity, that has become much more recognized in British and especially in American academic publishing, and more widely too. That one is in the picture: you can’t describe the world without locating yourself as the observer, to some extent. You can have too much of this, and so called reflexivity is not the most important aspect of so-called post-modernism, a term that has been so widely and variously used that it is now meaningless. I would not want to go too far into ego-histoire, and in the *Field Day* essays I want to create a kind of memoir without the author having too much of an interior, being to the fore only when he catches the tide of an idea or a historical phenomenon, a kind of quiet witness. In terms of history writing more generally it has become much more difficult for people to simply adopt the old positions, but at the same time the way history gets written is still often in these older frameworks. And in a way that is not a bad thing: great history is produced. So, if you look at the sort of Oxford-Cambridge systems of teaching, they are still quite conservative. So it takes a long time

for these changes to work their way through, and when they do as in cultural history and gender history they sometimes become routinised and predictable.

The (neoliberal) British university assessment system only adds to this – the pressure to publish gives no time to think and mature a project, unlike the gentlemanly days of the old professional order that precede it, which had its own drawbacks. At Oxford I was told in my first year to go away and read for a year and then come back with a research subject! Now the poor student’s time is carefully monitored. But the sense in which historians like myself were reluctant, previously, to talk about their own experiences, that’s become I think less apparent. Carolyn Steedman is another example. And she did it very early, in *Landscape for a Good Woman*, in terms of gender, she wrote very directly about that. Although she is more someone who is interested in psychoanalysis than in so called post-modernism. But it depends what one is talking about. The question of awareness, self-awareness, reflexivity, is only one of the things one means by post-modernism. There’s also the whole question of power, and how you analyse power, and the work of Michel Foucault. For me the important thing has not been White and narrative. It has been Foucault and power, government, and especially in the later Foucault the turn to truth from knowledge and from power to governmentality. This turn is reflected in those amazing College de France lectures, relatively recently published and not yet fully digested by historians, the second wave Foucault if you like.

ELS: *You have mentioned – I think on Manifestos for History – W G. Sebald, which is one of the late interests of Hayden White. The literature of W G. Sebald is the example given by Hayden White as a way to go beyond the realistic paradigm of writing history.*

PJ: Well, yes, I agree with White here. I think Sebald is very interesting, it’s a kind of bearing witness oneself, but doing so in a way that combines different sorts of genres. Sebald deals with this business of bearing witness – and again I go back to Benjamin – this moral obliga-

tion to follow the past, to connect the past and the present. Benjamin talks about our coming being expected on Earth. Our coming was expected; it was expected by those who were there before us, who sacrificed for us, or who awaited our coming with hope and expectation. I find that very powerful, you know? So I was saying earlier about the idea of redemption in Catholicism, and in Judaism. I like that sense of the redemptive, of returning, of making atonement for the inequalities and injustices of the past. It's very old fashioned in many ways, but it informed me in getting away from liberalism and kind of trying to understand the basis of power. Then Michel Foucault was, for me as I say, terrifically important but I was and am interested in other figures as well: Michel De Certeau, Deleuze less so, and the whole range of French theorists who were thinking about the social and about society, and what it was, in their different ways. But also outside this I found the work of Zygmunt Bauman very important too, in helping me think about present and past society in relation. And then you've got somebody like Bruno Latour, who doesn't quite fit into certain of those trajectories. The kind of anti-humanism evident there is what partly drew me to them (Callon, Law) and then to a new fix on materialism. The human is only part of what is in the world, and is only part of what needs to be included in historical explanation.

#### NEW MATERIALISM

ELS: *In the last few years, at least since the edition of The Rule of Freedom (2003), you have been interested in redefining the materiality of history, with special emphasis on the agency of materiality, influenced by Bruno Latour's actor-network-theory and your readings in the field of the History of Science. Do you see it as a way of displacing agency in History? Can we make sense of them as ways of grasping historical subjects in a post-humanist age? Was that a kind of deepening of your thoughts about agency in history?*

PJ: It's a deepening of thoughts about agency, and a deepening of how we explain power as well. But also how we might explain the shaping of identity, not least political identity, or the lack of it today. There is a link

between my interest in materiality and the sort of quasi-memoir form of writing I am also doing now. In this more “literary” form of discourse, the physical specificity of particular places is very much in evidence – the west of Ireland, London. And the way these places configure time and are configured by time in return. This new vein of writing, more reflective, aiming to move people, as well as just to ask intellectual questions, is also if you like part of the so-called new materialism, though unusual I suppose. For instance, I am greatly interested in the theme of the home; but more especially the material form of the home which is the house. I write about houses I have known and how they structure memory and our sense of who we are, and how they shape us below the level of our conscious awareness, in the habitus, in enforcing on us the necessities of what they are, delimiting us and creating our possibilities at the same time. I think of the, for me, key sites of the house, the road and the grave – the sense of stability, the sense of movement, the sense of an ending. I relate these three aspects to Irish and British post-1945 history, especially as this concerns the experience of the immigrant. I’m interested in the experience of what kind of house people had, the meaning of the house in their culture, the physical forms of the house, and the road, and the grave, in terms of burial customs around death, resurrection, redemption. So I supposed the Catholic is coming through very powerfully, the repressed Catholic. I don’t want to go into this at too much length as I am digressing again, but it is not just about the Irish. It’s about the role of the house in Jamaica, West India, Caribbean culture, in African culture. Their understanding of what it is to have a habitation, to have security; or not to have these things, because in post-war London, where I grew up, the housing situation was appalling. We lived in the most overcrowded conditions.

However to return to your point more directly this work also crosses over into the academic writing especially the theme of the house in my recent state book<sup>7</sup>. The house, the road and the grave. I analyse the house as a kind of *locus* of power, in terms of the British public school system. The high bourgeois house/household is a sort of mate-

<sup>7</sup> Patrick Joyce, *The State of Freedom: A Social History of the British State since 1800* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013).

rial template of power, and this extends beyond elite schooling (the interest in education again!) to government institutions, the great departments of state in Britain and the empire, India above all. I have collaborated with the very fine historical sociologist Chandra Mukerji, who writes on 17<sup>th</sup> century France, on an article on the materialities of state power, called “The state of things”<sup>8</sup>.

ELS: *Strangely enough, in regard to your remarks on London, even if there’s urban history about the capital, Lisbon seems to be, in a sense, still awaiting to be historicised, in many ways...*

PJ: Really? Because it seems to carry different sorts of time, Lisbon. You feel as if you just have to go a few blocks and you are in a different decade, and living in the same place you feel the sense of different time, because the infrastructure, the logistics of living, are still very similar in some ways, even if, of course, they change as well. This is how everything is the same, and everything different at the same time, which is so often our experience, and it’s that I write about. West London is totally different now; property values have escalated. But it is still the same. It is still London, just pulling people in and then pushing them out. It eats its children, like all great cities. I fear we are neglecting the new materialism, which is very important to me, but my mind is currently occupied by the other sort of writing.

ELS: *I don’t know where I have read that, but I remember that I read you stating that it was necessary to have a history of the present, but a history of the present past, as a way to put these temporalities together, these being alive at the same time.*

PJ: You put it very well, these temporalities being alive, feeling the vivacity, the livingness of the past. How does one articulate that? The present doesn’t make much sense, because the present is always undergoing change, so... how do you think about past, present and future,

<sup>8</sup> Chandra Mukerji and Patrick Joyce, “The State of Things: Reconfiguring State History and Theory”, *Theory and Society*, forthcoming 2016.

as a kind of single entity, in some ways, rather than different things? Again, this is in the piece I’ve been writing<sup>9</sup>. I’ve been trying to articulate a sense of the way in which the past continually unfolds in what we do, and getting hold of how that happens is difficult. That takes me into a form of writing in which I experience time through the way in which landscape in the west of Ireland, or the continuing sense of the first home, the first house in London, how these have got into me, how they are still alive in me. In the *The State of Freedom: A Social History of the British State since 1800* (2013), I briefly talk about Gaston Bachelard and his poetics of space, and I have developed this. This sense that that the past is physical as well, it makes physical impressions on our bodies, and we never lose that first impression. So, it is a kind of materialism, again, but with a different sort of take on it.

ELS: *I was going to ask you about the literary figures that shaped your way of thinking, or you usually don’t think of that? You have mentioned W. B. Yeats and James Joyce, a little bit.*

PJ – I think always of the Irish writers, above all Joyce and Beckett. But I think of Leo Tolstoy too, in whose historical vision everything is somehow connected. In *War and Peace*, the characters have a history, and history happens through them. This is going back to when I was a young man, reading Tolstoy. At the time this made me think about that sense of the connectedness of things, as it were, the sense in which we’re embedded in the social world, and we reproduce it and it reproduces us. I think I’ve always tried to reveal what’s going on in that respect. So the kind of exploring how categories become naturalised, it has always been on some level what I’ve been interested in doing, unpicking common sense, unpicking the taken for granted world, and trying to go deeper and deeper into that.

For me, as I mentioned, the sociologist Zygmund Bauman was very important at one time because of his particular kind of sociologi-

<sup>9</sup> Patrick Joyce, “The Journey West,” *Field Day Review* 10 (2014): 62-93 and “Time Thickens: the Other West,” *Field Day Review* 11, (2015) forthcoming.

cal vision and his work on post-modernity. I was interested in the sociological condition, in the sense that we were moving into a new kind of social situation, and people like Bauman were really putting their finger on it. I think he exaggerates change in many ways, and it doesn't all work as successfully as it should. Basically, Bauman writes the same book over and over again, but it is a very important and interesting book at the same time. I've worked with sociologists over the years, and they've nearly all been of an empirical cast of mind, but I still have a very warm feeling for that older tradition, the Frankfurt school tradition and critique of the big picture sort.

#### **TOWARDS A CRITICAL HISTORY?**

*ELS: In the wake of the Frankfurt theory, do you think that to call critical history instead of post-modern history, of post-structuralist history, would be a better label to describe your historiography?*

PJ: I think post-modern history is a term that means everything and nothing, because it means everything it means nothing. It is meaningless because it is used by so many different people to mean different things. It has lost any kind of real purpose except when it is used in a very narrow sense, say in the history of architecture, or maybe in the history of the novel. But the way in which historians throw these things around, it is really stupid. They don't know what they are talking about half the time. They have often hardly read the people involved. It's all second hand. So I don't think the term post-modernism is very helpful. Post-structuralist is better, but I wouldn't use it. I like critical history...

*ELS: Maybe the term «critical history» could be employed as a substitute to the «ugly» term «post-modern history», or even «post-structuralist history», giving it a more positive spin, as it were, and leaving behind some of the more violent debates, so as to name an anti-foundationalist history, conscious of its role in the construction of knowledge... Is that*

*what Joan W. Scott*<sup>10</sup> *and you*<sup>11</sup>, *although rather differently, are suggesting in the book Manifestos for history?*

PJ: The danger with «critical history» is that it would get mixed up with «critical theory». And while I respect and value that kind of Frankfurt school Marxism, I would not associate myself completely, by any means. I’d be much more sympathetic to Foucault’s approach.

ELS: *In your essay in that book, «The gift of the past: towards a critical history», you describe critical history as «inherently theoretical and irreducibly empirical, the former because it is always structured by different sorts of intellectual framework, and the latter because it is concerned with developing theory through practice, and regenerating and refining practice through theory» (95). You sum this up by reformulating Clifford Geertz’s term «thick description» as «tough description». Could you explain the choice of this phrase?*

PJ: I suppose I mean that the theoretical needs always to be sort of worked through in a very scrupulous way, with attention to the rigours of traditional historical practice, trying to verify documents and compare documents. So I suppose I just simply meant tough in this sense of rigorous and sceptical. I meant tough in the sense of intellectually tough, demanding and challenging. In a sense it’s theory animating the empirical world, but theory being judged in the light of whether it enables the empirical to actually work successfully, enables one to do this kind of practice, so the theory that was useful was the kind of theory that made one engaged in this kind of practice. So it is in Foucault’s writings that I find this kind of really strong suggestiveness that brings together the philosopher and the historian, the theoretician. I suppose that’s the real reason why I like Foucault so much, because he is both. I’m not the kind of historian he is, or a philosopher, but he is one of

<sup>10</sup> Joan W. Scott, “History-Writing as Critique,” in *Manifestoes for History*, ed. Keith Jenkins, Sue Morgan, Alun Munslow (London and New York: Routledge, 2007), 19-38.

<sup>11</sup> Patrick Joyce, “The Gift of the Past: Towards a Critical History,” *Manifestoes for History*, ed. Keith Jenkins, Sue Morgan, Alun Munslow. (London and New York: Routledge, 2007), 88-97.

the few examples of a kind of a philosophically inclined historian *who is good at building this connection*, within his own terms of reference. He knows the texts and reads them very closely.

There's this whole new second wave of literature, produced by Foucault, the lectures given at the Collège de France. I've neglected these for a number of years but I'm going back to that now. Myself and the eminent Foucault scholar Colin Gordon have been corresponding and meeting up recently and have formed a discussion circle in London (with which there are Portuguese connections), and I'm beginning to have a better understanding of the second and the third waves of Foucault scholarship through him. This is called "Foucault, political life and history". I think I still have a lot to learn. This group assembles many disciplines together, and we have begun to further historicise the Foucault lectures, while pointing up what a new wave history of the present might look like – the exploration/critique of "neoliberalism" is very high on our agenda and that phenomenon enables us to develop the two tracks I mention, historicising and the history of the present. We are concerned with the idea of what a left governmentality might be also. The lectures are a great stimulus to this.

It's not as if Foucault was the only figure, but he's been the exemplary figure in bringing together the theoretical and the empirical. You see, I'm a British historian and I suppose American historians are internally more aware of these currents. There's a tradition of historical sociology, interactions with disciplines, and our discipline is more embedded in others over there. So the American environment would have been better for me in this sense than the British one. I never quite felt at home in the UK intellectual environment.

#### **GOVERNMENTALITY AND ITS ADJECTIVES**

ELS: *One of my last questions, it's about governmentality, or governmentality studies, that you are part of. You have contributed to construct the academic field of governmentality studies that took form in the 1990s but especially after the Foucault editions of Sécurité, ter-*

ritoire, population et Naissance de la Biopolitique in 2004. You have been using the lens of governmentality to read liberalism in a way that almost defines it, to put it very briefly and schematically, as a way of governing through freedom. I wanted to shift the point of view of governmentality away from liberalism, by asking you whether we can think of other modes of governmentality? The question rises from the fact that Anglo-saxon reception on late Foucault have been focusing on liberalism (and neo-liberalism) and have some analytic difficulty in recognising other historic governmentalities operating in the last two centuries. Could or should we adjectivise governmentality – as colonial or authoritarian governmentality – and argue that, while also operating through the powers of freedom, in these political rationalities disciplinary and sovereign modalities of the exercise of power are prominent?

PJ: I have taken governmentality up in this particular way, partly because I interacted with a number of the scholars who mediated between Foucault’s work and the British intellectual situation, partly because they developed it in that sense. They did so because it seemed to fit what was happening in the early stages of what we now call neo-liberalism. It is very odd why that term has arisen when ten or fifteen years ago it was hardly used, and I want to explore this also. So people like Colin Gordon or Nikolas Rose or Tom Osborne, and so on, tended to articulate governmentality in the sense of that liberal government, and I have looked at it through that lens. My collaborations have been with those kinds of people, with Nikolas Rose and Tony Bennett, the cultural sociologist, who wrote one of the early books using Foucault, a very good book, *The birth of the museum*<sup>12</sup>. Recently, I co-edited with him *Material Powers: Cultural Studies, History and the Material Turn*<sup>13</sup>.

But I agree completely with you. The group I mention has sensitised me to non-western governmentalities, for instance the long term history of India and the empire, and empire more generally. To forms of governmentality preceding the colonial presence, with which colo-

12 Tony Bennet, *The Birth of the Museum* (New York and London: Routledge, 1995).

13 Tony Bennet, Patrick Joyce, *Material Powers: Cultural Studies, History and the Material Turn* (New York and London: Routledge, 2010).

nial governmentaities are then always mixed up. Partha Chatterjee has written about this recently. The London group has several experts in colonial governmentalities, and of course the governmentality approach cannot but conceive of the gestation of liberalism in the colony as well as the metropole, and the interactions between the two. I touched on this in *The Rule of Freedom*, and on what you refer to as authoritarian governmentality. Actually the field of Russian, Soviet and pre-Soviet, governmentalities was high on Foucault's agenda and we should not forget that Kotkin's magnificent work on Russia, also the work of Kharkhordin, owed much to Foucault, and Kotkin directly collaborated with Foucault at Berkeley. But you are right, many have been slow to pick up on non-liberal modes, though that is changing now, and the govermentality approach is going through something of a renaissance. Even the Marxists are getting in on the act! After fighting shy for so long, Wendy Brown, for instance, has done interesting work but pretty incoherent as you cannot marry Marx and Foucault that easily. Also, she misreads Foucault badly, seemingly unaware of his many writings on the political.

Personally I am also interested in the subject of new political history. How does politics emerge? What do we mean by politics, in the first place? It is a kind of space, of agonistic difference and of conflict, and of course then there is Foucault's work on the relation between war and politics, and that opens up, as you're indicating yourself, a whole set of questions, that are the questions I am now exploring. There is also the matter of the study of law, something that *Securité, territoire, population et Naissance de la Biopolitique* takes up. But also the other Lectures are important for the study of "the multiple births of politics", and personally I find much in his study of the ancient and early Christian worlds. The study of pastoral power needs to be developed more into that of the pastoral as governmentality, where it deeply shapes modern power, including liberalism, and its "neo" forms. I am interested, given my background, in exploring the governmentalities of the Roman Catholicism, and of course Portugal and Ireland are very interesting places to do this. So, expanding the understanding of

governmentality. Seeing how and if neoliberalism actually does mean the disenchantment of politics by economics, as some have it, rightly in many respects but by no means all.

In this new initiative with Gordon we look at other kinds of governmentality, and consider the nature of the politics itself, the limits of politics and what different cultures regard as politics. Hence my interest in the Bielefeld people, who have been saying ‘well how does the sphere of the political become differentiated from the economic and the social?’<sup>14</sup> What are the origins of politics? But, again, there are limitations to those approaches, which are concept-bound and language-bound, although they’re trying to get beyond those. It is still Begriffsgeschichte, and not an account that fully integrates the new materialism, but still very interesting..

Again, it’s interesting, these kinds of depth explanations – so thick description and tough description take in as many different kind of factors as one possibly can into account. That’s my attraction to the materialisties aspect, because you then bring in a much fuller range of elements acting on situations, so you get a deeper, richer explanation. It is more satisfying and we get more sensible connections between things. So, I’m going back to Tolstoy perhaps. I don’t know whether I’d get the same sense out of it now, but I think I still would. Great traditions, you know, the literary ones.

ELS: *On the relation between power and freedom in Britain, you have announced a forthcoming book, The Children of Freedom, which will complete the series inaugurated with the Rule of freedom (2002) and The State of Freedom (2013). Could you expand a little more on this project?*

PJ: I’ll explain, although I’m not quite sure where it’s going yet. I’m trying this new kind of writing as I say. I think at the moment my aim would be to make that writing project into *The Children of Freedom*.

14 Willibald Steinmetz, et al., *Writing Political History Today* (Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2013).

It would be about the present and the recent past of these two liberal societies, Ireland and Britain, if you can call the Irish a liberal society. It would deserve the title *The Children of Freedom* because of how we have inherited the 19th century and the early 20th century past since the time that I've belonged to this planet, 1945; it's «children» in the sense of those who inherit, and so it would be the history of the present and the not-so-distant past. We are the inheritors of liberalism, what we do with it, especially as we may well be moving into a post-liberal society. Whereas once the left contended liberalism it may now have to rescue it! The project would also be about children as well, literally, in the sense of my own childhood, and young manhood, and those of others. Also about the formation of people through educational systems. I have in the state book a lot to say about elite education about the formation of those who would govern, now I want to extend this.

So it would be bringing different times together as I talked about earlier, making them interact with places also. I'm interested in the way in which different times come together and the long duration of the Irish-English connection. Just to simplify, I think what I would be trying to do is something about Ireland, London and the north of England. The latter in relation to the end of industrial society, one of the greatest changes of our time, its passing, though this passing has too often been too quiet an affair, little remarked on, taken for granted. Like Sebald, there should be some mourning, some witnessing for this. I've lived in these three places; well... I'd be trying to root out what is it that's been inherited, in terms of the changing nature of the liberal nation(s), so freedom again, a new way of narrating neoliberalism perhaps, around places and times, in terms of the mix of memoir and history I have indicated. And around nation and its fate, something very evident in the English-Irish dynamic.

I want to continue my narrative of liberalism from the 1940s. *The State of Freedom* has got that long last chapter on developments up to the present, but that is *in lieu* of a proper study. The new book is then a continuation of those on liberalism, and liberal society, but in a very different way. Literary but also concerned with materialities so that I

would have to concern myself with the new communications revolution, the internet, and this would be a continuation of my interest in communications and state power, in the recent state book. Too many things! Enough time to do them?

Just to go back a step, on education another thing would be to look at the continual reinvention of private education in Britain, as a kind of driver of privilege, and the way in which elites have continuously re-embedded themselves in a way which astonishes me. There are now in inner London more kids privately than public educated. This private education divide has become more and more apparent from the 1960s onwards. Education matters so much to me because it was the kind of thing that brought me through. My wife has also a very similar kind of background, as she is an Irish immigrant. She trained as a teacher and she was put in a channel: ‘Oh university is not for you. You can train to be a teacher, you can’t go to university’. This was partly because she didn’t come from the right social background.

I’d also like to continue those strands of argument laid out in the last chapter of *The State of Freedom*, which have to do with communications and connectivity, on one hand, and with the education strand, and the nature of bureaucracy, on the other. The state has been privatized. We talk now about the franchise state as the state gives out great chunks of itself to private industry. The British system is almost like tax farming in 18th century France. Vast areas of the state are just put out to tender, put out to bidding for one private corporation or the other, and it’s becoming a complete scandal. These companies are making vast profits and many of them are extremely inefficient. So the state has been hollowed out from within. That’s why I’m also politically interested in defending the state and getting a much more positive idea of it on the agenda. In the British context there is this deep connection to the state through the NHS and through the education system. Defending the state is still absolutely central to me, but to defend it politically is a dreadfully difficult task.

ELS: *One of the things that was unexpected to me, in your last book, was the way you criticised so severely social democracy in Britain after the Second World War...*

PJ: perhaps too severely...

ELS: *You call it the myth of social democracy. You distinguish very clearly what was a perception of social inequality, part of the social democracy worldview, so that social democracy governed through the social, but it left out of governing the critique of authority and hierarchy.*

PJ: Yes, Foucault is part of this too, his remarks on the left in France having no governmentality, sharing the liberal one, albeit in a different form, at least sometimes. But as to Britain, yes, no real critique of authority and thought about how a left should govern, what institutions. We see this today with the British left, one side not moving beyond neoliberalism; the left as much as the right has been its vehicle by the way. On the other side that ridiculous moralistic leftism, very English I should say, not able to think about what power is, what needs to be done. In Britain there is no participation, no real democracy, and no basic questioning of the institutions of power. This is why the whole Scottish devolution thing has been so exciting. Because, if the Scots had gone for independence I think it really would have changed things in England. It would have pushed England towards a much more devolved system. As it is, I think the change may be quite important. It's a kind of moderate, gradualist, liberal position, but we need constitutional change! We do! These institutions matter. They are embedded in the power structures. The power structures work through institutions which have their own ways, their own traditions and their own capacity to absorb and change the behaviour of elites and of those who participate in them, in what is not now a democratic way though mostly they do not participate at all. So it is absolutely essential to change the institutions, especially the British ones, that have been there for so long, and served the vested interests of power very effectively. So we have the House of Lords, and it's our second chamber, but it's insane

that we have such, and rather degrading I think. We need devolution, we need a whole set of practices which are much more democratic. We have a hyper-centralised system because Britain is even more centralised than France. It’s *laissez faire*, neoliberal, but a centralised state. It’s a weird combination. The point I was making in that last chapter, the idea that economic equality is enough, it’s just not the case. One needs something like political equality, proper political equality, which would involve changing political institutions. Politics matters, it has to be reinvented, through the design of institutions as well as in the more obvious ways.

**Referência para citação:**

Joyce, Patrick. “«I’m going back to Tolstoy»: writing, memory and the new materialism. Interview with Patrick Joyce.” Por Elisa Lopes da Silva. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 177-201.



# Fazer a História do Estado Novo

Uma conversa com **Fernando Rosas**,  
conduzida por **Luís Trindade**

Fernando Rosas é professor catedrático na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Foi até há pouco tempo presidente do Instituto de História Contemporânea da mesma Universidade e é ainda conhecido pelo seu ativismo político, que vou resumir de forma breve porque é precisamente sobre isso que *não* vamos falar, porque quero começar a nossa conversa pelo momento em que Fernando Rosas se torna historiador. No entanto, é preciso dizer que, antes de se tornar historiador, Rosas tinha já um passado político na oposição ao Estado Novo, no Partido Comunista Português, primeiro, e depois, mais próximo do 25 de Abril, no MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado). Desempenhou várias tarefas militantes, entre as quais o jornalismo. Já depois do PREC (Processo Revolucionário em Curso), continuará a militar no MRPP até finais da década de setenta, e é aqui que começa a nossa conversa. Mais do que uma entrevista formal, procurei estabelecer com Fernando Rosas uma conversa, não discutindo de forma demasiado conceptual o seu trabalho historiográfico, mas procurando aproveitar o seu percurso enquanto historiador para levantar questões propriamente historiográficas, e questionar simultaneamente o campo historiográfico em Portugal desde os anos setenta até à atualidade.

\* Fernando Rosas é professor catedrático jubilado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade.

Luís Trindade é professor no Birkbeck College – Universidade de Londres e investigador FCT no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

### O ESTADO NOVO NOS ANOS 1980

Luís Trindade: *Pouco tempo depois de abandonares a militância política ativa, tornas-te responsável pela secção de História do Diário de Notícias. Queria que nos contasses como foi o início dessa relação com a História, se era um interesse que já existia, ou se foi uma forma que encontraste para continuares o empenhamento cívico que trazias da militância política de uma outra forma.*

Fernando Rosas: O que me levou para a História do Estado Novo foi a militância política. Foi tentar perceber uma questão que é também uma espécie de fantasma que me persegue até ao penúltimo livro que escrevi [*Salazar e o Poder*], que é: como foi possível uma ditadura daquelas durar meio século no século XX português? *Como?* Que factores históricos de profundidade, na estrutura económico-social, na mentalidade política, explicam a durabilidade do regime? Essa é uma grande questão. É uma grande questão que se punha a nós, jovens militantes. Como é que estes filhos da puta aguentam no poder? Com uma guerra colonial de treze anos, oposição, luta, combate, e passou a Segunda Guerra Mundial, e passou o Delgado, e passaram os treze anos de guerra colonial, e os gajos aguentam-se sempre. Tremem, mas aguentam-se. O que é que explica isso?

LT: *A questão da durabilidade do regime já estava presente nos anos 60, nos vossos debates?*

FR: A questão da durabilidade colocava-se do ponto de vista da reflexão sobre o período. É isso que me traz para a História Contemporânea. Eu primeiro fui para advocacia. Sou licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mas foi um equívoco, que se explica porque o meu avô era advogado. Eu tinha uma grande admiração política por ele, porque era republicano, reviralista, também tinha sido perseguido por Salazar, e por isso foi uma espécie de padrão político da minha intervenção cívica – e era advogado. É preciso perceber que nos anos 60 *não havia* Sociologia Política, *não havia* Ciência Política nas universidades portuguesas, tudo isso era proibido, Salazar não autorizava. Por isso, na-

quela altura os advogados é que faziam política, ou seja, como não havia estudos superiores de Ciência Política, nem sequer de Sociologia Política, era a Faculdade de Direito que substituía essas funções. Desde a extrema-direita à extrema-esquerda: vocês tinham a Faculdade de Direito a formar os quadros da extrema-direita do regime, e tinham a Faculdade de Direito a formar o Álvaro Cunhal, o Mário Soares, o Arnaldo Matos, e por aí fora (o Arnaldo Matos, para quem não saiba, foi o líder e fundador do MRPP. Não era preciso dar esta explicação há 20 anos atrás, mas hoje...)

LT: *Tu vinhas do Direito e da militância política e comesas a escrever sobre História no Diário de Notícias. E a minha pergunta era essa: como é que aconteceu essa viragem para a História?*

FR: Foi o Mário Mesquita que me convidou. Eu abandonei a política organizada em 1979, mas depois ainda me pediram para representar o MRPP na Comissão Política da candidatura “democrática e patriótica” do general Ramalho Eanes, o que ainda fiz em 1980, mas já numa situação de alguma independência. E comecei nessa altura a escrever sobre o Estado Novo, aproveitando o facto de na Gulbenkian se ter feito uma grande exposição sobre o Estado Novo nos anos 40, cujos materiais ainda hoje são de referência para a História de Arte. Foi uma exposição que mobilizou o que se sabia nessa altura sobre o regime. O Joel Serrão, o José-Augusto França, o Oliveira Marques estiveram envolvidos. E houve um grande colóquio, com a exposição, e eu participei nesses trabalhos. Sentei-me lá, tomei a palavra, enviei uns artigos que foram publicados no *Diário de Notícias*, e a páginas tantas o Mário Mesquita perguntou-me se não queria coordenar a página de História de onde tinha saído José Freire Antunes, um historiador já falecido e hoje em dia um pouco esquecido, mas que nessa altura era conhecido como jornalista e historiador. Então convidaram-me para o substituir. E a partir daí...

LT: *Tu no Diário de Notícias só escreves sobre o Estado Novo?*

FR: Não. Escrevi também sobre alguns assuntos do século XIX. O que aconteceu é que quando eu saí da política meti-me em casa durante

dois anos a ler História. Sentei-me e disse: agora vou atualizar-me. Tudo o que saiu de novo. E então estive dois anos a ler afincadamente.

LT: *O que é que leste?*

FR: Tudo o que nessa altura eram as novidades da História Contemporânea. Li sobretudo sobre a História de Portugal, autores como Miriam Halpern Pereira, Vasco Pulido Valente, Manuel Villaverde Cabral, Manuel Lucena... Penso que ainda hei-de escrever um artigo sobre isso. A minha cultura historiográfica, no que diz respeito à História de Portugal Contemporânea, tem três referências fundamentais. Três “gurus”, embora nenhum deles hoje se reconheça naquilo que escreveu na altura. Em primeiro lugar, o Manuel Villaverde Cabral com *Portugal na Alvorada do Século XX*, que é um livro fundador.

LT: *Porquê?*

FR: Primeiro, porque era um livro que falava da História de Portugal do ponto de vista da luta de classes. Segundo, porque, pela primeira vez na historiografia doméstica, situava a crise agónica da monarquia constitucional no quadro mais geral da crise do liberalismo no ocidente.

LT: *Uma historiografia marxista, portanto.*

FR - Que era uma coisa que praticamente não existia. Quer dizer, os historiadores marxistas mais influenciados pelo Partido Comunista tendiam a fazer uma historiografia de acordo com as prioridades da unidade antifascista. Havia portanto um magma composto de todos aqueles que se opunham às ditaduras, aos absolutismos, mas que era uma sopa democrática donde se abstraía a luta de classes. Para um jovem como eu, no princípio dos anos 70, a descoberta da classe operária como sujeito histórico, e como sujeito histórico com um papel determinante na História Contemporânea, foi uma imensa novidade, porque havia democratas, havia unidade antifascista, havia liberais, a tal “sopa”, mas não havia classes. E a introdução da perspectiva da classe operária

como sujeito histórico e da luta de classes como dinâmica histórica, é trazida, pelo menos para a História Contemporânea, pela mão de autores como Villaverde Cabral.

Nessa altura ele tinha vindo de Paris e de Oxford com um projeto, que desenvolve com o Fernando Medeiros, que era o de fazer a história de luta de classes “à la Lenine”, ou seja, um pouco como aquele primeiro livro do Lenine sobre a sociedade russa [n.e., *O Desenvolvimento do Capitalismo Russo*]. Seria portanto a História da sociedade portuguesa desde o século XIX do ponto de vista da luta de classes. E ele começou por fazer aquele livro sobre o desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX, que nessa altura foi uma obra absolutamente iluminadora: de repente aparece a luta de classes, como se fosse uma visão! Era uma novidade absoluta, a leitura marxista da História de Portugal. Para a jovem geração de historiadores do meu tempo foi uma novidade absoluta. O livro é uma espécie de síntese interpretativa das origens do capitalismo português e do seu desenvolvimento no século XIX, e cuja leitura continuo absolutamente a aconselhar. Claro que hoje já há muito mais informação, o livro pode parecer uma aplicação um bocado esquemática do leninismo. Mas é um livro muito interessante, que abriu perspectivas inteiramente inovadoras, e que abre caminho para o *Portugal na Alvorada do Século XX*. E a *Alvorada do Século XX* é a crise da monarquia vista do ponto de vista marxista, um ponto de vista de classes. É isso que as torna obras fundadoras. E por isso são grandes influências para mim. Os outros dois autores são mais controversos.

LT: *Então vamos lá.*

FR: O segundo autor é o Vasco Pulido Valente. Mas este é o Pulido Valente da tese de doutoramento, em Oxford, *O Poder e o Povo. O Poder e o Povo*, que é a meu ver um livro notável, mostra um Pulido Valente com algumas reminiscências do marxismo. Umas reminiscências não: uma cultura. A cultura marxista nessa altura era hegemónica no meio académico.

LT: *No princípio dos anos 80...*

FR - Sim, mas atenção: isto são livros dos anos 70...

LT: *Tu estás a lê-los no início dos anos 80.*

FR – São livros editados a seguir ao 25 de Abril, na passagem dos anos 70 para os anos 80. Portanto, é aí nessa altura que eu os estou a ler. Primeira metade dos anos 80.

O livro do Pulido Valente tem vários motivos de interesse, mas há um ponto absolutamente essencial: é que destrói – com aquela “maldade” que caracteriza o autor – a visão mítica republicana maçónica da história da primeira república. Os heróis, o PRP, aquela rapaziada toda, para nos dizer uma outra coisa: atenção que a revolução republicana foi feita por muita gente menos pelo Partido Republicano. Os dirigentes estavam nos banhos de São Paulo, à espera que a carbonária tomasse o poder na rua. E isso é de facto verdade. Ou seja, o livro veio relançar também do ponto de vista das contradições sociais, da base social do republicanismo, esta questão. A República deixava de ser o ente mítico, libertador, que vinha fazer o milagre da multiplicação dos pães democráticos, para passar a ser mais um episódio da luta de classes em Portugal, em que o Partido Republicano faz aquilo que a pequena burguesia na Revolução de 1848 em França tinha feito: deixou o “maralhal” ir morrer para as trincheiras, e depois trepou-lhe às costas e instalou-se no poder. E isto é outra perspectiva inovadora que teve muita influência. E o terceiro...

LT: *...Deixa-me fazer uma pergunta ainda em relação a esta tua redescoberta da História da República: esta visão não feria um pouco o que era a tua memória pessoal e familiar do republicanismo?*

FR: Eu tinha essa memória pessoal e familiar, mas também tinha muito a noção de que o republicanismo tinha tido várias expressões políticas. Do ponto de vista familiar, o republicanismo do meu avô era um republicanismo abertamente anticomunista e conservador. Apesar

de ele ter sido perseguido pelo Salazar e preso, de ter sido um homem ligado ao Henrique Galvão, de ter lutado, lutado mesmo, de armas na mão contra a ditadura, de se ter batido nas barricadas do 7 de Fevereiro [de 1927] aqui em Lisboa, apesar disso era um Alvarista, um homem que vinha do partido de Álvaro de Castro e que depois se encostou à oposição mais conservadora.

LT: *Que nunca tinha sido a tua, de qualquer forma...*

FR: Que nunca tinha sido a minha. Quer dizer, a minha atividade social como estudante de esquerda radical deixava-me perceber que entre os advogados oposicionistas da Baixa e os estudantes radicais das universidades havia um mundo de diferenças. E agora achava muito interessante estar a perceber que essas diferenças radicavam numa história que estava a descobrir ao ler esses livros.

Bom, e a terceira fonte inspiradora, esta já de quando eu comecei a entrar na História do Estado Novo, foi o primeiro volume dos livros do Manuel Lucena *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. Devo dizer-vos uma coisa: o Manuel Lucena escreveu este livro ainda no exílio, em Itália, sem acesso a fontes dos arquivos portugueses, porque não podia vir cá. Escreveu o livro com base na legislação disponível e na sua intuição. E é um livro *notabilíssimo*. E a visão que eu desenvolvi sobre a natureza social do Estado Novo é totalmente tributária dos estudos do Manuel Lucena sobre a natureza do Estado Novo. É um escrito gramsciano, como o próprio disse. Uma análise de classes do fascismo como realidade compósita, quer dizer, uma espécie de aliança de várias fracções de classe em torno de um regime de força que era chamado a desempenhar fundamentalmente duas funções: esmagar o movimento operário e regular a economia em nome da burguesia no seu conjunto. Esta visão, que o Manuel Lucena abordou intuitivamente como tese no seu livro, é a tese que eu procuro demonstrar no primeiro livro que escrevi. É essa. Procurei demonstrá-la intrinsecamente, através da investigação da economia e da sociedade portuguesa dos anos 30.

E estas são as três bases donde parti.

LT: *Retomando o teu percurso, estamos no início ou meados dos anos 80. Tinhas deixado de ter atividade política direta e constante há uns anos. Tinhas-te entretanto aproximado da História e escreves duas teses até ao final da década, a de mestrado e a de doutoramento, que de algum modo fundam a historiografia do Estado Novo. Relendo-as hoje, fica claro que procuravas um compromisso entre a História Política e a História Económico-Social.*

FR: Não há um compromisso. Há uma dialética. Quer dizer, nem a nova História Política, como a que faz a prof. Fátima Bonifácio, onde tudo se resume a acontecimentos e personagens políticos mais ou menos relevantes (uma História Política como uma espécie de intriga jornalística de personagens onde normalmente levam a melhor os mais inteligentes), nem a desvalorização do político e do pessoal político que reduz tudo aos seus interesses imediatos. Quer dizer: a estrutura económico-social, as classes, os condicionamentos estruturais económico-sociais são a circunstância da política, e são a circunstância em que se exerce a política e que a enquadra e sobredetermina. Sobredeterminação é um termo que agora já não se usa, não é?

LT: *Pode portanto dizer-se que essa sobredeterminação do económico-social sobre o político é uma forma de regressar à política tornando-a mais complexa.*

FR: Claro. Há política mas esta é uma política que resulta de circunstâncias estruturais, económico-sociais, e que não pode normalmente fugir dessas circunstâncias de ordem estrutural. Eu quando escrevi este livro [*O Estado Novo nos Anos 30*], que é o meu livro mais tipicamente estruturalista (o estruturalismo estava nessa altura na moda), lembro-me que tive uma conversa com um colega espanhol que me disse: “Eu gostei muito do teu livro, mas tem um problema: onde é que estão as pessoas?” De facto, neste livro tudo são estruturas, não é? É um livro que segue uma abordagem marxista da realidade, mas do ponto de vista das estruturas, das forças económicas, dos grupos sociais, dos interesses... É uma espécie de construção de um cenário.

## SUJEITOS HISTÓRICOS, CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS

LT: *Por um lado, Salazar nunca foi, pelo menos nesta fase, uma prioridade para ti. Quer dizer, a figura do Salazar em si, enquanto agente político autónomo.*

FR: A figura do Salazar era uma preocupação. O que era importante era desmistificá-lo, à figura do Salazar e ao salazarismo. O Salazar enquanto chefe de regime é uma personagem importante. Trata-se de um caso histórico em que a personagem tem importância pessoal. Quer dizer, os personagens têm uma importância própria determinada, mas nunca fora das circunstâncias históricas que os determinam como agentes. Nessa época, este livro reagia ao reaparecimento do salazarismo pela pena do Franco Nogueira e dos memorialistas do Estado Novo, como uma espécie de *deus ex machina*.

LT: *Querias colocar o Salazar dentro da estrutura económico-social que descrevias...*

FR: Exatamente. Dentro do circunstancialismo estrutural que condicionava a política portuguesa dessa altura.

LT: *O que te leva então, dando agora um salto cronológico, a escrever um livro centrado na figura do Salazar como este mais recente que publicaste?*

FR: Senti que era altura então de regressar à criatura, mas não de um ponto de vista biográfico e menos ainda hagiográfico. Escrevi um livro sobre a longevidade política do regime salazarista. Esse é o tema do livro. Por isso ele tem como subtítulo “a arte de saber durar”. Mas longevidade num regime que se caracteriza por ter um chefe com um peso pessoal específico muito grande. Trata-se de um regime em que o papel pessoal do chefe é incontornável. Se o atentado de 1938 tem morto o Salazar, o fascismo não caía, mas provavelmente tinha tido outro destino.

LT: *Tu lembras-te de já ter esta leitura nos anos 80? Ou seja, nos últimos 20 anos houve uma viragem para a história política e o recentramento de alguma historiografia no indivíduo. Esta tua abordagem à figura do Salazar faz parte desse recentramento ou isto é algo que tu já consideravas naquele teu momento mais estruturalista?*

FR: Esse recentramento não tem nada a ver com os pressupostos com que eu faço História. Normalmente, o recentramento no político vem da nova História Política e desse pós-modernismo reaccionário que se instalou (estou a dizer isto de propósito) acerca do discurso historiográfico. Vamos lá ver uma coisa: o político tem de se compreender, do meu ponto de vista, na sua dialética com o económico-social. Por exemplo, há quem defenda que se pode fazer uma História que os seus autores chamam “dos debaixo”, onde tudo o que é político é social. Neste caso, o Estado Novo nem sequer tem interesse como regime político porque é uma “ideologia pendurada numa cronologia”, e portanto não tem uma existência própria. É uma espécie de epifenómeno político “pendurado numa cronologia”. Para esses, o que interessa é a História que se faz cá em baixo, a História autónoma. E eu gostava de dizer que “os de baixo” percebiam muito bem a importância do político, a importância de haver ou não haver, por exemplo, sindicatos livres, de haver censura à imprensa ou haver liberdade de expressão, de haver possibilidade de constituir partidos políticos ou destes serem proibidos. E isso é o político. Tentar fazer a História dos debaixo evacuando a política como mera ideologia pendurada numa cronologia é não perceber. Trata-se de uma visão idealista de sinal contrário relativamente ao discurso idealista da nova História Política – em que a política é uma espécie de jogo de salão de personagens ilustres que se vão cruzando entre si. A História dos debaixo tem de ser feita em articulação com a política e com a História do Estado, porque a relação que se estabelece entre ambas é dialética. E foi nesse sentido que eu abordei o problema da durabilidade do regime. Eu não penso, como alguma historiografia de esquerda mais recente, que a questão da natureza política do regime, se o Estado Novo foi uma variante histórica do fascismo ou não, seja um problema irrelevante. *Não é!*

LT: *Deixa-me colocar-te uma outra questão no contexto da escrita das duas teses. Tu não sentiste a tentação, quando escolheste os temas, de fazer uma História da resistência? Dizes que os autores que mais te influenciaram tinham trazido para a agenda historiográfica a questão da luta de classes e evidentemente a resistência tinha sido uma dimensão do Estado Novo na qual tu tinhas participado, e à qual serias seguramente sensível. Por outro lado, não te parece que a preocupação em estabelecer o edifício da hegemonia económico-social do Estado Novo te levou de alguma forma a suavizar precisamente a luta de classes e a resistência nesses dois livros?*

FR: Não. Eu falo bastante dos efeitos sociais da guerra, e a primeira análise de um momento grevista (das greves dos anos 40) que é feita na História de Portugal sobre os efeitos da guerra é feita por mim nesse livro.

LT: *Mas só no capítulo 3, ou seja, como uma espécie de reação, e não como pressuposto, porque o pressuposto é o Estado.*

FR: Sim, mas vamos lá ver: o discurso sobre as oposições e a resistência fora do contexto da compreensão da natureza económica e social do Estado Novo é uma História moralista. É uma História de heróis e de resistentes. Foi nisso que eu fui educado. A resistência, a unidade antifascista, tudo isso está muito bem, mas eu já sabia. Agora, é preciso saber a natureza, as divisões, as características, as dissidências que marcavam a oposição no contexto da natureza económica e social do regime contra a qual ela se fazia. É por isso que eu acho que trabalhos recentes sobre a História do Partido Comunista, como os do João Madeira e os do José Pacheco Pereira (os volumes sobre a biografia do Álvaro Cunhal) beneficiaram, no seu aparente atraso, de um conhecimento historiográfico aprofundado sobre a natureza económica e social da sociedade em que atuavam e sobre a influência que isso tinha na cultura e nas divisões das várias oposições ao regime. Portanto, em vez de fazer um discurso unitário-moral sobre a oposição, há um discurso sobre as oposições, contextualizado nas suas grandezas mas também nas suas misérias.

O que era preciso era perceber o que é que fazia durar este regime. Qual a sua natureza económica e social, que lhe emprestava certas características que tornavam tão difícil à oposição deitá-lo abaixo. Essa era a questão. Era por aí que se tinha de começar. Não sei se com o que eu escrevi se ficou a perceber melhor ou pior, mas na minha cabeça ficou a perceber-se melhor, e isso permitiu-me, quando escrevo a *História de Portugal* logo a seguir, falar sobre a História da oposição de uma forma mais fundamentada. Lembro-me que quando a *História de Portugal* saiu, o doutor Álvaro Cunhal fez uma série de críticas à minha visão do papel do Partido Comunista na História da oposição. Claro que tudo é criticável. Eu próprio não penso exatamente o que pensava nessa altura. O meu pensamento também evoluiu. Agora, há uma coisa que é verdade: em vez de contarmos a História moral da oposição, onde não há luta nem contradições de classe, onde não há luta ideológica, etc., o que é absolutamente determinante para se perceber as dissidências da oposição é o conhecimento da natureza da sociedade onde o regime repousava e até as contradições dentro do próprio regime

Por exemplo, e termino com isto, as eleições presidenciais de 58. Sem se perceber que o regime vivia nessa altura um fraccionamento brutal entre a ala ultramontana de Salazar e a ala reformista de Marcelo Caetano, não se percebe nem a candidatura do general Delgado, que joga no diálogo para uma transição pacífica com os reformistas, nem em certo sentido o desvio de direita do Partido Comunista, que vai também por esse caminho. O desvio de direita do Partido Comunista está muito próximo desse tipo de abordagem. Mas isso não se percebe sem compreender a desestruturação interna do regime, que vinha do desenvolvimento industrial, daquilo a que eu tenho chamado as modificações invisíveis do país: industrialização, terciarização. O país está a mudar e o regime não quer tirar conclusões políticas dessa mudança. E isso reflete-se na oposição. Se nós não percebermos as transformações do capitalismo, das classes, da formação de um proletariado industrial moderno nos grandes centros urbanos, não percebemos o comportamento das oposições nessa conjuntura.

LT: *Percebe-se bem a linhagem no trabalho de Villaverde Cabral. Em certo sentido estamos a fazer a História do capitalismo português durante o Estado Novo. De que é que te acusaram alguns historiadores comunistas em relação aos problemas inerentes a essa abordagem historiográfica?*

FR: Dos meus colegas historiadores próximos do Partido Comunista não recebi nunca muitas críticas. Pelo contrário, as observações que me fizeram foram relativamente amigáveis. O Partido Comunista nessa altura reagiu mal à forma como eu abordava o seu papel na oposição. E achavam que eu falava pouco do Tarrafal, que, propositadamente e animado de um *animus conspirandi*, como se dizia em Direito, contra o papel histórico do Partido, o diminuía relativamente ao MUD [Movimento de Unidade Democrática] e ao MUNAF [Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista]. Era sobretudo essa História dos anos 40 que causava perturbação e eu tenho a impressão aliás que esse foi bastante o sentido das críticas que o doutor Álvaro Cunhal dirigiu ao meu trabalho. Mas da corrente historiográfica de alguma forma ligada ao Partido Comunista, de camaradas meus de profissão que estivessem politicamente próximos do Partido Comunista, a notícia que eu tenho é que eles até me defendiam em reuniões do partido em que eu era atacado. Não tenho nenhuma razão de queixa.

LT: *Vamos avançar um pouco. Tu publicas o Estado Novo nos Anos 30 em 1986 e Portugal entre a Paz e a Guerra em 1990. E, depois, o volume sobre o Estado Novo na História de Portugal dirigida por José Mattoso, que é uma coleção de grande impacto e que vai dar uma grande visibilidade à historiografia do Estado Novo, menos de 20 anos após o 25 de Abril. Isto parece-me bastante notável e algo que merece ser pensado e debatido. Nessa altura, tornas-te várias coisas, e era sobre isso que eu queria falar agora. Tornas-te, antes de mais, numa figura pública como historiador do Estado Novo. E comesças a formar escola, digamos assim. Começas a ter muitos orientandos de mestrado e de doutoramento a trabalhar contigo e a desenvolver aquilo que tu tinhas de alguma forma iniciado com as tuas próprias teses de mestrado e de*

*doutoramento. Tinhas uma ideia clara sobre o modo como a historiografia do Estado Novo se devia desenvolver? Como é que essa ideia influenciou a relação que estabeleceste com os vários jovens historiadores que se aproximaram de ti?*

FR: Por acaso tinha uma ideia muito precisa. Achava que se devia agir em três frentes. Reforçando a componente curricular na licenciatura, desde logo. O que aconteceu. Antes desse desastre científico e pedagógico regressivo que foi a reforma de Bolonha, a História do Século XX Português chegou a ser uma cadeira anual de licenciatura. Depois, mobilizando os melhores alunos da licenciatura para um curso de mestrado centrado na História do Século XX – que na altura ajudei a conceber e criar – com um perfil de estudos avançados, onde se formou boa parte do que há de melhor na geração de historiadores que hoje está aí na maturidade. Finalmente, havia que consolidar esses trajetos e projetá-los na academia e no país através da organização da investigação. Para tal, terceiro passo, ajudei a fundar, em 1990, o Instituto de História Contemporânea (IHC). Foi, e tem sido, uma escola de formação, de experiências, de projetos partilhados, mas não no sentido de um “pensamento único” ou de uma “seita”. Dessa escola saiu muita gente com muita qualidade mas com diversas orientações historiográficas. Hoje, o IHC é uma grande casa plural reunida em torno de uma ideia global de preservação da memória, de divulgação da História, e de aprofundamento científico da disciplina, realizada, naturalmente, por caminhos diversos.

Tenho a veleidade de pensar que boa parte do quadro dos docentes e investigadores que hoje sustenta no país o ensino e a investigação em História Contemporânea se formou, de alguma forma, neste campo historiográfico. É claro que há outros, a realidade da História Contemporânea tornou-se complexa, muito diversificada. Mas este tornou-se uma referência.

LT: *Agora uma questão mais prática. Começas a dedicar-te à História já com mais de 30 anos, não tinhas feito uma licenciatura em História.*

*Como é que aprendeste a ser um professor de História, e depois um pouco mais tarde a ser orientador científico?*

FR: Eu aprendi a comunicar na política, a falar em público nos comícios, nas reuniões no liceu, na pró-associação dos liceus. E aprendi a relação muito especial que o orador tem que ter com o público. O orador tem que sentir se o público o está a acompanhar ou não, e isso é muito importante para um professor que não vive só de meter bonecada na parede para a malta se entreter. Sou um professor em cuja formação a oralidade foi uma coisa importante.

E a História foi o curso que eu devia ter feito... ou talvez ainda bem que não fiz a licenciatura em História logo no princípio, sabes? Porque o curso de História antes do 25 de Abril era uma coisa repugnante. Tinha desaprendido tudo, tinha entrado numa depressão enorme e tinha abandonado o curso. Ainda bem que eu só fui para a História depois do 25 de Abril, quando tudo mudou radicalmente. O curso de História antes do 25 de Abril – uma História filosófica – era uma coisa sinistra.

Mais tarde tive grandes mestres em História, porque apesar de não saberem muito do Estado Novo (a não ser coisas de cultura geral) eram grandes historiadores. O professor Joel Serrão, por exemplo, a quem continuamos a dever uma homenagem. Joel Serrão morreu com Alzheimer. Morreu portanto dez anos antes de morrer, e a comunidade científica nunca lhe prestou a homenagem que ele merece como grande historiador do século XIX e da contemporaneidade. E tive também o professor Oliveira Marques, o professor Vitorino Magalhães Godinho. Eram grandes historiadores, na época, historiadores enciclopedistas. Sabiam de tudo um pouco. E foram eles que nos ensinaram a História e sua metodologia. Trabalhando, falando connosco. Íamos aprendendo. Nessa altura também havia menos alunos e portanto era possível uma relação mais personalizada. Isso ainda é do meu tempo: ainda pude ter essa relação com alunos. Mais tarde, quando comecei a ter turmas do 4.º ano (quando havia 4.º ano) com 90 alunos, tudo se tornou mais difícil.

Mas aprendi assim: lendo, comparando, escrevendo, errando, corrigindo. E aprendi com grandes mestres, grandes historiadores, grandes personalidades da História, que nos ensinavam a fazer História com os livros que escreviam, pela forma como abordavam nas aulas os problemas, pela forma como nos orientavam nos nossos trabalhos. Devo-lhes tudo. Só não lhes devo o entusiasmo com que entrei na História Contemporânea, o interesse que sempre tive por ela. Quando cheguei aqui já tinha lido tudo o que havia para ler. Ou o que achava que havia para ler, o que *sabia* que havia para ler. Entrei no primeiro curso de mestrado de História Contemporânea das universidades portuguesas, aqui, na nossa faculdade [FCSH]. Fui o primeiro mestre de História Contemporânea do país. E nessa experiência adquiri a convicção de que precisávamos de dois instrumentos fundamentais: um mestrado especializado, para *formar* os alunos que vinham da licenciatura com interesse científico no aprofundamento das questões; e um Instituto de Investigação. Isto era, *e foi*, essencial; convenci o professor Oliveira Marques a criar um mestrado de História do Século XX, que foi uma coisa que causou para aí uma fricção enorme.

LT: *Ainda estávamos em pleno século XX...*

FR: Exatamente. Fez-se então um mestrado em História Contemporânea, secção de Século XIX e secção do Século XX, fundamental para criar o campo. Era preciso criar um campo historiográfico e para tal eram necessários estudos especializados. E foi isso que se fez com o mestrado de história contemporânea, foi um instrumento essencial. *Essencial*. Nessa altura havia poucos mestrados e as pessoas começaram a chegar às catadupas. Havia dezenas de candidatos ao mestrado. Quarenta, cinquenta, sessenta candidatos num só ano. E nós só admitíamos quinze.

E é dali que vai sair esta brilhante geração de historiadores que aqui está hoje. Tenho noção absoluta que aquele mestrado especializado na História do Século XX, bastante exigente, e com uma duração de dois anos, foi uma formação de pós-graduação essencial à formação de uma nova geração de historiadores.

## A ABERTURA DO CAMPO DA HISTÓRIA DO SÉCULO XX

LT: *Para situar um pouco a tua estratégia: havia um mestrado que começa a produzir novas teses sobre o Estado Novo e ao lado um Instituto de História Contemporânea (IHC) com um papel mais ligado à divulgação.*

FR: A ideia era exatamente essa: criar uma pós-graduação especializada no século XX que formasse uma nova geração de historiadores especializados. E o mestrado devia desempenhar essa função, complementado com o IHC na divulgação. O IHC não nasceu como instituto de investigação mas como instituto de divulgação. Porquê? Antes de mais, porque quando se fundou o IHC em 90-91 não havia Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Por outro lado, tinha de haver uma articulação entre investigação e divulgação, porque não se dava o século XX nas escolas. Os professores que ensinavam História de Portugal não tinham tido formação na História do Século XX, e portanto era fundamental dar-lhes essa formação não só através dos cursos de formação do IHC, como também atraindo-os para o mestrado, onde se especializariam. E há um terceiro elemento, que é o ramo de formação educacional. As professoras Maria Cândida Proença e Raquel Henriques pegavam nos licenciados e colocavam-nos em núcleos de estágio nas escolas, com a formação que tinham recebido, quer a nível do instituto, quer a nível do mestrado. E foi isso que permitiu criar uma nova geração de professores do ensino secundário preparados para lecionar a História do Século XX. Essa articulação mestrado-IHC-ramo de formação educacional teve nessa altura um grande sucesso.

LT: *Há ainda uma terceira ferramenta nesse esforço que é a revista História, que dirigiste, e que também desempenha um papel importante na divulgação. A tua visibilidade, por outro lado, leva-te a entrar nalguns debates e polémicas que queria que recordasses. Uma delas foi interior à academia: foi o debate sobre a natureza do Estado Novo, a discussão em torno do Estado Novo ter sido ou não um fascismo; a outra polémica foi pública e teve maior impacto, sobre o arquivo da PIDE. Esta segunda pode considerar-se uma batalha ganha porque se tratava de saber se os processos de antigos resistentes poderiam ou não ser postos à disposição da comunidade historiográfica.*

*Podes recordar um pouco esses combates, numa altura em que se estava a tentar formar um campo, e portanto a delimitar as fronteiras e as regras?*

FR: A polémica dos arquivos foi absolutamente essencial. Não haveria hoje investigação de História Contemporânea *como há*, no campo do século XX, sem termos ganho essa batalha. Em relação a dois arquivos, aliás. O arquivo da PIDE e o arquivo Salazar, que estavam fechados e que foi preciso travar uma grande polémica pública para os abrir e pô-los à disposição dos investigadores de acordo com uma Lei de Arquivos razoavelmente generosa em termos europeus. Não impede que haja ministérios e departamentos oficiais com regras um pouco mais rigorosas, mas, de qualquer maneira, a nossa Lei de Arquivos é razoável e tem funcionado sem grandes queixas. As queixas que há são de não haver pessoal para dar despacho aos pedidos. Agora, isso foi para o arquivo da PIDE, que foi aberto, e para o arquivo do Salazar, que foi colocado finalmente na Torre do Tombo, também à disposição. Depois havia coisas que nós nem sequer sabíamos que havia.

LT: *E que se foram descobrindo.*

FR: Nós já trabalhávamos com arquivos históricos anteriormente: o arquivo-histórico de Obras Públicas, o arquivo-histórico do Ministério das Finanças e vários outros núcleos arquivísticos. Mas concentrar tudo na Torre do Tombo, sujeito a um regime único e claro de acesso, foi muito importante. Foi com a abertura da Torre do Tombo que se iniciou uma política de arquivos. E, portanto, a polémica dos arquivos foi muito importante nesse contexto. Mas ainda há problemas importantes por resolver, sobretudo em arquivos privados. Arquivos importantes como o da Igreja Católica ou o do Partido Comunista. Mas com o tempo e com a renovação das pessoas há de haver uma solução para esses também.

LT: *E o debate sobre a natureza do regime...*

FR: O debate sobre a natureza do regime continua, não é? Devo dizer, aliás, que estou a preparar um livro sobre isso, mas será no quadro de uma perspectiva histórica comparada.

LT: *Mas procurando ligar este assunto à nossa conversa de há pouco: parece-te que o facto de teres iniciado a tua investigação sobre o Estado Novo pelo campo económico-social e não, por exemplo, pela História Política e institucional, contribuiu para a tua convicção de sempre de que o Estado Novo foi um regime fascista?*

FR: Sim. Na altura em que estudava sobretudo a História Económica e Social do Estado Novo tinha essa convicção sempre muito arreigada. Escrevi, aliás, sobre isso, nessa altura. Mas é claro que parti para este debate pelo facto de ter estado duas vezes preso, de ter sido perseguido, de ter entrado na clandestinidade. Porra, se aquilo não era um regime fascista, o que era um regime fascista? Mas acho sobretudo que essa polémica se manterá em aberto até porque hoje há os novos contributos da História “de baixo”, que também acha que esse problema não é importante, que é uma questão secundária.

#### O HISTORIADOR E A POLÍTICA

LT: *Gostava de falar ainda sobre o Bloco de Esquerda (BE). Não sobre o BE hoje, mas como um episódio da tua carreira. Em 1999 é criado o Bloco, tu tornas-te dirigente e a tua visibilidade pública desvia-se de algum modo da historiografia para a política. Isso faz sentido tendo em conta todo o teu percurso, como fomos vendo aqui, onde ambos os pólos, o político e o historiográfico, sempre estiveram bastante presentes. Queria que nos fizesses um balanço do que achas ter sido o impacto da tua militância no BE enquanto deputado, candidato à presidência da República e dirigente do partido para a tua carreira historiográfica e figura pública enquanto historiador.*

FR: Em relação à minha figura pública não sei dizer. Não quero ser eu a avaliar isso. Agora, quando se fundou o Bloco de Esquerda, eu fui convidado pelos fundadores para ser o líder. Olha só no que me tinha metido... Portanto, queriam que eu fosse o coordenador da coisa.

LT: *Seguramente porque eras um historiador reconhecido, não?*

FR: Talvez. E eu não aceitei porque entendi que a minha participação na política em nenhuma circunstância se devia fazer em prejuízo da minha ati-

vidade principal, que eu sempre considerei ser a de professor e historiador. Sempre achei isso. Enquanto fui deputado nunca deixei de dar aulas (aliás graciosamente), não recebi ajudas de custo, como o primeiro-ministro [Pedro Passos Coelho], e portanto continuei sempre a trabalhar na Faculdade. Nunca deixei de orientar mestrados, teses e nunca deixei de publicar livros. Sempre me considerei um cidadão com uma profissão, que era a de professor e historiador, e que também tinha interesses políticos. Ou seja, um cidadão com uma profissão e com uma intervenção política e social. Sou absolutamente contra a ideia do *clerc*, que tem de se abster de fazer política. Totalmente contra. Acho que isso, aliás, é algo sinistramente reacionário. Eu acho que um cidadão é um cidadão que tem interesses políticos, tem posição política, tem opinião crítica sobre a sociedade e sobre o mundo, e *deve intervir* na medida em que entende que é capaz de o fazer. E eu intervim como deputado do BE. Hoje já não sou deputado nem tenho a atividade política que já tive, mas a minha relação com a política não se alterou em nada. Acho que sou um professor, investigador, um escrevinhador da História, mas isso em nada é incompatível com o exercício da minha cidadania política e das escolhas políticas que eu tenha que fazer. E não só acho isso normal como *salutar* para a cabeça. Quer dizer, esses tipos que se convencem que são académicos puros e fechados, acabam sempre mal. Acabam sempre a fazer a pior política possível.

As pessoas têm a sua profissão, procuram fazer o melhor possível na sua profissão, mas são cidadãos. Que escolhem, que têm opinião política, que intervêm e combatem. ‘Ah, mas a imparcialidade,’ A imparcialidade não existe em História. Ponto final, parágrafo. As pessoas transportam para a História aquilo que é a sua maneira de estar no mundo, de estar na vida, de estar nas coisas. Portanto, não há História objetiva. O que há é História cientificamente correta. Ou seja, o que há é História feita de acordo com os padrões da profissão. Agora, História sem opinião, *não há*. História sem a projeção da nossa subjetividade enquanto entes culturais, entes sociais, a projeção disso sobre a maneira como vemos as coisas, não existe. Existe História feita com *rigor* metodológico e profissional. Mas a História pairando asséptica sobre os conflitos sociopolíticos do mundo, isso é uma treta a que a historiografia mais conservadora, sobretudo, costuma recorrer para fingir que faz História imparcial.

LT: *E a minha última pergunta é sobre o que estás a fazer agora.*

FR: Agora estou a fazer uma série para a televisão. Uma série histórica que se chama *História* à *História*, com 13 episódios que vão começar em Outubro e que neste momento me ocupam 95% do tempo porque descobri que filmar dá um trabalhão *muito* maior do eu julgava [n.e., a série foi transmitida pela RTP entre Outubro de 2014 e Janeiro de 2015].

LT: *Podes falar-nos um pouco de alguns dos episódios?*

FR: A ideia é contar a História a partir de sítios. O primeiro episódio é sobre a Rua do Arsenal, que viu matar-se o rei, proclamar-se a República, vencer-se o 25 de Abril, matar-se o António Granjo no corredor do Arsenal. Ou seja, a Rua do Arsenal reúne quase toda a História contemporânea portuguesa do século XX. Falar dela é falar dos sítios onde ocorreram acontecimentos ao longo de quase todo o século. Mas não é só sobre história contemporânea. A ousadia é essa. Vou falar dos naufrágios, a partir de um naufrágio muito conhecido, que se dá no forte de São Julião da Barra, para falar do processo de acumulação da burguesia em Portugal. Nesse episódio iremos do ciclo da pimenta ao ciclo do ouro do Brasil para acabar a reabilitar o Marquês de Pombal... Nisso eu sou muito republicano, Pombal é um homem importante e muito mal estudado na nossa historiografia. Vou fazer ainda um episódio sobre as fugas das cadeias políticas, outro sobre a Grande Guerra.

**Referência para citação:**

Rosas, Fernando. "Fazer a História do Estado Novo. Uma conversa com Fernando Rosas." Por Luís Trindade. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 203-223.



**Maria José Lobo Antunes**  
*Regressos quase Perfeitos.*  
*Memórias da Guerra em Angola*

Lisboa: Tinta-da-China,  
2015, 424 pp.

Miguel Cardina\*

A memória das guerras nas sociedades contemporâneas ganhou uma relevância evidente nas últimas décadas. Ela tem vindo a concitar um generalizado interesse público, materializado em museus, exposições, atos comemorativos, documentários, romances, recolhas testemunhais e obras de pendor académico. Ao mesmo tempo, e sensivelmente a partir da década de 1980, surgiu uma nova vaga de publicações ligada aos então emergentes “Estudos da Memória”. Com efeito, se é verdade que a construção das identidades nacionais e regionais sempre se fez com auxílio à evocação das guerras – quer através da figura do “inimigo”, quer através da imagem da “nação dilacerada”, cuja lembrança se deveria manter para que os fantasmas do passado permanecessem apaziguados –, o certo é que, a partir de então, ganharam preponderância enfoques que consideram as guerras a partir das dinâmicas de inscrição e silenciamento que produzem.

Ainda que com relativo atraso, a guerra colonial portuguesa tem vindo também a ser alvo de abordagens que pretendem pensá-la, não (apenas) como acontecimento histórico delimitado e encerrado, mas sim como evento cuja centralidade a transforma numa das chaves de

\* Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra (CES).

compreensão do século XX português<sup>1</sup> e num elemento a considerar na análise dos bloqueios e especificidades do Portugal pós-colonial<sup>2</sup>. Passado o período revolucionário, em que a guerra e o colonialismo foram alvo de debate e consideração crítica, sucederam-se anos em que uma certa matriz luso-tropicalista reganhou vigor, com leituras em que a guerra é simultaneamente vista como uma quase indecifrável erupção na vida que calmamente transcorria no Ultramar e como um episódio histórico que tinha nos soldados as suas vítimas mais notórias<sup>3</sup>. A partir de meados da década de 1990, esta visão veio a complexificar-se e, mais recentemente, a par de uma profusão de obras e testemunhos de teor saudosista sobre a “África perdida”, têm surgido também documentos que ajudam a compreender melhor a história e a memória da guerra colonial, quer no campo dos Estudos Culturais, da História e da Antropologia, quer ao nível do documentarismo, de que o exemplo de maior alcance é a série *A Guerra*, realizada por Joaquim Furtado, e exibida na RTP1 entre 2007 e 2013<sup>4</sup>.

Em *Regressos quase Perfeitos*, Maria José Lobo Antunes dá um significativo contributo para este novo modo de equacionar a guerra. A obra resulta de uma adaptação da sua tese de doutoramento, defendida em 2015, na Universidade Nova de Lisboa. Toma como fio condutor as memórias de um conjunto de antigos militares de uma companhia que estivera instalada no Leste e Nordeste de Angola, entre 1971 e 1973: a Companhia de Artilharia 3313 do Batalhão de Artilharia 3835. A esco-

1 Luís Quintais chama-lhe o “acontecimento traumático por excelência do nosso passado recente”. Luís Quintais, “Trauma e memória: um exercício etnográfico”, *Etnográfica: revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, 4, no. 1 (2000): 87. Fernando Tavares Pimenta faz uma periodização do século XX português que toma como referente a questão colonial, sendo que a guerra, e mais concretamente o processo de descolonização que se lhe segue, sinalizariam o final do período. Fernando Tavares Pimenta, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)* (Porto: Afrontamento, 2010).

2 Veja-se, por exemplo, Bruno Sena Martins, “Violência colonial e testemunho: Para uma memória pós-abissal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 106 (2015): 105-226.

3 Manuel Loff identificou com clareza esse elemento ao efetuar uma história da memória da ditadura e da revolução no Portugal democrático. Manuel Loff, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014),” in *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, org. Manuel Loff; Luciana Soutelo e Filipe Piedade (Coimbra: Almedina, 2014)

4 Para uma análise da série, veja-se: Ansgar Schaefer, “Imagens de *A Guerra*. Interação entre os discursos verbal e visual na série de Joaquim Furtado,” *Práticas da História*, 1, no. 1 (2015): 33-60.

lha não fora fortuita. Na verdade, trata-se da companhia da qual fizera parte o seu pai, o médico alferes António Lobo Antunes (elemento que a autora nunca omite nem desconsidera, embora o vá tratando ao longo do texto de maneira relativamente sóbria). Muito nova, a autora permanecera pois cerca de um ano em África, o que faz com que acabe por integrar parte da história da companhia. Desse passado - “que de alguma forma também é o meu, mas do qual não me lembro” - Maria José Lobo Antunes guarda uma “memória emprestada”, mediada por objetos e narrativas, e que estimulou a vontade de “ir além daquilo que conhecia” (p. 22), primeiro através da edição, em 2005, juntamente com a irmã Joana, das cartas enviadas de Angola à sua mãe, e que abriria o terreno para este trabalho académico.

A obra propõe-se desenvolver um “outro olhar” sobre a guerra, buscando “perceber de que forma os mundos privados dos homens que a combateram se cruzam com o mundo público da guerra e da história que dela se conta” (p. 23). Com a intenção de articular memórias pessoais, narrativas públicas e representações oficiais do conflito, a autora fez observações dos almoços anuais da companhia e trinta e uma entrevistas a antigos militares, cruzando-as com as obras de António Lobo Antunes (*Os Cus de Judas*, de 1979; e *D’este Viver Aqui Neste Papel Descrito*, de 2005, volume com a edição das cartas enviadas de Angola), com documentação militar (caso da *História da Unidade BART 3835*, que sintetiza a atividade do Batalhão de Artilharia), com informação constante em arquivos pessoais e periódicos, e produzindo um constante enquadramento reflexivo que dialoga com a produção já existente, quer sobre o tema da guerra colonial, quer sobre a mais vasta reflexão em torno da memória no campo das Ciências Sociais e das Humanidades.

São três as grandes unidades temporais analisadas no livro. A primeira reporta-se ao período anterior à ida para Angola e dela se ocupa o capítulo II. Aqui se faz um retrato do Estado Novo que, pontuado com a memória dos entrevistados, confere uma densidade experiencial à descrição de um país ainda essencialmente rural e com escassa mobilidade social, que via com naturalidade o trabalho infantil e que demo-

nizava a intervenção cívica e política, e onde a tropa surgia como uma importante instância de socialização para jovens que, muitas vezes, tinham aí as primeiras experiências pessoais fora das suas comunidades de origem. O segundo tempo, que ocupa os capítulos III e IV, recoloca os homens da companhia no lugar-tempo da guerra, conduzindo o leitor àquela África que os militares viam com estranheza, feita de paisagens imensas, de gestos culturais indecifráveis e onde o inimigo era uma presença fantasmática. Por fim, a obra dedica os capítulos V e VI aos anos posteriores ao regresso da guerra, analisando os modos como ela se foi inscrevendo nas vidas de quem a viveu e na memória pública do país.

Não obstante isso, o livro é atravessado pela certeza de que as representações do passado são sempre construídas a partir do presente. Desenvolver esta investigação há alguns anos atrás teria conduzido a diferentes resultados, não só porque a memória da guerra tem uma história que é permeável aos contextos sociopolíticos, mas também porque não se haviam ainda iniciado os almoços de confraternização entre os antigos elementos da companhia, nos quais as memórias individuais são estimuladas, partilhadas e reconstruídas no confronto com uma espécie de memória difusa comum. O subcapítulo “palavras e silêncios” (pp. 371-376), centrado na análise do testemunho de Jorge Pereira, o único dos entrevistados que nunca participara nos convívios do grupo e que não mantivera contactos com nenhum dos antigos camaradas de armas, é um convincente exercício de demonstração do papel do grupo como instância onde “os sujeitos negociam o critério que irá circunscrever as palavras e os silêncios, o que será lembrado e o que será omitido” (p. 376).

No livro são particularmente detetados os silêncios sobre a violência e o horror da guerra, como se eles fossem parte de um passado impronunciável. Da gama de experiências trazidas de Angola, “são precisamente as ‘decências’ que sobrevivem às ‘indecências’ da guerra que estes homens querem lembrar e comemorar nos almoços. Incapazes de mudar o que aconteceu, de apagar imagens de violência, de rasurar episódios incómodos, resta-lhes construir regressos quase perfeitos ao passado” (p. 376). Essas ausências – interrompidas apenas por um

muito pequeno número de episódios que surgiram na investigação de maneira quase fortuita – levam mesmo a autora a questionar: “Terão estes antigos militares passado pela guerra sem conhecerem a violência e os seus excessos?” (p. 301).

Maria José Lobo Antunes evidencia a utilização de dois tipos retóricos para justificar a violência da guerra: a) a que enquadra esses episódios à luz da obediência a ordens superiores; b) a que, a partir da emergência no campo da Psiquiatria da categoria de *desordem de stress* pós-traumático, veio “humanizar o inumano” (para utilizar as palavras de Luís Quintais) e tornar a guerra legível a partir da ideia do soldado como vítima de uma experiência vivida que o assombra e desestabiliza. Anota-se, porém, que nenhuma destas justificações surge nas memórias dos antigos militares da CART 3313. Ainda que a autora não busque detalhar as razões para que a violência surja como uma “inexistência narrativa”, o texto vai sugerindo algumas explicações. Elas vão desde a persistência na sociedade de um imaginário de recorte luso-tropicalista – que, definindo de certa forma a natureza do colonialismo português, acaba também por se indiciar no silêncio sobre os massacres, sobre os crimes de guerra, sobre a atuação da PIDE/DGS no território e da relação com as Forças Armadas – até ao enquadramento dos atos violentos na insana “suspensão da normalidade” que a guerra introduz (pp. 149-154), passando pela dificuldade em nomear publicamente o inominável, o que obrigaria a evocações da experiência de guerra conduzidas a partir do lugar do “perpetrador”.

Curiosamente, o idioma da guerra é uma presença constante nas narrativas destes homens. “É através dos seus valores (a camaradagem, a coragem, o heroísmo), dos seus resultados (vitórias, derrotas, fugas), dos seus acasos de sorte ou azar e das suas fraquezas (medo, cobardia), que cada um dos indivíduos reconstitui no presente os episódios vividos décadas antes” (p. 219). A guerra torna-se um passado insuperável, gerador de narrativas calibradas coletivamente e de laços de pertença atualizados nos almoços anuais – mas também em textos literários de António Lobo Antunes, cujos excertos são lidos nesses encontros –, que dão sentido à divisa adotada pela companhia: “Somos quem fomos.” E

o que estes homens foram – e são – resulta tanto desse passado vivido como dos “regressos quase perfeitos” que a ele fazem, recriando-o como um espaço habitável.

Daí que a autora assuma que “é impossível saber o que de facto aconteceu” (p. 301) e que, portanto, “o que me interessa não é o que aconteceu, mas sim de que forma se recorda e se esquece aquilo que aconteceu” (p. 25). Cabe sublinhar que a distância entre facto e imaginação, entre o acontecido e o silenciado, não parece ser resolvida, ao longo do texto, com a simples desconsideração da ideia de verdade, apesar de a autora o afirmar (“as ideias de verdade ou de facto estão ausentes destas páginas”, p. 24). Na realidade, em vários momentos (abordagem da violência, representações de África e dos africanos, etc.), os processos de silenciamento e de reconstrução da memória são evidenciados justamente a partir de elementos históricos que permitem situar a *distância* que poderá ir do facto à imaginação, caminho necessário para se poder localizar a rasura da memória enquanto tal. E é por isso mesmo que esta “etnografia da memória da guerra” é, não só uma análise das representações circunstanciais do conflito por um conjunto de homens que durante vinte e seis meses o levou a cabo, mas um retrato situado sobre a natureza pós-colonial do país, inaugurado pelo fim da guerra e do Império em África.

**Referência para citação:**

Cardina, Miguel. Recensão a *Regressos quase Perfeitos. Memórias da Guerra em Angola*, de Maria José Lobo Antunes. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016); 225-230.

**Sílvia Correia**  
*Entre a Morte e o Mito.*  
*Políticas da Memória da I Guerra*  
*Mundial (1918-1933)*

Lisboa: Temas e Debates,  
2015, 558 pp.

**Ana Catarina Pinto\***

O livro de Sílvia Correia *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)* propõe a extensão dos estudos sobre cultura de guerra ao caso português. Procura as particularidades locais do controverso e, do ponto de vista da autora, malsucedido processo de estabelecimento de uma narrativa oficial acerca da participação de Portugal no teatro de guerra europeu ao lado dos Aliados na Guerra de 1914-1918. A principal linha de pesquisa da obra reanima as tramas cruzadas das intenções e ações dos atores coletivos (as associações de propaganda e/ou assistencialistas, civis ou de ex-combatentes e inválidos) e dos poderes públicos constituídos (os vários governos do pós-guerra e da Ditadura Militar até à Constituição do Estado Novo), para compreender não só a disputa pelos sentidos dos *lugares de memória* como a ausência de consenso em torno da experiência em causa. Vejamos, sucintamente, alguns traços que concorrem para esta ideia.

Na senda de George Mosse, a tese começa por colocar na origem das representações acerca da Grande Guerra, a construção do mito da experiência de guerra, ele próprio veículo de sentidos mutantes e

\* Instituto de História Contemporânea, FCSH/NOVA.

justapostos, inicialmente promovido pelos voluntários ou pela ideia do voluntário. Aliás, uma importante associação de propaganda e apoio ao esforço de guerra, a Liga Patriótica do Norte (1916), foi fundada por civis, a partir da ideia do voluntarismo patriótico, e manteve um importante papel nos ciclos rememorativos do pós-guerra. O cidadão-soldado, o voluntário republicano no caso português, seria um dos primeiros elementos de produção de sentidos acerca da participação no conflito, mas não o único. Competindo com a ideia de bravura patriótica e excecionalidade heroica, em parte motivadoras do voluntarismo, surgiram no decurso do conflito as imagens do horror das condições de vida, espera e combate nas trincheiras, revelando-se desde logo uma possível fratura quanto à experiência de guerra, correspondendo a uma diferença de condição social, a do soldado e a do oficial.

Em Portugal, a maioria dos recrutados foram conscritos, e a maioria destes seria de origem rural e ainda analfabeta. É comum atribuir-se a estas características sociais uma dificuldade de identificação política com a prática da guerra moderna, isto é, o camponês deslocado pasmava perante uma realidade agressiva que não seria capaz de compreender nem acerca da qual fazer juízo. Nesta obra existe o cuidado de ver na contestação à estadia nas trincheiras atos políticos: o soldado que não queria estar onde estava era um agente político. Deste ponto de vista, o suicídio inscrevia-se como prática drástica de recusa do papel de soldado e, apesar de individual, inutilizava as leituras sobre a bravura em batalha e na retaguarda. Por isso, era ocultado, escusado à estatística, registando-se apenas dez casos de suicídio, exclusivamente, de praças.

Acompanhando o texto da autora compreendemos como as identidades coletivas dos soldados foram forjadas com a desmobilização e por relação com a sociedade civil e os poderes constituídos. Várias diferenças dificultavam uma identidade unificada dos soldados desmobilizados: os oficiais do quadro eram assistidos pelas estruturas próprias do exército, não participando da difícil e estigmatizante avaliação clínica comum; aqueles que tinham as marcas físicas da guerra distinguiam-se dos que retornavam com o corpo inteiro, mesmo que portador das

marcas invisíveis do stresse ou da doença contraída; os que retornavam sem marcas distinguiam-se dos demais.

As dificuldades na reinserção social e laboral geraram contestações pontuais acompanhando um conturbado programa de assistência pública, desde a primeira lei de enquadramento assistencialista (1918) até à publicação do Estatuto do Inválido (1927), durante o qual se definiram as figuras clínicas do mutilado e do inválido. A condição física seria o elemento comum e propulsor do movimento associativo de cariz reivindicativo surgido no pós-guerra. O *mutilado* e o *inválido* de guerra transformaram-se em marcadores identitários de um grupo exigindo o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela sua situação, legitimado pela dívida moral da pátria perante o seu sacrifício. Assim, surgiu em Lisboa *O Mutilado – Para a defesa dos mutilados e estropiados da guerra portugueses* (1920) e no Porto *O Mutilado da Guerra – Órgão da Liga Portuguesa dos Mutilados e Inválidos da Guerra* (1925), formou-se a Liga Portuguesa dos Mutilados e Inválidos da Guerra (1925), e realizou-se o I Congresso dos Mutilados e Inválidos da Guerra (janeiro de 1926), onde se anunciou a criação da Associação dos Mutilados e Inválidos da Guerra Portugueses. Em 1933 publicaram-se os estatutos da União dos Inválidos de Guerra.

Diferente âmbito teve a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), criada em 1921, a partir da iniciativa de patentes menores do exército, mas validada pela adesão dos tenentes-coronéis Ferreira do Amaral e Francisco Aragão. Os estatutos da LCGG foram publicados em 1924 e estabeleciam como função a proteção dos associados e a “defesa dos interesses patrióticos”. Neste caso, a figura identitária – o combatente – remetia para uma condição moral comum, extensível aos soldados mortos. Os associados podiam ser combatentes (sócios ordinários) ou órfãos e viúvas de combatentes (sócios extraordinários). Ao nome do órgão de imprensa afeto à LCGG correspondia a ambição de manter animado o palco que dava legitimidade à reivindicada condição moral do combatente, chamava-se *A Guerra* (1926) (deste ponto de vista é significativo que não se chamasse *A Paz*, por exemplo). Em 1929, a Liga realizou o I Congresso Nacional de Combatentes Portugueses. Em

1934 findou o seu tempo de associação livre, sendo compulsivamente reestruturada e passando para a tutela do Estado. Uma vez que ainda existe e continua a ser foco de processos de ressignificação, a Liga dos Combatentes seria um terreno fértil para estudar estes fenómenos<sup>1</sup>.

A incursão de Sílvia Correia pelo associativismo dos antigos combatentes da Grande Guerra deve-se à procura da relação entre estas formações e as políticas oficiais da memória, isto é, do diálogo entre a rememoração daqueles que experimentaram a guerra e o patrocínio dos poderes constituídos para a consolidação e perpetuação de uma memória agregadora e ritualizada capaz de harmonizar a comunidade nacional. Estes cruzamentos podem encontrar-se, por exemplo, nas datas comemorativas e nos regimes de significação a si associados. No caso da Grande Guerra, houve três datas em contenda em Portugal.

A primeira data, 14 de julho, parece ter interessado, sobretudo, aos governos saídos do rescaldo do sidonismo e da intentona de restauração monárquica de 1919. Conforme explica a autora, o dia da tomada da Bastilha podia significar uma celebração da República e até da esquerda republicana, à qual a data foi ficando progressivamente associada em França. Naquele ano, alinhar com as celebrações do 14 de julho era ainda marcar a presença do país ao lado dos Aliados, reivindicando o estatuto político internacional que levou o Partido Republicano Português (os chamados Democráticos) a forçar a entrada de Portugal no palco europeu da guerra. Por isso, foi igualmente importante levar uma representação portuguesa à parada da vitória em Paris (14 de julho) e Londres (19 de julho), como promover um programa oficial de celebração no país. Em Lisboa, entoaram-se os hinos francês e inglês. O desfile incorporou as Forças Armadas, a GNR, veteranos condecorados, invá-

1 A LCGG foi a génese da atual Liga dos Combatentes, que ainda comemora o Dia do Combatente (9 de abril), o Dia de Portugal (10 de junho) e o Dia do Armistício e da Liga (11 de novembro). A partir de 2009, esta última data passou a evocar também o fim da Guerra Colonial e a cerimónia oficial passou a ser feita junto ao monumento aos mortos do Ultramar, em Belém (Lisboa), em vez de ser feita junto do monumento aos mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade (Lisboa). O Dia do Combatente é celebrado com uma missa e uma romagem ao túmulo dos Soldados Desconhecidos, na Batalha. O Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas consiste numa parada militar. Em 2010 e 2011 incluiu antigos combatentes da Guerra Colonial.

lidos, marinheiros, cadetes, membros da Instrução Militar Obrigatória e escuteiros. Noutra parada, as crianças (10 mil) levaram as bandeiras dos Aliados e ramos de oliveira ao Jardim da Estrela. O Presidente do Ministério plantou uma oliveira no Jardim Zoológico ao som do Hino da Paz cantado pelos alunos da Casa Pia e do Liceu Pedro Nunes, seguindo-se um discurso de Magalhães Lima. Houve ainda um recital no São Carlos e, por fim, fogo de artifício. Esta data festiva legitimava a opção intervencionista.

Duas outras datas entrariam em contenda com esta: 9 de abril, dia da batalha de La Lys, e 11 de novembro, Dia do Armistício. Sílvia Correia atribui à atividade da Junta Patriótica do Norte a pressão pela colocação do 9 de abril no centro das comemorações portuguesas da Grande Guerra. A partir de 1920 surgiram os primeiros sinais de oficialização da data, com a tolerância de ponto nas secretarias de Estado e estabelecimentos dependentes, e feriado nas escolas. Em 1921, decretou-se feriado nacional e deu-se aquela que teria sido a maior cerimónia rememorativa do pós-guerra, a transladação dos soldados desconhecidos. Nesse ano, os festejos foram prolongados, começando a 5 de abril, com a chegada das delegações diplomáticas estrangeiras e do corpo vindo de África. Os dois ataúdes dos soldados desconhecidos ficaram no Arsenal da Marinha, de onde saíram no dia 7 de abril para percorrer as ruas de Lisboa até à Assembleia da República. Aí, o Presidente da República condecorou os dois soldados desconhecidos. Nesta ocasião tocou-se o hino nacional, *A Portuguesa*, e os dignitários políticos, eclesiásticos e diplomáticos velaram os corpos. Depois destes, as portas abriram-se à população da capital até às 12 horas do dia 9 de abril. No dia da batalha de La Lys, os ataúdes saíram da Assembleia para voltar a percorrer artérias centrais da capital, escoltados pelas delegações diplomáticas estrangeiras, mutilados e inválidos condecorados, generais da guerra e os membros do Governo. No dia seguinte, os caixões partiram da estação do Rossio para serem depositados no Mosteiro da Batalha. Foram precisos três comboios especiais para transportar não só os féretros, como o Presidente da República, o cardeal-patriarca, o Governo, o corpo diplomático, as missões estrangeiras. Na Batalha

deu-se novo cortejo. Em 1924, os corpos foram definitivamente inumados, renovando-se o cerimonial.

A data da batalha de La Lys assinalava uma efeméride nacional. Quando associada à tumulação dos soldados desconhecidos, consagrava uma liturgia fúnebre de homenagem aos mortos da Guerra, atualizando o sentido sacrificial da morte em batalha. Além de ajudar a superar a dor e o trauma individuais, estas cerimónias transformavam o luto coletivo num momento de celebração da continuidade pátria. Assim, aos elementos fúnebres comuns nestas cerimónias, como o minuto de silêncio, a deposição de coroas de flores, as romagens aos túmulos reais ou simbólicos, juntavam-se elementos de renovação, como as crianças e a plantação de árvores, mais concretamente de oliveiras. A guerra associada à pátria era rememorada como condição da paz nacional.

No entanto, conforme refere a autora, estas cerimónias não eram triunfais. Dificilmente poderiam ser, uma vez que a batalha de La Lys tinha sido uma derrota militar. Aqui se revelava a hipótese de disputa pelos sentidos do passado, evidente nas críticas aos programas oficiais de comemoração da Grande Guerra. Seguindo dois exemplos desta disputa citados pela autora, ambos relativos ao 9 de abril, percebemos como os regimes de significação podiam ser contestados, apesar das políticas oficiais em curso. Em 1924, o diário monárquico *O Dia* satirizava o uso da inscrição nos túmulos dos soldados desconhecidos, “morto pela pátria”, sugerindo uma leitura literal que a opção “morto pró-pátria” teria evitado. Em 1925, Trindade Coelho, diretor de *O Século*, dedicou a primeira página do jornal a criticar a intervenção na Guerra, o que a autora julga ser um sinal da disrupção político-institucional em curso.

A partir de 1926, o 9 de abril manterá a atualidade rememorativa devido às associações de combatentes. Oficialmente, o investimento passou a ser feito em torno do Dia do Armistício, declarado feriado nacional nesse ano. A transferência de sentidos, a ressignificação dos rituais, poderia ser encontrada em 1931. Nesse ano, projetou-se a inauguração do monumento nacional aos mortos da Grande Guerra, em Lisboa, para 11 de novembro (não ocorreu por causa da chuva). Segundo a autora, as celebrações desta data incluíam a romagem ao cemitério do

Alto de São João, mantendo, portanto, a relação com o culto dos heróis mortos, exigido pelas associações de combatentes. No entanto – e além disso – eram paradas militares triunfais, celebravam as forças armadas. No contexto da Ditadura Militar, serviam de legitimação à tutela do exército sobre a política.

O investimento de sucessivos governos do pós-guerra para a fixação de uma narrativa oficial sobre a intervenção de Portugal na Guerra foi significativo, incluindo programas escolares e uma estreita colaboração com associações como a LCGG ou a Comissão dos Padrões da Grande Guerra (1921). Em 1925, as celebrações de 9 de abril deixaram de estar sob a tutela do Ministério da Guerra para passar para a sociedade civil, mantendo-se, conforme refere Sílvia Correia, vários eventos de rememoração espalhados pelo país.

Não obstante, para a autora, a disputa pela memória da Grande Guerra, evidente nas polémicas em torno dos regimes de significação associados às celebrações das efemérides mas não só, seria mais uma evidência do colapso da I República. Não nos parece abusivo dizer que para a autora teria existido aqui uma espécie de oportunidade de consolidação da comunidade nacional *republicana* perdida, que no limite seria um consenso político falhado. Seria importante lembrar que o revisionismo histórico surgiu em França a propósito das celebrações do bicentenário da Revolução Francesa (1789); que o historiador Rui Ramos escreveu artigos de opinião questionando o propósito das comemorações do centenário da República portuguesa<sup>2</sup>; que na Assembleia da República os partidos de direita evocam o 25 de novembro de 1975 durante as cerimónias oficiais de comemoração do 25 de abril de 1974 – nenhuma destas manifestações é lida como sinal de crise da democracia. Pelo contrário. Enquanto houver possibilidade de disputar a memória oficial, e de criticar a existência de uma política de memória oficial, existe espaço democrático de intervenção. Outra questão será a de saber se todos os indivíduos ou grupos de indivíduos têm acesso

2 Por exemplo: “Que república se comemora em 2010?”, in *Correio da Manhã*, 4 de outubro de 2009 (<http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/que-republica-se-comemora-em-2010.html>).

a esse espaço e capital para nele intervir, ou de que forma e por que processos se distribui esse capital. Se procurarmos, então, o lugar da política enquanto lugar de determinação dos modos de distribuição de capitais dentro do desenho dos regimes, pode tornar-se insuficiente dizer *a Democracia*. De igual modo, devia ser insuficiente dizer *a República*. É evidente que não caberia ao trabalho de Sílvia Correia responder a estas inquietações. Elas servem para salientar que quando se trata um regime político caracterizável por algo mais do que um arranjo institucional naturalizam-se arranjos ideológicos. Se se pressupõe que o nacionalismo não é espontâneo, como a autora pressupõe, porquê considerá-lo suficiente para agregar uma comunidade nacional?

Por fim, interessa dizer que este texto não faz justiça ao prolífero trabalho da autora. A sua abordagem, diversificada e extensa, põe em evidência a complexidade da trama dos fenómenos de rememoração e de políticas da memória. Elegemos algumas interseções para privilegiar um argumento de vários possíveis. Este estudo merece ser debatido.

**Referência para citação:**

Pinto, Ana Catarina. Recensão a *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*, de Sílvia Correia. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016); 231-238.